

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**PARA ONDE VÃO AS RUAS: UMA LEITURA SOBRE OS PROTESTOS
DE JUNHO DE 2013 NO RIO DE JANEIRO**

FERNANDA MORAES TEIXEIRA

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PARA ONDE VÃO AS RUAS: UMA LEITURA SOBRE OS PROTESTOS
DE JUNHO DE 2013 NO RIO DE JANEIRO**

FERNANDA MORAES TEIXEIRA

Sob a Orientação do Professor

Vladimir Lombardo Jorge

Co-orientação do professor

Marco Antônio Perruso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T266p Teixeira, FERNANDA MORAES, 1987-
PARA ONDE VÃO AS RUAS: UMA LEITURA SOBRE OS
PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 NO RIO DE JANEIRO /
FERNANDA MORAES Teixeira. - 2017.
184 f.: il.

Orientador: VLADIMYR LOMBARDO JORGE.
Coorientador: MARCO ANTONIO PERRUSO.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2017.

1. CICLO DE PROTESTOS. 2. JUNHO. 3. MOVIMENTOS
SOCIAIS . 4. REPERTÓRIO. 5. CONFRONTO. I. JORGE,
VLADIMYR LOMBARDO , 1965-, orient. II. PERRUSO, MARCO
ANTONIO , 1969-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FERNANDA MORAES TEIXEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15 de setembro de 2017.

Prof. Dr. Vladimir Lombardo Jorge – UFRRJ
(Orientador)

Prof. Dr. Breno Marques Bringel – UERJ

Prof.^a Dr.^a Flávia Braga Vieira - UFRRJ

RESUMO

TEIXEIRA, Fernanda Moraes. **Para onde vão as ruas: uma leitura sobre os protestos de Junho de 2013 no Rio de Janeiro.** 2017. p184. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

A presente pesquisa está circunscrita no campo de movimentos sociais tendo como objeto os Protestos de Junho de 2013 e determinados desdobramentos. Neste sentido, busca-se reconstruir os fatos ocorridos naquela conjuntura a partir das ações políticas, atores e movimentos que emergiram naquele processo. Os partidos e sindicatos eram os espaços que por excelência faziam a mediação entre a sociedade e a política são postos em questão. No bojo desta discussão, algumas tensões são expostas com relação à autonomia e institucionalidade, hierarquia e horizontalidade, autogestão e liderança, partidarismo e apartidarismo, marxismo e anarquismo, partidos políticos tradicionais e novas organizações autônomas. A dimensão das formas do engajamento militante e da sociabilidade política emergem quando são trazidas estas tensões. A construção teórica metodológica se estrutura a partir da Teoria do Confronto Político, que oferece subsídios conceituais e categóricos para a construção do objeto, como repertório, ciclo de protestos, performance, inovação, difusão e mediação. Como também, a literatura produzida acerca de Junho ampara na contextualização e discussão dos protestos e a discussão teórica dos movimentos sociais apoia a construção do problema e hipótese da pesquisa. A metodologia é estruturada a partir de duas dimensões, por observação participante e por meio de entrevistas com atores participantes dos protestos e dos repertórios utilizados em Junho de 2013, no Rio de Janeiro. Desta forma, a partir das análises feitas, constrói-se um mapa dos acontecimentos, usos e práticas políticas dos movimentos, grupos e atores na conjuntura dos Protestos de Junho de 2013 no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Ciclo de Protestos; Junho; Movimentos Sociais; Repertório; Confronto.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Fernanda Moraes. **Where will the streets lead to: a study about Rio de Janeiro's June 2013 protests**. 2017. p184. Dissertation (Master in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

The present study is circumscribed into the social movement's field of study taking the June 2013 Brazilian protests and its consequences as an object. On that subject, it intends to rebuild the facts that took place in the specific conjuncture so the political actions, social movements and characters from the political actions, actors and movements that emerged in that process. Political parties and workers syndicates used to be the main spaces in which the mediation between society and politics took place and had been put in doubt. Broadly speaking, tensions between autonomy and institutionality, hierarchy and horizontality, self-management and leadership, partisanship and nonpartisanship, marxism and anarchism, traditional political parties and decentralized autonomous organizations are exposed. Militancy's engagement and political sociability's ways of being become apparent due to these tensions. The theoretical construction of methodology is structured based on the Politics of Confrontation theory which provides conceptual and categorical basis for the object's construction, as in repertoire, protests cycle, performance, innovation, diffusion, mediation. The literature produced about the June 2013 protests covers the contextualization and discussion of them and social movement's theoretical discussion supports the problem construction and the research hypothesis. Methodology is structured by two dimensions: observations in loco and interviews with the protest's participants. Thus, considering the analysis made, a map of the events is put together according to social movements, groups and individual's political practices and uses in Rio de Janeiro's June 2013 protest's conjuncture.

Keywords: Cycle Protests; June; Social Movements; Repertoire; Contention.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ocupa Câmara

FIGURA 2 – Ocupa Cabral

FIGURA 3 – Tradicional apresentação do *Anonymous* em vídeo

FIGURA 4 – Projeção do coletivo midiativista Projeção na fachada do prédio de Sérgio Cabral no Leblon

FIGURA 5 – Assembleia Popular da Cinelândia

FIGURA 6 – Capa do evento de *Facebook* da Plenária do Fórum de Lutas do dia 25/06

FIGURA 7 – Participantes da plenária do Fórum de Lutas no Largo do São Francisco

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Cronograma das Revoltas e Mobilizações contra o aumento da passagem

TABELA 2: Movimentos e Organizações Sociais, Ocupações e Assembleias Populares surgidos antes e a partir de 2013 no Rio de Janeiro.

TABELA 3: Cronologia do Ciclo de Protestos de Junho de 2013 e alguns desdobramentos no Rio de Janeiro

TABELA 4: Calendário Unificado das Lutas

TABELA 5: Mídias Independentes & Coletivos Mídiaativistas surgidos antes e a partir de Junho de 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I. CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS PRÉ-JUNHO DE 2013 E A ECLOSÃO DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013.....	15
1.1 Breve Histórico de Revoltas Populares dos Transportes Públicos nos Séculos XIX e XX	16
1.2. As Revoltas Contra o Aumento de Passagem no Brasil (2003-2013) e a Ascensão do MPL	18
1.3. A Emergência de Movimentos, Organizações e Ocupações anteriores à eclosão Protestos de Junho de 2013.....	25
1.4 Os Movimentos, Organizações, Ocupações e Assembleias populares surgidos a partir da eclosão dos Protestos de junho de 2013.....	30
CAPÍTULO II: MOVIMENTOS SOCIAIS & OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013	35
2.1 Os movimentos sociais no Brasil.....	38
2.2 Ciclos dos Movimentos sociais da esquerda brasileira.....	47
2.3 O Governo do PT e a Eclosão dos Protestos de Junho de 2013	49
2.4 O que é um movimento social?.....	56
2.5 Teorias dos Movimentos Sociais	59
2.6 Teoria do Confronto Político: Ciclos de Protestos e Repertórios de Confronto.....	63
CAPÍTULO III – NARRATIVAS DE CONFRONTO.....	66
3.1 Enquadramento analítico das ações políticas empreendidas nos ciclos de protesto de Junho de 2013 a partir do conceito de repertório de confronto	67
3.1.1 Narrativa dos Protestos a partir de observação participante	69
3.1.2 A Tática <i>Black Bloc</i>	74
3.1.3 Narrativa a partir da observação participante com <i>Black Blocs</i>	75
3.1.4 Análise das entrevistas com relação à Tática <i>Black Bloc</i>	76
3.2 As Ocupações	83
3.2.1 Análise com relação ao repertório de ocupações	84
3.2.2 Análise das ocupações na conjuntura do ciclo de protestos de Junho de 2013: Ocupa Câmara e Ocupa Cabral.....	90
3.3 Midiativismo.....	98
3.3.1 Midiativismo e a Mobilização pelas Redes Sociais: uma breve contextualização ..	99
3.3.2 Análise da Mobilização pelas Redes Sociais	108

3.3.3 Análise de entrevistas com atores midiativistas	112
3.4 O Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem e as Assembleias Populares	115
3.4.1 Contextualização a partir de observação participante	116
3.4.2 Análise de entrevistas com participantes e organizadores do Fórum de Lutas de Assembleias Populares	124
3.5 Repressão como mecanismo de contenção das lutas sociais	132
3.5.1 Para pensar as Rupturas e Continuidades dos ciclos de movimentos sociais brasileiros a partir dos Repertórios de Junho de 2013	135
3.6 Algumas Considerações	140
3.7 Roteiro das Entrevistas	140
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXO I	155
ANEXO II	157
ANEXO III	161
ANEXO IV	176
ANEXO V	178

INTRODUÇÃO

A luta contra os aumentos das passagens se expandiu para todo o país notadamente no mês de Junho de 2013. No entanto as mobilizações em torno do transporte, por sua amplitude e impacto, podem ser consideradas históricas. Estas lutas não foram espontâneas. Em um contexto mais recente há mais de uma década, o Movimento Passe Livre surgido no Fórum Social Mundial reúne diversos grupos e coletivos que tinham como pauta a luta pelo transporte, é difusor dos primeiros atos iniciados em São Paulo no dia 06 de junho de 2013.

A multiplicidade de causas, narrativas a partir destas, contextos interligados, possibilidades de análises faz de Junho um objeto extremamente complexo. A dificuldade de compreender um momento tão complexo se faz presente a partir da heterogeneidade de atores, pautas, movimentos, enquadramentos, repertórios e performances.

As ruas, redes e praças tomadas, o anúncio de aumento das passagens, os atores em cena, o descompasso entre instituições e movimentos, as tensões entre juventudes partidárias e anarquistas, autonomia e institucionalidade, a multidão nas ruas de todo o país, a rotina de protestos quase diários, as câmaras legislativas ocupadas, vidraças de bancos quebradas, barricadas, cartazes espalhados, assembleias e fóruns populares, midiativismo. Autoridades, jornalistas, partidos, mídia tradicional em busca de explicações para aquele levante popular que não seguia os modelos tradicionais. Líderes, bandeiras vermelhas, carros de som, comícios, palanques, não foram a tônica daquele processo.

Não a Pec 37, pela democratização da mídia, Não vai ter Copa! Cadê o Amarildo? Liberdade pra Rafael Braga! Sem Partido! Abaixo a Rede Globo! A heterogeneidade de pautas que se difundiu ao longo dos protestos, não relegou a centralidade da pauta inicial contrária aos aumentos das passagens, que foram revertidos em dezenas de cidades brasileiras. Os protestos trouxeram à tona uma série de demandas e pautas, sobretudo em âmbito local, questionando governos e seus programas como foi o caso de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro e Geraldo Alckmin em São Paulo. Houve também a emergência da pauta do direito à cidade às vésperas da Copa do Mundo e, mais à frente, das Olimpíadas. A multiplicidade de formas, pautas, atores e contextos tornam os Protestos de Junho de 2013 um fenômeno de difícil apreensão.

Esta pesquisa está circunscrita no campo dos movimentos sociais. A discussão feita acerca da história e dos ciclos de movimentos sociais brasileiros auxilia na construção do problema da pesquisa. Após uma discussão acerca dos principais paradigmas teóricos dos

movimentos sociais, cabe a Teoria do Confronto Político delimitar os pilares conceituais ciclo de protesto e repertório que fundam a construção analítica da pesquisa. Assim estrutura-se um conjunto de narrativas sobre Junho, no contexto do Rio de Janeiro, estruturadas a partir de eixos entendidos como repertórios que compreendem múltiplas formas de ações reivindicatórias, as performances, utilizadas por atores que atuaram naquele contexto.

Em alguns momentos, são tecidas relações com contextos nacionais e internacionais para auxiliar na construção destas perspectivas, entendendo que estes estão interligados. No entanto, as referências feitas a repertórios utilizados e pesquisas sobre Junho em outros contextos espaciais têm o fim de contextualização, pois alguns aspectos são similares. Não se tem a intenção, porém, de colocar a pesquisa empírica realizada no Rio de Janeiro como uma forma de explicar ou justificar o que ocorreu em outras cidades brasileiras. Estas precisam ser verificadas a partir de conjunturas locais e específicas.

Todavia, é preciso relatar que não há pretensão de esgotar a totalidade daquele contexto. Como também não se almeja fechar diagnósticos ou até mesmo apontar desfechos e consequências possíveis daquele processo de lutas. Não comportando a esta pesquisa tecer conjecturas no sentido de entender a conjuntura atual a partir daquele momento.

Não há uma análise de como se dão os processos de transformação de repertório, e sim como estes se forjaram naquele contexto e como foram utilizados a partir do recorte analítico proposto da pesquisa inserido na gama de possibilidades permitidas naquele contexto espacial, político, econômica e social.

A disputa de narrativas sobre Junho se faz presente na literatura acerca de Junho, narrativas estas que são expostas ao longo da pesquisa embora não haja uma sistematização destas. As mesmas aparecem em diversos momentos do trabalho. Esta leitura de narrativas dos repertórios ampara na reconstrução de Junho, enquanto processo de lutas sociais.

A partir da observação participante, dentro da perspectiva da participação observante que converte a relação mais clássica entre sujeito e objeto, se constrói a partir das experiências criando novos sentidos e significados para a pesquisa. Como também por meio de entrevistas com atores inseridos em repertórios e correntes político ideológicas distintos das quais expõem leituras divergentes e aproximadas, mas que se complementam na construção de um mapa daquele momento. A pesquisa tem o recorte empírico no Rio de Janeiro em consequência da participação da pesquisadora como militante nestes espaços, movimentos e eventos de protesto.

Desta feita, faz-se uma contextualização dos antecedentes dos Protestos de Junho de 2013. Em uma dimensão mais ampliada, com o histórico de revoltas contra o aumento da passagem e diversas localidades do país. E, com base na dimensão local, referente aos movimentos, organizações e ocupações ocorridas antes da eclosão daqueles protestos. Em um segundo momento, uma discussão sobre ciclos de movimentos sociais e teorias dos movimentos sociais para auxiliar Como forma de compreender estas transformações pela perspectiva dos atores, para além das reflexões baseadas no enquadramento analítico da pesquisa baseada fundamentalmente em repertórios.

E, por fim, a pesquisa empírica através de observação participante e de entrevistas com atores de diferentes filiações políticas que participaram dos Protestos de Junho de 2013, no Rio de Janeiro, desdobrada em uma recapitulação interpretativa a partir das dimensões estabelecidas pelos protestos, que envolveram tática *Black Bloc*; Midiativismo; Ocupações; Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem e Assembleias Populares.

Para pensar a Metodologia

Como destacou Becker (1993), “a metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos”. Partindo dessa afirmativa, destaca-se aqui, brevemente, um apontamento sobre um aspecto metodológico que caminha juntamente com essa pesquisa, a *observação participante*. Na tentativa de ilustrar ao leitor dessa dissertação os métodos e técnicas utilizados para a produção de dados presente neste trabalho, indica-se, em linhas gerais, o conjunto de orientações e diligências constituídas para a realização dessa pesquisa. (BECKER, 1993, p.17).

Valladares (2007) sublinha, como o primeiro dos *dez mandamentos da observação participante*, que a observação participante “implica, necessariamente, um processo longo”. Assim foi constituída essa pesquisa, como já citado acima, a multiplicidade de narrativas ligadas à complexidade do objeto dessa pesquisa apresenta a sua complexidade. Deste modo, a morosidade com que se captura as mensagens, que, ora explícitas, mas com uma chave de leitura escondida e ora oculta, mas com as chaves em mãos, para decifrá-la na medida em que aparecem, são processos que fundam, não apenas os dados produzidos em campo, mas a coleção de códigos para o entendimento do objeto dessa pesquisa. (VALLADARES, 2007, p. 153)

Portanto, decidiu-se por não alongar no sistema de abstrações e no conjunto de lógicas de abordagem que se deram dentro e fora do *campo*, acreditando-se que, os resultados dos processos de entrevista, observação e participação ativa no campo de pesquisa permite uma compreensão significativa sobre o *como* dessa investigação se deu. A observação participante, aqui, dialoga com a participação observante, condição na qual o sujeito que investiga esse trabalho mantém uma relação dialética com os infinitivos *observar* e *participar*.

Assim, entre narrativas e bombas, críticas e subserviências políticas, redes sociais e assembleias populares, processos e repertórios, acredita-se que o debate metodológico pode ser encontrado no resultado deste trabalho, na medida em que não há uma receita para os procedimentos investigativos, encontra-se no resultado prático dessa pesquisa, a sua síntese metodológica. Os sociólogos, afirma Becker, “deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo”. (BECKER, 1993:12).

A respeito da delimitação do recorte temporal do objeto desta pesquisa, será feita uma contextualização, no que se refere à menção de acontecimentos e movimentos, do pré-junho iniciado em 2011 até início de 2014. No entanto, as análises são feitas no ciclo de protestos compreendido no mês de Junho e alguns desdobramento deste processo. Circunscrevem-se assim as assembleias populares iniciadas em julho, salvo a assembleia do Largo de São Francisco iniciada em junho. E, finalmente, o Ocupa Câmara que se inicia em agosto e permanece até o mês de outubro.

A partir destas considerações, se faz necessário relatar o meu interesse de pesquisa, tanto na escolha do tema como na escolha do objeto que se dão a partir de participação política no movimento estudantil, bem como na atuação em espaços e movimentos de construção autônoma, o que significa, nesta conjuntura, não estar filiado a partidos políticos, instituições ou disputar o Estado por meio de eleições. Em Junho de 2013, participei como militante autônoma dos protestos no Rio de Janeiro.

Neste contexto, para além de participar dos Protestos de Junho de 2013, acompanhei atores que utilizam tática *Black Bloc*, participei de assembleias populares e de plenárias do Fórum de Lutas. Além disso, participei e visitei ocupações que ocorreram antes, durante e depois de 2013 e, por fim, acompanhei a mobilização dos protestos, as notícias, os debates, as transmissões pelas redes sociais e por coletivos de midiativismo, a saber: *Anonymous*, *Mídia Ninja*, *Mariachi*.

Outra técnica utilizada é o uso de entrevistas com atores que compuseram os repertórios elencados. Desta forma, a escolha dos entrevistados se deu da seguinte forma: atores que se integraram em um ou mais repertórios de confronto listados acima e estiveram presentes em mais de três protestos, por serem capazes de estabelecer narrativa sequencial e mais aprofundada daquele processo. As entrevistas foram feitas com atores de diferentes orientações políticas, a saber: anarquistas, autônomos, marxistas maoístas, marxistas leninistas, filiados a partidos PSOL, PT, PC do B, PSTU.

O contato com os entrevistados foi feito como uma espécie de *corrente*, a partir de indicações de militantes que conheciam atores que haviam participado dos Protestos de Junho e dos repertórios elencados. Por estar imersa neste processo, busquei atores que não haviam atuado ao meu lado nos protestos de Junho.

O questionário foi elaborado a partir de um roteiro único com perguntas abertas. O uso do mesmo roteiro com diferentes atores se dá por razões metodológicas. Primeiro, para não direcionar as perguntas a respostas específicas, sob pena de enviesar a pesquisa para um resultado previamente esperado. Em segundo lugar, abre-se a possibilidade de pensar a construção da pesquisa a partir da perspectiva dos atores que se inserem nos repertórios elencados, com um desenho mais abrangente e aprofundado, permitindo uma melhor compreensão sobre os valores que incidem nas suas práticas e princípios políticos.

As entrevistas foram filmadas, como forma de se ter o registro imagético da pesquisa, através de uma linguagem que permite a divulgação da pesquisa para além dos circuitos acadêmicos *stricto sensu*. Neste sentido, está sendo realizada a produção um documentário como subproduto desta pesquisa sobre o ciclo de protestos de Junho de 2013. Nem todas as entrevistas feitas são utilizadas na pesquisa, significa dizer que nem todos os entrevistados que aparecem no documentário foram utilizados na pesquisa por não se enquadrarem nas delimitações analíticas estabelecidas inicialmente.¹

As análises das entrevistas buscam compreender a disputa de significados pelas diferentes ideologias políticas a partir dos repertórios utilizados pelos atores em Junho. A partir destas análises aliada a observação participante, visa-se estabelecer assim um quadro da conjuntura social e política de Junho a partir das delimitações analíticas, teóricas, empíricas da presente pesquisa.

¹ Os trechos transcritos pelos entrevistados não são utilizados no documentário pela segurança destes, sendo que muitos destes respondem em liberdade no que se convencionou chamar de “processo contra os 23 ativistas”.

CAPÍTULO I. CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS PRÉ-JUNHO DE 2013 E A ECLOSÃO DOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Os protestos ocorridos em Junho de 2013 estão inscritos em um contexto de um movimento social. Contudo este movimento possui atores, ferramentas e pautas distintas dos movimentos sociais clássicos, operários, sindicais e agrários. Assim como movimentos de caráter emancipatório, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais. Distintos também dos chamados novos movimentos da segunda metade do século XX, que se organizavam de maneira distinta dos movimentos hierarquizados da geração anterior (GOHN, 2016).

Para compreender o que ocorre em Junho, delimita-se a reconstituição da conjuntura dos movimentos pré-Junho e do processo histórico de revoltas contra o aumento da passagem. Assim, a estruturação deste capítulo se faz em dois planos: primeiro plano, com as lutas contra o aumento da passagem e pelo passe livre, este momento se inscreve em uma dimensão histórica mais ampliada e em contextos exteriores ao recorte espacial da pesquisa. Assim, as revoltas contra o aumento da passagem ocorridas por todo o país em períodos distintos da história brasileira auxiliam no desenho de um quadro explicativo para a compreensão da conjuntura que da eclosão dos protestos em Junho de 2013 sob o viés de um contexto mais amplo de lutas contra o aumento da passagem.

A partir desta chave analítica, a história do Movimento Passe Livre no contexto das lutas sociais urbanas parece ser um locus privilegiado na construção deste eixo explicativo. O movimento surge Florianópolis, em 2005, e se expande para diversas cidades brasileiras, construindo uma cultura de protestos de rua e práticas políticas centradas em um modelo de organização autônoma, descentralizada e autogerida financeiramente. Em Junho de 2013, São Paulo organiza os primeiros protestos contra a passagem em 2013 que se difundem para todo o país. Ainda que o MPL não tenha organizado os protestos no Rio de Janeiro, cabendo este papel ao Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, o movimento influencia uma série de coletivos, grupos e organizações a se pautarem por princípios similares aos quais está amparada, como também, em alguma medida a abertura da sequência de protestos em Junho de 2013 por todo o país.

No segundo plano, as lutas sociais urbanas, no contexto do Rio de Janeiro, inscrito em um momento recente que tangenciam para além do direito ao transporte público, o direito

à cidade, a ocupação do espaço público e o questionamento do sistema capitalista global. Ainda nesta direção, em um terceiro momento, é feito um mapeamento dos movimentos que antecedem Junho de 2013, concebendo que determinadas práticas políticas, a saber, descentralizadas, horizontais, autônomas e não hierárquicas já estavam se desenvolvendo nos movimentos sociais.

Ao criar um panorama bidimensional dos processos anteriores a Junho, forjam-se subsídios para a compreensão do processo que culmina com os Protestos de Junho de 2013.

1.1 Breve Histórico de Revoltas Populares dos Transportes Públicos nos Séculos XIX e XX

Ao fazer uma incursão na história no que se refere a revoltas populares que tem como motivação a insatisfação com o serviço dos transportes públicos, além da constatação destes enquanto elemento indispensável para a população das grandes cidades, observa-se uma relação de causalidade entre as revoltas ocorridas nos séculos passados e as ocorridas da última década até 2013. Estas revoltas têm como estopim para além dos aumentos na passagem dos transportes, demandas de ordem social e política inscritas nestes processos.

Neste contexto, verifica-se revoltas massivas em períodos que datam de até dois séculos atrás. A Revolta do Vintém, em 1879, ocorrida em função do aumento da tarifa dos bondes do Rio de Janeiro. Em 1901 e 1902, motins que levaram a destruição de bondes, no Rio de Janeiro. Em 1959, a Revolta das Barcas na qual os usuários incendiaram a estação das Barcas que ligam a cidade de Niterói ao Rio de Janeiro.

Dada a conjuntura do século XIX, destaca-se a Revolta do Vintém ocorrida em janeiro de 1879, por ocasião do aumento de um vintém sobre as passagens de bonde. No entanto, as origens da revolta demarcam a insatisfação de setores das camadas populares, como ex-escravos e desempregados envolvia a relação de direitos sociais, sobretudo no que se refere à participação política destes com relação à Monarquia.

Dessa forma, as quatro mil pessoas se reúnem no primeiro dia da revolta no Campo de Santana no dia 1º de janeiro de 1880, para entregar apenas uma petição a D. Pedro II, não visavam à derrubada da instituição. A pretensão era fazer valer direitos que reconheciam já instituídos. O desrespeito a esses direitos motivou as ações diretas contra o poder instituído. Revolta de 1880 não deve ser analisada, tampouco, como um movimento pró-república nem mesmo como os primórdios da consciência das classes operárias. Apesar do descontentamento da população em relação à monarquia, ou mesmo ao

Gabinete liberal de Sinimbu, podemos analisar a revolta não como uma reação apenas de revolta contra um ou mais um imposto, mas contra os descontentamentos sobre a forma como a relação do Estado com a população se transformava. (ANDRADE, 2008, p. 94)

A partir do debate da centralidade do transporte público para a população dos grandes centros urbanos, sobretudo do Rio de Janeiro, pode-se tecer alguns elementos semelhantes com as revoltas e protestos da história recente. Como por exemplo, o uso de ações diretas incluindo incêndios a estações, destruição de patrimônios e transportes públicos.

Segundo Terra (2012) outros fatores corroboraram para esta revolta, como a lotação dos bondes, atrasos, a baixa velocidade dos carros, as más condições de limpeza e os aumentos de tarifas.

Os momentos de conflitos declarados devem ser compreendidos ainda como o ápice das constantes e diárias reclamações dos usuários: os atrasos, a lotação, a sujeira dos carros e, principalmente, os acidentes. Os transportes tomaram um espaço cada vez maior no dia a dia da população e a experiência cotidiana das péssimas condições do serviço, aliada à percepção dos privilégios dados pela municipalidade às companhias, pode ter estado na base não só das manifestações dos usuários. Esses fatores também ajudam a explicar por que em um movimento que teve entre suas causas a questão da vacinação obrigatória, ocorrido em 1904, os revoltosos retiraram trilhos e viraram bondes. (TERRA, 2012, p. 251)

No dia 29 de março de 1956 a paralisação do serviço dos bondes na cidade do Rio de Janeiro organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O aumento de um para dois cruzeiros causou protestos no centro do Rio de Janeiro. Segundo o jornal O Globo (2016), as paralisações se difundiram para outras capitais e cessaram somente após as empresas responsáveis revogarem os aumentos da passagem dos bondes.

A Faculdade Nacional de Direito, no Centro, transformou-se em campo de batalha. O GLOBO noticiou na primeira página: “Depois de generalizada confusão, soldados da Polícia Militar, armados de cassetetes e metralhadoras, prendem à força estudantes que estavam jogando xadrez na linha do bonde”. (O GLOBO, 2016)

Este acontecimento impresso pela repressão da polícia para com os estudantes nos remete aos Protestos de Junho de 2013, quando estudantes foram encurralados dentro do IFCS, no protesto de 20 de junho.²

De acordo com Raposo (2016), o século XX está inscrito em um contexto de greves constantes devido às circunstâncias de trabalho precárias nas grandes cidades do Brasil. Em 1959, os trabalhadores do transporte marítimo que liga a cidade e Niterói ao Rio de Janeiro deflagram greve devido à recusa de pagamento do aumento por parte do grupo proprietário das Barcas, o Grupo Carreteiro. Mediante a greve, o grupo Carreteiro pleiteou a Marinha, fuzileiros navais para preencher a lacuna deixada por seus funcionários. No entanto, já havia a insatisfação dos usuários das barcas com relação à duração da viagem, a irregularidade dos horários de saída, o preço das passagens e o mau estado das embarcações. No momento em que os fuzileiros tentam organizar as filas, a população que não cabia nas embarcações foi se amontoando na estação para conseguir embarcar. Os conflitos se espalharam quando os fuzileiros começaram a agredir os passageiros que tentavam embarcar. A população se revoltou, a estação das barcas foi atacada e incendiada. Após o ataque e incêndio a estação das barcas, a população seguiu em direção à residência da família Carreteiro, que culminou com o incêndio da casa.

1.2. As Revoltas Contra o Aumento de Passagem no Brasil (2003-2013) e a Ascensão do MPL

De acordo com Lefebvre (1991) é na cidade que a estrutura social se funda. Neste sentido o espaço urbano é componente central da sociedade moderna. Na cidade se estruturam as relações sociais dadas na divisão de classes. As relações e processos sociais são essencialmente espaciais. Assim, o direito à mobilidade urbana é o direito à cidade, pois é na cidade que se dão as relações sociais, as trocas materiais e simbólicas. No espaço urbano estas circulam e se reproduzem socialmente.

A dimensão ampliada desta pauta permite compreender que “o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”. (HARVEY, 2013, p.32).

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/jovens-se-refugiam-em-universidade-por-temer-prisoas-no-rio.html>> Acesso em: 27 out. 2016.

Discutir a mobilidade urbana é tecer um debate de opressão e exclusão social daqueles que não podem ter acesso ao que lhes é direito por não possuírem condições de arcar com os custos da locomoção na cidade. Pois o acesso ao transporte público é também a garantia de outros direitos como à educação, à saúde, ao lazer e aos bens culturais. Além disso, a pauta do transporte público envolve ainda uma série de questões específicas como a precariedade do serviço, os reajustes da tarifa dos transportes, bem como o passe livre estudantil que é uma bandeira do movimento estudantil há décadas.

A pauta da gratuidade do transporte público vem à tona de um modo unificado, tendo esta pauta como central com a fundação do Movimento Passe Livre, fundado em 2005. Este movimento, inicialmente, tinha como bandeira o passe livre estudantil. No entanto, o movimento passa a defender o passe-livre irrestrito, ou seja, para toda a população passa a se amparar no projeto de política pública Tarifa Zero elaborado pela Prefeitura de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993).³

A tarifa zero é um projeto de política pública que subverte a lógica do custeamento das passagens pelos usuários. A proposta do MPL propõe o pagamento dos custos dos transportes públicos através de um Fundo de Transportes, que por sua vez, utilizaria seria gerado a partir da arrecadação de recursos em escala progressiva, que são aqueles impostos em que a alíquota é proporcional com o nível de valores. Assim, o transporte seria financiado por impostos progressivos e não pela tarifa.⁴

Ao partir da chave interpretativa de Junho de 2013 enquanto processo de movimentação social que já vinha se desenvolvendo no âmbito da pauta da mobilidade urbana, atentando para a centralidade deste elemento para grande parte da população das cidades brasileiras. Os Protestos de Junho de 2013 configuram assim, “[...] uma explosão e nacionalização decorrente do longo processo de maturação das revoltas de transporte”. (ORTELLADO, 2014, n.p).

Considerando o processo de revoltas contra o aumento da passagem, identifica-se que havia uma parcela da juventude que vinha se construindo politicamente fora da militância formal e institucionalizada dos partidos, organizando em grupos e espaços horizontais e descentralizados, por meio protestos de rua que incluem a ação direta.

³ Disponível em: <<http://tarifazero.org/2011/08/25/procurando-entender-a-tarifa-zero/>> Acesso em: 04 set. 2016; e disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2013/08/04/por-uma-vida-sem-catracas/>> Acesso em: 10 set. 2016.

⁴ Disponível em: <<http://tarifazero.org/tarifazero/>> Acesso em: 27 out. 2016.

há dez anos, têm ocorrido grandes revoltas em diversas cidades contra o aumento das passagens dos ônibus. Nenhum partido ou político percebeu ou dialogou com isso. Essa insatisfação acumulada e a falta de resposta para ela contribuíram para a formação desse cenário. (ORTELLADO, 2013, n.p)

Com base no histórico proposto pelo MPL (2013), tem-se a abertura do ciclo de revoltas contra as passagens em 2003 com a Revolta do Buzu, em Salvador. Esta revolta se desenvolve sem qualquer entidade ou organização que orientasse aqueles protestos. “A Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização” (MPL, 2013, p.14).

[...] foi um movimento espontâneo, de jovens – molecada mesmo, adolescentes, até pré-adolescentes – que saíram nas ruas e bloquearam a cidade durante vários dias contra o aumento das passagens e foram traídos pela UNE. Eles não tinham um instrumento político. O MPL é a busca por aprender com esse erro, aprender com o processo espontâneo. Quem inventou, quem exemplificou essa estratégia de luta foram os meninos de Salvador, só que teve uma falha, já que não havia com quem negociar. E eles fracassaram, perderam bem perdido com a traição da UNE. E aí a ideia do MPL é dar um estamento político para essa luta, e fomentar essas revoltas que tinham nascido espontaneamente. Um grupo político vai fomentar uma revolta. (ORTELLADO, 2013, n.p)

A recusa dos militantes que formam o MPL com organizações políticas que tem vínculos com o Estado, com governos ou com partidos pode ser explicada, em alguma medida por episódios como estes.

Em 2004, ocorre em Florianópolis a Revolta da Catraca e em São Paulo surge o Comitê do Passe Livre.⁵ Estas lutas que conquistaram vitória deram “[...] origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações”. (MPL, 2013, p. 15).

A experiência dos militantes do MPL adquirida com as Revoltas do Buzu e da Catraca faz com que estes utilizem desta para se constituir enquanto movimento.⁶

A partir dos relatos publicados no Centro de Mídia Independente e do documentário Revolta do Buzu, de Carlos Pronzato, a experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da

⁵ Os comitês de luta pelo passe livre foram se constituindo em todo o país a medida que eclodiam revoltas contra o aumento da passagem.

⁶ Ver em: Dowbor, Mônica Szwako, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013.

revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional. O filme passou a ser utilizado em várias cidades por comitês pelo passe livre estudantil – que já se organizavam localmente em torno de projetos de lei – em atividades em escolas, ampliando o debate sobre a questão do transporte e as formas de organização alternativas ligadas a ela. Os mesmos estudantes que assistiram àquelas imagens e as debateram pulariam os muros de suas escolas pouco tempo depois, para se juntar às manifestações da Revolta da Catraca, em Florianópolis, em 2004. Ocupando terminais e bloqueando a ponte que dá acesso à ilha, os protestos forçaram o poder público a revogar o aumento e serviram de base para a fundação do MPL no ano seguinte. (MPL, 2013, p.14-15)

O encadeamento dos acontecimentos e elementos forjados naquela conjuntura explicam a formação do MPL. A Revolta do Buzu influencia diretamente na eclosão da Revolta da Catraca que por sua vez abre uma perspectiva de articulação nacional a despeito dos meios que eram dispostos para organização e difusão da época. O Centro de Mídia Independente⁷, rede de produtores independentes de mídia que produzem comunicação alternativa a tradicional, e o Fórum Social Mundial.⁸ Conforme Ortellado (2013), este Fórum foi, inicialmente, pensado para ser um encontro de lideranças de movimentos sociais, partidos e sindicatos, mas foi ocupado, também por movimentos autônomos e anarquistas.

Assim, os militantes de que participaram da Revolta da Catraca se organizaram a partir da articulação promovida pelo Centro de Mídia Independente para reuniões, com outras organizações que tinham como pauta o transporte público, no Fórum Social Mundial. Com base nos princípios formulados neste encontro estes grupos passam a se organizar enquanto movimento social.⁹

Em 2005, a partir deste processo de lutas “[...] surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central” (MPL, 2013, p.15).

A formação do MPL enquanto movimento apartidário, autônomo, independente e horizontal em contraposição a movimentos e organizações institucionalizados, hierárquicos e

⁷ Disponível em: <<https://midia independente.org/>> Acesso em: 30 nov. 2016.

⁸ “O primeiro Fórum Social Mundial teve objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos que, desde 1971, defende as políticas neoliberais em todo mundo. O Comitê Organizador do FSM 2001 foi formado por oito entidades brasileiras: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Foi criado também um escritório, em São Paulo (Brasil), que, desde 2000 até os dias de hoje, apoia e dá suporte ao processo FSM, ao Conselho Internacional (CI) do FSM e suas comissões e aos comitês organizadores dos eventos anuais do FSM. Além de integrarem o CI e suas comissões, as entidades que constroem o Fórum formam o chamado Coletivo Responsável pelo Escritório do FSM no Brasil”.

Fonte: http://fsm poa.com.br/default.php?p_secao=12

⁹ Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/08/04/por-uma-vida-sem-catracas/>> Acesso em: 17 out. 2016.

centralizados se forja a partir de alguns fatores como a influência dos movimentos *antiglobalização* ou *altermundistas*, ocorridos no final da década de 1990 que lutaram contra os efeitos econômicos da globalização a partir de “[...] redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros)[...]”. (BRINGEL & ECHART, 2010, p. 29). Dentro deste contexto, a constituição do MPL se forja no Fórum Social Mundial de 2005.

No mesmo ano de fundação do MPL, eclodem revoltas em São Paulo, Florianópolis e Vitória. Nas duas últimas cidades as revoltas conseguem barrar o aumento da passagem.

No ano seguinte, em São Paulo ocorre Encontro Nacional do Movimento Passe Livre na escola Florestan Fernandes e eclode mais uma revolta contra o aumento da passagem.

Em 2008 a luta contra o aumento da passagem se expande para o Distrito Federal e em 2009 o movimento obtém a conquista do passe livre estudantil. No final deste ano, em São Paulo, o movimento ocupa a secretaria de transportes da cidade.

Em 2010 ocorrem lutas contra o aumento em São Paulo e em 2011 se expande para Belém Vitória e outras capitais. Em Teresina, conseguem barrar o aumento da passagem.

Em janeiro de 2012, a luta contra o aumento da passagem eclode em mais de sete cidades brasileiras, Vitória, Joinville, Rio de Janeiro, Teresina, Belém, Belo Horizonte e Recife em virtude do aumento da tarifa em dezembro de 2011. Após o anúncio do recém-eleito Prefeito Eduardo Paes de aumentar a tarifa houve a construção de atos para tentar impedir o reajuste, que foi adiado para 2013.

Ainda neste ano, um protesto na estação das barcas por conta do aumento das passagens, que de R\$2,80 passaram a custar R\$4,50, também conhecido como Revolta das Barcas em alusão a Revolta ocorrida em 1959.¹⁰ O reajuste foi feito pelo governador Sérgio Cabral e passou com maioria de votos na Assembleia Legislativa.

No início de 2013, mobilizações em Taboão da Serra (Região Metropolitana de São Paulo) e em abril em Porto Alegre impedem o aumento da passagem.

Finalmente, em Junho de 2013, as mobilizações por todo o país, marcam a história brasileira e consegue barrar o aumento em São Paulo, Rio de Janeiro e em mais de cem cidades.

¹⁰ Disponível em: <<http://tarifazero.org/tag/revolta-das-barcas/>> Acesso em: 20 nov. 2016.

TABELA 1: CRONOGRAMA DAS REVOLTAS E MOBILIZAÇÕES CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM

Ano	Mês	Acontecimento	Local
2003	Agosto/ Setembro	Revolta do Buzu	Salvador
2004	Junho/ Outubro	Revolta da Catraca barra o aumento e aprova lei do passe livre estudantil	Florianópolis
2004	Agosto	Surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.	São Paulo
2005	Janeiro	Plenária de Fundação do MPL Brasil no V Fórum Social Mundial	Porto Alegre
2005	Fevereiro	Luta Contra o Aumento	São Paulo
2005	Junho	II Revolta da Catraca barra o aumento	Florianópolis
2005	Julho	Mobilizações revogam o aumento	Vitória
2006	Junho	Encontro Nacional do Movimento Passe Livre	São Paulo
2006	Novembro/dezembro	Luta contra o aumento	São Paulo
2008	Outubro	Grande luta contra o aumento	Distrito Federal
2009	Julho	Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal	Distrito Federal
2009	Novembro	Ocupação da Secretaria de Transportes	São Paulo
2010	Janeiro	Luta contra o aumento	São Paulo
2011	Janeiro/Março	Luta contra o aumento	São Paulo, Belém, Vitória e outras capitais
2012	<i>Janeiro</i>	<i>Luta contra o Aumento</i>	<i>Teresina, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Joinville, Belo Horizonte</i>
2012	<i>Outubro</i>	<i>Luta contra o Aumento</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
2012	<i>Março</i>	<i>Revolta das Barcas</i>	<i>Niterói</i>
2011	Agosto	Mobilizações revogam aumento	Teresina
2013	Janeiro	Lutas conquistam revogação do aumento	Região Metropolitana de São Paulo (Taboão da Serra)
2013	Abril	Mobilização derruba aumento	Porto Alegre
2013	Junho	Protestos de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades	Brasil

(Fonte: MPL-SP, 2013:18, grifo nosso)

O MPL é um movimento que alcançou difusão nacional no contexto dos protestos de Junho de 2013. No entanto, diversos movimentos e organizações com as mesmas características vem surgindo nas últimas décadas no Brasil, a partir de princípios distintos das instituições tradicionais, e por isso, propõem uma política que permita igual poder de decisão e participação.

Estes movimentos possuem pautas pontuais e têm demandas que são forjadas a partir de uma determinada conjuntura. As bandeiras de lutas não são fixas, muitas vezes. Mas, estas, se colocam acima do grupo, movimento ou organização.

Temos assistido nas últimas décadas o nascimento de movimentos horizontais na forma de organização e autônomos em relação a partidos e instituições. Esses movimentos frequentemente valorizam mais o processo do que o resultado: é o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações que dão a eles sabor e sentido. As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de autoexpressão contracultural. Algumas vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política. (ORTELLADO, 2013, n.p)

Segundo sua Carta de Princípios¹¹, todas as organizações do MPL devem existir de acordo com os seguintes princípios: autonomia, independência e apartidarismo e horizontalidade. Neste sentido, fica expresso que a organização é feita por aqueles que constroem o movimento e este não deve estar subordinado a partidos, sindicatos ou organizações estudantis. Isso não significa dizer que os participantes não possam ser filiados a partidos. Para o MPL, o princípio da horizontalidade não permitiria a formação de lideranças e figuras que se sobreponha umas às outras. Não aceitam financiamento em troca de favorecimentos políticos ou econômicos e, por essa razão, afirmam que todas as organizações devem buscar maneiras de se autogerirem financeiramente. O princípio de independência por sua vez, indica que cada MPL tem autonomia para se organizar e atuar em âmbito local, de acordo com sua realidade e necessidades, não sendo submetida à aprovação dos movimentos de outros municípios, sem, contudo, fugir das regras da Carta de Princípios. Esses princípios são pensados como forma de não reproduzir a estrutura capitalista que, muitas organizações sociais reproduzem por se pautarem em princípios como a hierarquia, a burocracia e a centralização do poder. Por fim, para além da discussão da tarifa zero é preciso discutir a

¹¹ Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>> Acesso em: 27 nov. 2016.

mobilidade urbana, no que tange a opressão social que é reproduzida nas relações sociais que se dão na cidade.

A mobilidade urbana tem uma função central no cotidiano de milhões de pessoas que vivem nas capitais brasileiras. Segundo o IPEA¹² chegar ao trabalho custa mais tempo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro do que em Londres, Nova York, Tóquio, Paris, Santiago. Para os trabalhadores que moram na periferia das grandes cidades brasileiras, além do tempo gasto no trajeto de casa para o trabalho, as condições precárias dos transportes públicos são outras fontes de insatisfação. Para estes, não há outra opção a não ser utilizar ônibus, trens, metrô superlotados e extremamente desconfortáveis. Esta parcela da população urbana tem o tempo perdido dentro do transporte por conta das vias congestionadas e da escassez de certas linhas.

As constantes revoltas contra o aumento da passagem do transporte público demonstram que esta é uma questão fundamental no debate sobre acesso aos direitos fundamentais da população urbana.

Os reajustes, geralmente, poucos centavos que são anualmente aplicados, podem parecer ínfimos, mas para os trabalhadores e para os estudantes, que são a maior parte da população que utiliza o transporte público para se locomover diariamente, são extremamente significativos.

1.3. A Emergência de Movimentos, Organizações e Ocupações anteriores à eclosão Protestos de Junho de 2013

As ocupações urbanas no centro da cidade do Rio de Janeiro são ações empreendidas pelas próprias pessoas afetadas pela realidade urbana, ou seja, pessoas moradoras de rua, trabalhadoras do centro da cidade sem condição de pagar o transporte de sua residência a seu local de trabalho, pessoas que não têm mais condição de sustentar o aumento dos aluguéis e que, ao invés de esperar que o Estado ofereça solução para tais condições, assumem ações diretas para realizar seus objetivos. Ações políticas de indivíduos ou grupos de indivíduos autônomos, no sentido de livres de representação ou institucionalização. (ASSUMPCÃO & SCHARAMM, 2013, p. 97)

¹² Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=17212> Acesso em: 27 nov. 2016.

As ocupações urbanas representam uma forma de luta, através de ações diretas, atores e movimentos que tem como bandeira de luta pela moradia, ocupam prédios e casas abandonados. Estas ocupações são feitas por moradores de rua, desempregados, trabalhadores que não possuem condições de arcar com os custos altos de aluguéis e de transporte no Rio de Janeiro.

Essas ocupações apresentam uma forma organizacional que se destaca perante os distintos movimentos sociais urbanos devido a sua horizontalidade: ausência de relações de tipo hierárquico. As decisões são tomadas em assembleias, nas quais os moradores presentes atuam por meio de votos ou consenso. A estrutura, manutenção e segurança são de responsabilidade de comissões formadas pelos próprios habitantes. A cozinha comunitária é uma realidade no início dos projetos de ocupação, como no caso da Ocupação Machado de Assis, e pode se tornar um espaço permanente, como na Ocupação Flor do Asfalto. Esta última mantinha uma biblioteca com acervo de mais de 500 livros, além de horta e aulas de capoeira. (ASSUMPÇÃO & SCHARAMM, 2013, p.97)

A forma de organização dos movimentos de luta pela moradia¹³ e dos ocupantes destes prédios é marcado pela horizontalidade e autonomia perante Estado, governo e partidos políticos. Dentro destas ocupações de moradia, existem assembleias para decidir a gestão daquele espaço bem como os rumos políticos. São formadas comissões pelos moradores para pensarem segurança, estrutura, cultura, comunicação.

Na perspectiva de ocupação de espaços públicos, em 2011, surge o Ocupa Rio. Esta mobilização que traz elementos significativos para o entendimento de práticas políticas descentralizadas e horizontais. Como também pela ocupação do espaço público enquanto prática social e política que se desenvolveu no espaço público.

Sob influência de mobilizações e insurreições globais como Primavera Árabe, e 15 M, -em 22 de outubro de 2011, levantaram-se barracas numa ocupação “apartidária, mas não apolítica” em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro. Concebido via *internet* e nascido em meio à Cinelândia, tinha início o movimento Ocupa Rio. Agremiando *punks*, secundaristas, universitários, aposentados, hippies, moradores de rua, ativistas, artistas, mídia independente, *hackers*, funcionários públicos, indígenas, anarquistas, etc, se apresentava como uma experiência singular de socialização que ousava se estabelecer sem autorização em meio ao espaço público. (LOBATO, 2013, p.137)

¹³ As ocupações urbanas do Rio de Janeiro tem a frente movimentos de luta pela moradia como a FIST e o MNLM. Disponível em: <<http://fistrj.blogspot.com.br/> e <http://mnlmrj.blogspot.com.br/>> Acesso em 13 mai. 2017.

Assim como nos movimentos internacionais citados que ocorreram por meio de protestos de rua e não por negociações institucionais, o Ocupa Rio apresentou uma interlocução em relação ao contexto internacional de eclosão de diversos movimentos que contestam, sobretudo, a democracia representativa e o sistema econômico de seus países, como por exemplo, o *Ocuppy Wall Street* (EUA) e o 15 M (Espanha) de um lado e os que exigiam a implementação de um sistema democrático como a Primavera Árabe (países do Oriente Médio e Norte da África) de outro.

Do ponto de vista nativo, as formas de deliberação dentro da acampada apareciam como formas de pesquisa de um novo fazer democrático, uma “democracia real” a aparecer em diversos discursos de participantes e em uma grande faixa presa ao respiradouro do metrô ao lado das barracas. O acampamento e suas formas de sociabilidade podiam ser vistos como um “laboratório de sociedade” – apontava um popular cartaz preso a uma das árvores. A mudança que os participantes ensejavam estava imbricada na forma de organização. (LOBATO, 2013, p. 145)

Ainda em 2011, surge uma organização social significativa no contexto das lutas urbanas, contemplando pautas de direito à cidade, de gestão democrática e transparência dos gastos públicos. Os Comitês Populares da Copa e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa que, se formam, a partir do evento ocorrido no Rio de Janeiro, “[...] o Fórum Social do Pan. Durante o Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial [...]”.(VAINER, 2013, p. 39).

Neste contexto, movimentos e grupos sociais se articulavam em torno da luta pelo direito à cidade em uma conjuntura de especulação imobiliária, segregação e limpeza social implementados nos centros urbanos a despeito de um modelo de “cidade mercadoria” que se estruturava para receber megaeventos esportivos como: Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.¹⁴

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas pautou diversas frentes de luta, em várias cidades do Brasil, como Porto Alegre, Brasília, São Paulo, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, sobretudo contra as remoções, a violação de direitos humanos e o descaso com os gastos públicos dos governos estaduais para a realização de megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), bem como a defesa do direito à cidade, à moradia, ao trabalho na conjuntura de megaeventos. A estrutura organizativa destes Comitês foi construída como espaços abertos, autônomos, horizontais e apartidários, formado por militantes partidários, autônomos,

¹⁴ Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

anarquistas, moradores de áreas removidas, universitários, pesquisadores entre outros tinham como objetivo a articulação em rede destes comitês e de outras organizações sociais que tinham estas lutas em suas pautas.¹⁵

Assim, em relação aos protestos que emergem em Junho de 2013, é preciso compreender que há uma “[...] conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016”. (VAINER, 2013, p.37).

Em 2012, participantes do grupo Ocupa Rio (2011), promoveram o Ocupa dos Povos, em protesto ao evento RIO +20¹⁶, sediado na Cidade do Rio de Janeiro. Os manifestantes fizeram uma ocupação na Praça Paris durante todo o evento.

Xs companheirxs do Ocupa Rio estão organizando uma acampada paralela à realização da Rio+20 / Cúpula dos Povos e estão chamando todxs xs ocupas que estarão no Rio para que se unam a elxs na construção dessa ação. Segue chamado:

O OCUPA RIO vai receber todos os companheiros das ocupas do mundo que chegarem na cidade para manifestar junto durante a Cúpula dos Povos e a Rio+20. Para atender a todos no melhor dos modos pedimos que informem data de chegada e número de visitantes enviando e-mail para ocupario@gmail.com. Receberão as infos e os contatos direto com a Ocupa Rio. Nos vemos no Ocupa Rio! (OCUPA SAMPA, 2012, n.p)

No final de 2012, a ocupação da Aldeia Maracanã tornou-se um marco nas lutas sociais do contexto urbano do Rio de Janeiro por trazer à tona questões como direito à cidade, à moradia além da ocupação de um prédio público como forma de resistência.

Conforme Albuquerque (2015) o prédio do Museu do Índio que estava abandonado desde 1977, era ocupado por indígenas desde 2006.¹⁷ Por localizar-se nas proximidades do complexo do estádio do Maracanã, o grupo denominou a ocupação de Aldeia Maracanã. No dia 13 de novembro de 2012, uma decisão tomada pela desembargadora federal Maria Helena

¹⁵ Estas informações foram obtidas através de observação in loco quando a pesquisadora participou do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio em 2013 e 2014.

¹⁶ “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas”.

Fonte: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html

¹⁷ Apesar do prédio do Museu do Índio ter sido ocupado por indígenas desde 2006, o recorte empírico da pesquisa para fins de análise da conjuntura anterior aos protestos de Junho de 2013 se refere enquanto marco a Ocupação da Aldeia Maracanã em 2012. Há uma transformação no tipo de ocupação que antes se dava apenas por indígenas e passa a ser ocupado por diferentes atores sociais devido ao contexto da época. Assim como pela difusão da luta social que ocorria naquele espaço tornando-se um marco neste aspecto a partir desta data.

Cisne, presidente do Tribunal Federal Regional da 2ª região (TRF-2), cassou duas liminares concedidas pela Justiça Federal, após ações civis públicas ajuizadas pela Defensoria Pública da União (DPU). Uma liminar impedia a demolição do prédio que abriga a aldeia, enquanto a outra garantia a permanência dos indígenas no local. A cassação das liminares alertou os índios e os movimentos populares que acompanham de perto as obras de preparativos da Copa. A resistência começou assim que a juíza cassou as liminares. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012, n.p)

Em março de 2013, houve a decisão judicial que emitiu documento de posse do terreno ao Estado do Rio de Janeiro, autorizando a construção do Museu Olímpico e conseqüentemente o despejo dos moradores do prédio. Ao meio-dia do dia 22 de março, após cercarem o prédio durante a madrugada, inicia-se um cenário de guerra com tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, *spray* de pimenta, a mando do então governador Sérgio Cabral. Além da resistência dos indígenas, houve também a resistência de diversos ativistas, militantes e apoiadores do movimento, no entanto, os índios foram expulsos da Aldeia Maracanã.

No que tange a luta pelo transporte público, em janeiro de 2012 “[...] em diversas cidades do país, o mês de janeiro foi marcado por protestos contra o aumento das passagens de ônibus”. (PENELAS, 2012, n.p). Em outubro do mesmo ano, duas semanas após a eleição para prefeitura do Rio de Janeiro, o prefeito carioca, Eduardo Paes, anunciou o aumento da passagem de ônibus de R\$2,75 para R\$3,05 que passaria valer a partir de 2 de janeiro. Houve protestos dia 24/10 e 31/10, ambos organizados pelas redes sociais contando com diversos movimentos sociais e partidos. Estes protestos foram reprimidos pela violência policial.¹⁸

Dada esta conjuntura, que imprime a necessidade de organização das lutas em torno da pauta do transporte público, o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem é criado em outubro de 2012 após uma plenária na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) no dia 23/10/2012. Este Fórum teve como princípio se estabelecer como um movimento horizontal, autônomo e aberto à participação todos os cidadãos. Este espaço contou com a participação de militantes de diversos movimentos e organizações de esquerda, partidários, autônomos e independentes. A criação deste movimento teve como objetivo principal, organizar os atos contra o aumento da passagem no Rio de Janeiro, que desencadearam em uma sequência de protestos durante o mês de Junho.

¹⁸ Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-100/4408-protestos-contr-aumento-da-passagem-no-rio>> Acesso em: 18 nov. 2016.

As plenárias do Fórum de Lutas ocorriam no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) campus da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), tendo ocorrido uma vez na UERJ também. A pauta do transporte público era o debate central deste movimento. Uma série de questões que permeiam este debate estavam incluídos como, por exemplo, o passe livre, a dupla função dos motoristas. A partir destas discussões e da conjuntura de aumento das passagens nos transportes públicos focava-se na construção de estratégias e ações para barrar o aumento da tarifa no transporte público na cidade.¹⁹

O Fórum utilizou como estratégia de divulgação e mobilização uma ferramenta de rede social - os eventos de *Facebook* – para debater e construir os atos por meio das plenárias e para divulgar os atos contra o aumento da passagem, conseguindo assim, alcançar milhares de pessoas. Após esse processo, o Fórum passou a organizar as lutas contra o aumento da passagem na cidade do Rio de Janeiro até julho de 2013.

O aumento no transporte público, que normalmente ocorre no começo do ano, foi adiado após acordo do prefeito e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para ajudar a conter a alta da inflação.²⁰

Assim no final de maio, os prefeitos de diversas cidades do país anunciam aumentos das tarifas nos transportes públicos e as lutas contra o aumento da passagem eclodem em todos os estados do Brasil, iniciando-se assim ciclo de protestos, sob o título, posteriormente, de Protestos, Jornadas ou Manifestações de Junho de 2013 dentre outras nomenclaturas.

1.4 Os Movimentos, Organizações, Ocupações e Assembleias populares surgidos a partir da eclosão dos Protestos de junho de 2013

Alguns conflitos internos dentro do Fórum de Lutas Contra os Aumentos da Passagem merecem destaque para compreender os processos e tensões internas entre os atores e grupos que compunham aquele movimento que serão analisados posteriormente. Como também para abrir a possibilidade de entender a formação de novas frentes e organizações de luta. As características dos protestos (horizontalidade, apartidarismo, autonomia) não são consensuais entre seus participantes, pois disputas em torno delas motivaram conflitos e rompimentos. Isso não quer dizer que não sejam características observáveis nos protestos,

¹⁹ Informação obtida a partir de observação in loco.

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/reajuste-do-metro-e-cptm-valera-partir-de-1-de-junho-diz-alckmin.html>> Acessado em: 17 nov. 2016.

mas sim que não havia homogeneidade. Um destes conflitos levou à criação da Frente Independente Popular (FIP).²¹

A Frente Independente Popular foi formada em agosto de 2013, após surgirem divergências entre grupos independentes, anarquistas, maoístas e marxistas revolucionários contra grupos partidários (que disputam o Estado por vias eleitorais, como PSOL, PT, PCB, PC do B e PSTU) que atuavam dentro do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem no Rio.

Há que se destacar outro conflito interno do Fórum de Lutas responsável pelo surgimento da primeira assembleia popular do Rio de Janeiro, a Assembleia do Largo do São Francisco que devido a divergências com relação a formato e modelo de organização e decisão do espaço do Fórum rompeu o movimento e fundou outra organização.

Sob a influência do Fórum de Lutas houve o aparecimento, a partir do final de julho de 2013, no Rio de Janeiro, de espaços de discussão, articulação e ação em locais públicos da cidade denominados pelos próprios participantes de Assembleias Populares.

Em julho de 2013, o coletivo midiativista *Anonymous Rio* faz uma convocatória *online* através de sua página no *Facebook* para a formação de assembleias populares em diversas localidades do Rio de Janeiro. Surge a Assembleia Popular do RJ, do Grande Méier, da Grande Tijuca, da Fronteira e da Zona Sul 3. Em dezembro de 2013, após o fim da Ocupação da Câmara do Rio surge a Assembleia Popular da Cinelândia. Estas assembleias se constituíram em espaços abertos, horizontais e autogestionados de discussão de pautas urbanas e questões da conjuntura daquele momento, como repressão policial, midiativismo, liberdade para presos políticos entre outros. Havendo uma articulação entre as mesmas, com a criação da Assembleia das assembleias, com a missão de articular estes espaços de debate.

Em 2013, irrompem uma série de ocupações pelo Brasil, também conhecidos como movimentos “ocupas”. A exemplo disto, os “Ocupa Câmara”, que ocorreram em várias cidades brasileiras entre junho e julho daquele ano, em decorrência dos protestos de Junho.

O movimento que ficou conhecido como “Ocupa Câmara” onde “[...] em média 23 cidades tiveram suas Câmaras Municipais ocupadas pelo Brasil nos meses de junho e julho de 2013. Entre as cidades, estão capitais como Belém, Belo Horizonte e Natal. Algumas cidades chegaram a ter mais de uma ocupação. (GOMBATA, 2016, n.p.)

²¹ Informação obtida através de observação in loco.

No Rio de Janeiro, no dia 9 de agosto de 2013, após a reunião para composição da CPI dos Ônibus, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi ocupada por ativistas e militantes devido a discordâncias destes com relação aos parlamentares eleitos para os cargos de presidente e relator da comissão.

Entre estes meses, ocorreram uma série de protestos nas imediações da casa de Cabral.²² Em 21 de junho se inicia o Ocupa Cabral tendo sido desocupado em 02 de julho, retornado 28 de julho e permanecido até 06 de setembro.

Na esteira dos protestos de Junho, eclodem protestos na Rocinha e no Leblon contra o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo seguida de uma campanha nacional intitulada “Cadê o Amarildo?” que termina por atingir dimensão internacional. Desde o dia 14 de julho, o ajudante de pedreiro teria sido visto pela última vez.

Neste processo, os protestos no entorno da sua residência se mantiveram, sobretudo após o desaparecimento de Amarildo por policiais da UPP, política de segurança implementada pelo governo de Sérgio Cabral e com o retorno do Ocupa Cabral dia 28 de julho.²³

Houve também a emergência de coletivos e organizações que defendem a cultura, a arte, o direito ao acesso aos bens culturais questionando o modelo de cidade delegado à iniciativa privada pelos governos, além dos altos custos dos espaços e produtos culturais. Um dos expoentes mais significativos neste contexto foi o Ocupa Lapa. Este coletivo surgiu após o protesto de 20 de junho de 2013 na Lapa, onde ativistas foram perseguidos por policiais. Como forma de reivindicação a ação violenta e repressiva do estado, os ativistas decidem se unir para ocupar o espaço público com manifestações artísticas e políticas. A organização do coletivo se dava de maneira horizontal e sem filiação a partidos e organizações políticos.

A fagulha das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos - o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis-, que entre catrações -, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 9)

²² Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/protesto-no-leblon-rio-comeca-pacifico-e-termina-com-confusao.html>> Acesso em: 12 jan. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013/06/21/leblon-manifestacao-reune-mais-de-200.html>> Acesso em: 12 jan. 2017.

²³ Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,no-rio-ato-por-amarildo-reune-300-e-segue-ate-a-casa-de-cabral,1059689>> Acesso em: 23 mar. 2017.

A conjuntura de mobilizações sociais no contexto urbano pré-Junho de 2013 configuram um conjunto de lutas sociais vêm sendo organizadas por movimentos e atores sociais ligados a pautas urbanas que estão conectadas num espectro mais amplo, seja com relação ao contexto internacional, ao histórico nacional e ao local. Este quadro de lutas ampara a construção das análises do objeto central desta pesquisa, os Protestos de Junho de 2013.

TABELA 2: QUADRO DOS MOVIMENTOS, ORGANIZAÇÕES, OCUPAÇÕES E ASSEMBLEIAS POPULARES SURGIDOS ANTES E A PARTIR DE 2013 NO RIO DE JANEIRO

ANO	Movimentos/Organizações Sociais	Assembleias Populares	Ocupações*
2011	Comitê Popular da Copa RJ		Ocupa Rio
2012	Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem RJ		Ocupa dos Povos
			Ocupação da Aldeia Maracanã**
2013	Frente Independente Popular	Assembleia do Largo do São Francisco	Ocupa Cabral
	Ocupa Lapa	Assembleia Popular RJ	
		Assembleia Popular Cinelândia	
		Assembleia Popular Tijuca	

		Assembleia Popular do Méier	Ocupa Câmara
		Assembleia Popular Zona Sul 3	
2014		Assembleia Popular do Largo do Machado	

* As ocupações urbanas existem há mais de uma década no Rio de Janeiro, no entanto, este quadro foi pensado para contemplar ocupações mais recentes e circunscritas no espectro de ocupação de prédios e espaços públicos.

** A Ocupação da Aldeia Maracanã existe desde 2006, no entanto, possuía um caráter diferenciado como explanado anteriormente.

Neste quadro, faz-se um levantamento dos movimentos e organizações sociais surgidos na conjuntura anterior a Junho e a partir de Junho. Nota-se que estava em curso uma série de manifestações e organizações que conduziam lutas sociais em torno de pautas distintas e amplas, como direito à cidade e o passe-livre. Em 2011, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas Rio inaugura um espaço constituídos por atores de diferentes filiações políticas para discutir e planejar ações a despeito da realização dos megaeventos, a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016. O Rio de Janeiro foi uma das doze cidades-sede na Copa do Mundo e a cidade-sede nas Olimpíadas de 2016.

No mesmo contexto, o Ocupa Rio surge com a influência direta do movimento *Ocuppy Wall Street*, contemplando, sobretudo novas formas de organização política e social, baseados na recusa do capitalismo e das tradicionais formas representativas de organização.

Em 2012, com uma configuração organizativa similar do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas Rio, tem-se o surgimento do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem contemplando a pauta do transporte público. Neste ano, as lutas da Aldeia Maracanã são difundidas após a ameaça de despejo dos indígenas que ocupavam aquele local desde 2006 para se construir um estacionamento às vésperas da Copa do Mundo. Em junho deste ano, ocorre o Ocupa dos Povos, com participantes do Ocupa Rio, contestando o megaevento sediado na cidade do Rio de Janeiro, o Rio + 20.

Em junho de 2013, após divergências com a organização do Fórum de Lutas, surge a primeira assembleia popular, a assembleia do Largo, e em julho uma série de assembleias

populares são organizadas em bairros e regiões do Rio de Janeiro. Surgidas com a ideia de discutir pautas locais e, sobretudo de ocupar o espaço público, e organizar a política de maneira aberta e horizontal. De outro lado, mas também fruto de divergências entre grupos e atores, surge a Frente Independente Popular.

Neste contexto, surgem o Ocupa Cabral durante os Protestos de Junho de 2013 e o Ocupa Câmara²⁴ em agosto, como formas de reivindicação de pautas específicas, a CPI dos transportes e as irregularidades da gestão do então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. A utilização a ocupação dos espaços públicos é similar ao Ocupa Rio e ao Ocupa dos Povos. Em 2014, surge a assembleia popular do Largo do Machado²⁵ como dissidência da Assembleia do Largo de São Francisco.

Neste sentido, parece ser central a questão da metodologia de organização e a busca por novos métodos de luta, estes têm por base os princípios de horizontalidade e autonomia.

CAPÍTULO II: MOVIMENTOS SOCIAIS & OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

Este capítulo tem o objetivo de entender os Protestos de Junho de 2013 dentro do contexto dos movimentos sociais. A princípio traça-se uma breve trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, percorrendo, brevemente, o século XIX, a década de 1930 com os movimentos operários e sindicalistas, o período ditatorial com golpe de 1964, a década de 1970/80 com o protagonismo dos chamados *Novos Movimentos Sociais* inseridos em um período de redemocratização até os movimentos *altermundistas* ou *antiglobalização* inseridos em um contexto global, incluindo movimentos e organizações sociais brasileiras.

Em um espectro mais delimitado, aborda-se o ciclo de movimentos sociais da esquerda brasileira como forma fazer uma recapitulação histórico analítica do processo político brasileiro até os Protestos de Junho de 2013. No entanto, dado as limitações teóricas e empíricas desta pesquisa, os Protestos de Junho de 2013 não serão enquadrados como um marco no que se refere à ascensão de uma geração de militantes insurgente ou da abertura de um novo ciclo de movimentos sociais brasileiros. A reflexão feita gira em torno das possíveis

²⁴ A ocupação da câmara teve dois momentos: a ocupação interna do prédio da Câmara e a externa, em frente a Câmara. No terceiro capítulo, esta ocupação será descrita e analisada.

²⁵ No último capítulo, esta assembleia será descrita e contextualizada.

mudanças nas dinâmicas e nas formas de organização, mobilização e militância dos movimentos sociais, apontando características que os distinguem e que se mantêm dos movimentos dos ciclos que compreendem a ascensão e o governo do PT.

Entendendo que nas ruas em Junho, havia uma grande diversidade de atores além dos tradicionais partidos e movimentos políticos de esquerda. Ressaltou-se dois campos: “um grupo de autonomistas com experiência de militância e um grupo de manifestantes avulsos, sem ativismo prévio, movidos por chamadas de *internet* ou pelo que viam na imprensa”. (ALONSO, 2013, p. 2). Assim como o aparecimento de setores e atores do campo da direita.

Neste trabalho, a ênfase é dada aos movimentos e atores que atuavam ou passaram a atuar em movimentos, grupos e coletivos autônomos opondo-se às da militância institucional da esquerda tradicional. No entanto, uma parcela considerável destes movimentos foi marcada pela coexistência de organizações e atores filiados a partidos políticos da esquerda socialistas e comunistas, anarquistas, marxistas, autonomistas, independentes, autônomos.²⁶ Neste processo, forjaram-se formas de ação e concepção política reconfiguradas em relação às clássicas.

A partir destas considerações, faz-se a historicização da trajetória dos movimentos sociais da esquerda brasileira com ênfase no surgimento do PT no cenário político nacional na década de 1970/1980 e posteriormente as transformações deste partido até a eclosão dos Protestos de Junho de 2013. Esta chave analítica torna-se um instrumento fundamental para conceber as transformações políticas, através de proximidades e rompimentos, nas ações políticas operadas pelos atores no contexto de Junho, em relação aos movimentos supracitados.²⁷ Nesta conjuntura, emergem formas alternativas de socialização política, não

²⁶ O debate sobre os conceitos pelos quais os atores são designados não serão discutidos. A categoria de autonomia foi reivindicada por movimentos anarquistas, marxistas e operários em diferentes contextos com abordagens distintas. O autonomismo é uma corrente mais delimitada que se inicia com os movimentos autonomistas italianos da década de 1960, que tem Antonio Negri como seu maior expoente. Essa terminologia é retomada com os movimentos *altermundistas* na década de 1990 e nos idos de 2011 com o *Ocuppy Wall Street* e 15 M por exemplo. Nesta pesquisa, a designação dos atores e movimentos será dada pela definição que os mesmos reivindicarem.

A separação de marxistas e filiados a partidos socialistas e comunistas é feita porque havia uma parcela relevante de atores marxistas do campo revolucionários, leninistas e maoistas que não estão filiados aos partidos da esquerda socialista e comunista da esquerda brasileira.

²⁷ Esta análise histórica em ciclos que aponta, de alguma forma, para os Protestos de Junho de 2013 como recusa ao ciclo anterior, não se traduz em levantar a hipótese de que a causa nodal para o aparecimento de repertórios inovadores e atores que não se reconhecem nos modelos partidários clássicos, se explica com a chegada do PT ao governo federal e sua conseqüente reformulação nas bases programáticas e ideológicas. A tentativa é reconstituir os ciclos de movimentos sociais históricos para encontrar convergências e divergências nos princípios e formas de ação políticas.

estando condicionada a entrada na vida política, necessariamente, via partidos e entidades clássicos da esquerda.²⁸

O contexto social, político e econômico das últimas mobilizações de massa no Brasil é totalmente diferente do atual e não podemos, *ceteris paribus*, isolar os contextos históricos nem traçar paralelos precipitados. No entanto, sem cair novamente na sedução da “novidade”, é possível tecer algumas considerações sobre os diferentes ciclos de ação coletiva no Brasil pós-ditatorial, extraindo algumas continuidades e rupturas. (BRINGEL, 2013, p. 48)

Assim, segundo a classificação proposta por Ridenti (2006) pretende-se vincular dois tipos de ciclos: o ciclo político mais abrangente, de esquerda, que começa no início dos anos 1930 e termina com a redemocratização, momento que emergia no campo democrático popular os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. Dos anos 1990 até meados da década de 2000, período chamado por Ridenti (2006) de institucionalização defensiva. E finalmente, com a eclosão dos Protestos de Junho de 2013. O PT e a CUT do *Novo Sindicalismo* e os demais movimentos da geração dos *Novos Movimentos Sociais* não foram o espaço de formação e inserção política central para esta parcela da juventude formada politicamente em movimentos e organizações autônomas que contestam a atuação política via Estado.

[...] boa parte da juventude se iniciou e se socializou politicamente, a partir do novo século, no Movimento Passe-Livre, nos Comitês Populares da Copa, em sindicatos e outros movimentos sociais mais combativos, quase todos fora da esfera de influência política da geração petista-cutista que se encastelou em postos governamentais, bem como fora do âmbito de suas respectivas políticas públicas. (PERRUSO, 2014, p.8)

No entanto, os movimentos da década de 1970/1980 guardam características e princípios que são retomadas em Junho de 2013, como a autonomia e a negação do líder carismático.

Para estruturar esta discussão, faz-se uma breve apresentação das principais abordagens e teorias dos movimentos sociais para finalmente fazer o enquadramento do

²⁸ Esta juventude que emerge não significa que há necessariamente o surgimento de uma nova geração ou um novo ciclo, e sim que houve transformações nos repertórios, como observados em diversas pesquisas empíricas a respeito de Junho. No entanto, não se pode garantir que estes serão cristalizados como os movimentos da geração anterior.

objeto na Teoria do Confronto Político para que seja possível entender as práticas políticas a partir dos conceitos de repertório de confronto político e ciclo de protesto que se inserem dentro desta teoria. A partir da leitura de autores clássicos dos movimentos sociais, Sidney Tarrow e Charles Tilly, que definem ciclo de protesto como momento de acirramento, de grande emergência de movimentos sociais, de intensidade, que são difundidos pelos setores mais politizados aos menos mobilizados até chegar todos os setores da sociedade, como aconteceu em Junho de 2013. Assim como, mediante a utilização do conceito de repertório de confronto para abranger as formas de ações reivindicatórias utilizadas pelos atores naquele contexto.

Ao dialogar com a literatura mais abrangente de movimentos sociais do Brasil e com a literatura sobre os Protestos de Junho de 2013, será possível fazer um mapa do contexto político e histórico brasileiro, dentro das delimitações teóricas e empíricas deste trabalho.

2.1 Os movimentos sociais no Brasil

Ao discorrer sobre a trajetória histórica e social dos movimentos sociais no Brasil verifica-se numerosos conflitos no campo e nas cidades. Estes constituem o cenário histórico de lutas sociais na história brasileira. Dar-se-á aqui uma breve contextualização à organização e atuação dos movimentos sociais no Brasil, fundamentalmente, no século XX.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que o Brasil é marcado por diversas e intensas revoltas populares em contextos históricos, espaciais e políticos distintos. Estas revoltas juntamente com as Revoltas contra o aumento a Passagem e de luta pelo Transporte Público que também transitam em tempos históricos e espaços distintos são relevantes para compreender a eclosão dos Protestos de Junho em 2013 dentro da história e sociologia brasileira.²⁹

O início do século XX é marcado por diversos acontecimentos ocorridos a partir de meados do século XIX, dentre eles, a abolição da escravidão (1888), a terra como mercadoria

²⁹ Maria da Glória Gohn (2000) cita uma lista das lutas históricas no Brasil Colônia e no Brasil Imperial: "Zumbi dos Palmares (1630), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830 - 1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847 - 1849), Revolta do Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República). (GOHN, 2000, p. 15).

(Lei de Terras de 1850), o início da Urbanização e Industrialização. Observa-se, neste período, uma transição de centralidades nas relações sociais de produção. Em relação à essa questão, Adalberto Cardoso (2008), no texto *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*, salienta sobre essa transição³⁰, destacando o “imaginário” sobre o escravo presente na literatura da “nascente sociologia brasileira”, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna ou Gilberto Freyre (CARDOSO, 2008).

A transição na centralidade das relações sociais de produção expressa a mudança sociopolítica no Brasil do final do século XIX e início do século XX, como afirma Soares do Bem (2006), “se o escravo era central no cenário sociopolítico do século XIX, no início do século XX serão os trabalhadores imigrantes que adquirirão centralidade”. (SOARES DO BEM, 2006:1144)

O processo de industrialização brasileira se deu após as grandes potências mundiais se configurando pela hegemonia do anarco-sindicalismo em contraponto com os países de que predominavam sindicatos de orientação marxista, como a Alemanha. A organização anarco-sindicalista coadunava de princípios como a autonomia, a autogestão, a ação direta e greve geral revolucionária (PAULA, 2015).

A influência da corrente ideológica do anarquismo nos movimentos sindicais de diversos países da Europa e da América se deve as ideias do teórico e militante político Mikhail Bakunin no contexto da Internacional Comunista (BATALHA, 2000).

O protagonismo das lutas sociais a partir de 1930 é compreendido pela organização e estruturação da luta operária anarquista. No entanto, com uma diferença da organização anarco-sindicalista, que, segundo Oliveira (2011), “os anarquistas, com a não aceitação dos direitos sociais, passaram a encontrar grandes dificuldades para se manterem na direção de alguns sindicatos”. O direcionamento das organizações de operários eram entorno do aspecto burocrático, ou seja, como afirma Oliveira, “a luta era para a efetiva aplicação das leis, que às vezes demandava a intervenção estatal [...]”. (OLIVEIRA, 2011, p. 4)

Embora tenha havido uma multiplicidade de atores em Junho de 2013, houve a ascensão de movimentos e organizações do campo autônomo. Estes se amparam em valores e

³⁰ Cardoso afirma que: “o elemento alienígena trazido ao país pela imigração europeia [...], aparecendo como portador de ideias sem lugar na realidade social brasileira, porque gestadas em um ambiente conturbado e afeito à luta de classes, oposto ao clima de concórdia pretensamente imperante no país. O estrangeiro com ideias socialistas ou anarquistas emergiu como um outro ainda mais perigoso do que o escravo, pois seria capaz de contaminar corações e mentes com ideias que desestabilizariam a estrutura de dominação tradicional”. (CARDOSO, 2008, p. 85).

princípios, como horizontalidade, ação direta, autonomia, que contrapõem os pressupostos valorativos vigentes das organizações partidárias hegemônicas.

A não aceitação de acordo ou negociação com o Estado é uma característica presente na organização anarco-sindicalista. Para os anarco-sindicalistas, o sindicato não é um mero mediador, mas um instrumento de organização e promoção da autonomia dos trabalhadores. Contudo, a instauração de leis trabalhistas não foi suficiente para a derrota da ala anarquista nas frentes sindicais. Segundo Oliveira (2011), “para calar o último suspiro de vida dos sindicatos anarquistas ocorreu a repressão de 1935 contra as entidades de classe que não se alinhavam à ideologia do Estado”, com direito a prisões, torturas e exílios forçados (expulsão do país) dos integrantes anarco-sindicalistas. (OLIVEIRA, 2011, p. 4)

Neste contexto “os sindicatos de orientação anarquista eram herdeiros diretos das lutas ocorridas até o início da década de 1920, como as greves gerais de 1907, 1917 e 1919, nas quais tiveram um papel preponderante”. (PAULA, 2015, p.206).

Segundo Soares do Bem (2006), “a partir de 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro, [...] a organização política da classe trabalhadora passou a se estruturar sob grande influência da Revolução Russa”. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1144). Com a ascensão do PCB que introduz lógicas de centralização das lutas e disputas para ocupar o parlamento as organizações anarquistas entram em decadência no contexto das lutas operárias (PAULA, 2015).

Após a Revolução de 1930, liderada por Vargas, têm-se o início de uma nova fase no sindicalismo. O sindicalismo trabalhista corporativista é instaurado.

Esse Estado em formação na década de 1930, cuja atuação será marcada por uma maior interferência nas relações entre os trabalhadores e os empresários, tinha um componente corporativo de grande expressividade, embora ainda contivesse a presença de alguns elementos liberais na sua constituição interna. (PAULA, 2015, p.174)

É importante ressaltar que no contexto político anterior ao Golpe de 1964 o PCB passa a privilegiar os acordos com a burguesia nacional em detrimento da perspectiva revolucionária de organização dos trabalhadores.

[...] O PCB desenvolvia a política da construção de uma frente nacionalista com a “burguesia nacional”. Seu instrumental analítico constituía-se no maior obstáculo a percepção do processo de fratura que se processava no interior do bloco de poder burguês, assim como o rápido esvaziamento que se processava nos reduzidos núcleos democráticos aglutinados em frações burguesas, que começavam a voltar-se na direção dos golpistas. Além disso,

em face da crise em que mergulhava o governo Goulart, os comunistas esperavam que as Forças Armadas ficassem neutras, apostando em uma suposta tradição democrática dos militares brasileiros- certamente baseando-se em sua antiga inserção no meio militar, mas que fora totalmente desmantelada em 1935. (MAZZEO, 1999, p. 133)

Um aspecto muito recorrente na literatura sobre movimentos sociais no período de 1954-64, segundo Soares do Bem (2006) conhecido também como período “nacional desenvolvimentista”, é a “organização das lutas sociais no espaço urbano”:

É a partir da década de 1940 que emergem no cenário urbano brasileiro as classes populares. A bibliografia que trata da questão (Soares do Bem, 1988) é unânime em reconhecer a ausência da intervenção do Estado na regulamentação da questão urbana (Lojkine, 1981; Kowarick, 1979), de forma que este segmento populacional tem sido desprovido de recursos urbanos necessários à sua reprodução. Tornou-se padrão no modelo de expansão do capitalismo brasileiro a urbanização calcada sobre as carências de serviços de consumo coletivo nas periferias das grandes cidades. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1147)

Ainda entre 1954-64, devemos destacar a Questão Agrária³¹ quando os conflitos rurais emergiam em diversas partes do Brasil. As Ligas Camponesas, por exemplo, se ampliavam e atuavam na perspectiva do enfrentamento do seu principal opositor, o latifúndio. No entanto, com a materialização de uma crítica ao Partido Comunista Brasileiro, fundamentalmente em relação ao pensamento “etapista”,³² as Ligas se constituíram e protagonizaram o cenário dos movimentos sociais no campo entre 1954 até meado da ditadura militar (NASCIMENTO, 2007).

No período da ditadura militar no Brasil, um momento específico de dura repressão de movimentos sociais, houve muitos enfrentamentos e consolidação de diversas formas de resistência às represálias da ditadura. Segundo Soares do Bem, (2006):

³¹ Ver verbete “questão agrária” em: STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salette, et al. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV-Fiocruz/Expressão Popular, 2012, pp. 641 - 646.

³² Segundo Nascimento (2007): “Com o triunfo da Revolução Cubana, baseada na luta do campo para a cidade, como visto anteriormente, contrariando a ortodoxia do PCB, segundo o qual a Revolução liderada por Fidel Castro e Che Guevara estaria queimando etapas. A partir de então, sobretudo depois da invasão da Bahia do Porcos pelos Estados Unidos e da Proclamação da II Declaração de Havana, reforça-se, dentro da Liga Camponesa, a ideia de organizar-se militarmente para intensificar a luta em prol do socialismo o que, segundo alguns autores, a teria levado ao isolamento de importantes setores sociais de esquerda, seus potenciais aliados”. (NASCIMENTO, 2007, p. 111).

Impulsionados pela Reforma Universitária de 1968 e pelo Decreto n. 477, que bloqueou todas as manifestações estudantis, além do Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 1969, os estudantes assumiram um papel central na grande frente contra a ditadura, muitos dos quais fizeram, diante do esgotamento das ações institucionais, a “opção” pela luta armada. Segmentos da Igreja Católica, principalmente após o Congresso de Medellín, realizado em 1968 na Colômbia, redefiniram o papel do evangelho na luta contra as injustiças sociais, dando origem à Teologia da Libertação, e impulsionaram o movimento das Pastorais nas periferias das grandes cidades, principalmente em São Paulo. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1150)

Há que se destacar também que, dentre as diversas derrotas e levantes de grupos organizados contra a repressão da ditadura militar, a “redemocratização”, ocorrida em meados da década de 1970 foi um momento de “reorganização” de diversas reivindicações dos trabalhadores e o surgimento de alguns movimentos sociais com pautas específicas. O Movimento Feminista que surge em 1975, por exemplo, segundo Soares do Bem (2006), refletia “[...] dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo”. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1151)

A data significativa é maio de 1978. É a partir daí que tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, que iria tornar-se a “ponta de lança” da resistência operária à superexploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelo bonapartismo militar a partir de 1964. Quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, insurge-se contra o arrocho salarial, ela atinge, de modo fulminante, a lógica da acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos do ABC paulista servirão de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora. A partir de 1978, a classe operária entra em cena – ou para ser mais preciso, a classe trabalhadora, pois o movimento social atinge dos operários industriais a funcionários públicos. Todos pertencem ao mundo do trabalho, ou a “classe-que-vive-do-trabalho”. (ANTUNES, 1995 *apud* ALVES, 2000, p. 111)

O período de “redemocratização” apresenta certas características que começam a se consolidar no final da década de 1970 e os movimentos sociais são peças fundamentais no confronto com a ditadura militar. Entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina, segundo Gohn (2011), “[...] ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação”. (GOHN, 2011, p. 342)

As organizações tradicionais estariam em crise com relação aos novos sujeitos que estariam entrando para a cena política naquele momento. Estes demarcavam que as “velhas organizações” não dialogavam com seus anseios, valores e princípios, como autonomia perante o Estado, construção política pela base e recusa de liderança carismática.

Entre os movimentos que vem assumindo esse caráter novo em suas formas de atuação pode-se destacar para o Brasil, uma parcela dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base organizadas a partir de adeptos da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros. (SCHERER-WARREN, 1987, p.41)

Segundo Ilse Scherer (1987), os *Novos Movimentos Sociais* tem como características “[...] lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível de reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base dos movimentos”. (SCHERER-WARREN, 1987, p.42)

A despeito dessa conjuntura, até o golpe militar de 1964 o PCB (Partido Comunista Brasileiro) era hegemônico na esquerda brasileira. Entre a década de 1970 e 1980 surge uma geração inscrita no ciclo de movimentos sociais que fica conhecida como a geração dos *Novos Movimentos Sociais* tendo o PT e a CUT seus maiores expoentes. A crítica mais central do PT com relação ao PCB era o fato do partido não privilegiar uma transformação social mais radical, sobretudo no final da década de 1950, ao se aliar com o PTB, que, por sua vez, privilegiava a conciliação de classes com a burguesia nacional em nome da promoção de reformas sociais. O PT pautava a construção política pela base dos setores sociais ao invés de alianças políticas feitas com setores da burguesia nacional (FORTES & FRENCH, 2012).

No contexto dos *Novos Movimentos Sociais*, segundo Ilse Scherer (1987), em contraposição ao sindicalismo da década de 1930, que mantinha vínculos com o Estado, sendo este intitulado de *pelego*³³, emerge a partir da década de 1970, da organização dos metalúrgicos de São Bernardo o que ficou conhecido como *Novo Sindicalismo*, este tinham como princípios norteadores: “autonomia sindical frente ao Estado, independência em relação aos partidos políticos e liberdade de escolha partidária de seus participantes, negociações

³³ Pele de lã que fica no assento do cavaleiro para ficar mais confortável.

diretas entre empregados e patrões, sem intervenção governamental”. (SCHERER-WARREN, 1987, p.43)

Nesta conjuntura, os atores que estiveram à frente destes novos movimentos rompiam com a “velha” estrutura das organizações hegemônicas daquele contexto histórico e político. Pois, “este ‘novo sindicalismo’ demonstrou que não existia nenhuma ligação com as velhas formas de organização do movimento operário-sindical brasileiro ao transpor as regras impostas pelo Estado e pela estrutura sindical em vigor.” (CAMPILONGO, Op.Cit., p. 227 *apud* PERRUSO 2008 p. 342)

A recusa de um segmento dos atores que atuam em Junho passa a ser o modelo institucional e eleitoral que o PT adota, mais claramente após a vitória de Lula em 2002 para presidência do país em detrimento da transformação social e da luta a partir das bases. Esta crítica é a mesma que o PT faz ao PCB na década de 1980, quando representava a “nova” política em contraposição a “velha” política do PCB que era o partido hegemônico na esquerda brasileira.

[...] a convicção de que as mobilizações autônomas, construídas desde as bases, e as ações diretas nas ruas – isto é, os conflitos sociais, enfim – podem resultar em vitórias populares. Caminho oposto ao do adotado pela geração petista-cutista desde os anos 1990\2000, que sinaliza como caminho único para se obter conquistas sociais a cooperação com o Estado por meio da articulação com suas políticas públicas. (PERRUSO, 2014, p. 10-11)

Os *Novos Movimentos Sociais* dos anos 1970/80, estão inscritos em um novo modelo de sociabilidade e política, os designados *novos sujeitos*. Conforme Sader (1988) estes sujeitos se desenvolveriam a partir de determinadas práticas políticas e sociais imersas nos movimentos sociais, no entanto as ações dos sujeitos não seriam determinadas pelos mesmos, teriam uma identidade própria. A dualidade entre coletividade e individualidade do sujeito seria expressa no que chamou de *sujeito coletivo*.

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. (SADER, 1988, p. 199)

Por outro lado, conforme Ilse Scherer (1987) a questão da defesa da autonomia no que se refere a vínculos com partidos e Estado significa demarcar uma diferenciação aos vínculos estabelecidos com partidos e Estado pelos movimentos tradicionais. No entanto, estes *Novos Movimentos* compreendem o partido como um possível “[...] canal de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sociais”. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 42)

Do fim da ditadura militar até 1988, parte da sociedade brasileira foi mobilizada para a construção de uma "Nova Constituição". A Carta Magna era constituída por direitos conquistados por diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores, movimentos sociais do campo e uma diversidade de grupos sociais. Contudo, conforme assinala GOHN (2000):

a crise internacional do capitalismo globalizado já havia se espalhado pelo planeta e atingiu o Brasil nos anos 1990. Desemprego, reformas, reestruturações no mercado de trabalho, flexibilização dos contratos etc, passaram a ser a tônica do novo cenário. (GOHN, 2000, p. 19)

No início do novo século, eclodem movimentos que lutam contra os efeitos negativos da globalização, o neoliberalismo e o imperialismo. Estes movimentos ficaram conhecidos como, os já mencionados, movimentos *altermundistas* ou *antiglobalização*.³⁴ Nesta conjuntura, sua forma de comunicação e organização é mediada por pautas e demandas condizentes a contemporaneidade. A arena de discussão e propostas para estas questões se deu com a criação do Fórum Social Mundial (GOHN, 2011).

A mobilização em rede, a descentralização, autogestão, apartidarismo e a desconexão com a esfera governamental são características destes movimentos e de espaços de discussão e articulação que emergem nesse contexto como o Fórum Social Mundial.

O instrumento de comunicação em rede CMI (Centro de Mídia Independente) é criado por militantes e jornalistas que atuavam nos movimentos *altermundistas*. Esta ferramenta mudou a forma de relacionamento da mídia na *internet*, sendo o primeiro *site* que permitiu às pessoas reportarem o que estava acontecendo sem precisarem de intermediários. A mídia tradicional não cumpria com este papel. Além disso, esta ferramenta criou um veículo de comunicação entre os ativistas e militantes. No limite o que hoje é conhecido como midiativismo e as redes sociais foram inauguradas pelo CMI.

³⁴ O termo antiglobalização é rejeitado por muitos participantes do movimento por conta do teor contraditório que carrega por estarem conectados em rede internacional, fazendo parte do processo globalização. A oposição feita a globalização econômica.

Segundo Ortellado (2013) “[...] não é à toa que do CMI saíram muitas das empresas de redes sociais: *Twitter*, *Youtube*, *Flickr* e *Craigslist*. Todas foram fundadas por pessoas que vieram do CMI. (ORTELLADO, 2013, n.p).

A articulação e difusão em rede através da comunicação do CMI nos movimentos *altermundistas* se assemelha aos processos que possibilitam a eclosão dos Protestos de Junho. Esta articulação e difusão, em Junho, se deu por meio de eventos de *Facebook*, das postagens de páginas de mídias alternativas como o *Anonymous* - e logo após tantos outros coletivos midiativistas que se forjam em Junho - que fazia a cobertura dos protestos, denunciando a violência policial. Bem como a comunicação entre grupos e atores que começam a se articular por meio das redes sociais.

Para melhor compreender a gênese do MPL é bom reportar à geração dos vastos movimentos denominados ‘Antiglobalização’ ou ‘alter-globalização’, que se organizaram em vários lugares e assomaram de forma massiva às ruas de inúmeras cidades no mundo, entre 1999 e 2002. Esses movimentos globais, cujas origens remontam a diversas ações/movimentos, promovidos em diversos países, ao longo de algumas décadas, vieram a se articular, em 1997, a partir da rede “Ação Global dos Povos’, contra o livre comércio, e organizaram grandes eventos planetários. Grande parte dos grupos que integravam essa rede (os que não eram ONG ou sindicatos) se caracterizavam por uma deliberada fluidez estrutural e pautavam-se por princípios de horizontalidade e não liderança. A partir da queda das torres gêmeas em Nova York, em 2001, a violenta repressão ao movimento pelas forças policiais passou a ser ‘justificada’ pelos governantes. Diante desse cenário de crescente e desmedida violência, os ativistas anti-alter-globalização foram desativando paulatinamente os grandes eventos e lançaram-se à tarefa de reorganizar movimentos de base local em seus países de origem. (SARAIVA, 2013, n.p)

De acordo com Ortellado (2013), o movimento antiglobalização tem seus pilares na cultura de *internet*. O movimento de difusão das lutas não funcionava como nas lutas anteriores que não se interligavam. A organização por rede de maneira global modifica essa relação de articulação entre os movimentos e grupos.

O MPL representa assim um novo modelo de atuação política, incomum no Brasil, onde desde a década de 1980 os mais diversos movimentos sociais buscaram a via institucional como estratégia de luta política e isso se acentuam a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência, em 2003. Historicamente ligado, desde o seu nascimento, a diversos movimentos sociais, o PT ao assumir o poder no plano federal atraiu diversos desses movimentos, por vezes cooptando-os, por vezes imobilizando-os em nome de uma agenda positiva de médio e longo prazo

que dependeria da sua permanência no poder e de uma suposta ordem que a sustentasse. (FAGUNDES, 2014, p. 3)

A forma de organização do MPL contrapõe os modelos hegemônicos da esquerda tradicional baseados na hierarquia e na burocratização. A lógica de horizontalidade é a base na organização dos atos, nos espaços de discussão e deliberação que são feitos em plenárias e assembleias do movimento. Outra frente de atuação do movimento é a formação política de estudantes em escolas secundárias.

Como em Junho, uma série de movimentos trazem características e princípios similares ao MPL. Ainda que o movimento sido organizador dos protestos em São Paulo, nas outras capitais e cidades em que houve protestos, havia organizações que se fundavam nesses pressupostos, de autonomia, horizontalidade e descentralização.³⁵ Como foi o caso do Fórum de Lutas no Rio de Janeiro, da Assembleia Popular Horizontal em Belo Horizonte³⁶ e das Assembleias Populares em Vitória³⁷, Bloco de Lutas em Porto Alegre.³⁸

2.2 Ciclos dos Movimentos sociais da esquerda brasileira

A partir da discussão da relação entre ciclos da esquerda e ciclos dos movimentos sociais no Brasil faz-se o encadeamento dos protestos de Junho nessa trajetória histórica. Com base em Ridenti (2006) que opera a demarcação deste processo histórico em quatro ciclos. Neste sentido, é fundamental entender que certas manifestações não se iniciam nem se encerram completamente em um ciclo e sim acentuam-se marcando historicamente um determinado período.

Nessa direção será traçado um panorama da trajetória dos movimentos sociais desde a redemocratização até a eclosão dos Protestos de Junho de 2013. Esta recapitulação permite compreender Junho como um momento que carrega rupturas e permanências em relação aos ciclos dos movimentos sociais brasileiros.

³⁵Esta afirmação não indica que apenas o MPL influencia na formação destas organizações. Há uma diversidade movimentos e organizações que se constroem a partir da influência de outros grupos autônomos. No entanto, nesta pesquisa, não há como aprofundar esta discussão.

³⁶ Ver em: RICCI, Rudá; Arley, Patrick. 2014. Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013.

³⁷ Ver em: LOSEKANN, Cristiana. Os Protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir Até o Pedágio Cair!

³⁸ Para ter uma dimensão dos protestos locais, bem como suas formas organizativas, ver em: MORAES, Alana et al. 2014 Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert.

Assim, segundo Ridenti (2006) faz-se subdivisão da história das esquerdas brasileiras em quatro ciclos:

1. anarquista;
2. das vanguardas;
3. das bases;
4. da institucionalidade defensiva;

Neste sentido, temos até 1930 o ciclo anarquista que engendra o período do capitalismo industrial no Brasil até a fase final da República Velha. O ciclo das vanguardas que vai de 1930 a 1970 compreendendo um período que passa por duas ditaduras que impõe um modo de produção capitalista e colocam o Brasil no mercado internacional. De 1970 até 2002 (com a chegada do presidente Lula ao governo federal) tem-se o ciclo das bases. Período marcado pela renovação de princípios políticos e organizativos no que se refere à forma com que os movimentos se estruturavam (em centrais, federações, ligas nacionais), pela condução da luta a partir das bases, de baixo pra cima. De 2002 até os dias atuais, inicia-se o ciclo da institucionalização defensiva, que vem a ser a institucionalização das políticas que antes se davam no campo das disputas ou lutas por fora do aparelho do Estado. No caso do PT, refere-se ao fato de o partido ter se voltado para políticas públicas em detrimento da atuação mais combativa com os movimentos sociais frente ao Estado. (RIDENTI, 2006, p. 23-24).

Conforme Perruso (2014) movimentos da geração dos anos 1980, que tem por referência CUT e PT carregam determinadas características.

[...] preocupação com a autonomia e a democracia de base; privilegiamento da mobilização de massa; utilização da ação direta; postura crítica diante das estruturas burocráticas e dos “velhos” movimentos sindicais e sociais, os quais seriam populistas; aposta na organização da sociedade civil desde baixo, em consonância com uma desconfiança diante do Estado. (PERRUSO, 2009 *apud* PERRUSO, 2014, p. 180-182 e 204-206)

Em 2013, os movimentos e atores que atuaram nos protestos de Junho de 2013 trouxeram princípios que se aproximam dos movimentos da geração de 1980 como a recusa à organização vertical e hierárquica, a negação dos símbolos tradicionais de organizações partidárias, ainda que essas não fossem consensuais, pois este contexto foi marcado por uma multiplicidade de atores de diferentes correntes políticas e ideológicas. Contudo, houve “[...] grande protagonismo de jovens, organizados em coletivos que convocavam *on-line* os atos

públicos, realizados sem bandeiras partidárias ou camisetas e carros de som de sindicatos”. (GOHN, 2016, p. 135)

2.3 O Governo do PT e a Eclosão dos Protestos de Junho de 2013

A formação de movimentos autônomos baseados em princípios de horizontalidade, autonomia, autogestão correspondem aos princípios acionados pelos movimentos sociais das gerações anteriores, sobretudo a geração dos *Novos Movimentos Sociais*. Conforme Ridenti (2006) estes movimentos estariam circunscritos como “ciclo das bases”, pois estes eram basistas e autônomos, em relação de oposição às práticas das “velhas organizações” como PTB e PCB que estão enquadrados no “ciclo das vanguardas”, segundo Ridenti (2006). No entanto, a partir dos anos 1990 o PT e a CUT passam progressivamente a operar com princípios da hierarquização e da centralização. A partir de 2002 com a vitória do candidato Lula para presidente o “ciclo de institucionalização defensiva” seria inaugurado.

Com a eleição de Lula estruturou-se também, um novo “pacto político” com hegemonia do projeto burguês, em que setores do proletariado vêm sendo cooptados, principalmente através do atrelamento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da Força Sindical, para a proposta de modernização do capitalismo brasileiro. Esse novo cenário significou o aprofundamento das políticas neoliberais que vinham sendo aplicadas no país, principalmente pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Mas se nos governos FHC essas políticas encontravam dificuldades em sua aplicação, devido a oposição dos trabalhadores, com Lula organizou-se de forma mais ágil a implementação de políticas econômicas e sociais neoliberais. Já que desta forma foi conquistada a adesão dos núcleos dirigentes das principais centrais sindicais brasileiras. Essas reformas, de caráter neoliberal, vêm sendo implantadas progressivamente. (MAZZEO, 2013, n.p.)

O vínculo do sindicato com o governo nos remete ao ciclo das vanguardas que inseridos em um período que compreende o Varguismo, quando sindicatos corporativistas entendidos como *pelegos*, se submetiam as decisões do governo em troca de vantagens política, como já dito anteriormente. Neste momento, surgem movimentos que contrapõem este tipo de vínculo entre Estado e sindicatos e movimentos sociais, o ciclo das bases, protagonizado pelo PT e CUT, que recusam este modelo de política. No entanto, quando o PT toma posse do governo federal, há uma reprodução do modelo tão criticado pelo mesmo nas décadas de 1970/80.

Embora a ruptura com princípios e ideologia do PT da década de 1970/80 tenha ficado mais perceptível a partir da chegada deste ao governo federal em 2003, a transformação nas bases programáticas do partido tem início na década de 1990 após a derrota de Lula para Collor nas eleições de 1989 como forma de se enquadrar no paradigma eleitoral de representação burguesa. (Lopes, 2014)

Essa profunda mudança programática do Partido dos Trabalhadores durante os anos 90 despertou a confiança de importantes frações burguesas descontentes com os rumos da política neoliberal aplicada pelo bloco no poder na era FHC. Portanto, esse imbricamento do PT com essas frações da grande burguesia interna (Poulantzas, 1975), principalmente a industrial, redundou numa aliança orgânica de “salvação nacional” no processo eleitoral de 2002. (LOPES, 2014, p. 33)

Na conjuntura dos Protestos de Junho de 2013 houve o aparecimento de uma série de movimentos, grupos e coletivos que questionam os partidos políticos, sobretudo a geração dos *Novos Movimentos Sociais*, hegemônica pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e por organizações como UNE (que se reorganiza no período da redemocratização), CUT e MST que passam a estabelecer vínculos mais estreitos com o governo do PT após sua vitória nas eleições presidenciais de 2002.³⁹

Estes grupos e movimentos que se tornam conhecidos com a eclosão dos Protestos de Junho de 2013 ou se formam a partir destes.

[...] rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, não há hegemonia de apenas uma ideologia, utopia ou esperança que os motive. Alguns retiram, da esquerda, ensinamentos sobre a luta contra o capital e as formas de controle e dominação do capitalismo contemporâneo, na busca da emancipação. Do anarquismo e do socialismo libertário, grupos ressuscitam e renovam leituras sobre a solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e a esquecida fraternidade, retomada nas ações de enfrentamento à repressão policial. (GOHN, 2014, p. 432)

Neste contexto, o Ocupa Rio, o Ocupa Câmara, o Ocupa Cabral, o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, as Assembleias Populares, a resistência da Aldeia Maracanã⁴⁰ foram movimentos e manifestações que representam a recusa dos princípios e organização que se tornou hegemônica na esquerda brasileira, como o centralismo, a

³⁹ Além das vitórias obtidas pelo partido nas eleições para o legislativo e para as prefeituras de grandes municípios brasileiros.

⁴⁰ As lutas da Aldeia Maracanã que se desenvolvem em torno daquele espaço se desenvolvem enquanto movimento, sendo intituladas de Movimento Aldeia Resiste ou ainda Resistência Aldeia Maracanã.

hierarquização e a burocratização. Contudo, se aproximam dos princípios como autonomia, recusa da liderança carismática e desconfiança do Estado conduzidos pela geração dos *Novos Movimentos Sociais*.

As ferramentas de articulação e mediação se transformam, sobretudo no que tange a mobilização e articulação com advento da *internet*, das redes sociais. No final da década de 1990, os movimentos antiglobalização lançam mão desta ferramenta como forma de articulação, com a criação do CMI. Por outro lado, na década de 1970/80 figuravam “[...] formas de ação, incluindo panfletagem, vigílias e comícios [...] bem como, mobilizar os deputados do partido para fazer discursos e apresentar moções no Congresso.” (KECK, 2010, p.255)

A organização ao redor de redes e não de uma organização ou dado movimento específico, tem possibilitado novas dinâmicas aos protestos sociais, que fogem do controle das organizações já institucionalizadas, tais como UNE, CUT, MST etc. Por tudo isso, a partir de 2013 é preciso repensar as análises sobre a lógica da ação coletiva organizada diferenciando-a quando ocorre a partir de grupos, estruturas políticas e organizacionais dos movimentos já tidos como tradicionais na cena brasileira, nas últimas décadas, e as lógicas advindas do engajamento individual dos participantes nas manifestações a partir de 2013, convocadas por uma pluralidade de grupos sociais e políticos, para uma melhor compreensão das condições de emergência e de transformação do ativismo nas ruas, na atualidade”. (GOHN, 2016, p. 141)

Ao fazer uma breve contextualização histórica, de acordo com ciclos dos movimentos sociais da esquerda brasileira, observa-se que nas décadas de 1970/80 os chamados *Novos Movimentos Sociais* surgem como alternativa aos partidos políticos da esquerda hegemônica e aos sindicatos da época.

Estes criticavam a centralidade e a dependência do Estado, lutavam pela autonomia, combatiam os líderes carismáticos, sobretudo representados pelo ex-presidente Getúlio Vargas, a estrutura sindical corporativista *pelega* e as decisões políticas desvinculadas das bases.

A adoção de práticas políticas que eram negadas em seu processo de constituição, como a centralização e a submissão a um líder carismático foram apropriadas por estes segmentos da esquerda ao longo das últimas décadas, bem como a política neoliberal tão criticada pelo PT e os movimentos já citados, durante o governo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) de 1994 a 2002.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no Governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental. Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.

(Disponível em: < <http://www.pso150.org.br/partido/programa/>>)

A política de governo do Partido dos Trabalhadores⁴¹ promoveu a ascensão econômica das classes populares que tiveram um aumento do seu poder aquisitivo e de crédito, por outro, o partido aderiu a um projeto neodesenvolvimentista com a implementação de políticas que asseguram os interesses da burguesia e em contrapartida atendem algumas demandas das classes trabalhadoras.⁴²

À frente do governo federal, conduziu com maestria programas de impulso prioritariamente econômica, com destaque para os PAC's (Programas de Aceleração do Crescimento), carro-chefe da campanha do Partido dos Trabalhadores à sucessão no Planalto em 2010. Daí o prestígio desfrutado entre amplos setores do capital nacional e internacional. Simultaneamente, ofereceu programas de "alívio" social (as tais políticas compensatórias) em função dos estragos causados pelo padrão de desenvolvimento neoliberal, do qual ele próprio foi signatário desde a primeira hora de governo. E daí a idolatria que despertou entre as camadas mais empobrecidas e carentes da população brasileira, um novo e bem urdido curral eleitoral da nação. (PINASSI, 2011, p. 108-109)

⁴¹ Nesta conjuntura, é importante sinalizar a discussão/tese levantada por André Singer (2012) a respeito da mudança de estratégia eleitoral do segundo mandato de Lula (2006-2010) quando é reeleito e perde apoio da classe média após as denúncias do mensalão. Em contrapartida, passa a investir nas classes populares através de políticas de redistribuição de renda para conseguir apoio destas classes. Este modelo é seguido pela sucessora Dilma Rousseff. Assim "[...] foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula". (SINGER, 2012, p. 9-10).

⁴² "O Mal-estar do Neodesenvolvimentismo" por Giovanni Alves. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

As contradições sociais e as disparidades econômicas entre as classes sociais se fundam nesta conjuntura, pois os programas e políticas voltados para as classes mais pauperizadas, implementados nos governos do PT, não tem o caráter de aprofundamento e alargamento de direitos sociais, e sim de contenção social por meio da política conciliação de classes.⁴³

[...] o “preariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. (BRAGA, 2013, p. 82)

Diante deste processo, segundo Pinassi (2011) é preciso recorrer ao ciclo histórico a comparação com o ciclo histórico correspondente ao Varguismo, novamente. Programas como o Bolsa Família e o Fome Zero a partir de uma política assistencialista e de alinhamento com a burguesia nacional. No entanto, estes programas contêm diferenças significativas influenciado nos resultados, na medida em que o varguismo consistia em um:

[...] projeto de “erradicação da fome” esteve atrelado a um amplo processo de desenvolvimento da indústria e à formação de uma nova classe operária que o Estado visou controlar pela outorga de uma série de garantias: organização sindical, direitos trabalhistas e empregabilidade plena. (PINASSI, 2011, p. 110)

No ciclo anterior, os partidos de esquerda, sobretudo o PT, tinham centralidade nos processos políticos, coordenando e direcionando os processos de mobilização política. A partir de um dado momento, as mobilizações começam a se estabelecer por sujeitos que não necessariamente estão filiados a partidos ou movimentos sociais. Os partidos, apesar terem participado dos espaços de construção política do contexto dos Protestos de Junho de 2013, não estiveram à frente dos processos e mobilizações política que se desenvolveram naquele contexto. Insurgiram atores que se formaram politicamente em espaços autônomos e organizações sociais alternativas as tradicionais da esquerda brasileira.

A recusa à identificação com autoridades ou lideranças tradicionais exigiu uma alta capacidade de coordenação nas assembleias, conferindo a legitimidade do processo à sua capacidade de incorporar todas as opiniões

⁴³ O projeto de conciliação de classes consiste na política que promove a diminuição das desigualdades sociais, mas mantém o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

existentes. Assim, mesmo sem concordar com uma forma ou outra de ação, o coletivo respeitou a diversidade existente. (LOSEKANN, 2014, p. 5)

A UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) foram protagonistas no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. No entanto, nos Protestos de Junho de 2013 tiveram uma atuação pouco relevante, diferentemente dos movimentos autônomos e suprapartidários que levaram milhares de pessoas às ruas, como o MPL, em São Paulo e o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem do Rio de Janeiro. A institucionalização destes movimentos estudantis, bem como outros movimentos sindicais e sociais que são ligados ao PT ao ganhar as eleições de 2003 com o presidente Lula se direcionaram para atuação em políticas públicas (PERRUSO, 2014).

Ao realizar um retorno à origem histórica e ideológica do PT da geração dos *Novos Movimentos Sociais* compreende-se que o partido passa a operar de acordo com os interesses do capital e da burguesia nacional em nome da disputa pelo poder do Estado, abandonando a perspectiva da luta de classes em favor de um projeto neodesenvolvimentista que aplica uma série de políticas sociais compensatórias que são incapazes de causar algum tipo de transformação social a longo prazo.

O PT, de um partido que nasce das greves operárias do ABC Paulista, em finais da década de 1970, transforma-se rapidamente no partido da ordem e do sistema capitalista. Pode-se falar, em contrapartida, de uma política de compensações sociais, como o Bolsa Família, o ProUni. Mas essas medidas, além de paliativas são inócuas, a médio prazo, para a construção de uma política que atenda a maioria da população. Temos no Brasil um contingente de 70 milhões de pobres e miseráveis, 34,1% da população assim dividida: 21,7 milhões de indigentes e 50,3 milhões de pobres, sem contar com os milhões que sobrevivem do benefício e, ainda, aqueles que vivem com um salário mínimo de pouco mais de R\$ 600 - equivalente a aproximadamente U\$S 300 ou 240. Esses dados constataam que a grande massa dos trabalhadores brasileiros vive na precariedade ou sofre constante arrocho salarial. Portanto, é necessário que pensemos em um outro “modelo” de desenvolvimento voltado aos interesses da maioria da população brasileira. (MAZZEO, 2012, n.p)

De acordo com estas formulações analíticas a respeito da história dos ciclos de movimentos sociais da esquerda e da transformação programática e ideológica dos movimentos da geração de 1970/80, sobretudo o PT.

[...] de um lado, os movimentos se enfraqueceram, se burocratizaram, se institucionalizaram enfim; de outro, a geração petista-cutista oriunda desses mesmos movimentos, e que passa a ocupar o governo federal com Lula (daí também o “lulismo”, o qual ainda será abordado) e depois com Dilma Rousseff, vai deslocando sua práxis política para o interior do Estado, por meio de políticas públicas que objetivam justamente “garantir e conquistar direitos”. Isto é, o corolário da “institucionalização defensiva” da esquerda no campo dos movimentos sociais e sindicais é uma “institucionalização ofensiva” da esquerda no campo político institucional. (PERRUSO, 2014, p. 9)

No entanto, em alusão aos atores que participam dos Protestos de Junho de 2013, como lembra Ortellado (2013), estes movimentos são iniciados por pessoas que não têm experiência e formação políticas prévias. Por isso a dificuldade de pensar em ações estratégicas que proponham em metas e objetivos definidos e concretos da luta. Assim como foram os movimentos *altermundistas*, o *Ocuppy Wall Street*, o 15 M, os Protestos de Junho de 2013. Por outro lado, estes movimentos têm preocupação com a organização, condução dos mesmos. Anteriormente, as lideranças tinham experiência e conhecimento da política enquanto estrutura, e estas decisões eram tomadas por estes. Sempre priorizando os objetivos e metas a serem alcançados. Os jovens militantes que não têm uma formação direcionada por organismos burocráticos tendem a aplicar regras baseadas nos seus conhecimentos de vida e a não entender o processo político de uma maneira estruturada. Em última medida, a não pensar em resultados práticos e concretos. Isso não quer dizer que não encontre outros meios e soluções para certos problemas que insurgem neste processo e conseqüentemente conseguir vitórias mesmo que não tenham sido pensadas com base em ações estratégicas.

a ausência de um conjunto organizado de demandas por parte dos manifestantes deve ser interpretada sob a ótica da dificuldade que os jovens iniciados na política a partir ou pouco antes deste momento tenham um conteúdo tão sólido quanto à geração dos anos 80 que durou pelo menos uma década para se formar politicamente. (PERRUSO, 2014, p. 26)

As possibilidades de construção e organização política dos atores que insurgem não estão totalmente enquadradas nas categorias dos movimentos e partidos da geração dos *Novos Movimentos Sociais*. É preciso conceber que as ações políticas podem estar desvinculadas dos espaços institucionais, ditos organizados e na relação Estado e partidos por vias eleitorais ou nas mediações de políticas públicas. Os movimentos sociais da geração 1970/1980 pautavam as lutas sociais fora da disputa estrita do Estado, por eleições ou por políticas públicas. Nesta

conjuntura, estes movimentos se institucionalizam e abandonam a perspectiva de lutas e embates sociais fora da esfera institucional.

2.4 O que é um movimento social?

A temática dos movimentos sociais se faz presente na abordagem da eclosão dos Protestos de Junho de 2013, embora os protestos não sejam propriamente um movimento social, sofrem a interferência e influência direta destes. A discussão teórica dos movimentos sociais percorre primordialmente pelo próprio conceito de movimento social. Há uma diversidade e heterogeneidade de paradigmas e pressupostos teóricos que estruturam a definição do conceito que por sua vez discorrem a respeito das características, elementos, estruturas que o compõe. A pluralidade de recortes analíticos impossibilita uma definição única de movimento social.

[...] poucos autores se dedicam a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais. Acrescenta-se a esta lacuna a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que tem sido tratada da mesma forma, além da não-diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas. (GOHN, 1997, p. 13-14)

A Teoria da Mobilização de Recursos, o dito paradigma norte-americano, surgida em um contexto de luta pelos direitos civis daquela sociedade contrapondo abordagens psicologizantes e comportamentais dos grupos e ações coletivas da década de 1950. A abordagem predominante advém da economia, presente na principal noção de análise, o recurso (humanos, financeiros e de infraestrutura). Desta feita, os movimentos se formariam a partir dessa viabilidade de captar recursos.⁴⁴ Os movimentos sociais na teoria da Mobilização de Recursos são analisados sob o mesmo prisma de corporações, grupos de interesse e partidos (GONH, 2007).

Para Melucci, Touraine e Habermas, Ofte principais expoentes dos Novos Movimentos Sociais, paradigma teórico que emerge após os protestos de maio de 1968⁴⁵

⁴⁴ Em um segundo momento, a oportunidade política passa a ser a condição que viabiliza a formação do movimento social. (GOHN, 2007).

⁴⁵ Ver em: THIOLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris testemunho de um estudante. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2); 63-100, outubro de 1998.

rompendo com modelo explicativo baseado na teoria marxista, há um deslocamento para o campo da cultura e das relações subjetivas que não podem ser explicadas apenas pela estrutura econômica e conjuntura política.⁴⁶

[...] análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 1995, p. 44)

Os movimentos identitários rompem com a lógica dos movimentos operários que são regidos pela luta de classes, trazem questões de reconhecimento de raça, gênero e sexualidade, por exemplo, que não estão dentro da lógica intrínseca do sistema econômico e político, ainda que estejam submetidos por estas ordens.

Assim, a recusa do viés interpretativo a respeito da emergência dos movimentos sociais pelo entendimento da macroestrutura se dá pelo entendimento de que a “ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas”. (MELUCCI, 1989, p. 56).

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protesto”. Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação. (Melucci 1980, 1982 e 1983). O que nós costumamos chamar de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva. (MELUCCI, 1989, p. 57)

A partir desta perspectiva, movimento social não é qualquer tipo de ação coletiva. Movimento social é uma ação coletiva que só é concebida a partir de determinadas condições e fatores. Assim, “[...] distingue-se entre ações coletivas, como uma série de práticas sociais, e

⁴⁶Alguns teóricos do campo de estudo de movimentos sociais não apresentaram uma conceituação acerca deste objeto. No caso do paradigma teórico dos Novos Movimentos Sociais, apenas Touraine e Melucci discorreram sobre o conceito de movimentos sociais.

movimentos sociais, como uma forma de ação coletiva”. (MELUCCI, 1996, p. 20). Na medida em que Melucci tece uma separação entre ação coletiva e movimento social entende que é preciso fazer distinção entre a dimensão empírica e as categorias analíticas. Neste sentido, não é possível considerar qualquer tipo de manifestação ou protesto como movimento social sem que haja parâmetros analíticos que concedam bases para guiar essas análises.

Dentro da perspectiva dos Novos Movimentos Sociais que rejeita o marxismo como única abordagem para os movimentos sociais, em favor de uma abordagem que privilegia a ação dos atores sociais. Consequentemente estrutura-se uma dicotomia entre os objetos de estudo de movimentos sociais vistos anteriormente apenas como os movimentos operários, pela abordagem marxista, e pelos novos movimentos sociais com as lutas identitárias.

A noção de movimento social não é separável da de classe. Mas o que opõe movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto movimento social é uma ação, a ação de um sujeito, isto é, do ator que põe em causa a formação social da historicidade. Durante imenso tempo, o estudo do movimento operário reduziu-se ao estudo do capitalismo, das suas crises e da sua conjuntura. De maneira ainda mais extrema, os estudos sobre os movimentos sociais e nacionais no Terceiro Mundo foram dominados pelas análises do imperialismo e do sistema económico mundial - a tal ponto que a formação de movimento de massa parecia impossível, o que levou a que se atribuísse a maior importância à luta armada: quer a das guerrilhas, quer a luta militar de massa parecia impossível, o que levou a que se atribuísse a maior importância à luta armada: quer a das guerrilhas, quer a da luta militar de massa dirigida por um partido revolucionário. (TOURAINÉ, 1996, p. 103)

Desta feita, para Touraine (1996) deve-se assumir a coerência da abordagem das teorias marxistas que entendem o conflito entre os explorados e os detentores da propriedade privada, destaca que o movimento social não pode ser abordado apenas deste prisma, ignorando a identidade dos atores, o aspecto cultural e as relações entre os atores opostos. Assim, “[...] um movimento social é uma ação conflitual pela qual certas orientações culturais, um campo de historicidade, são transformados em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social”. (TOURAINÉ, 1996, p. 102).

Em 1980 que surge um novo viés analítico resultante do diálogo entre os dois paradigmas, dos Novos Movimentos Sociais e da Mobilização de Recursos, as teorias europeia e norte-americana, e assim surge a Teoria do Processo Político. (ALONSO, 2009).

Neste contexto, Tarrow (2009) autor da obra *Power in the Movement*⁴⁷ inaugura a abordagem da ação coletiva sob a ótica do confronto político.

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou estados poderosos isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidade coletiva. (TARROW, 2009, p. 19)

Esta perspectiva analítica se estabelece enquanto teoria a partir da obra *Dynamics of Contention* (2001), inaugurando a Teoria do Confronto Político. (ALONSO, 2009). Assim, “um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso”. (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 21)

Nesta pesquisa, será utilizado o conceito de movimento social baseado na Teoria do confronto político. Assim, na conjuntura dos protestos ocorridos em Junho de 2013 os atores reivindicaram demandas contra os governos estabelecidos.

2.5 Teorias dos Movimentos Sociais

“Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram [...]” (GOHN, 2011, p. 336). No entanto, o estudo sobre movimentos sociais nas ciências sociais, sobretudo no campo da sociologia, é mais recente.

Em um primeiro momento, não houve uma preocupação com o campo, o conceito de movimentos sociais e com uma teoria que discutisse os movimentos sociais enquanto fenômeno social. No entanto, estudos e interpretações sobre os clássicos estudos de Marx acerca das lutas operárias se conformam enquanto fenômeno de ação e mobilização coletiva dentro da dinâmica social. (GOHN, 1997, p. 37)

A partir dos anos 1960 as abordagens, aportes teóricos e analíticos tomam contornos diferenciados em busca da compreensão de conflitos sociais que não envolviam

⁴⁷ Obra lançada em 1994 internacionalmente chega ao Brasil em 2009.

necessariamente classe. Assim, os cientistas sociais iniciam a elaboração de uma teoria dos movimentos sociais tornando este tema em objeto de estudo. Estas abordagens e interpretações acerca deste fenômeno têm por objetivo compreender as motivações, relações e efeitos da ação coletiva. Bem como características dos atores, suas ações e formas de organização.

[...] em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. Tudo isto ocorreu porque em parte, os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. (GOHN, 1997, p. 10)

Em distinção as teorias anteriores da década de 1950 que tinham como objeto os movimentos operários, no entanto a partir da década de 1960, as mobilizações ampliam-se para outras camadas sociais compostos por uma maior diversidade de gênero, raça, faixa etária, “[...] eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos [...]”. (ALONSO, 2009, p. 51).

A dinâmica e transformação sociais requerem novos aportes analíticos, e modelos explicativos para o entendimento da realidade social. Assim, “[...] nos anos 1970, três famílias de teorias dos “movimentos sociais” se apresentaram”. (ALONSO, 2009, p. 51). A Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se tornaram as principais matrizes teóricas sobre o fenômeno dos movimentos sociais e das ações coletivas utilizadas no estudo de movimento sociais. Estas teorias surgem para contrapor o viés economicistas e deterministas da ação coletiva vigente, e dos debates que tinham como perspectiva central a Revolução.

[...] explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural [...]. (ALONSO, 2009, p. 53)

Já a Teoria da Mobilização de Recursos surge “[...] contra teorias excessivamente culturalistas, a TMR foi parar no extremo oposto: inflou a faceta racional e estratégica da ação coletiva. À cultura restou lugar residual”. (op. cit).

No entanto, ainda que haja “[...] várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação se referem. Para alguns trata-se de fenômenos empíricos, para outros são objetos analíticos, teóricos”. (GOHN, 1997, p. 13-14).

As abordagens dessas teorias diferem em suas chaves analíticas, a TMR analisa o fenômeno dos movimentos sociais a partir das oportunidades políticas favoráveis. A Teoria do Processo Político investiga o fenômeno a partir da cena conflituosa dos eventos de protesto, das manifestações. Entendendo que as pautas e atores são influenciadas pelo processo político, e por isso são mutáveis. E a TNMS investiga enfatiza o fenômeno a partir do viés cultural e do ponto de vista dos atores (ALONSO, 2009).

Nos Estados Unidos, “enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 55-56).

De acordo com Bringel (2011), a obra “*From Mobilization to Revolution*” de Tilly (1978) é indispensável para estruturação do paradigma norte-americano.

noções como o “interesse” para a mobilização e as “oportunidades” para a produção de ações coletivas (de repressão à facilitação, de maiores oportunidades a diferentes tipos de ameaças), assim como outros importantes componentes para o estudo da ação coletiva como a “organização”, a “mobilização” e a “ação coletiva” per se (que, de acordo com Tilly, poderia ser entendida através das mudanças no “repertório” de ação coletiva, de várias formas de violência coletiva e dentro das turbulências de revoluções e rebeliões) [...]. (BRINGEL, 2011, p. 53-54)

Estas teorias precisaram ser revistas por conta do caráter global que o ativismo contemporâneo se desenvolveu. Sendo assim a TNMS sofreu uma série de modificações, sobretudo no que se refere ao distanciamento do Estado como abordagem principal e passando a abranger a sociedade global e a circulação do conhecimento em redes. Como também, passou a privilegiar a sociedade civil em lugar da questão da identidade e subjetividade dos atores e dos movimentos. A TMR sofreu muitas críticas sendo, em dada medida, cada vez menos reconhecida, o que acarretou um processo de reconfiguração a partir da associação entre a TPP e a TNM (ALONSO, 2009).

A TPP, segundo Alonso (2009), passa a considerar a cultura como elemento relevante, a burocratização e a globalização do ativismo. As ações contenciosas estariam

abrangendo diversos tipos de ação coletiva colocados em uma escala de “ação contenciosa”, assim estariam dispostos: “partidos, nacionalismo, guerra civil, revoluções e terrorismo” (ALONSO, 2009, p. 75-76).

[...] os atores elegeriam dentre formas mais ou menos violentas, menos ou mais organizadas, conforme sua apreensão das estruturas de oportunidades busca de mecanismos comuns que, em diferentes sequências e combinações, estruturariam toda a variedade de episódios contenciosos. (ALONSO, 2009, p. 75-76)

De acordo com Gohn (1997) a partir dos anos 1990 houve uma série de transformações econômicas que causaram impactos nos processos e relações sociais e por consequência as teorias sobre os movimentos sociais precisaram ser reformuladas. Devido a esta conjuntura.

[...] houve um processo de intercâmbio entre pesquisadores de onde vários analistas passaram a estudar múltiplas realidades nacionais e a recorrer à análise comparativa para entender as diferenças e semelhanças entre os processos. Uma das tarefas enfrentadas foi a de separar o que são tendências gerais e o que são especificidades das realidades nacionais, impregnadas por hábitos culturais. (GOHN, 1997, p. 14)

A Teoria do Processo Político é reformulada e passa a ser chamada de Teoria do Confronto Político após o encontro de Mcadam, Tarrow e Tilly na obra *Dynamics of contention* (2001), como dito anteriormente. Esta teoria traz como novidade a delimitação teórica o rompimento da dicotomia entre ação e estrutura ao considerar a ação dos atores em conjunto com o contexto histórico e a conjuntura. Utilizando como chave analítica as interações sociais a partir do conceito de repertório confrontacional, de Charles Tilly, que compreende o conjunto de formas de ação políticas confrontacionais como performances surgidas em meio a conflitos numa dada época e que a partir de então fica à disposição dos atores sociais. (ALONSO, 2012)

A proposta desta perspectiva abdica a abordagem que privilegia o estudo dos atores sociais e os sentidos da ação coletiva para focar nas interações confrontacionais. A partir da interação obtida pelo confronto com as instituições e outros atores que vão se forjando ações e práticas, bem como as próprias pautas. Nessa perspectiva, o fenômeno a estudar não são os atores nem o movimento em si, mas o processo de interação política que ocorrem durante os eventos de protesto.

Desta forma, com base na Teoria do Confronto Político, circunscreve-se os protestos de Junho de 2013 como *ciclo de protestos* e partir do desenvolvimento das ações empreendidas, como ações confrontacionais - as *performances* - compreendidas em seu conjunto como *repertórios*, promoveram inovações nas práticas políticas que eram instituídas até este momento.

2.6 Teoria do Confronto Político: *Ciclos de Protestos e Repertórios de Confronto*

O confronto assume o eixo central na discussão teórica de Tarrow (2009), já mencionado anteriormente, como ponto de partida para o desenvolvimento da ação coletiva, ao vincular aqueles que detêm o poder (instituições, Estado, governo) com aqueles que têm demandas não atendidas. Para estruturar esta discussão utiliza a noção de oportunidade política, a qual delega a possibilidade maior ou menor da ocorrência do confronto.

O termo “confronto político”, em vez da conhecida tríade “movimentos sociais, revoluções e ação coletiva”, não apenas por economia de linguagem, mas porque cada um desses termos está intimamente identificado com uma subárea específica que é apenas uma parte do domínio acadêmico que este artigo percorre. Incluímos a interação coletiva no confronto político na medida em que: (1) ela envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses e (2) pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido. Movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções se encaixam neste âmbito de fenômenos. Nosso enfoque mais amplo ajudará a relacioná-los entre si, à política institucional e à mudança social histórica. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 12)

A abrangência do confronto político permite englobar uma série de conflitos sociais e ações coletivas. Desta perspectiva uma dada interação coletiva é designada como confronto quando envolve uma lógica reivindicatória contra os detentores de poder, sejam eles autoridades, instituições ou governo e no limite o Estado.

Assim, a emergência do ciclo de protestos se deve tanto pela ação dos atores e movimentos quanto pelas ações das instituições e do Estado. A interação desses dois polos influencia nos processos de eclosão do ciclo de protestos. Dependendo da dinâmica podem se gerar novas expressões e insurgirem novos atores na cena da política, como também provocar diferentes reações das instituições perante os atores e movimentos sociais. Nesse sentido, esta teoria compreende que a ação coletiva se dá no confronto entre aqueles que detêm poder e

aqueles que são desprovidos de poder. Significa dizer que em momentos que ocorrem grandes manifestações as instituições não foram capazes de prover as demandas dos sujeitos que acabam por se utilizar de outros meios para tal. Por isso, os protestos de rua e outras formas de ação política são acionadas fora das instituições formais.

Este conceito faz referência a um momento de acirramento, de grande emergência de manifestações sociais, de intensidade, e rapidez que são difundidos de os setores mais politizados aos menos politizados até chegar todos os setores da sociedade. Por conta dessa complexidade, esse ciclo gera uma série de inovações nas formas de ação e organização. (TARROW, 2009)

Durante os momentos de pico de um ciclo de protesto, cria-se incentivos para o surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais. O ciclo não se apresenta sob o controle de uma só organização ou movimento; ao contrário; o que se tem é a aparência de ações coletivas espontâneas. Mas de fato as estratégias e os resultados são articulados tanto pelas antigas como pelas novas organizações que surgem. Eles ajustam seus discursos, e suas diferenças não são sublinhadas. (GOHN, 1997, p. 97)

De acordo com este enquadramento teórico, Tarrow (2009) absorve o conceito de repertório de Tilly e cria uma tipologia de repertórios de confronto, a saber: de violência, de ruptura e de convenção. O repertório de violência é aquele que aciona dispositivos de confronto direto com as instituições e autoridades. No polo oposto, o repertório de convenção dispõe possibilidade de diálogo com as instituições, podendo ser cooptadas ou acopladas por estas. No eixo do rompimento com as formas estabelecidas, apresentam-se os repertórios de ruptura, que alteram e renovam as práticas políticas. Estes repertórios podem se mesclar e adaptarem-se uns aos outros de acordo com o processo que discorrem as ações coletivas. (TARROW, 2009)

Em junho, houve uma dispersão de pautas que ajudam a entender os repertórios adotados pelos diferentes grupos de atores naquele momento. Nestes protestos, houve uma grande diversidade de atores que atuaram de maneira distinta simbolicamente e ideologicamente. Na escolha de símbolos e pautas percebemos em quais campos políticos estes se inserem e se identificam politicamente. (ALONSO, 2013)

Neste contexto, os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionais de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuíram o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazado, sem semântica, do

repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito. (Idem, 2009, p. 58)

A noção de repertório de Tilly surge para preencher do hiato no que se refere à dimensão cultural e de ação dos sujeitos, deixado pela abordagem estrutural estritamente política. A partir desta noção possibilita-se a compreensão dos conflitos sociais através dos meios que estavam à disposição dos atores para a realização da ação coletiva em determinado contexto social e histórico. Assim, o conceito de repertório de ação coletiva é formulado, para compreender os procedimentos e relações culturais imbricadas a dimensão política. A partir de então, o conceito passou por uma série de reformulações e adaptações, inclusive por outros autores como Tarrow. Nos anos 1990, após uma série de críticas de teóricos culturalistas, o repertório de ação coletiva se torna repertório de confronto. Nos anos 2000, o conceito de repertório passa se vincular com o conceito de performance. Assim, a partir das performances dos atores é que forjam os repertórios confrontacionais, como explicitado anteriormente. (Idem, 2012)

[...] os movimentos também combinam as reivindicações coletivas às autoridades com demonstrações de que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. E isso dirige nossa atenção para as ações públicas – as performances – que os movimentos apresentam, tanto para marcar suas demandas às autoridades como para criar e manter seus adeptos. Em outras palavras, nossa concepção de movimentos dirige o foco metodológico para o estudo sistemático e historicamente estruturado da ação coletiva de confronto. (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.35)

A formação dos repertórios demanda da disposição das oportunidades postas pela conjuntura da relação estabelecida entre os atores, suas motivações. Assim, os repertórios novos surgem porque novos atores assumem novos papéis e encontram meios para aplicar suas ações. Logo, as transformações ocorridas nos repertórios são decorrentes as novas formas de interação entre os atores, a influência da conjuntura e do contexto, como do próprio confronto. Estas inovações nem sempre são incorporadas como repertório após o ciclo de protestos. (TILLY, 2008)

O que ocorre em Junho de 2013 é o ápice do ciclo de protesto que propicia estabelecer Junho como um processo de reconfiguração, com a emergência de novos atores que promovem inovações a partir de formas de ação combinadas. Assim, ao invés de um único movimento definido e homogêneo houve uma série de protestos, pautas, repertórios acionados por atores distintos simultaneamente. Este processo abrange lutas sociais anteriores a 2013 e posteriores a este momento.

A utilização dos conceitos de ciclo de protestos e repertórios implica na reconstrução do cenário nacional, enquanto possibilidade de compreender o que ocorre em Junho de 2013, com a sequência de protestos que irrompem por todo o território brasileiro. Desta forma, para compreender a eclosão dos Protestos de Junho de 2013 se fez necessário perpassar pelas históricas revoltas da passagem, pelos ciclos de movimentos sociais brasileiros e pela conjuntura dos movimentos pré-Junho no Rio de Janeiro. Além dos grandes protestos internacionais em 2011 (como 15M, *Ocuppy Wall Street*, Primavera Árabe) e os movimentos *altermundistas* do final da década de 1990 já citados, no entanto, não serão analisados, mas utilizados como recurso de contextualização.

A realização de megaeventos no Brasil como Copa do Mundo e as Olimpíadas suscitou discussões acerca dos gastos públicos, políticas de remoção, questão urbana, especulação imobiliária, delegação do poder público para o privado. No contexto do Rio de Janeiro, houve o surgimento do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, a ocupação de espaços e prédios públicos como o Ocupa Rio, Ocupa dos Povos e a Ocupação da Aldeia Maracanã, já citados anteriormente. Assim como a emergência do Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem, como movimento focado na luta pelo transporte público. Estes tinham em comum as formas de organização e princípios horizontais, questionamento da liderança, busca pela autonomia.

Antes do início dos protestos de Junho de 2013 uma cena política desenvolvia novas redes de comunicação, de inovação cultural, política e de linguagens que incidem na construção de performances propiciando assim a criação de repertórios reconfigurados. Estes repertórios conformam inovações em relação à conjuntura política dos movimentos sociais vigente sob o governo do PT a partir de 2003, em diálogo com a tradição das lutas sociais brasileiras, sobretudo em relação àquelas protagonizadas pela esquerda do campo popular sindical dos anos 1980, da qual o PT foi seu maior expoente.

CAPÍTULO III – NARRATIVAS DE CONFRONTO

Este capítulo está designado a analisar empiricamente os repertórios utilizados pelos atores que atuaram em no ciclo de protestos de Junho de 2013 tecendo uma narrativa a partir dos relatos dos atores, da observação participante. Além do uso de referências de pesquisas e

literatura acerca de Junho de 2013, assim como reportagens de *sites* e *blogs*.⁴⁸ Assim, torna-se possível tecer um panorama daquela conjuntura específica.

Do ponto de vista empírico, cria-se uma sequência narrativa dos protestos de Junho na cidade do Rio de Janeiro baseadas em observação participante nos protestos ocorridos entre os dias 10 de Junho até 27 de Junho de 2013. Utilizou-se também, entrevistas feitas com dezenas de militantes de diferentes orientações políticas que além de terem participado dos protestos de Junho estão inscritos dentro de algum repertório que foram citados anteriormente.⁴⁹ Por fim, utiliza-se a literatura produzida acerca dos protestos de Junho ao longo destas análises.

Na penúltima seção, é feita a análise partir da *Repressão* como mecanismo de contenção dentro do espectro da relação entre instituição e movimentos sociais as quais se amparam na Teoria do Confronto Político. Assim, verifica-se como este mecanismo foi aplicado pelo Estado no contexto dos Protestos de Junho de 2013 no Rio de Janeiro, como forma de entender questões que interferem diretamente na organização e articulação dos movimentos sociais.

Por fim, fazem-se análises de relatos dos atores que atuaram em repertórios distintos, aliado a observação participante dos repertórios dos elencados (exceto midiativismo) para, enfim, tecer um mapa do fenômeno Junho de 2013.

3.1 Enquadramento analítico das ações políticas empreendidas nos ciclos de protesto de Junho de 2013 a partir do conceito de repertório de confronto

A construção teórico-metodológica desta pesquisa está amparada, como já dito anteriormente, sobretudo, na Teoria do Confronto Político de Tilly, Tarrow e Mcadam (2001), a partir dos conceitos de ciclo de protesto e repertório de confronto político. Este arcabouço teórico compreende ainda categorias como inovação, difusão, mediação, repressão que serão utilizados.

Assim, a escolha do uso da denominação *Protestos* ao invés das outras terminologias se dá pela linha teórica que abrange o conceito de ciclo de protestos na qual a

⁴⁸ A escolha das reportagens se deu de forma a reconstruir certos acontecimentos e fatos específicos. Assim forma utilizadas fontes diversas que corroboram os ocorridos daquele contexto.

⁴⁹ O entrevistado I participou dos protestos, mas não está inserido nos repertórios que foram enquadrados nesta pesquisa.

presente pesquisa está amparada. Bem como o uso de *Junho* para designar o processo que culmina com a sequência de protestos que se difundem pelo país em 2013.

Os repertórios de confronto oferecem os meios pelos quais as pessoas se envolvem em ação coletiva contenciosa. Essas formas não são neutras, contínuas ou universalmente acessíveis; Eles constituem um recurso que os atores podem usar em nome de suas reivindicações (Traugott, et al., 1995). O uso de formas transgressivas oferece as vantagens de surpresa, incerteza e novidade, mas as formas contidas de contenção têm a vantagem de ser aceitas, familiares e relativamente fáceis de empregar por requerentes sem recursos especiais ou vontade de incorrer em custos e assumir grandes riscos”. (McADAM, TARROW, TILLY, 2001, p. 41, tradução nossa)

À luz deste conceito, enquadra-se quatro eixos analíticos, entendidos como repertórios para compreender o ciclo de protestos de Junho. A teoria é um esforço de síntese da prática, nesta pesquisa, faz-se o esforço analítico de tentar enquadrar estes eixos enquanto repertórios de confronto, entendendo que possa haver limitações e por vezes generalizações.

À luz desses conceitos, faz-se a análise dos repertórios de confronto utilizados em Junho, em quatro eixos, a saber: (a) a tática *Black Bloc*; (b) Midiativismo (c) Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem Rio e as Assembleias Populares; (d) Ocupações. Esses repertórios se difundiram em Junho de 2013, ainda que já aparecessem em contextos e movimentos variados, as utilizações e funções eram diferenciadas e não estavam conectados em rede desta maneira tão ampliada. Estas formas de ação política concernem à organização, formas de articulação e mobilização tradicional dos partidos e movimentos clássicos.

Ao trazer à tona o debate do uso dos repertórios citados anteriormente observa-se que há uma lacuna no estudo de movimentos sociais urbanos nesse sentido. Isso ocorre, sobretudo, por se tratar de manifestações recentes das lutas urbanas e da dificuldade de pesquisar grupos, movimentos e sujeitos que são mais fluídos e têm mecanismos de ação que não se enquadram necessariamente nos repertórios utilizados pelas organizações e movimentos tradicionais da esquerda brasileira. Esses, por sua vez, se comportam de maneira mais homogênea e permanente no que se refere às práticas utilizadas e concepções políticas as quais se amparam.

Os conceitos de repertório e performance, contribuem para o entendimento deste processo na medida em que conformam o que há de ruptura e continuidade neste processo, como já dito anteriormente. Entendendo que repertórios carregam esta dupla função de *romper e permanecer* ao trazer elementos, práticas e ações herdados de outras ações coletivas, movimentos sociais e mobilizações.

Dentro deste enquadramento teórico analítico, concebe-se que a “[...] performance suplanta rotina como unidade mínima do repertório, num esforço para adendar significados a repertório[...]”. (ALONSO, 2012, p.29). No entanto, é preciso ressaltar que não será feita uma análise pormenorizada das performances, ou ainda dos processos que formam um dado repertório.

As performances por sua vez são entendidas como ações públicas reivindicatórias que compõe o repertório de confronto. No entanto, nesta pesquisa considera-se que nem toda ação empreendida pelos atores poderão ser entendida como performática. Significa dizer que serão enfatizadas as ações que possuem esse caráter, mas outros tipos de ação também serão contempladas. A análise se dará de forma mais ampla na tentativa conseguir abranger Junho dentro dos limites estabelecido nesta pesquisa.

3.1.1 Narrativa dos Protestos a partir de observação participante

Nesta seção faço o relato dos protestos que participei, a partir de escritos feitos após cada protesto, para estabelecer uma sequência de acontecimentos, como uma espécie de cronologia. Os atos descritos ocorreram nos dias 10, 13, 17, 20 e 27 e 30 de Junho os quais estive presente⁵⁰ enquanto militante.

Na época, após cada ato, escrevia a respeito dos ocorridos, assim como registrava através de fotos e filmagens. Embora estes arquivos tenham se perdido, estes ajudaram, no momento, a construir os relatos que hoje faço de cada ato.

Após Junho, no Rio de Janeiro, seguiu-se uma série de protestos até o final de 2014, inclusive no início de 2014 houve protestos contra o aumento das passagens, no entanto foram significativamente menores e pouco difundidos tanto pelas mídias tradicionais.

Vale ressaltar que estes foram os atos mais emblemáticos que compõem os atos de Junho, pela proporção, pela forma que foram organizados e pela dimensão que conseguiram alcançar. Estes atos foram organizados pelo Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem no Rio em sua maioria⁵¹, isso significa dizer que eram decididos em um espaço aberto, sem uma hierarquia clara, embora fosse disputado por partidos políticos, organizações e atores com diferentes orientações políticas e ideológicas.

⁵⁰ Houve um ato dia 06 de junho, o qual não estive presente.

⁵¹ Houve atos organizados por páginas como o Fora Paes e por pessoas que tinham alguma empatia com a causa.

As passagens haviam subido de R\$2,75 para R\$2,95 no dia 1º de junho. Em São Paulo, os protestos estavam mobilizando muitas pessoas, além de ter havido forte repressão da polícia, com um número elevado de detenções e feridos o que desencadeou uma série de formas de resistência. Era o segundo ato no Rio de Janeiro e a pauta ainda contava com pouca adesão. A mídia tradicional praticamente não noticiou estes protestos. A *internet* foi a grande difusora dos acontecimentos, a partir de comentários em redes sociais, *blogs*, *sites* de notícias.

No dia 10 de junho, o protesto se iniciou pelas 16 horas na Cinelândia e seguiu a Avenida Rio Branco. Com uma quantidade reduzida de pessoas, observei militantes anarquistas, autônomos e de partido, os quais alçavam suas bandeiras. Uma pedra é atirada na vidraça do Tribunal Regional do Trabalho na Avenida Presidente Antônio Carlos. A polícia chega subitamente, cerca o grupo que protestava e inicia a repressão com bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral para causar a dispersão daquele aglomerado de pessoas. Alguns foram encurralados pela Polícia e detidos na altura da Avenida Presidente Vargas. A dispersão causou correria pelas ruas do Centro do Rio. Cocos foram alvejados nos policiais, que reagiram com mais bombas de gás. Alguns atearam fogo em lixo e outros materiais para confecção de barricadas que tem por função impedir a passagem de viaturas de polícia.

No Jornal da Globo, dia 12 de junho, o comentarista Arnaldo Jabor fez uma análise dos protestos contra o aumento da passagem na qual concluía que aqueles que protestavam eram jovens de classe média que não valiam R\$0,20 centavos. Este comentário despertou uma série de críticas por parte de diversos setores sociais.

No dia 13 de junho, os protestos contra o aumento da passagem começaram a ganhar força nas redes sociais, mais de 10.000 confirmados no evento de *Facebook*, fizeram com que a pauta se difundisse por setores menos mobilizados e politizados da sociedade. Após esse dia, as discussões se intensificaram em torno de representação política, partidos, governo e reforma política.

O protesto se iniciou na Candelária e percorreu a Avenida Rio Branco até chegar a Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Até que a população se dividiu. Os policiais encurralaram os manifestantes na Avenida Presidente Vargas e parte da seguiu em direção a Alerj após disputas internas de grupos partidários e apartidários.

No enfrentamento com policiais, foram feitas barricadas com lixo, e atiraram pedras em vidraças de bancos, e lojas de grife. A Tropa de Choque da Polícia Militar utilizou bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, e balas de borracha para dispersar a população.

A repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, foi atingida no olho por uma bala de borracha disparada por policiais militares enquanto cobria o protesto contra o aumento das tarifas em São Paulo. Fato este que circulou por todo o país causando a revolta da população ocasionando um processo de massificação daqueles protestos.

No dia seguinte, as manchetes e a grande mídia noticiavam que se tratava de um grupo de “vândalos” e “baderneiros”, e os chavões “A manifestação começou pacífica, até que um grupo de vândalos iniciou o ataque aos policiais”.

Os protestos aumentavam em todo o país, cidades vizinhas como Niterói e São Gonçalo faziam atos em dias alternados ao do Rio. Nas redes sociais, os *posts*, comentários e fotos relacionados aos protestos contra o aumento da passagem e a discussões políticas em torno desta pauta se tornaram. As plenárias do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem no IFCS cresciam a cada semana.

As pessoas começaram a confeccionar cartazes em casa, como uma série de reivindicações, para levar aos protestos. No entanto, para a mídia tradicional e políticos que atuavam no governo não havia nada que justificasse aquela revolta popular, um simples aumento de R\$0,20 era capaz de despertar a fúria de tantas pessoas.

Dia 17 de junho, foram 100.000 manifestantes, segundo os organizadores, o protesto iniciou mais uma vez na Candelária com destino a Cinelândia. Neste protesto, o policiamento estava articulado em brigadas, dispostos em diferentes pontos de acesso a Candelária, fazendo inclusive a revista de manifestantes considerados suspeitos. Além de policiais infiltrados, conhecidos como P2, na concentração.

Os militantes partidários estavam mais espalhados, ao longe identifiquei algumas bandeiras. No entanto, houve, mais uma vez, conflitos entre apartidários com militantes que hasteavam bandeiras da CUT e PT ainda na concentração culminando com a expulsão destes no decorrer do trajeto do protesto que ficaram encurralados pela multidão que bradava o grito Sem partido! Sem Partido! Estes tiveram que se retirar do protesto.

Aquelas pessoas não aceitavam os partidos com suas bandeiras, pois pela primeira vez estes não estavam à frente diretamente da organização. O Povo não é bobo! Abaixo a Rede Globo!! Enquanto outro coro dirigia insultos ao comentarista Arnaldo Jabor.

O confronto violento com policiais se iniciou quando o protesto chegou a Cinelândia e uma parte se dirigiu ao prédio da Alerj. Houve tiros com armas de fogo.

Alguns policiais vieram da Avenida Rio Branco atirando, ouvia-se os disparos e gritos. O prédio da Alerj é tomada pela população revoltada que sobe aquelas escadarias em

fúria derrubando grades e portando pedras e madeiras. Enquanto isso, as barricadas se formavam com banheiro químico que foi colocado em frente à Alerj e, em seguida, sendo incinerado. No entorno da Praça XV, carros foram incendiados, vidraças de bancos e lojas foram quebradas. Outro grupo correu direção aos policiais que ficaram encurralados na rua paralela que dá acesso ao prédio da Alerj. O confronto acabou quase 00:00. Ninguém falava em *Black Bloc* antes da ação direta destes sujeitos que mantiveram os rostos cobertos durante toda a ação.

No Jornal da Globo do dia 17 de junho, Arnaldo Jabor se retrata e diz que ele se equivocou na análise dos protestos. No dia 18, governos de diversas cidades do país anunciam redução das passagens.⁵²

No dia 20 de junho, o ato teve início na Candelária. O protesto não foi igual aos primeiros, nem aqueles inscritos em um segundo momento. À medida que os atos cresciam, a diversidade dos atores aumentava. As pessoas que estavam nas ruas não eram de partidos políticos, muitas provavelmente nunca haviam participado de outros protestos de rua ou de espaços de construção política sejam institucionais ou autônomos. Isso era relevante. Pessoas saindo do trabalho de terno entravam nos protestos. Quando passavam nas ruas essa foi à impressão que tive, pelo tipo de reivindicação, pela forma de reivindicação. Os cartazes mais uma vez, foram o cenário da manifestação. As reivindicações faziam menção a demandas sociais de saúde, educação, emprego, segurança, como também evocavam a contrariedade a respeito do projeto de lei “Cura Gay” proposto pelo deputado federal Marcos Feliciano e a PEC 37 que propunha a proibição das investigações pelo Ministério Público.

Em um dado momento parecia carnaval ou que estávamos a caminho de um estádio de futebol. Ambulantes vendiam cerveja, manifestantes com camisetas da seleção, bandanas do Brasil, bandeiras hasteadas ou cobrindo o corpo e as conhecidas caras pintadas. Os gritos também traziam dos jogos de futebol. “Eu sou Brasileiro com muito orgulho com muito amor!”, este grito é utilizado em jogos de seleção e de diversos times cariocas e de outros estados.

“Ô o povo acordou! O povo acordou!” A manifestação teve várias fases, esta foi uma das primeiras, a caminhada, e o entoar destes gritos utilizados em torcidas de futebol. Logo após, o confronto se iniciou após passarmos pela Central do Brasil. Gritos de “Não corre!”. Ao que parecia aquelas pessoas não estão acostumadas com bombas e com todo o aparato de repressão policial. Bancos quebrados, pessoas correndo das bombas e tiros. Num dado

⁵² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/tarifas-de-onibus-caem-em-11-cidades-do-pais-8731286>>
Acesso em: 20 abr. 2017.

momento o confronto já havia começado, o trajeto que percorríamos estava decorado com diversos cartazes da Copa. Num dado momento, ouvi, pela primeira vez, o grito: Não vai ter Copa!

Sem violência! Sem vandalismo! Curioso era ver que as pessoas que gritavam estas palavras de ordem, eram brancas e de classe média. Enquanto as que quebravam e estavam mais revoltadas eram negras e trabalhadoras, desempregadas.

Algumas pessoas correram da Central até a Candelária, na Praça XV manifestantes foram perseguidos pelos batalhões, todos pularam a catraca, ajudados pelos próprios seguranças da Estação das Barcas. Diversas vias tiveram seus acessos bloqueados, Avenida Rio Branco, Praça da Bandeira e Presidente Vargas.

No mesmo momento, um grupo se deslocou até o IFCS, para fugir da polícia. No entanto, a polícia entrou no prédio e repreendeu violentamente aqueles que protestavam. No Palácio da Guanabara outro um grupo se dirigiu, onde mais uma vez a polícia agiu com violência e o confronto se estendeu até a madrugada.

Este foi o ato que reuniu o maior público desde o início dos protestos. Ficou conhecido como o protesto de 1 milhão de pessoas.

As passagens haviam abaixado, o ato de 1 milhão⁵³ de pessoas trouxe uma série de questionamentos aqueles que foram as ruas porque acreditavam na mudança política.

A Plenária do Fórum de Lutas⁵⁴ do dia 25 de junho que contou com cerca de 3000 pessoas onde ficaram decididos os atos do dia 27 com trajeto da Candelária até a Fetranspor e ato dia 30 (domingo) na final da Copa das Confederações com saída da Praça Saens Penna até o Maracanã. Após esse dia o Fórum esvaziou. E os atos contra o aumento da passagem que já tinham se dissolvido em uma série de pautas e tinham conquistado a vitória em todo o país foram tomando outros caminhos.

O ato do dia 27 de junho começou na candelária, havia muito menos pessoas desta vez. Não houve confronto com a polícia da maneira que ocorrera dos últimos atos. De fato a repressão da polícia no ato anterior havia sido extremamente violenta o que causou medo daqueles que foram para se manifestar pela primeira vez.

No dia 30 de junho, o protesto marcado na plenária do Fórum de Lutas para final da Copa das Confederações reuniram milhares de pessoas no entorno do Maracanã, o

⁵³Convencionou-se chamar de ato de 1 milhão, no entanto há divergência entre as fontes midiáticas, dos organizadores dos protestos e da polícia em todos os protestos. A escolha aqui está de acordo com a fonte mais difundida naquele contexto.

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/191456354341361/>> Acesso em: 22 mai. 2017.

policciamento fora reforçado e contava com o reforço da Força Nacional. O jogo estava marcado para às 19:00. O protesto se dividiu em dois eventos marcados, um pela manhã e um pela tarde. O primeiro contou com a presença maciça de partidos, o segundo contou com coletivos e organizações autônomas. O confronto se iniciou quando a população que protestava seguiu em direção ao Maracanã e minutos antes de começar o jogo da final da Copa, policiais começaram a atacar com bombas e balas de borracha, e houve dispersão da população. No entanto, alguns grupos reagiram a repressão e o confronto seguiu até o fim da noite.

3.1.2 A Tática *Black Bloc*

Dentre uma série de *repertórios* protagonizados pelos atores no ciclo de Protestos de Junho de 2013, a tática *Black Bloc*⁵⁵ se tornou uma espécie de símbolo daqueles protestos. A tática *Black Bloc* é entendida como um repertório de confronto por empreender ações enfrentamento direto com o Estado e o sistema capitalista. Estas formas de ação públicas são entendidas como performances. A partir deste enquadramento, o repertório de confronto *Black Bloc* é composto de ações performáticas de depredação do patrimônio público, embates com as forças repressivas do Estado, pichação, colagem de lambes, dentre outras que variam nos contextos e conjunturas políticas. Este repertório influencia na construção do processo que se desenha neste período, neste sentido é preciso compreender as relações deste em um contexto mais amplo do processo que se desencadeou em Junho de 2013.

Assim, discorre-se a respeito da tática com base em minha observação junto aos adeptos da prática no ciclo de protestos de Junho de 2013, mais precisamente nos atos de 17 e 20 de junho.⁵⁶ As descrições são registradas a partir da experiência adquirida neste contexto.

Por fim, faz-se uso de entrevistas com praticantes da tática e atores inscrevem-se em outros repertórios. Assim como, trabalhos de alguns pesquisadores dos Protestos de Junho, que, apesar de serem pesquisas em locais diferentes do recorte deste trabalho, ajudam a entender a tática em alguma medida. Na medida em que são feitas incursões abordando a

⁵⁵ Ver mais em: DUPUIS-DÉRI, Francis (2010). The Black Blocs Ten Years after Seattle - Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices. *Journal for the Study of Radicalism*, Vol. 4, No. 2, 2010, pp. 45–82. Michigan State University Board of Trustees

⁵⁶ Anteriormente já havia a ação direta de alguns atores, mas ainda não era caracterizada como a tática *Black Bloc*.

origem e ideologia em que se deu o aparecimento desta tática. Assim, esta análise combinada pretende reconstruir os fatos ocorridos em Junho, à luz do conceito de repertório de confronto.

3.1.3 Narrativa a partir da observação participante com *Black Blocs*

O primeiro ponto é que não se trata de um grupo, coletivo ou organização e sim uma tática, da qual atores, geralmente anarquistas, autônomos, autonomistas e maoístas aderem.

Desta forma, o uso corrente do termo “os *Black Blocs*” como se fossem um movimento ou grupo organizado está incorreto. O que pode-se dizer é que existem adeptos e praticantes da tática que não necessariamente se conhecem entre si, têm as mesmas convicções políticas ou participam de uma mesma organização política. No entanto, algumas vezes pode haver identificação por parte desses atores, muitas vezes assumindo um viés de coletividade por conta de uma série de elementos que fazem esses sujeitos se identificarem entre si o que ainda sim não configura um movimento.

A tática é uma ação entendida como o confronto entre Estado e seu aparato repressivo, a polícia. Como também o ataque a símbolos do capitalismo, bancos, lojas de grife, de eletrodomésticos, concessionárias de automóveis entre outras. Além de pichações, há confecção de barricadas para bloquear vias, incêndios em viaturas, ônibus e cabines policiais.

A composição do bloco negro cria um mecanismo de identificação dos praticantes daquela tática, a utilização da cor preta, assim como o uso de máscaras ou camisas para proteger a identidade daqueles que praticam a tática. O anonimato é importante já que os adeptos a prática estão sujeitos a responder criminalmente pelos seus atos. A organização do bloco se dá na composição uma linha de frente que entra em combate com as forças policiais impedindo que outros manifestantes sejam feridos e um conjunto atrás que rebate as bombas tacadas pela polícia e também atira bombas caseiras, rojões e coquetéis *molotov*.

A repressão da polícia se dá por meio de armamentos não-letais que incluem cassetetes, armas de bala de borracha, bomba de gás lacrimogênio, bomba de efeito moral e *spray* de pimenta. Os cassetetes são utilizados para golpear, as armas com bala de borracha são usadas para conter e impedir o avanço dos atores, estas, no entanto, podem ocasionar lesões graves em determinadas condições.⁵⁷ A bomba de gás lacrimogênio solta fumaça quando atirada que causa irritação nas mucosas dos olhos, boca e narinas ocasionando a asfixia mesmo que momentânea. A segunda, aparentemente inofensiva, pode causar

⁵⁷ Dependendo da distância que é disparado e da região do corpo que as balas de borracha atinjam.

ferimentos porque é uma bomba que solta estilhaços. Logo, é uma bomba que não deve ser rebatida ou chutada. O procedimento mais correto é se afastar dela. O *spray* de pimenta (que tem basicamente o mesmo componente da bomba de gás lacrimogênio) é utilizado em situações de contato mais próximo dos policiais com os atores nos protestos.

O vinagre, o suco de limão e o leite de magnésio neutralizam os efeitos do gás de pimenta e do gás lacrimogênio. Por isso, foram utilizados por manifestantes em Junho, tendo a difusão da informação pela mídia e pela *internet* automaticamente começou a ser identificada pelas forças repressoras que, por sua vez, começaram a deter pessoas que portassem tais produtos.

O perfil dos ativistas *Black Blocs* é composto em sua maioria por jovens, mas existem pessoas de idade variadas, de camadas médias e populares, estes não são necessariamente anarquistas ou reivindicam alguma ideologia ou linha política.

Ainda que seja difícil precisar a diversidade contida entre os praticantes da tática, em virtude da cobertura dos rostos e da ausência de organização enquanto movimento dos praticantes, pude perceber que a maior parcela pertencia ao segmento de classes mais pauperizadas, bem como eram em sua maioria jovens e do gênero masculino. Ainda que houvesse segmento de classe média, estes eram estudantes e professores da rede pública de ensino.

3.1.4 Análise das entrevistas com relação à Tática *Black Bloc*

As entrevistas feitas com praticantes da tática *Black Bloc* aliado a entrevistas com atores que participaram em outros *repertórios* ajudam a construir um quadro que, por sua vez, possibilita o entendimento das diferentes narrativas a respeito da construção e motivação deste repertório de confronto.

O que mais me marcou foi o dia que uma moça que estava com seus dois filhos, um de 10 e outro de uns 15, e ela começou a ter um ataque epilético por causa do gás. Eu tentei ajudar, só que os filhos começaram a chorar e eu fui abraçar os meninos para tirar a visão deles da mãe se debatendo no chão, e chegou o socorrista e tal. E eu abracei os moleques e comecei a chorar também, podia ser minha mãe. E foi isso que me mudou. Eu pensei que a gente só estava apanhando e a gente não está fazendo nada. Já tinha aquela raiva acumulada. Eu moro em favela, estudava em colégio público, o colégio todo precarizado. E eu chego aqui, quando vou gritar pelos meus direitos e os caras vêm e atacam a gente sem motivo nenhum. A gente tem que fazer alguma coisa, a gente não pode apanhar. (ENTREVISTA A)

A violência do Estado, tanto da forma institucional, com a precarização dos serviços públicos quanto a violência física no que se refere à repressão da polícia são elementos relevantes para compreender a motivação da prática da ação direta.

Não tem como deslegitimar a revolta popular, a questão toda não é sobre a reação do oprimido, mas a ação do opressor. A fila do SUS, os impostos abusivos que a gente paga, a fome nas favelas, a morte nas favelas com a justificativa da guerra as drogas é a ação do opressor. E a reação do oprimido é sobre essas coisas. Então a gente deslegitimar e criminalizar o oprimido é muito superficial. Então o *Black Bloc* é uma tática e é uma ação legítima. (ENTREVISTA B)

A tática aparece como forma de responsabilizar o Estado e os governos pelas opressões sofridas pela população. E faz a crítica indireta aos meios de comunicação e opinião pública que desqualificam a ação *Black Bloc*.

O Estado esperar que a população vai sempre apanhar e nunca vai responder é no mínimo ingênuo. O fenômeno *Black Bloc* é uma tática política que não surge no Brasil, surge na Europa em resposta a repressão do Estado. Em outros países a luta armada foi a resposta. Neste momento político, se torna uma luta contra as figuras de autoridade, seja a polícia ou aquilo que é imagético, como uma vidraça de banco. Por mais que a mídia pinte como fenômeno *Black Bloc* seja algo violento nem se compara. O Estado está armado até os dentes o Estado tem aparelho jurídico, o Estado prende, o Estado mata. Não se compara, e ainda sim é considerado algo violento. Hoje a gente teve um rapaz que acabou de morrer por causa de violência policial, nós temos um outro rapaz que está internado em Goiás por causa de uma cacetada na cabeça. Hoje você tem populações perdendo casa. Hoje nós estamos passando por um processo onde literalmente os servidores públicos estão se matando porque não tem o comer e não tem o que dar de comer pros filhos. Em algum momento alguma resposta vai ter e teve em 2013 o fenômeno *Black Bloc*. (ENTREVISTA C)

O debate sobre o conceito de violência vem à tona a partir deste relato a respeito da ação direta aplicada pela tática *Black Bloc* em relação ao patrimônio público e aos símbolos do capitalismo. Para Ortellado (2014) não há violência em ações que depredam o patrimônio público, só existe violência quando ocorrem ataques entre os indivíduos.

Há uma segunda característica da tática *Black Bloc*, que é a autodefesa dos ataques da polícia, e aí sim vemos elementos de violência ou de contraviolência. Mas mesmo se considerarmos esses dois elementos — destruição de vidraças e resistência e contra-ataque à polícia —, estamos

falando de um fenômeno relativamente marginal nas manifestações, mas que é muito sobrevalorizado pelos meios de comunicação. O que não é marginal, mas, pelo contrário, é estrutural e sistemático, é a violência da polícia. Do ponto de vista social, o verdadeiro problema relativo à violência nas manifestações é a violência policial. No entanto, do ponto de vista político, o que aparece é o fenômeno menor e mais restrito da violência dos manifestantes. Acho que colocar as coisas nas proporções que elas efetivamente têm é uma tarefa urgente. (ORTELLADO, 2014, n.p)

Alguns elementos trazidos a partir das narrativas dos entrevistados, que compõe o repertório de confronto, são significativos para compreender e contextualizar juntamente com referencial teórico do confronto político e da literatura produzida a respeito da tática dentro do contexto de ciclo de protesto de Junho de 2013.

Os processos sociais, em nossa opinião, consistem em seqüências e combinações de mecanismos causais. Para explicar a política contenciosa é identificar seus mecanismos causais recorrentes, as formas como eles combinam, em quais seqüências se repetem e por que diferentes combinações e seqüências, a partir de diferentes condições iniciais, produzem efeitos variáveis em grande escala. (TARROW, TILLY, MCADAM, 2001, p. 12-13, tradução nossa)

O mecanismo da difusão se configura na propagação dos repertórios para lugares variados, que se modificam de acordo com os contextos e usos diversos pelos atores. E neste processo ocorrem inovações dos repertórios, pois “a inovação tática ocorre a uma escala local, mas quando ela é captada é seguida de difusão para escalas mais amplas”. (TARROW, TILLY, MCADAM, 2001:332, tradução nossa).

Nestas entrevistas, com respectivamente um midiativista do coletivo Mariachi e um jornalista do jornal A Nova Democracia observa-se como opera o mecanismo da difusão na medida em que a tática *Black Bloc* é apropriada por atores brasileiros a partir de mobilizações internacionais. Esta tática foi utilizada nos movimentos antiglobalização no final da década de 1990, embora tenha sido utilizada em contextos anteriores, foi mais difundida neste.

Qualquer um pode ser *Black Bloc*. Fica estigmatizado a coisa do preto, de botar um capuz e cobrir a cara. Mas o *Black Bloc* é mais que isso, ele é uma tática de organização. Se você for para a rua e quiser resistir contra o que está acontecendo, você usa de uma tática. Na Alemanha da década de 1980, o *Black Bloc* era voltado para uma questão de resistência, da linha do Tólstoi de resistência pacífica, só ficavam no lugar, resistindo naquele lugar tentando retirar o que os policiais jogavam. Em *Wall Street*, era uma questão mais incisiva de ir quebrar os símbolos do capitalismo, de tentar mostrar para a mídia a pauta deles e o que estava acontecendo. No Brasil, foi uma

mistura dessas duas coisas, tinha uma galera que era da resistência pacífica e aderiu a tática e tinha a galera que era mais incisiva que ia contra os símbolos do capital. (ENTREVISTA B)

Black Bloc é uma tática que foi copiada de organizações de Europa e do Canadá e que aplicada aqui como nesses lugares deu certo. Foi importante pros manifestantes driblarem a ação da polícia se manterem juntos, e conseguirem se proteger e agir contra o inimigo. Naquele momento de extrema violência, não só contra os manifestantes, mas posteriormente contra os profissionais da educação em outubro. A tática foi importante pra que a ação das massas não fosse frágil no sentido de autodefesa e pra se defender e defender os outros manifestantes que não estavam organizados na tática da repressão policial. (ENTREVISTA D)

Os meios de comunicação, sobretudo as redes sociais são responsáveis pela difusão da tática no contexto do ciclo de protestos de Junho de 2013. A tática era desconhecida de grande parte dos atores que atuaram em Junho.

Essa tática que consiste basicamente em criar um bloco que protege os manifestantes das balas de borracha e do gás lacrimogêneo, foi reativada no contexto de movimentos por justiça, anti-capitalistas e anti-racistas de Seattle, em 1999, e em diversos outros países nos anos seguintes (Canadá, Itália, Suíça, etc.). (LOSEKANN, 2014, p. 11)

No entanto a ação direta é algo que existe historicamente tanto no contexto de lutas brasileiras como internacionais. Movimentos e revoluções de caráter emancipatórios, nacionalistas, socialistas, feministas, tiveram este elemento como instrumento de luta política. Vale lembrar que no Brasil, “a ação direta já foi utilizada por movimentos sociais do campo, por sindicatos e grupos urbanos diversos.” (LOSEKANN, 2014, p. 3).

Essa questão com *Black Bloc* teve uma confusão generalizada. *Anonymous* virou sinônimo de *Black Bloc*. No meu entendimento a única razão pra isso, porque quando começou a ter os confrontos que se caracterizou como *Black Bloc*, que isso é só uma estética, a resistência, o confronto é histórico. Sempre que teve repressão teve na história da humanidade, sempre que o Estado reprimiu, houve resistência, então o que muda é a estética. A gente, principalmente *Anonymous* Rio que estava com uma visibilidade enorme a gente tratou de interpretar aquilo. A gente sempre teve muito cuidado até pra não ter uma criminalização contra gente de dizer “vocês estão incitando violência” por questões legais, a gente chegava sem um juízo de valor de tá certo ou errado, tá maneiro ou não tá, tá legal ou não tá. Isso quer dizer alguma coisa, e o que isso quer dizer, a gente trazia essa interpretação. Aquilo ali, primeiro era uma resistência ao Estado e dentro de uma lógica

legalista até, o direito de defesa, ele é legal. Inclusive contra os excessos do Estado e também os ataques a símbolos do capital, do capital internacional, ataque a banco, a rede de *Fast Food* e tudo mais, aquilo tem um significado, não é vazio de significado e a contraposição com o discurso da mídia hegemônica “o protesto terminou com violência” quando as pessoas quebraram o vidro dos bancos. Bom, existe a possibilidade de violência contra um vidro, um vidro sofre violência? E a gente colocava essa questão, essas questões reflexivas e tal. Existe uma violência contra o vidro ou existe uma violência do banco contra toda a população global. Aí teve essa confusão, *Anonymous é Black Bloc*. Teve essa associação que não é verdade. (ENTREVISTA E)

Nas entrevistas seguintes, (E, F e G) o elemento estético é salientado.⁵⁸ Além do enquadrar a tática como destaque no ciclo protestos de Junho pela mídia como forma de criminalizar a ação destes ativistas.

Black Bloc (BB) é o nome de uma tática de ação em confrontos e não de um grupo. Longe de ser um grupo fascista como, desinformadamente, alguns acusam os mascarados, a tática de resistência em confrontos surge na década de 1980 na Alemanha ocidental (alguns fazem referência ao “*Days of Rage*” em 1969 na América do Norte) quando manifestantes ligados ao movimento Autonomen e que realizavam protestos anti-nucleares e anti-fascistas precisaram encontrar formas de se defender tanto da polícia quanto de grupos neonazistas. (VAN DEUSEN, 2010 apud LOSEKANN, 2014, p. 11)

Na entrevista E, a relação o mecanismo de difusão aparece novamente, com a ferramenta das redes sociais, a partir da página de *Facebook, Anonymous Rio*, que teria trazido uma explicação histórica a respeito daquela forma de ação direta que vinha sendo aplicada nos confrontos. Os debates de estratégia e violência também emergem nestes relatos, assim como nos anteriores.

Na entrevista F, o movimento *Black Blocs* é ressaltado como forma de diálogo entre praticantes da tática e os professores do estado, no sentido reconhecimento da prática pela categoria dos professores.

Acabei ficando amiga de algumas pessoas que eram da tática *Black Bloc* sem eu nem saber que eram. Depois que fiquei sabendo. Pessoas com perfil social improvável, porque muita gente faz o estigma preconceituoso de que quem está ali atrás daquela máscara, do lenço, da viseira da caveirinha devolvendo bomba é um bando de marginal e não é. Não sou estudiosa, nem vou me atrever a traçar teorias. Eu acho que os *Black Blocs* foram úteis em diversos momentos de 2013. Eu sou muita grata aos *Black Blocs*, em vários momentos tive bomba tirada de perto de mim e tive a defesa popular ali na

⁵⁸ As entrevistas foram E, F e G que seguem correspondem a uma ex-mídia ninja, um membro do coletivo *Anonymous Rio* e um dirigente do PC do B.

frente. Os professores tiveram, e andavam com a camisa *Black Prof* foi um movimento muito bonito. Mas houve erros também, assim como em todos os movimentos, 2013 teve erros que seria impossível listar quais são, são coisas que a gente tem que maturar. (ENTREVISTA F)

As entrevistas G, H e I foram feitas com atores filiados a partidos políticos da esquerda brasileira⁵⁹ a partir da compreensão da diversidade de atores que atuaram em Junho e consequentemente as distintas leituras feitas a respeito do processo como um todo, dos repertórios utilizados e neste caso, mais especificamente da tática *Black Bloc*.

É uma expressão nova daquele momento. Acho a estratégia equivocada porque muitas vezes não é compreensível para a maioria da população. Mas sou absolutamente refratário a ideia de criminalizar e de desconstruir porque reconheço que a maioria dos militantes que constituem a tática *Black Bloc* são jovens de esquerda, engajados, combativos, politizados, muito críticos ao sistema políticos e até as representações políticas da esquerda. Me recordo de uma manifestação lá na Barra debate sobre leilões de petróleo, havia uma pluralidade de opiniões no movimento estudantil. Mas era uma ação unificada em que havia uma repressão muito grande. Os manifestantes eram 200 ou 300, não era uma manifestação muito grande e o aparato repressivo muito forte. E as pessoas estavam se escondendo através de andaimes, compensados pra se proteger de bombas de gás se esconder. Teve um momento que a polícia avançou houve uma dispersão muito grande, as pessoas completamente desorientadas e um *Black Bloc* com o rosto coberto me parou e me chamou por um apelido carinhoso e me deu toma: um potinho de leite de magnésio. Ou seja um *Black Bloc* abordando uma liderança de um partido, símbolo de movimento tradicional, e na luta não pensou duas vezes em me dar um leite de magnésio pra me proteger. São laços de companheirismo e de solidariedade e de classe. Eu acho que esses símbolos são muito fortes acho que os *Black Blocs* são nossos aliados, companheiros. Sou absolutamente crítico a qualquer divisionismo na esquerda tanto de um *Black Bloc* rechaça um sindicalista quanto alguém militante do movimento sindical repudiar a ação do *Black Bloc*. Eu considero que no contexto atual como, por exemplo, na manifestação na Cinelândia de 28 de abril, as ações precisam ser responsáveis, e é preciso que todos os manifestantes de todas as linhas tenham compromisso com as construções coletivas. E quando essa ação mais isolada não se compromete com a condução coletiva dos atos, dá margem pra ação repressora e pra que a mídia deslegitime o movimento político. Eu acho que a ação dos *Black Blocs* muitas vezes dá margem pra ação de uma direita que desconstrói o movimento de massas, mas eu acredito que isso é uma polêmica da concepção e da ação prática dos movimentos e o mais importante é que nos mobilizamos muitas vezes nas mesmas agendas, passeatas, defendendo as mesmas bandeiras e deve prevalecer o sentimento de solidariedade e de companheirismo. (ENTREVISTA G)

⁵⁹ As entrevistas G e H correspondem respectivamente a um dirigente do PC do B, ex- presidente da UNE e um militante do PSOL.

É uma tática que eu particularmente sou contra, acho que é uma tática que acaba afastando, cumpriu um papel muito mais de afastar a classe trabalhadora do que de mobilizar a classe trabalhadora. Agora, qual a leitura que eu faço do papel de um movimento, de um militante, de um coletivo ou de qualquer organização? O que traz vitórias pro movimento que está lutando é a massificação do movimento. Então, não adianta eu, individualmente, achar que vou pra rua, com qualquer sentimento por mais valoroso que seja, por mais belo que seja, de heroísmo ou valentia, achando que eu vou conquistar o mundo ali sozinho. O que faz com que a gente tenha vitória é justamente quando a gente consegue massificar o movimento, quando a gente consegue convencer aquela “coroinha” lá aposentada que mora na favela, aquele dono do botequim, aquele trabalhador comum de que é importante ir pra rua, e pra esse trabalhador tenha avaliação, a leitura de que ele tem que ir pra rua, é fundamental que a gente dialogue com a classe trabalhadora e aí com todo o respeito que eu tenho aos companheiros que escolhem usar essa tática. É uma tática, que na minha avaliação, entende o confronto pelo confronto. Não que eu seja pacifista, em momento nenhum eu defendo a pacificidade. Então assim, seria desonesto fazer uma crítica só pela crítica e não apontar essa posição que eles tiveram nesse e em vários outros atos, todos os atos que tiveram confronto, certamente o papel que os *Black Blocs* cumpriram foi um papel de defesa dos manifestantes. Quando eu critico a tática *Black Bloc* eu não coloco em xeque qual a importância que eles tiveram naqueles atos. Tiveram uma importância considerável quando defendem os manifestantes. Eu só acho que a forma como é colocada essa defesa acaba afastando muitas vezes as pessoas de estarem nos atos. Mas que a defesa aconteceu e que ela foi fundamental isso é inegável. (ENTREVISTA H)

Black Bloc eu não sei o que é! Muita gente dá definição, tem gente que fala, é tudo P2 infiltrado, acho que é infiltração sim, mas creio que não seja só P2 infiltrado. E dizem que é uma tática. Eu não conheço nenhum *Black Bloc*! Estão assim, o que eu vi nas manifestações foram momentos que efetivamente os *Black Bloc*, enfrentam a polícia e aí, serviram ao movimento como autodefesa mas vi outros momentos que, por exemplo, eles simplesmente acabaram com quadros nossos do nada. Aí então foi PM infiltrado? Não sei porque isso ninguém falou para mim. Teve ato que era das centrais sindicais. Era só ato das centrais e no meio do ato os caras tacaram *molotov* na gente. E aí, corre todo mundo. Por que a gente.... Uma coisa é você ter um embate com a polícia, uma força de repressão, outra é trabalhador contra trabalhador. Então quando acontece isso as pessoas falam não é *Black Bloc*, isso é infiltrado, mas como não tem crachá para dizer o que é o quê. Não gosto de dar nenhuma definição, é total ou absoluta, sem ter certeza. Não conheço nenhuma, nunca tive contato, nunca participei de nenhum ato com *Black Bloc*. O que eu fui e já vi, foi fazendo enfrentamento com a força de repressão, mas infelizmente também vi fazendo enfrentamento conosco, com o próprio trabalhador. (ENTREVISTA I)

Nas entrevistas, G, H e I a relação com a estratégia utilizada pelos praticantes da tática *Black Bloc*, no que se refere ao ataque a propriedades privadas e símbolos do capitalismo, bem como patrimônios e bens públicos é rejeitada pela mesma razão. Por não

haver um diálogo com a população, que pode não compreender os motivos pelos quais tais ações são praticadas. No entanto, o elemento da autodefesa que é central na tática tem o reconhecimento de sua importância naquele contexto pelos entrevistados. A entrevista I demonstra imprecisão quanto aos atores que praticam a tática, como também ressalta a dúvida quanto a possibilidade de policiais infiltrados, e faz a colocação de que os praticantes ao mesmo tempo que enfrentariam a polícia, também atacavam os movimentos tradicionais, composto por trabalhadores.

3.2 As Ocupações

As ocupações são ações políticas que se enquadram nesta pesquisa como repertório de confronto por assumirem uma postura de reivindicação contra governos e instituições por meio da ocupação de prédios e espaços públicos. A partir de um conjunto de ações performáticas que estruturam o repertório, aulas públicas, intervenções e atividades culturais e artísticas, organização e participação de protestos.

A partir da compreensão que o uso deste repertório é histórico nas lutas sociais brasileiras e internacionais, no entanto tomam contornos reconfigurados nos movimentos e organizações sociais na conjuntura anterior a Junho de 2013 e na mesma.

Movimentos como o MST, promove desde a década de 1980 como tática política a ocupação de terras improdutivas e até mesmo de prédios públicos, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Agências do Banco do Brasil e prédios da Receita Federal.⁶⁰ Assim como organizações como o MTST e MLNM - ambos movimentos de luta pela moradia que ocupam prédios abandonados para habitar em diversas cidades do país.

O 15M espanhol (os Indignados) e a expansão do *Occupy Wall Street* no ano de 2011 tiveram repercussão no Brasil. A rede criada entre as diferentes "Ocupas" das cidades do Brasil, desde então, dispõe de uma lista de *emails*, Ocupa Brasil. Algumas das contas foram relevantes nas mobilizações de junho, como é o caso do *Occupy Brazil*. Ocupa Sampa, sobre tudo pelo *Twitter*, segue sendo uma rede ativa e relevante em São Paulo. O interessante é que alguns dos participantes do *Occupy* Brasil ou da Democracia Real Já Brasil foram importantes para a nova rede criada. O Brasil Acorda, rede nascida no dia da ação global de 15 de outubro de 2011, segue sendo influente. (GUTIERREZ, 2014, n.p.)

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.terra.com.br/brasil/2000/09/11/058.htm>>. Acesso em: 15 jun.2017.

Em 2011, o Ocupa Rio, já mencionado anteriormente, ocorre juntamente com ocupas em todos os estados do Brasil, em espaços públicos, praças, largos das principais cidades brasileiras. Em 2012 o Ocupa dos Povos, participante do Ocupa Rio e de outros movimentos de todo país vieram ao Rio construir esta ocupação como forma de protesto ao megaevento RIO + 20.⁶¹

A ocupação de prédios públicos que representam o poder executivo, legislativo tornam-se uma forma de interferir nas decisões e debates restritos ao governo, estas ações podem demonstrar a insatisfação com o sistema representativo e tradicional canal de participação da democracia representativa, o voto.

Assim, a análise será feita em dois momentos: primeiro, analisando por meio de entrevistas o repertório de ocupação de uma forma mais ampla, porém relacionada com a eclosão do ciclo de protestos de Junho de 2013. Em um segundo momento a análise deste repertório se dá de uma forma mais delimitada, tendo como objeto o Ocupa Câmara Rio e o Ocupa Cabral. A metodologia compreende observação participante⁶² e entrevistas com participantes da ocupação. Esta escolha se dá por alguns motivos, a ocorrência destas ocupações entre junho e agosto de 2013, a relevância das pautas que ocasionam as ocupações, a forma como essas ocupações são instituídas, as ações que são desempenhadas pelas mesmas, a inserção de suas pautas na conjuntura relativa ao aumento das passagens, e sobretudo por conterem as reivindicações diretas que explicitam o confronto contra o governo de Sérgio Cabral e pelo simbolismo que carrega a ocupação de um prédio central nas decisões políticas da cidade, como o Ocupa Câmara.

3.2.1 Análise com relação ao repertório de ocupações

As entrevistas que seguem foram feitas com atores que participaram de ocupações, antes, durante ou após Junho. A escolha é feita com o objetivo de entender as formas de ação públicas empreendidas por atores que se inserem neste repertório, assim como seus usos e características mais recorrentes. A orientação política dos atores também é diversificada, na

⁶¹ Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html> Acesso em: 20 mar. 2017.

⁶² Transitei pelo Ocupa Câmara RJ e Ocupação Aldeia Maracanã. Participei como ocupante das ocupações da UFF em 2011 e Ocupa Rio em 2011.

medida em que havia atores marxistas, autonomistas e anarquistas coexistindo no decorrer do processo.

O Ocupa Rio e a Aldeia Maracanã são dois dos grandes afluentes que desaguam que constrói 2013 e ajudam a fazer o fenômeno que foi porque você tem a aldeia Maracanã em março, por exemplo, de 2013. Lembro do momento violento 02 de março de 2013. E junho, dois meses depois e em seguida você tem já em junho e julho a ocupação da Gama Filho, universidade particular estava tendo problemas que levaram a fechar a faculdade. Estava tendo ocupação na USP. Aí você surge o ocupa Câmara o Rio de Janeiro, ocupação interna e externa. A externa vem para dar apoio ao pessoal que estava interno, o movimento belíssimo inclusive a reboque da CPI dos transportes e que se dissemina esse tipo de manifestação por garantia de direitos, de lutas ali e vários porque você tem: ocupação em Niterói e em várias cidades do Brasil e várias universidades ocupadas. E aí a ocupação surge naquele momento como um modo de protesto para a grande população brasileira é novidade, mas já era obviamente conhecido em outros países. Inclusive aqui nós tivemos ocupação em determinado dia da própria defensoria pública. Foi uma ocupação polêmica, complicada e disseram que iam processar a gente, prenderam as pessoas e tal. Depois o próprio defensor disse que não ia denunciar nada, pois queria apaziguar a situação. Então era ocupação em vários lugares. Qualquer coisa era ocupado. E foi um movimento importantíssimo. A câmara foi porque foi um movimento de resistência. Teve momento que a população estava apoiando. Tinha um menino que era vegano que estava dentro da câmara apoiando o pessoal que estava na parte interna. Um pessoal que ficou 12 dias. O rapaz que era vegano tinha um restaurante e ele começou a entregar comida e várias pessoas da baixada fluminense vieram do centro do rio entregar comida pelas grades e no portão quentinha. Foi uma identificação muito grande, porque assim como foi também junho aquela ocupação da cúpula do congresso que foi muito simbólica, imagem fortíssima que a gente teve em 2013 teve até memes que se espalharam dizendo que não era ocupação era reintegração de posse. E esse símbolo foi muito forte e foi o que fez com que ganhasse um apoio popular de uma simpatia naquele momento. (ENTREVISTA E)

O Ocupa Câmara começou pra mim com uma ligação de manhã, estava dormindo, fui acordado com a ligação. Oh, a porta tá aberta aqui, derrubaram a porta da câmara, se quiser vir pode vir agora, mas traz comida. Aí eu fui pra ver o que estava acontecendo, cheguei lá realmente a porta estava escancarada. A porta de ferro e o pessoal estourou a porta de ferro, aquilo ali é uma fortaleza, feita pra impedir a população de entrar, mas a galera conseguiu entrar e ocupou de fato. Acontece que, no início da ocupação ela era bem plural, e metade das pessoas que estavam lá dentro eram de partidos eleitores principalmente do PSOL e não esconderam isso em momento nenhum. Acontece que no segundo dia acontece um racha porque metade das pessoas que estavam ocupando queriam sair. E puxaram uma votação e deu diferença de um voto, e eles quiseram sair assim mesmo, enfim. Uma parcela resolveu ficar porque nenhuma pauta tinha sido atendida. A juíza tinha permitido a ocupação, o pedido de desocupação não foi aceito pela juíza, ou seja, a polícia não poderia estar desocupando a

gente. A burocracia eleitoreira estava querendo acabar com aquilo. Se a polícia não ia tirar a burocracia ia tirar. Então assim, uma boa parcela saiu e se retirou, mas independentes se uniram ali e resolveram permanecer diante daquele golpe que os oportunistas eleitores estavam fazendo. Já tinha um galera que estava em apoio aqui na porta que falou: “Oh, se vocês continuarem a gente vai ocupar aqui fora também”. E realmente aconteceu. A gente decidiu ficar e o pessoal de fora montou no mesmo dia já a primeira barraca ali e dormiu ali fora. Então a ocupação dos independentes dentro iniciou junto com a ocupação de fora, as duas iniciaram no mesmo dia. A questão da CPI assim, a pauta inicial que os eleitores estavam querendo colocar era exclusivamente da questão da CPI. Como se simplesmente mudando os “cabeças” lá fosse resolver a questão dos ônibus no Rio de Janeiro, não ia e não vai. E o posicionamento da ocupação mudou completamente depois que os eleitores saíram mudou completamente estava mais ampla e cresceu e tomou uma repercussão que até o próprio governo achou melhor politicamente não tirar na marra naquele momento. Tanto é que a gente permaneceu na câmara ocupando 12 dias, e isso não é pouca coisa. E do lado de fora ficou mais de dois meses, só foi terminar a ocupação externa, aquela manifestação dos professores que o Sepe puxou em repúdio a desocupação do acampamento dos professores. Porque essa parte onde eu participei que estava ocupando lá internamente saiu, com mandado judicial que veio falando pra tirar, foi decidido que ia sair, sem deixar os policiais baterem na gente. E um tempo depois os professores votaram de ocupar internamente, eles ocuparam, fizeram uma ocupação externa na lateral da câmara. E funcionou concomitantemente, enquanto tinha ocupação aqui na frente, tinha ocupação dos professores na lateral. Quando a polícia dá porrada nos professores, tira eles de lá na porrada mesmo. Tem vídeo mostrando isso. E os próprios ocupantes que estavam aqui na frente, defendem os professores, botam escudo ali na frente pra se defender das bombas da polícia. Muitos professores passam a apoiar, eles achavam antes que aquilo ali na frente era a tática *Black Bloc*. E aí tem no Sepe lá as senhorinhas gritando “Uh, uh, uh” na assembleia. Elas falaram: “a polícia atacou e os meninos defenderam a gente contra a repressão policial”. Mas enfim, depois dessa repressão que os professores sofreram teve uma grande manifestação do Sepe, a população tava com muita raiva. E aí aconteceu um grande confronto entre a polícia e os manifestantes e foi após esse confronto que a ocupação da câmara foi retirada. No final do ocupa câmara o pessoal do Ocupa Cabral vem participar no ocupa câmara, eles terminaram lá a ocupação deles e vieram participar, dar força aqui no ocupa câmara. Eles tinham uma forma diferente de se organizar, mas teve uma tentativa de se homogeneizar num só movimento. Nos atos estava todo mundo junto e ficou todo mundo junto aqui também no final. Porque na verdade o ocupa câmara e o ocupa Cabral surgem do mesmo movimento. Não era uma organização, mas era um mesmo movimento, as pautas eram semelhantes, a maneira de se portar, o repúdio ao “eleitoralismo”, muitas coisas que tinham igual entre as duas ocupações. E as duas foram muito importantes. Teve uma galera na época que eu estava no ocupa câmara em 2013 que participou do Ocupa Rio. Eles trouxeram já uma experiência prévia. É que aqui no Centro do Rio tem muita pessoa e moradores em situação de rua. Quando a gente fez o ocupa câmara e teve a ocupação aqui fora, muitas dessas pessoas participaram dessa construção, assim. Teve um momento que metade das pessoas que estavam no ocupa câmara eram pessoas de situação de rua. Então no Ocupa Rio, eles já tinham tido essa experiência e foi interessante eles trazerem algumas soluções pra algumas questões que tinham acontecido assim. Foi

saudável já ter acontecido a experiência do Ocupa Rio e estarem vindo esse pessoal participar do Ocupa Câmara. (ENTREVISTA J)

As ocupações urbanas no Centro do Rio de Janeiro são fundamentais pra entender o processo que se vivenciou em 2013. O processo de ocupação de prédios públicos, ocupação de praças, vai ser na verdade a concretização dessa ideia de tomada de poder pelo povo, pela população. Essa crise representativa e que vai fazer com que a população não se perceba parte daquilo que na verdade deveria ser dela e se é público e do povo. Se é nosso nós vamos ocupar, nós vamos tomar e nós vamos resignificar nossos espaços. E foi isso que aconteceu não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Em Londres ocupa nas praças da Europa inteira. Que vai ter esse significado que vai ter esse espaço e na tentativa de garantir que a partir disso daqui, essa ocupação que é simbólica, prática. Nós vamos tornar de volta o que é nosso. Aí você ocupa a câmara municipal você ocupa as praças públicas. Por que? Se é pública porque eu não posso estar lá. Afinal, isso acontece bem lá no passado! Ideia de marginalização, pois se está na rua é marginal. Agora não, agora a gente inverte essa lógica esta é parte daquilo que eu sou, expressão de liberdade e ela é minha expressão de minha política. E não foi uma ocupação de ocupar só por ocupar, você ocupa e resignifica aquele espaço politicamente você pensa aquele espaço, você pensa a sociedade como um todo, você pensa a participação política. E aí, a gente vai levando para cada espaço ocupado, praças, órgãos públicos prédios dos órgãos públicos as escolas que em 2015 foi a primeira ocupação nas escolas. Você tem essa ideia por parte dessa população jovem, que ela está inserida nessa nova mentalidade, que se a escola não é nossa, nós vamos resignificá-la vamos dizer que isso é nosso e a partir disso transformar esse espaço para que seja verdadeiramente nosso. Se é nosso tanto que é essa ideia de ocupação então você não está invadindo o que está vazio ausente de povo. Então agora, não vai estar mais ausente de povo, o povo está entrando ali. (ENTREVISTA C)

As ocupações são um método de luta antigo muito importante eu mesmo participei de algumas ocupações inclusive uma vez nós ficamos durante sessenta dias na reitoria da UFRJ para garantir a posse. O reitor eleito durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, agora as ocupações ela tem uma características muito dizer assim é ajuda muito a dinamizar o movimento. É o fato das pessoas mudarem o programa político. Acho que é uma experiência muito diferente das outras manifestações, pois quando você vai para ocupação você passa dormir e acordar e vê dentro da ação política e isso eu acho que não só tem uma força de mobilização muito grande como também faz que seja um processo intenso onde o de bate político consegue avançar muito. Então eu sou o defensor, mas tudo depende da pauta, vou apoiar uma ocupação de direita, por exemplo, para tirar ideologia de gênero das escolas, essa ocupação eu não vou apoiar. Não é o método que interessa o que interessa é o programa, as bandeiras estão sendo reivindicadas. Como método de luta, absolutamente fundamental e que provoca mudanças profundas nas pessoas que vivem esse processo de ocupação No mês de junho, espalhou a luta popular e essa luta ela se expressou nas mais variadas formas. Certamente as ocupações que aconteceram no segundo semestre de 2013 é também dos anos subsequentes são parte do acúmulo da classe trabalhadora e da juventude da jornada de junho. Na verdade junho de 2013

foi um episódio extraordinário mais ele não se encerra em si mesmo. Acho que ele foi uma entrada de uma nova geração na política e essa geração via permanecer na política e junho vai continuar com a militância dessa geração. (ENTREVISTA L)

Ocupação na verdade nos últimos 10 anos. Teve em 2007, ocupação das reitorias contra o projeto da REUNI para reestruturar as universidades. Teve ocupação no marco geral da greve das universidades políticas 2012, por exemplo, aqui se ocupou o canecão. No marco da greve das federais. 2013 foi um ano que teve ocupação de assembleia, de câmara municipal e depois agora estourou a luta do secundarista que ocuparam milhares de escolas no país. Seja escola, seja universidade, seja local de trabalho. E Junho não só amplificou ocupações, mas também todas as formas de luta. Os movimentos cresceram como um todo. (ENTREVISTA M)

O embrião de 2013 nasce em 2011 no Ocupa Rio que você teve pelo menos que eu saiba uma primeira experiência relativamente ampla com uma relação de autogestão, de auto-organização, de horizontalidade, com uma questão de uma refutação do cooptação política, “Aqui vocês não criam suas pautas” foi em 2011, no Ocupa Rio, aquele embrião de que nós podemos fazer por nós, podemos nós fazer com nossas mãos. Isso foi se estendo, em 2012 a Aldeia Maracanã que era uma ocupação que existia há anos ali, mas só tomou um vulto maior em 2012 com a desocupação. Eu vejo a luta da Aldeia Maracanã como um divisor de águas, na Aldeia Maracanã ficou muito claro que uma forma de manifestação passiva é uma manifestação aonde você vai ser massacrado. Você pode ser pacífico, mas passivo não. A passividade ante a violência do Estado não pode ser respondida com um cordão de isolamento, ou pessoas sentando no chão e falando por Estado não ser violento. Então você tem que ter a resistência ativa. E saiu dali muita coisa pra 2013, muita gente, muita mentalidade modificada pra 2013. E 2013 formou muita gente politicamente, eu que tinha dificuldade em usar o termo anarquista passei a usar, porque entendi que existe um momento necessário de você tomar um posicionamento claro”. (ENTREVISTA E)

A Aldeia Maracanã é um movimento de resistência de longo tempo, a luta indígena sempre esteve presente por mais que o Estado queira apagar a nossa história. E muitas insurgências inclusive têm acontecido não só no âmbito da luta indígena, mas Brasil afora. E Junho o movimento da Aldeia Maracanã foi muito importante, porque a Aldeia Maracanã era um laboratório das resistências, um espaço de articulação não só indígena, de vários movimentos de resistência. E nós fomos um dos primeiros a sermos atacados, até mesmo antes de Junho culminar, esse movimento pré-revolucionário que tinha de tudo na rua, tinha esquerda, direita, os grupos organizados, os independentes, os jovens voltando à luta que durante muito tempo inclusive pós-ditadura... foi um momento em que a luta de vários grupos acabou culminando, foi um movimento “pré pré revolucionário” e a Aldeia Maracanã foi uma das primeiras atacadas, expulsas, justamente por isso, por ser um espaço que se tinha a união, a articulação, reuniões de todas essa galera. Porque nós além de sermos um laboratório das resistências, das

insurgências somos uma Universidade. E o indígena por si só, a sua própria existência já é a negação de toda essa sociedade capitalista e os princípios capitalistas destruidores que nós precisamos mudar e transformar. E o indígena é muito coletiva, é autogestão. Uma aldeia é isso. Na prática indígena, uma aldeia está sempre em comunicação com a outra, as etnias estão sempre em comunicação. Como a Aldeia Maracanã também era isso, um encontro de várias etnias, uma Universidade, e, além disso, éramos uma embaixada indígena porque recebíamos indígenas não só do Brasil, mas de outros países. E a luta indígena é a luta que verdadeiramente ameaça essa sociedade, por isso esse laboratório, a resistência Indígena Maracanã com toda essa articulação era uma ameaça ao governo, ao Estado. E foi bom que culminou com outras lutas, como a luta contra o aumento da passagem, a luta pela terra como um todo. E a partir do movimento de Junho muitas demandas afloraram e o bom é que a juventude voltou à luta, e o movimento de ocupações da escola do ano passado é consequência do que foi Junho, houve um salto de consciência qualitativo. Mas também junto com as Jornadas de Junho veio a repressão, o medo, a perseguição, tudo que a gente já sabe que acontece na luta política. Estava acontecendo no campo, nas aldeias, nas periferias, mas quase ninguém sabe. Mas Junho fez com que tudo isso aflorasse e aparecesse nas ruas, no asfalto. Foi momento da favela descer, do indígena aparecer, do estudante aparecer, do professor aparecer e todos nós estávamos ali a nos rebelar, a mostrar o poder de luta da classe trabalhadora, das comunidades tradicionais com essa união. (ENTREVISTA N)

Estes relatos tecem uma espécie de histórico das ocupações anteriores a Junho, como ocupações em universidades e ocupações urbanas presentes nas entrevistas L, M e C. Mais recentemente, o Ocupa Rio, Ocupação da Aldeia Maracanã, Ocupa Câmara, Ocupa Cabral.

Assim como as ocupações de universidades e escolas em 2016, são mencionadas as ocupações ocorridas em centenas de universidades em 2007 por conta do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) em 2011. O mecanismo de difusão se faz presente neste *repertório* de luta por ter sido utilizado em escalas locais, globais de temporalidades distintas.

A autonomia e autogestão são princípios ressaltados pelos entrevistados acerca do Ocupa Rio e Ocupação da Aldeia Maracanã no que tange a relação entre os ocupantes e a relação destes para com o governo e as instituições. Estas ocupações são postas pelos mesmos como processos que influenciam na formação política daqueles que atuaram em Junho de 2013.

A transferência de repertórios envolve, então, escolhas e criatividade: “Muitas transferências políticas se centram em programas ou práticas específicas e envolvem deliberação consciente no ponto de chegada sobre se adotar um item e como [...]”. (TILLY, 2005, p. 217 *apud* ALONSO, 2012:29).

A dimensão da política institucional frente aos movimentos e demais ações coletivas é central no confronto político para a compreensão da emergência do ciclo de protesto. O repertório de ocupação se faz num embate direto com o governo no que tange a ocupações em locais estratégicos como o caso mais específico do Ocupa Câmara, que por meio da tática de ocupar um prédio público, onde são tomadas decisões que tangem a gestão do município, entram num embate direto com o governo e sua forma institucional de controle político.

Na entrevista J, há um relato relevante a respeito dos atores que participaram do Ocupa Rio e do Ocupa Câmara com relação a continuidade deste repertório por atores que se utilizam desta prática. Outra questão significativa é o perfil de uma parcela dos atores que participam destas ocupações, os moradores de rua. Bem como nas ocupações urbanas de luta pela moradia, tratadas no primeiro capítulo. A interligação dos atores nas ocupações da Câmara e do Ocupa Cabral também revelam que os atores que atuam com este repertório, possuem determinado entendimento de política prévios relacionados por exemplo a ideia de “ocupar” o que é público, como é corroborado pela entrevista C.

3.2.2 Análise das ocupações na conjuntura do ciclo de protestos de Junho de 2013: Ocupa Câmara e Ocupa Cabral

Esta seção é construída a partir de observação participante, entrevistas com atores que participaram destas ocupações e utilização de reportagens de *sites* jornalísticos.⁶³ Estes ajudam a reconstruir os fatos e entender estes processos de ocupação que ocorreram no contexto dos Protestos de Junho de 2013. O Ocupa Cabral durante o ciclo de protestos de Junho e o Ocupa Câmara na esteira dos protestos tendo como pauta os transportes.

Ainda sob influência dos Protestos de Junho de 2013, a pauta dos transportes públicos demonstrou ser elemento central nas reivindicações que culminaram com a eclosão de protestos por todo o país. Neste contexto, vereadores de várias cidades propõem a criação de comissões parlamentares de inquérito para investigar irregularidades nas licitações dos contratos de empresas dos transportes públicos. As comissões são instauradas em diversas cidades⁶⁴ do país, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Curitiba e Maringá. No Rio

⁶³ Este mapeamento de reportagens conta no anexo VI.

⁶⁴ Após 2013, as CPI's dos transportes são instauradas em diversos estados do país, como Santa Catarina, Distrito Federal, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Minas Gerais.

de Janeiro, a CPI dos Ônibus é instaurada para investigar as insuficiências nos contratos e os indícios de formação de cartel empresas de ônibus no Rio.

Neste contexto, de intensa mobilização, sobretudo para com a pauta dos transportes públicos, as assembleias da câmara ficaram lotadas durante a votação do inquérito pressionando para a instauração da comissão e nos protestos que culminaram com as ocupações das câmaras de diversas cidades do país.

No dia 31 de julho, houve a ocupação da câmara pelos atores que protestavam “contra o decreto estadual 44.305/2013, que criou a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV), e exigiam o *impeachment* do governador Sérgio Cabral (PMDB)”. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2013). No entanto, estes foram retirados pela polícia no mesmo dia.

No dia 9 de agosto de 2013, houve a primeira reunião para composição da comissão parlamentar de inquérito proposta por Eliomar Coelho (PSOL), onde muitos militantes do partido estavam à frente desta luta. Após a votação, foram eleitos os vereadores Chiquinho Brazão (PMDB) e Uóston (PMDB) para presidente da comissão e relator, respectivamente, sendo estas as duas funções que mais tem poder dentro da comissão. Os atores que participavam da reunião não aceitaram esta composição e exigiram uma nova formação. A Câmara foi ocupada. O grupo tinha cerca de 50 ocupantes. Outro grupo ficou do lado de fora fazendo a vigília da ocupação interna. O presidente da Câmara determinou o fechamento de janelas portas com madeiras para impossibilitar a entrada dos outros militantes e dificultasse a permanência daqueles que ali estavam.

Após dois dias de ocupação, militantes filiados ao PSOL se retiraram da ocupação. No entanto, os autônomos ficaram dentro e fora durante nove dias. Após isso, a ocupação migrou toda para o lado de fora no dia 21 de agosto.

Nesta conjuntura, criou-se uma tensão entre militantes sem filiação partidária e militantes filiados a partidos, PSTU e, sobretudo o PSOL, por se tratar de uma pauta mobilizada pelo partido, reunindo assim diversos militantes do partido.

Para um militante da juventude do PSOL que ocupou a câmara,

A decisão de desocupar aconteceu depois da plenária na noite do dia 10 de agosto, quando o grupo rachou. Para nós, militantes do PSOL era preciso mobilizar as ruas contra as empresas de transportes e não seria possível avançar naquela ocupação por conta das condições precárias de permanência no prédio, além da falta de perspectiva de diálogo e negociação com o governo. Já era uma grande vitória aquela ocupação, pois esta deu visibilidade a CPI dos ônibus. (ENTREVISTA H)

Em contraposição a este relato, um militante anarquista descreve como foi o processo de desocupação por parte dos militantes do PSOL:

O grupo dos eleitores saíram e ficou uma galera independente lá dentro ainda e uma galera lá fora também em apoio. Rolou uma votação lá dentro e por apenas um voto de diferença venceu a proposta de desocupar, mas como houve uma denuncia em relação a forma como isso foi construído no sentido de ter tido um planejamento oportunista em torno da ocupação uma galera decidiu permanecer lá dentro os eleitores saíram dizendo que era uma forma de denunciar o não dialogo do presidente da câmara (o que não faz sentido) e se ferraram depois porque eles saindo a parada começou a tomar grandes proporções de divulgação e apoio os eleitores saíram em dois dias os independentes saíram só com 12 dias lá de dentro lá fora durou mais de dois meses a ocupação lá fora que surgiu como um apoio ficou acabou tomando uma direção própria a ocupação lá fora só terminou quando a policia cercou a câmara depois de uma manifestação de massa acho que 15 de outubro aquela manifestação onde foram detidas e levadas para a delegacia de uma só vez mais de 100 manifestantes que estavam nas escadarias cerca de 80 desses foram mandados pra Bangu e ficaram lá uns dias, não lembro ao certo quantos dias as barracas foram totalmente destruídas a biblioteca com livros doados foi colocada num caminha de lixo. (ENTREVISTA J)

A organização daquele movimento se dava por meio de assembleias, as quais ocorriam diariamente e reuniões de grupos de trabalho, que são grupos de pessoas que se dividem em funções para a manutenção da ocupação. Após a desocupação do prédio, aqueles que protestavam ocuparam o entorno do prédio onde também ocorriam assembleias. Com o fim da ocupação, as assembleias continuaram a ocorrer. A primeira assembleia popular aconteceu dia 09 de outubro na Cinelândia, sendo denominadas mais tarde de Assembleia Popular da Cinelândia.



Figura 1- Ocupa Câmara⁶⁵

A ocupação reuniu midiativistas, militantes autônomos, independentes, anarquistas e partidários. Muitos destes faziam parte de organizações como a FIST (movimento de luta pela moradia), dentre outras que compunham a recém-criada FIP, *Anonymous* RJ, MEPR, OATL.

A ocupação promoveu uma série de atividade políticas e culturais, saraus, shows, atos, exibição de curtas, oficinas de cartazes, palestras. Sobretudo após o dia 21 de julho quando a ocupação foi para frente do prédio.

Em 22 de agosto houve a primeira sessão da CPI que terminou com tumulto, e um sapato atirado no presidente da comissão Chiquinho Brazão (PMDB).

No dia 26 de setembro, durante a greve dos professores e servidores do Rio de Janeiro (municipais e estaduais), que se iniciou 14 de julho, a Câmara foi ocupada mais uma vez. Professores e servidores que eram contrários à implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações proposto pelo então prefeito Eduardo Paes, impedem a votação do projeto e ocupam a câmara.

Inicialmente pretendem permanecer até o dia da nova votação, dia 1º de outubro. Um grupo de professores ficou dentro da Câmara e outro grupo no entorno do prédio fazendo vigília.

Dia 29, a polícia faz a desocupação do prédio da Câmara. Dia 30, os professores fazem reunião com o vereador Luiz Antônio Guaraná do PMDB, líder do governo municipal na Câmara, para negociar o plano de cargos, carreiras e remunerações, no entanto, a pauta da reunião é

⁶⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/grupo-teria-rachado-no-ocupa-camara-dizem-ativistas-ouvidos-pela-policia-1337669>> Acesso em: 27 mai. 2017.

direcionada a retirada da polícia do entorno do prédio. Professores e servidores da educação são impedidos de entrar na câmara pelos policiais que criam um cordão de isolamento no prédio.

Dia primeiro de outubro é aprovado o projeto de planos de cargos e salários dos professores com intensa resistência dos profissionais da educação do lado de fora no confronto com a polícia.

A ocupação da câmara é desfeita dia 15 de outubro. A greve dos professores e servidores estaduais têm seu fim em 24 de outubro e a dos professores municipais dia 25 de outubro. Após pressão, houve um reajuste de 8% para a categoria que reivindicava 19%. A justiça suspende a CPI dos Ônibus dia 16 de setembro.

Na conjuntura dos protestos de Junho, no Rio de Janeiro, houve um direcionamento da pauta reivindicatória para com a gestão de Sérgio Cabral no governo do estado do Rio, uma série de denúncias de corrupção feitas em sua gestão provocaram uma série de protestos, convocados por diversos movimentos, como o Fórum de Lutas, na frente de sua residência. Os protestos ocorriam também no Palácio Guanabara, sede do governo do Estado.

Neste período, iniciou-se o Ocupa Cabral, dia 21 de junho o grupo inicialmente era pequeno, com cerca de 30 ocupantes. O movimento é construído por jovens de diferentes orientações e experiências políticas e se identificou como suprapartidário.

O Ocupa Cabral de 2013 foi uma ocupação de rua, uma trajetória inesperada até pelas pessoas que estavam no Ocupa Cabral. A coisa acontece da maneira mais espontânea possível porque era na época que as jornadas estavam acontecendo, e a Dilma foi fazer aquele pronunciamento na televisão em rede nacional, “a gente está trazendo médicos de Cuba, mas não vamos tolerar, vandalismo, agressões contra democracia”. E aí tinha 5 ou 6 caras no bar, há alguns quarteirões da casa do governador, e aí começaram a ter uma discussão com a colocação da presidente, “você sabe que o governador mora aqui perto, eu tenho umas barracas, a gente ocupa na rua da casa do governador e marca essa posição de recusa a esse posicionamento oficial dos governantes ao manifestantes chamados de vândalos”. Isso foi na noite da sexta feira do pronunciamento e virou um *hashtag* no *Facebook* com nome de Ocupa Delfim, porque o Cabral mora em um quarteirão que a rua Aristides Espíndola faz esquina com a Delfim Moreira, as barracas estavam localizadas na interseção e o trecho na Delfim Moreira foi interditado e aí foi um *hashtag* que fez um sucesso danado, as pessoas foram aderindo. O meu irmão conhecia o pessoal que estava lá, amigos dele da PUC. Ele me ligou e disse que o pessoal estava fazendo uma ocupação aonde o Cabral mora. E eu impressionado, com aquela ação, cheguei quando tinha 24 horas de acampamento. As pessoas iam aparecendo, convergindo, viam na televisão, viam no *Facebook* e iam chegando. (ENTREVISTA O)

O grupo tomou como pautas a apuração de denúncias⁶⁶ como a relação do governador com empresários como Eike Batista que venceu a licitação da concessão do Complexo do Maracanã e com Fernando Cavendish proprietário da construtora Delta a respeito de desvios de verba em troca contratos que dispensam licitação em obras como a reforma do Estádio do Maracanã⁶⁷, a construção do Parque Aquático Maria Lenk e a obra de transposição do Rio Turvo no sul do estado do Rio de Janeiro. Além do favorecimento para empresas de ônibus, para Comitê Olímpico Brasileiro desde os Jogos Pan-Americanos de 2007, os altos gastos com as obras para os jogos Olimpíadas que superam o orçamento inicial, uso de helicópteros oficiais para uso próprio e de familiares.

De acordo com o relato de O, durante a ocupação havia protestos diariamente, a ocupação só durou duas semanas sendo removida pela polícia. No entanto, 28 de julho o grupo ocupou novamente o local, como já dito anteriormente. O Ocupa Cabral atuou em diversas frentes, constituindo a FIP enquanto movimento, promovendo ações culturais, políticas, como saraus e projeções de filmes, organizou protestos contra o governo de Sérgio Cabral e articulou-se ao Ocupa Câmara ao final da ocupação. Inicialmente, houve o apoio dos moradores locais para com a ocupação e suas pautas reivindicatórias com relação ao governo de Sérgio Cabral. Da segunda vez, a ocupação durou 40 dias.



Figura 2 - Ocupa Cabral⁶⁸

⁶⁶ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/gigantesco-esquema-de-corrupcao-no-rio-teve-apadrinhamento-de-sergio-cabral-diz-procuradoria/>> Acesso em: 20 mai. 2016

⁶⁷ Esta obra incluía a demolição do Museu do índio, onde se localizava a Aldeia Maracanã para a construção de um estacionamento.

⁶⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ocupamoscabral/photos/a.485251504882665.1073741827.485240671550415/485251518215997/?type=3&theater>> Acesso em: 10 fev. 2017.

Em decorrência da série de denúncias e protestos que sofreu a gestão de Sérgio Cabral, na conjuntura de junho 2013, houve a queda significativa do índice de popularidade de seu governo.

Em outubro de 2006, Cabral teve 5,1 milhões de votos, 68% do total, e venceu a disputa contra a candidata Denise Frossard (PPS) no segundo turno. Em 2010, recebeu 5,2 milhões votos (66,08%), desbancando o candidato Fernando Gabeira (PV) já no primeiro turno. Menos de três anos após a reeleição, no entanto, uma pesquisa do Datafolha apontou que, no auge de sua popularidade, em novembro de 2010, Cabral tinha 55% de aprovação. Em novembro de 2013, a aprovação passou para 20%, 35 pontos percentuais a menos. (TORRES, 2014, n.p)

O governador alterou os contratos de concessão do complexo do Maracanã, cancelando as demolições que abrangiam o Museu do Índio onde se localizava a Ocupação da Aldeia Maracanã, o Estádio de Atletismo do Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamare e a Escola Municipal Friedenreich deveriam ser demolidos.

Em 3 de abril de 2014, Sérgio Cabral renunciou ao cargo de governador do Rio de Janeiro. O posto foi assumido por seu vice, Luiz Fernando Pezão. Este se candidatou no mesmo ano e venceu as eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 3: CRONOLOGIA DO CICLO DE PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E ALGUNS DESDOBRAMENTOS NO RIO DE JANEIRO

06 de Junho	1º Protesto contra o aumento da passagem
10 de Junho	2º Protesto contra o aumento da passagem
13 de Junho	3º Protesto contra o aumento da passagem
17 de Junho	4º Protesto contra o aumento da Passagem
19 de Junho	Eduardo Paes suspende o aumento da tarifa dos transportes públicos

20 de Junho	5º Protesto contra o aumento da Passagem
21 de Junho	1º Ocupação em frente ao prédio do governador Sérgio Cabral
	Fundação da Assembleia Popular do Largo de São Francisco
25 de Junho	Plenária do Fórum de Lutas no Largo do IFCS
27 de Junho	6º Protesto contra o aumento da Passagem
30 de Junho	Protesto na final da Copa das Confederações
02 de Julho	Ocupantes são retirados pela polícia do Ocupa Cabral
03 de Julho	Convocatória do <i>Anonymous</i> Rio Para a formação de Assembleias Populares
28 de julho	2º Ocupação em frente ao prédio do governador Sérgio Cabral
31 de Julho	Ocupação da Câmara Municipal após protesto no Centro do RJ
09 de Agosto	Ocupação da Câmara
21 de agosto	Ocupação na frente da Câmara
22 de agosto	Primeira Audiência da CPI dos Ônibus
06 de setembro	Ocupantes são retirados do Ocupa Cabral pela Polícia
16 de setembro	Justiça suspende CPI dos ônibus

26 de setembro	Ocupação da Câmara por professores das redes estadual e municipal RJ
29 de setembro	Professores são retirados pela polícia da Câmara Municipal
30 de setembro	Professores fazem protesto em frente a Câmara e diretores do SEPE fazem reunião com o vereador do PMDB
1 de outubro	Aprovada o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações
9 de outubro	Primeira Assembleia Popular da Cinelândia
15 de outubro	Desocupação da frente Câmara

(Fonte: elaboração da autora, 2017)

3.3 Midiativismo

Esta seção será dividida em dois segmentos. A partir da contextualização do midiativismo enquanto repertório de confronto e as redes sociais como plataforma de mediação e difusão do ciclo de protesto de Junho de 2013. A análise das redes sociais a respeito dos mecanismos de difusão e mediação, os modos de utilização desta ferramenta no processo tanto pelos coletivos midiativistas quanto por outros movimentos e atores. Análises dos atores que se vincularam a grupos e coletivos midiativistas, com relação aos modos de organização, mecanismos de difusão e mediação, formas mobilização e articulação desempenhados por estes nos ciclos de protesto de junho. Esta seção foi construída a partir do uso de informações de portais de notícias, páginas de *Facebook*, vídeos de *YouTube*, *sites* de coletivos midiativistas e entrevistas com midiativistas.⁶⁹ A escolha dos grupos e coletivos citados se dá pela permanência e abrangência que estes atingiram, além da questão temporal e espacial, privilegiou-se os grupos e coletivos foram criados entre junho e julho de 2013 no

⁶⁹ Este mapeamento consta no anexo VII desta pesquisa.

Rio de Janeiro, como também grupos que já existiam, mas se destacaram neste contexto difundindo-se nacionalmente.

3.3.1 Midiativismo e a Mobilização pelas Redes Sociais: uma breve contextualização

A mobilização pela rede social foi um elemento central no ciclo de protestos de Junho de 2013. Neste contexto, o repertório de midiativismo se desdobra nos planos de mediação e difusão diferentemente da explicitação do confronto como seria a tática *Black Bloc* ou na dimensão da reivindicação com um teor de permanência, como as ocupações. É preciso compreender o midiativismo como instrumento político, pois o papel destes coletivos se faz transcendendo o jornalismo, tangenciando a militância política. Este instrumento político se fez por meio de ações públicas como transmissão dos protestos ao vivo e projeções em fachadas de prédios, como também aquelas que não envolvem diretamente o caráter mais performático como a produção de minidocumentários, criação de *sites*, *blogs* e páginas de *Facebook* com produção de conteúdo contrastante ao difundido pela mídia tradicional hegemônicas. Estas conformaram uma série de ações utilizadas pelos atores para confrontar e reivindicar politicamente determinados governos⁷⁰, o Estado e, sobretudo as tradicionais conglomerados de mídia como a Rede Globo.

Há algum tempo, movimentos e organizações sociais vêm utilizando dessa ferramenta para a troca e difusão de informações para além da mídia tradicional hegemônica.⁷¹ Os movimentos *antiglobalização* ou *altermundistas*, foram os pioneiros a utilizar deste instrumento como tática de comunicação para tecer redes de informação e mobilização política.

Nos anos 1990, com a popularização dos computadores pessoais e interface web (modo gráfico da *internet*), as possibilidades interativas dos tempos ativista do rádio pareciam ser recolocadas com ainda mais convicção. A democratização da comunicação, novamente, voltava a fazer parte dos horizontes dos militantes. A experiência paradigmática desse processo é a

⁷⁰ Os coletivos midiativistas têm princípios políticos distintos, nem todos questionam, criticam e reivindicam os mesmos governos. Ao longo da análise algumas considerações serão feitas a respeito disso.

⁷¹ Entendidos como o oligopólio que detêm o poder sob a circulação da informação no país por meio de jornais, revistas, canais de televisão e rádio. Esses grupos e organizações detentoras do poder atuam em defesa de interesses econômicos e políticos, ainda que saibamos que não é possível atingir um nível de neutralidade absoluta, o papel da comunicação vinculado a este tipo de interesse desvirtua as demandas e necessidades da população. Ver mais em: Guareschi, 2009 e Venício, 2006.

formação de uma rede de comunicação produzida por ativistas em luta: a Rede *Indymedia* ou os Centros de Mídia Independente, organizados globalmente contra os malefícios que a chamada globalização econômica trazia para diversos países do mundo. Foram essas experiências, de acordo com alguns autores, que deram ensejo ao neologismo midiativismo. (MACIEL, 2012, p. 69)

Na conjuntura dos Protestos de Junho de 2013 não é possível falar de uso das redes sociais sem traçar a trajetória do CMI, que é criado dentro de um contexto político, por conta da necessidade de comunicação entre os membros dos movimentos *altermundistas* e da produção de informação fora do eixo da mídia tradicional. Assim, cria a primeira forma de comunicação de mídia pela *internet*, uma espécie de rede social em 1999. Desta data em diante, continua sendo uma ferramenta fundamental nos processos de difusão do MPL e *ciclo de protestos* de Junho de 2013.

O CMI foi um dos responsáveis pela expansão nacional do Movimento Passe Livre (MPL), que começou em Florianópolis e encontrou no site uma ferramenta não só para narrar os protestos, mas também de espalhar a causa para outros estados. A partir da Revolta da Catraca, que conseguiu baixar as tarifas em 2005, o MPL se espalhou pelo Brasil e oito anos depois foi o principal protagonista dos protestos que fizeram os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro baixarem as tarifas em 2013” (DIAS, 2013, n.p.)

Neste contexto, midiativismo⁷² inclui a mobilização pelas redes sociais em sua origem, no entanto nos protestos de Junho o uso dos eventos de *Facebook* foi dado por movimentos, grupos e atores que não estão necessariamente vinculados com este tipo de ativismo digital. O uso das redes sociais, em especial do *Facebook* com suas ferramentas de eventos, páginas, grupos e os próprios perfis pessoais como forma de mobilização, discussão e difusão dos atos, além de *blogs*, *sites* que difundiram informações e opiniões fomentando discussões políticas e sociais na conjuntura dos protestos. O *Twitter* foi outra rede social que por meio de pequenos chamados e campanhas com as #, Como o #Vem para a Rua⁷³ e o #O Gigante Acordou⁷⁴, possibilitou aos usuários divulgar os fatos para outros contatos de sua rede. Essas *hashtags* se difundiram para outras redes sociais como também para as ruas,

⁷² Nesta pesquisa, será utilizado o termo midiativismo por conta de ter sido a nomenclatura mais utilizada por grupos e atores que se inserem nesta prática. No entanto, há uma ampla discussão - a qual não será feita nesta pesquisa - sobre as terminologias que circundam esta temática, a saber: mídia livre, mídia alternativa, mídia independente.

⁷³ Disponível em: <<https://twitter.com/vempraru?lang=pt>> Acesso em: 10 jul. 2017.

⁷⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/search?q=%23OGIGANTEACORDOU>> Acesso em: 20 mai. 2017.

quando manifestantes utilizavam nos cartazes.⁷⁵ Que por sua vez foram utilizados como forma de protesto e denunciando como a mídia tradicional silencia suas vozes.

Cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via telefonia móvel) não garantem a inclusão dos jovens – nem de vários outros segmentos da população brasileira – no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia. (VENÍCIO, 2013, p. 90)

A rede social e outros canais de *internet* ultrapassam a fronteira de coletivos midiativistas na conjuntura de Junho. Por isso, é importante que esta dimensão seja pensada conjuntamente com o repertório do midiativismo enquanto ação política que faz uso das redes sociais, mas utiliza uma serie de outras ferramentas e parte de uma concepção contra hegemônica dos meios de comunicação de massa. As redes sociais são utilizadas como ferramenta de comunicação por diversos grupos, coletivos, movimentos e atores.

A mediação é o processo que articula as ações dos atores as estruturas políticas e sociais. Pela mediação que se configura as relações que proporcionam a mobilização e o processo confrontacional. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). O mecanismo de mediação dada no ciclo de protestos de Junho se deve aos meios de comunicação virtuais. As redes sociais apresentaram um papel fundamental em todo o processo de articulação, difusão e mobilização destes protestos. Há uma transformação nas relações sociais com o ascenso destas novas formas de comunicação e tecnologia, bem como na organização, formas de ação de mobilização dos atores que utilizam destas ferramentas de mediação.

Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não explica o sentido político da ação, ou melhor, o sentido pode ser conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes, como resultante transversalidade desse tipo de comunicação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate. As redes presenciais dos MS organizados continuam tendo um papel político e pedagógico relevante e são, frequentemente, espaços para

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/protestobr-confira-o-mapa-das-hashtags-das-manifestacoes>> Acesso em: 07 mai. 2017.

aprofundar os debates. (SCHERER-WARREN, 2012 *apud* SCHERER-WARREN, 2014, p. 417)

Esta dimensão é fundamental para compreender as interações e mediações que passam a se dar neste espaço que se configura em rede virtual de contatos e de plataformas de difusão informações e discussões. Estas transformações nos modos de articulação e comunicação influenciam diretamente nas performances e conseqüentemente nos repertórios.

Assim, o midiativismo se amparou nos mecanismos de comunicação da *internet*, a partir de *sites*, *blogs*, redes sociais para difundir informações que não apareciam na mídia tradicional.

Antes de Junho, a utilização da rede social para divulgar eventos políticos, de manifestações, atos e greves, era mais restrita. Como também, havia pouca difusão a respeito de grupos e atores da chamada mídia independente, contra-hegemônica, livre ou alternativa, ao se utilizarem da ferramenta da rede social para fazer a comunicação como braço do ativismo político antes de 2013. Estas terminologias não são consensuais entre os atores e grupos que trabalham com estas mídias nem entre os teóricos que estudam este assunto. No entanto, não é objetivo da pesquisa o aprofundamento desta discussão. Assim, opto por utilizar a expressão midiativistas por dialogar com o contexto dos protestos de Junho de 2013, ainda que possa haver discussões sobre esta terminologia, tem sido a mais utilizada pelos próprios coletivos e atores desde então.

Como também é o caso de grupos como a rede de ativistas digitais ou hackerativista *Anonymous* que já existia mundialmente desde 2003 e no Brasil passa a existir em 2011. Assim como o grupo Mídia Ninja que conseguiu alcance nacional por trazer a tecnologia de *live streaming* (tecnologia de transmissão em tempo real) no contexto do ciclo de protestos de Junho, vale lembrar que o grupo existia desde 2011. No entanto, é preciso demarcar, como já dito anteriormente, que muitos coletivos de midiativismo surgem em decorrência do ciclo de protestos de Junho, no Rio de Janeiro, Mídia Independente Coletiva, Mariachi, Coletivo Projetação, Rio na Rua, Rede de Informações Anarquistas, Coletivo Carranca formado por dissidentes da primeira geração do Mídia Ninja no Rio de Janeiro dentre tantos outros. Além do jornal A Nova democracia que existia desde 2002, mas ganha uma difusão maior com a partir dos protestos de 2013, sobretudo por produzir vídeos com base nos atos confrontacionais mediada pela plataforma *YouTube*.

A abertura da possibilidade de comunicação em rede que não depende mais de uma organização ou corporação que produz a informação cria a possibilidade de romper com o

monopólio da informação na medida em que as informações são produzidas por uma diversidade de atores. Além da possibilidade de compartilhamento que é livre e ilimitada. As opiniões agora são ouvidas, os temas e assuntos não estão presos a uma grade de programação. No contexto da política, com o advento da *internet* e posteriormente da rede social, emerge uma ferramenta fundamental no processo de descentralização da difusão da informação e da opinião política.

Além da forma de organização política, que possibilita formas diferenciadas de articulação, há uma interferência na cultura política que era vigente. No contexto de Junho de 2013, por exemplo, há uma ampliação das discussões políticas, com diferentes graus de aprofundamento, páginas, grupos, memes, (imagens, frases, tirinhas que representam uma mesma ideia, surgem no contexto das redes sociais e são difundidos para uma infinidade de usuários) abordando figuras e temas políticos estão cada vez mais populares⁷⁶ nas redes sociais. Estes, por sua vez, em dada medida, ultrapassam a esfera das redes e penetram o campo das relações sociais cotidianas.

O campo aberto pela *internet* possibilita diferentes formas de interação e organização política e social, com a abertura de canais de diálogo que ligam atores distintos. Os atores e movimentos sociais configurados em rede passam a ser detentores das formas de comunicação ao dispensar intermediários no processo de difusão da informação.

Os movimentos sociais exercem o contra poder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas da mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. (CASTELLS, 2013, p. 14)

No contexto do ciclo de protestos de Junho de 2013, houve o surgimento de diversos coletivos de mídia que cobriam os protestos de maneiras e abordagens diferenciadas, se organizando de forma horizontal e descentralizada, ainda que haja discussões sobre isso, sobretudo com relação à Mídia Ninja.⁷⁷ No entanto, estes coletivos de mídias são uma forma

⁷⁶ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150314_politica_bbb15_lab_lk> Acesso em: 02 jun. 2017.

⁷⁷ O Mídia Ninja é fundado pelo coletivo Fora do Eixo que surge em 2006. Este coletivo é acusado de estabelecer vínculos com governos e corporações, sobretudo com os governos do PT. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-08-12/ministerio-da-cultura-autorizou-fora-do-eixo-a-captar-r-88-milhoes-desde-2009.html>> Acesso em: 05 jun. 2017.

de comunicação que extrapola os princípios condicionantes da mídia hegemônica, por estarem fundamentados na rede, não impõe uma voz uníssona ao público. O questionamento dos atores em Junho que não reconhecem na mídia tradicional um discurso legítimo, foram evidenciados com uma série de casos que representaram a revolta com as corporações da mídia tradicional, como o ataque a jornalistas e incêndio de carros das emissoras Globo, Record, Band e SBT além da tentativa de deprestar a sede da Rede Globo. Outro exemplo é o movimento criado em 2012, por meio do *Facebook*, intitulado de Ocupa Rede Globo, planejou atos nas sedes da Emissora em diversos estados do país em julho de 2013. Assim como página Rede Esgoto de Televisão, que conta com mais de um milhão de curtidas no *Facebook*, demonstrando a insatisfação dos telespectadores com a cobertura da emissora.

Neste momento, o coletivo Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – surgido em 2011 na Marcha da Liberdade em São Paulo, ganha protagonismo no que tange a difusão de informação, com suas transmissões em tempo real dos protestos através da *internet*. Estas imagens contrapunham as informações veiculadas pelas mídias tradicionais. Não só por se tratar de veicular imagens ao vivo, pois isso não garantiria sozinho a legitimidade ou neutralidade do que ocorria naquele momento. A denúncia da violência policial, das batalhas travadas nas ruas, das tensões políticas que ocorriam no espaço deram outro ângulo de compreensão daqueles protestos e embates que ocorriam nas ruas. É neste momento que se torna visível o quanto a abordagem influencia na opinião pública.

O que ocorre é que a Mídia Ninja explode em popularidade em São Paulo, com Junho, e populariza o *streaming* nas manifestações, recurso e linguagem que se disseminam pela população. Eu lembro que quando comecei como Ninja na 1º geração do grupo aqui no Rio, em 29.06.2013, a página do *Face* tinha cerca de 30 mil curtidas. Na noite de 22.07.2013, em que dois "ninjas" foram detidos, claro que crescendo a audiência por conta de Junho e Julho, o número de curtidas bateu 100 mil. O Coletivo Carranca, o primeiro a sair do confinamento do *Facebook* e a criar seu próprio site (antes mesmo da Mídia Ninja), desde quando ainda somente na rede social, priorizou linha editorial na contramão daquele período: publicação própria (sem compartilhamentos) de artigos e entrevistas longos e densos, vídeos, ensaios fotográficos e galerias de arte tangenciando o gênero revista com crítica social, política, contexto e análise de dados. Ambos os coletivos, como tantos, seguem sem investimento externo, sobrevivendo do trabalho de seus voluntários, e fazem parte de um movimento social que recusa “a hierarquização [...], a naturalização do funcionamento do poder” e à “mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento. (Op. Cit., p. 248 apud BOECHAT, 2015, p. 3-24)

A rede social se torna instrumento de veiculação de informação, de circulação de opinião, fazendo com quem as informações passadas pela mídia tradicional fossem questionadas e colocadas em xeque, por aqueles que antes só tinham uma fonte de informação. No entanto, há uma série de interferências e limitações das redes sociais e da *internet* como um todo, sobretudo no que se refere à vigilância do Estado e ao fato de redes sociais terem se tornado grandes empresas capitalistas que visam o lucro.

Outro veículo fundamental foi o grupo de ativistas de rede ou ativistas digitais *Anonymous* conhecido mundialmente por suas atuações com hackerativismo em sites de governos, bancos e de grandes empresas. Como também na participação, com ações e operações de hackerativismo, em uma série de eventos políticos como o *Ocuppy Wall Street*, Primavera Árabe, o atentado terrorista a sede do *Charlie Hebdo*, dentre tantos outros movimentos e acontecimentos políticos ao redor do mundo.

No Brasil, ganham popularidade em 2013, no contexto do *ciclo de protestos* de Junho, com a invasão do *Instagram*, rede social que possibilita o compartilhamento de fotos, da presidente Dilma e a posterior invasão do site do PMDB⁷⁸.

Depois de invadir o *Instagram* da presidente Dilma Rousseff, o grupo de *hackers Anonymous* pirateou o site do PMDB foi invadido na madrugada desta terça-feira. Na página www.pmdb.org.br foi incluída uma mensagem de apoio aos protestos contra o aumento das passagens do transporte público no Brasil, com vídeo com várias cenas das manifestações. (Site Brasil 247, 201)

Como também pelos vídeos de convocação para os protestos de Junho, que juntamente com a divulgação de informações e eventos foram o veículo de difusão e articulação essencial na divulgação dos atos pelas redes sociais.

Neste contexto, fizeram convocatórias por meio de vídeos para o dia 7 de setembro de 2013, para a vinda do Papa no Brasil em 2013, para atos em sedes da Rede Globo em todo o Brasil, contra a realização da Copa do Mundo de 2014, além da operação *#OpHackingCup* e *#OpWorldCup* que tiraram do ar, hackearam e modificaram a *home* de *sites* com ligação com a Copa.

As plataformas *YouTube*, *Facebook* e *Twitter* são utilizadas pelos ativistas do *Anonymous* como forma de divulgar informações sigilosas de políticos, empresários, fazer denúncias, convocações como também comentar fatos políticos de grande relevância.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/105678/Anonymous-invade-site-oficial-do-PM>>
Acesso em: 20 abr. 2017.



Figura 3 - tradicional apresentação do *Anonymous* em vídeo.⁷⁹

Seu símbolo é uma máscara de Guy Fawkes, personagem principal do filme *V de Vingança* que por sua vez é baseado num personagem real, um soldado católico da Inglaterra que pretendia explodir a sessão do parlamento para assassinar o Rei Jaime I e todos os membros parlamento inglês, episódio que ficou conhecido como Conspiração da Pólvora em 1605. Foi preso e condenado a forca. Frequentemente, ativistas do grupo vão aos protestos com máscaras de Guy Fawkes. Com o lema: “Nós somos *Anonymous*. Somos uma legião. Nós não esquecemos. Nós não perdoamos. Esperem por nós” encerram vídeos e publicações.

O *Anonymous* é concebido como uma organização sem líderes, global, descentralizada, horizontal, anônima e autônoma. Ser *Anonymous* é de alguma forma fazer parte do povo sem liderá-lo ou tomar a direção da luta. A ideologia do *Anonymous* se faz, sobretudo a partir de ideais anarquistas, de liberdade política, de expressão, por meio da comunicação e da luta contra toda forma de governo e de opressão.

Esta forma de organização livre e aparentemente sem regras possui princípios, os quais devem ser respeitados por estes ativistas. Por conta desta forma de organização, existem incontáveis sites e páginas *Anonymous* que respondem por redes de ativistas anônimos. O *Anonymous* no Brasil inicia suas ações em 2011 junto com as ocupações que ocorreram em todo o país sob a influência do *Occupy Wall Street*, no caso do Rio Ocupa Rio⁸⁰, em São Paulo, o Ocupa Sampa, por exemplo. Nesse momento surgem as primeiras ações do *Anonymous* no Brasil a reboque dos Ocupas em todos os estados.

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qT155W01700>> Acesso em: 15 jun. 2017.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pjjEbCOxh1A&feature=youtu.be>> Acesso em: 02 jun. 2017.

A página de maior alcance é a *Anonymous* Brasil, chegou a ter um milhão de curtidas no *Facebook*, no entanto, o grupo é acusado de ser fascista⁸¹ por outras células do *Anonymous* que rompem com estes por desvirtuarem-se dos princípios do grupo, apartidarismo e anticapitalismo, ao estabelecerem aliança com um determinado grupo de combate à corrupção, de caráter conservador.

De acordo com os midiativistas entrevistados, muitos destes coletivos formados em junho de 2013, como o Mariachi e o Mídia Independente Coletiva, os membros não se conheceram durante os protestos, reuniões ocorridas naquele ano, não se conheciam previamente. Posteriormente, estes dois coletivos formaram juntos um site, o Mídia.Org.

O Coletivo Mariachi, por exemplo, começou pelo *streaming* e ganhou personalidade e audiência por uma densa produção de mini documentários com relevante memória audiovisual de 2013. Com o afastamento de alguns fundadores, a partir de 2014, a página deixa a produção audiovisual à publicação de alguns artigos e o compartilhamento de postagens, muitas distantes de um gênero jornalístico e próximas do ativismo digital. (BOECHAT, 2015, P. 23-24)

O Coletivo Projeção, formado por fotógrafos, designers, cineastas, com a proposta de intervenção nos espaços públicos por meio de projeções que causassem impactos políticos.



⁸¹ Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/celulas-anonymous-rompem-com-o-anonymousbrasil.html/amp>> Acesso em: 02 jun. 2017.

Figura 4 - projeção do coletivo midiativista *Projeção* na fachada do prédio de Sérgio Cabral no Leblon⁸²

O jornal impresso, *A Nova Democracia*, já mencionado, existe desde 2002, com uma atuação que se faz sem financiamento de qualquer iniciativa privada ou coligações com partidos eleitorais, ou governos fazendo a cobertura de protestos e de violência simbólicas e estruturais nas periferias, das favelas e grandes centros. A distribuição do jornal é feita em bairros, nas chamadas brigadas, comitês de apoio que vendem o jornal a um preço acessível à população. O jornal segue uma linha editorial de imprensa popular e democrática, voltada para as lutas sociais dos trabalhadores, estudantes dos espaços e comunidades periféricas da cidade.⁸³

Segundo Boechat (2015) muitos coletivos de mídia não sobrevivem após 2013, ou sobrevivem até 2014. Estes enfrentam dificuldade de financiamento, por não aceitarem vínculos com empresas e políticos. Muitos não possuem figura jurídica por serem anárquicos, apenas Carranca, Rio na Rua, Mídia Independente e Mariachi possuem site.

3.3.2 Análise da Mobilização pelas Redes Sociais

As entrevistas que seguem foram feitas com atores que se inserem em diferentes repertórios do ciclo de protestos de Junho de 2013 com diferentes orientações políticas e inscritos em diferentes repertórios por entender que estes além de estarem interligados na construção do processo, estavam, sobretudo apoiados na plataforma das redes sociais, pois a organização dos atos, a divulgação destes são feitas nestes espaços por atores de diferentes orientações. Além das discussões, e acesso a informações aos quais todos tinham acesso.

A luta hoje em dia se faz nas redes e nas ruas. Acho que é uma arena ampliada, uma arena a mais que juventude política conquistou, mas que não deve ser idealizada acho que a gente tem que ter uma leitura crítica de tudo isso em que pese o empoderamento, a maior possibilidade de circulação de informação, as possibilidades de produzir informação também existem

⁸² Disponível em:

<https://www.facebook.com/ExisteAmorEmSp/photos/a.111147142367515.20021.110949962387233/228498523965709/?type=1&theater> > Acesso em: 27 mai. 2017.

⁸³ Informação obtida por observação in loco, a pesquisadora foi colaboradora do Jornal *A Nova Democracia* em 2014.

efeitos colaterais importantes. Existe que tanto o fenômeno de superficialidade, de não aprofundamento da discussão, de mais informação do que conteúdo menos reflexão, circulação tornam coisas que não são verdade em verdade porque elas circulam e se expandem com facilidade. Então eu acho que é uma arena nova ampliada, contraditória que a gente tem que ocupar não é uma escolha. Não se luta contra ou favor dela, eu acho que é uma realidade que os sujeitos conscientes e em especial as organizações que atuam no campo da luta política, da luta de ideias precisam se apropriar, precisam hackear, como diziam alguns coletivos que atuam nessa área pra conseguir se inserir nela tanto instrumentalmente, como ferramenta de mobilização, como ferramenta de debate de ideias quanto de um aspecto muito mais amplo porque as subjetividades, a cognição hoje das pessoas têm a ver com as redes sociais. É uma ferramenta muito para além da ação política, é uma ferramenta de sociabilidade e é uma realidade que a gente precisa incorporar, infelizmente mediada por empresas privadas, porque quase que as pessoas se esquecem que o *Facebook* é uma empresa privada, o *Twitter* é uma empresa privada que inclusive detém informações fundamentais da nossa vida que tanto podem ser vendidas para interesses comerciais, preferências consumo, de gosto, de estética como inclusive podem ser oferecida pra agentes da polícia, judicial, do Estado, agente de controle das pessoas e que pode ser uma ferramenta anti-militante de mapear e de detecta desarticular ações militantes, então eu acho que é uma ferramenta que pode ser utilizada por qualquer dos lados e portanto precisa ser apropriada e utilizada por quem quer fazer dela um meio de integração, comunicação e ação comum das pessoas. (ENTREVISTA G)

As redes sociais eu acho importantíssimo porque é a comunicação, mas ao mesmo tempo perigoso também. No Brasil se usa muito *Facebook*, lá fora o pessoal usa muito *Twitter*, outros canais, *sites*. No Brasil a gente fica na mão do *Zuckerberg* que tem os algoritmos. Hoje em dia a gente tá entendendo que fica falando pra mesma bolha, mas mesmo assim acho que não deixa de ter o seu valor, porque as pessoas estão podendo expressar suas opiniões. Tem muita gente que fica escrava e refém de um jornal como O Globo ou de um jornal O Dia, o Extra que tem visões assim mais a direita. O Dia até quase centro, mas... com as redes sociais, as pessoas estão podendo ter acesso a outro tipo de informação e com uma rapidez maior com essa coisa do tempo real, do instantâneo que a televisão tá fadada a morrer a qualquer momento porque não consegue concorrer com a *internet*. Então você pega Alemanha na segunda guerra só tinha um rádio do Estado e aquilo ali era a voz da verdade, as pessoas até saber o que estava acontecendo, eram completamente manipuladas, a informação era muito mais lenta, então demorou até pra muitos alemães saberem o que está acontecendo de fato. Hoje em dia, e acho que tem certas situações que a acho que nem teriam como se repetir porque a gente está conseguindo fazer denúncia, está conseguindo se mobilizar, acho que as redes sociais tem um poder de mobilização e de distribuição que acho que as pessoas ainda estão aprendendo a usar, mesmo sabendo que a gente está sendo vigiado que também tem esse outro lado. Eles vigiam, eles marcam, eles estão usando todos os dados, a data, Big Data. Então também serve pra controle. É uma ferramenta que te dá uma extrema liberdade, mas é uma ferramenta que está te mapeando, está te controlando, sabendo onde você está, o que você gosta, o que você diz. Eles podem mapear por palavra então é por um lado bom,

mas ao mesmo tempo pode ser uma força, então é um assunto delicado. (ENTREVISTA P)

Eu acho que o *Facebook* é uma plataforma que nos dá uma sensação que nos engana. A gente vê que o *Facebook* puxou algumas primaveras no Oriente Médio, no Egito e tudo mais, não começou no Brasil essa questão dos atos. E no Brasil também foi implementado, então eu acho que o *Facebook* sempre foi uma ferramenta de controle, as pessoas puxavam os atos em 2013 e a gente estava achando que a gente estava sendo muito autônomo de puxar e não, foi controle... Porque depois de um tempo tinha uma limitação de pessoas pra você chamar, tinha uma limitação de pessoas pra aceitar a ir pra aquele evento. Então a gente ficou dentro de uma bolha que hoje a mídia e a esquerda se encontram dentro de uma bolha. Então são as mesmas pessoas que vão ver aquele evento pra um ato. Então a gente participou como cobaias de um teste. Eu acho que 2013 foi meio que ser cobaia pra um teste. E 2013, nessa de ser cobaia, é como se fosse uma vacina. O que é uma vacina, a catapora, a gente bota um pouquinho de catapora pra você nunca mais pegar catapora. 2013 botaram u pouquinho de revolta popular através do *Facebook* e as pessoas hoje estão vacinadas contra uma revolta popular, as pessoas não vão mais se revoltar porque elas estão organizadas dentro de bolhas então o povo tem que se organizar de outra maneira que não seja o *Facebook*, porque a gente foi condicionada a fazer somente lá. (ENTREVISTA B)

O papel das redes sociais, desde a Primavera Árabe, *Ocuppy Wall Street*, Junho está um pouco dentro deste levante. A gente teve um levante da juventude no mundo inteiro. Um ponto que é interessante a gente elencar, porque Junho foi o levante da juventude brasileira, mas a gente teve levante na Turquia, a gente teve levante nos Estados Unidos, a gente teve levante em várias partes do mundo. Um pouco antes a gente também estava vendo os estudantes chilenos, tinham vários exemplos. E em todos eles o peso das redes sociais era muito grande. As redes sociais por mais que elas tenham algumas limitações, são espaços mais democráticos muitas vezes que as mídias tradicionais. Antes a gente só tinha informação pela mídia, pela Globo, SBT, por essas mer... aí. A partir de um momento que a gente tem um peso maior das redes sociais, a gente começa a virar formador de opinião também, a gente passa a questionar a grande mídia, as informações que vêm desses aparelhos. Então a partir desse momento a gente conseguiu ter uma interligação maior entre a juventude, isso foi algo fundamental pro sucesso de Junho. Tanto e que hoje o próprio *Facebook* que foi talvez o maior canal de difusão das mobilizações de Junho já mudou e muito a sua política de alcance. Hoje você faz uma postagem só um grupos restrito de pessoas entre os seus amigos que vão ver aquelas postagens. O próprio evento que você cria, você não pode mais convida todos os amigos. Então assim, tudo isso vem depois de Junho, pra que? Pra evitar justamente que tenha mobilizações espontâneas da classe trabalhadora, da juventude. A política de hoje do *Facebook* gira muito mais em torno do financiamento de *posts* pagos do que como era antigamente. Isso dificulta muito mais a mobilização, um ativista que podia convidar 4.000 pessoas hoje pode convidar 200, 300 pessoas. Então eu acho que entender isso também é saber que certamente se foi bom

pra gente, a burguesia, a classe dominante sabe como se corrigir nas lacunas que eles deixaram naquela época. (ENTREVISTA H)

Nestas entrevistas, o papel das redes sociais, sobretudo o *Facebook* como forma de mediação, de ser uma plataforma que articula os grupos, movimentos e atores. No entanto a ampliação da difusão da informação e das diferentes visões política em detrimento de uma visão hegemônica que condiciona a opinião dos receptores. Apesar disto, é posto em questão com relação a possibilidade de vigilância e controle pelo Estado, como também por empresas que visam o consumo. As entrevistas B e H, o debate acerca das grandes insurreições, como a *Primavera Árabe* e o *Ocupy Wall Street*. O mecanismo de difusão e mediação é mais uma vez levantado. Outro ponto levantado é a questão da mudança de política de alcance do *Facebook* como forma de limitar a divulgação da informação.

TABELA 5: MÍDIAS INDEPENDENTES & COLETIVOS MEDIATIVISTAS SURTIDOS ANTES E A PARTIR DE 2013

1999	Centro de Mídia Independente		
2002	A Nova Democracia		
2011	Mídia Ninja	<i>Anonymous</i>	

2013	Mariachi	Coletivo Projetação	Rio na Rua	Coletivo Carranca	Rede de Informações Anarquistas	Mídia Independente Coletiva
------	----------	------------------------	---------------	----------------------	---------------------------------------	-----------------------------------

(Fonte:elaboração da autora, 2017)

3.3.3 Análise de entrevistas com atores midiativistas

As entrevistas que seguem são feitas com atores que compuseram grupos midiativistas, com a finalidade de entender as performances, usos e sentidos deste repertório.⁸⁴ Os atores escolhidos não fazem parte de organizações partidárias, são militantes anarquistas e autônomos.

Eu acho que o que sobrou de Junho de 2013 foi a comunicação, foram criadas mídia independentes e empoderadas a partir daquele momento. Sempre existiu mídia independente, sempre existiu trabalho de mídia independente, a gente tem jornalistas e comunicadores, o Mariachi tem a Vicky que já faz isso desde a década de 1980. Então assim, só que 2013 rompeu uma era. Então a gente conseguiu se empoderar muito da informação, a gente hoje consegue levar informação diariamente pra mais de um milhão de pessoas nas redes. Não é nada, não é nada, a gente consegue ficar pelo menos na plataforma do *Facebook* na frente de diversos jornais no monopólio de mídia e criou-se uma nova narrativa. Porque 2013 era aquilo não estava mais conseguindo segurar. Então, movimentos foram criados a partir disso, nós temos o *Mídia Independente Coletiva*, o *Mariachi* do qual faço parte, o *Coletivo Carranca*. A *Mídia Ninja* também foi parte daquilo lá com todas as críticas que eu tenho. Enfim, foi um empoderamento na comunicação com certeza e pra mim hoje de mais organizado que ficou de 2013 foi isso. Então as mídias hoje tem sua própria organização e estão a mil por hora. Hoje eu estava gravando pelo *Mariachi* uma coisa que aconteceu em 2013. (ENTREVISTA B)

Mídia independente eu acho que a palavra deveria fazer jus ao nome, mas a questão que tem, já fui chamada de purista por ser honesta nesse sentido. Ativismo é uma coisa, profissionalismo é outro. Se e quiser levar meu ativismo pra um lado profissional. Não existe ativismo profissional, você vai se profissionalizar, você vai virar um repórter, um jornalista, vai trabalhar pra um meio que vai te pagar e tal, então você já virou um jornalista, um repórter que está cobrindo ali porque você está ganhando salário e você começa a ter uma relação com o assunto e função de um trabalho que aquilo

⁸⁴ Dentro dos entrevistados da pesquisa não foram encontrados midiativistas vinculados a partidos.

ali paga suas contas. Então deixa de ser ativismo, deixa de ser ideologia, deixa de ser uma busca pessoal que eu acho que é muito o que define o caráter do ativista., você ter uma questão pessoal com a causa e que é pessoal e intransferível. E eu vi ao longo do tempo pessoas querendo continuar no ativismo e acabaram se seduzindo, se vender a grupos grandes super questionáveis que bancam, e ninguém dá dinheiro de graça, ninguém dá dinheiro não esperando que não vá pautar quem estiver indo ali pra rua. Então tipo *Ford Foundation*⁸⁵, *Rockefeller*⁸⁶. Você tem vários grupos que bancam grupos que parecem ser extremamente combativos, mas ninguém se pergunta o que tem aí por trás dessas grandes fundações estarem patrocinando grupos que se dizem tão combativos. Isso tudo está sendo muito discutido entre os ativistas, os midiativistas principalmente, de como manter essa independência porque aí você. O mídia independente é uma coisa. Você pode até ter muito midiativista em 2013, hoje em dia não. Você vê o próprio Mídia Ninja que o grupo que eu mais bati. Os caras estavam ali o tempo inteiro ganhando *Cubo Cards*⁸⁷, continha no Banco do Brasil ligado a Ministério da Cultura, a Pablo Capilé, a Fora do Eixo e tal, sabe.... Os caras chegavam com *Iphone 5* na manifestação, *Macbook Air* e aquela coisa toda e a gente ali apontando aquilo ali. E no final a gente descobriu que estava ligado ao PT mesmo que a função deles era mapear o movimento, que eles chegavam nas cidades, mapeavam tudo, conheciam faziam contato e tal. E tem isso, a partir do momento que você dá grana ali, a pessoa dá uma arrefecida, dá uma acalmada. Tá bom, já está pagando a minha conta e aí você perde o espírito da combatividade é meio que um “cala a boca”. Então como teve o Mídia Ninja ali que meio que inspirou, estão aí até hoje super patrocinados e financiados e muito dinheiro. (ENTREVISTA P)

Por conta da violência, foi a violência da polícia de São Paulo que me levou pra rua, pra ser jornalista voluntária e foi a violência que eu vivi nas ruas que fez eu entender que não dava pra eu ficar sozinha, porque eu fui absolutamente sozinha. Então eu comecei a procurar na *internet* mesmo colegas jornalistas que pudessem ir comigo, fazer dupla, um grupo, alguma coisa pra poder fazer esse trabalho voluntário pra poder levar uma informação mais próxima da realidade que era o que gente via na *internet* e não na Rede Globo e na *Globo News*. Acabou que esses encontros nunca deram certo, mas eu acabei achando uma matéria do *New York Times* falando do Mídia Ninja e tinha um *e-mail* de contato, eu mandei o *e-mail* de contato e em minutos eu recebi uma ficha de inscrição muito bem elaborada, perguntando como você quer se identificar, podendo ser um apelido, com o que você pode colaborar, se você tem câmera, se você tem carro, se você quer colaborar fazendo imagem, se você quer colaborar dando hospedagem, energia elétrica. Enfim, achei de uma organização impressionante, respondi e em 24 horas eu estava numa reunião com cerca de 15 pessoas e essa foi a primeira reunião do Mídia Ninja no Rio de Janeiro da qual eu fiz parte, grupo esse que cobriu todas as manifestações de junho e julho constituído exclusivamente por pessoas do Rio de Janeiro. Pessoas essas que não eram necessariamente jornalistas, eram jornalistas, designers, fotógrafos, tinha tradutor, comerciante, tinha gente se disponibilizando de tudo que era forma, foi um grupo muito coeso. A gente fez um trabalho muito bonito, um trabalho que naquele momento foi muito

⁸⁵ Entidade americana que financia programas que pautam a promoção da democracia e redução da pobreza.

⁸⁶ Fundação americana filantrópica.

⁸⁷ *Cubo card* é uma moeda de troca instituída pelo grupo Fora do Eixo.

relevante porque a gente cobriu todas aquelas manifestações de junho, a gente cobriu o primeiro ataque de bombas no Leblon, só pra lembrar alguns eventos, a gente fez a noite do “casamento da Dona baratinha”, a gente fez Leblon e Ipanema quando foi devastado, a gente fez quando a Rocinha desceu pelo Amarildo. Não tinha dia, não tinha hora, aquele grupo ali era como se tivesse sido abduzido pela situação e a gente estava trabalhando na rua direto, direto, direto, direto em função disso voluntariamente. Depois desse período quando chegou mais pro final de julho de pessoas que teriam feito parte do Fora do Eixo que é a incubadora do projeto da Mídia Ninja. A gente só conhecia o pessoal de São Paulo por *internet* e dois ou três encontros e nada mais porque agente que fazia aqui toda a cobertura, esse pessoas de São Paulo que era digamos o núcleo duro da Mídia Ninja. Eles só vieram aqui pra cobertura do JMJ do Papa e já nesse período de julho, JMJ é final de julho e com essa vinda do grupo de São Paulo pra cá ocorre que começam a surgir essas denúncias que são denúncias bastante graves, a gente sabe dessas denúncias assim como várias outras pessoas, porque todos nós que éramos membros do Mídia Ninja a gente não conhecia essas histórias, a gente não conhecia o Fora do Eixo, a gente não conheci as pessoas de São Paulo. Então conforme desencantamento por a gente perceber que algumas pautas não eram publicadas porque havia de certa forma uma interferência mesmo editorial e agente fazia algumas perguntas que pra gente era importante na época do tipo: “Mas a gente só vai cobrir rua e mostrar cinco linhas de frase com uma foto?” “O que é tudo isso que está acontecendo?” “O que a gente vai ser depois da rua?” e essas reflexões não eram de interesse editorial da Mídia Ninja, não eram. Então a gente queria aprofundar nas análises, aprofundar algumas perguntas que não eram feitas e algumas pautas foram inclusive cerceadas, não a mim, mas a alguns colegas, por exemplo, Leilão de Libra. Leilão de Libra um colega estava fazendo a transmissão ao vivo e eu soube que ele recebeu algumas orientações, digamos pra ele ser “menos” do que ele estava sendo na transmissão que ele estava fazendo. Isso pra citar um exemplo, na época estava acontecendo mensalão, explodindo, Zé Dirceu, José Genoíno, todo mundo sendo preso. E nesse meio tempo, esse primeiro grupo entendeu que não dava pra seguir dentro de uma política de cerceamento editorial, porque a gente estava na rua justamente contra os que cerceavam a informação. Se a grande mídia censurava ou manipulava ou mudava as informações, todo mundo virou vândalo e criminoso da noite pro dia pela grande imprensa. De repente você está numa mídia independente, como era a Mídia Ninja, como nós fazíamos e eu faço aspas no independente, isso é muito discutido, esses termos são muito discutidos até academicamente. Mídia Livre, mídia alternativa. Livre de que? Alternativa a que? Independente como? O que é ser independente? Até porque várias mídias independentes que ainda têm até hoje, ou que surgiram depois tem patrocínio. Então, é um modelo anarquista sem patrocínio de instituições? Não é? É direto financiado pelo público? Então, por todos esses questionamentos e pela política que a gente percebia que era uma política claramente institucional ligada ao governo federal, que no caso era o Mídia Ninja, que se revelou ao longo do tempo aquilo que a gente estava entendendo, que eles eram um braço de *marketing* do PT, a gente então se desvinculou para fazer um trabalho realmente independente sem vínculos institucionais, então nós criamos o Coletivo Carranca, foi um grupo de 10 pessoas que são a primeira geração da Mídia Ninja do Rio de Janeiro, a gente cria essa dissidência, por motivos políticos editoriais, e cria o Coletivo Carranca pra fazer a produção que a gente acreditava, com aprofundamento e análises outras e criticando todo mundo, não tinha político amigo, não tinha perdão ao que se pudesse ou se

necessitasse ser criticado. A gente não ia passar a mão na cabeça de determinado político nem de determinado partido, determinado candidato ou determinado governante. Ou abrandar determinada pauta porque talvez fosse conveniente. Rua e rede se confundem, a partir de 2013, isso fica muito nítido e isso segue virando 2014 com dois dados que ajudam a botar com a violência policial, inclusive capitaneada pelo próprio governo federal, isso pra gente foi uma dicotomia louca, paradoxal porque como é que tanta gente acreditava na independência da Mídia Ninja tem vínculo institucional com o partido e com partidos, não só o PT, mas o PC do B, PSOL, tanto é que em 2014 eles trabalham fazendo campanha política para candidatos desses partidos, como já tinha feito antes, como a própria campanha que teve em São Paulo pro Fernando Haddad. Então, isso não é uma crítica do ponto de vista “Ah, eles não são legítimos!?”, eles são legítimos, eles só pertencem a uma corrente social com vínculo institucional que é diferente do que a gente estava fazendo naquele momento. (ENTREVISTA F)

Nestas entrevistas o caráter da prática do midiativismo para contrapor o monopólio da informação é trazido assim como nas entrevistas sobre o uso de redes sociais nos protestos de Junho. O midiativismo surge da tentativa de contrapor a mídia hegemônica pelo menos em teoria. A discussão dos termos midiativismo, mídia alternativa, mídia livre vem à tona, nestes relatos questionando vínculos de coletivos com políticos, partidos, fundações, empresas e continuaram utilizando estas terminologias que apontam, de alguma forma, para uma independência política e financeira. O coletivo Mídia Ninja é ressaltado em todas as entrevistas, sendo colocado como aquele que inaugura o *repertório*. No entanto, são colocadas críticas quanto a vínculos com o governo federal do PT, em 2013 e outros partidos como o PSOL, tais vínculos seriam contraditórios com os princípios que regem os coletivos midiativistas e de mídia independente.

3.4 O Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem e as Assembleias Populares

Os espaços de discussão e deliberação políticos em 2013 foram espaços que combinaram atores e práticas diferenciados promovendo dinâmicas reconfiguradas de organização política. O Fórum de Lutas e as assembleias populares são entendidos como repertório de confronto por trazerem um conjunto de ações, performances e usos diferenciados do espaço que promoveram formas de reivindicação perante os governos e autoridades. Além disso, foram dispositivos de mediação e difusão dos protestos e de ações performáticas reivindicatórias múltiplas, como aulas públicas, panfletagens, confecção de cartazes, pintura de calçadas e ruas, e a própria organização de assembleias em praças. A FIP

não será analisada nesta pesquisa, devido a incapacidade de abarcá-la nos limites da mesma. No entanto, esta frente será mencionada como forma de contextualização e é ressaltada no relato dos atores quase invariavelmente. Estes espaços se ampararam, sobretudo em plataformas de redes sociais para difundir suas ações e suas pautas.

Nesta seção, será feita uma contextualização do Fórum de Lutas, das assembleias populares com base em observação participante. Após isso, as entrevistas feitas com participantes e organizadores destes movimentos de diferentes orientações políticas.

No período de junho de 2013 a fevereiro de 2014 participei de algumas assembleias populares do Rio de Janeiro, a saber: da Cinelândia, do Largo de São Francisco, do Largo do Machado, da assembleia das assembleias, além das plenárias do Fórum de Lutas contra Aumento da Passagem. Nesta seção, não farei aqui uma descrição pormenorizada de cada um delas. Opto por destacar pontos comuns que possam dar conta dos processos internos, formas de organização e atuação dos atores nestes espaços.

3.4.1 Contextualização a partir de observação participante

O Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem foi criado em outubro de 2012, e foi construído por diversos movimentos e atores autônomos e partidários como já dito anteriormente. Como militantes do PSOL, PSTU, militantes autônomos, anarquistas, integrantes da Aldeia Maracanã e do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio. As plenárias do Fórum, que inicialmente, eram construídas por militantes e universitários, tiveram um aumento quantitativo de participantes interessados na construção dos atos e na discussão política, sobretudo após o ato do dia 17 de junho. O Fórum de Lutas se organizava por comissões, a saber: organização e estrutura, comunicação e segurança. Estas eram abertas a participação.

Grande parte dos atos no Rio de Janeiro foram precedidos pelas plenárias do Fórum de lutas⁸⁸, embora alguns fossem criados por atores que não frequentavam qualquer tipo de espaço político, mas que viram na ferramenta da *internet* a possibilidade de se manifestar.

⁸⁸ Ver eventos de *Facebook* no anexo VII.

Este espaço foi configurado para debater publicamente a construção dos atos, no que se refere a trajeto, segurança, mobilização, divulgação, data entre outros. A plenária do Fórum de Lutas do dia 25 de junho foi o marco no que se refere a duas diásporas de organizações e atores independentes a partidos políticos eleitorais e a qualquer ordem de partidos ou organizações.

Neste contexto, como já dito anteriormente, houve duas dissidências diretas do Fórum de Lutas. A primeira dissidente foi a Assembleia do Largo de São Francisco, que passou a ocorrer no mesmo local e horário do Fórum como forma de reivindicar aquele espaço com outra forma de organização. Esta assembleia foi a primeira a surgir em 2013.

Outra dissidência direta foram as organizações independentes, anarquistas, autônomas que não se identificavam com os partidos. Estes grupos formaram a FIP, em agosto de 2013. O que provocou, juntamente com a saída de outros grupos e atores, o esvaziamento do Fórum e corroborou para seu fim. A crítica dos membros que formam a FIP, em linhas gerais, era o aparelhamento por partidos do espaço, como objetivo a revolução, negociações com o governo, estando seus atores a serviço de partidos que tinham como único objetivo ocupar cargos políticos.

As assembleias populares foram criadas para discutir os problemas locais de cada região do Rio de Janeiro diferentemente do Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem que foi criado com o objetivo de debater a pauta dos transportes públicos. Embora houvesse expandido para pautas como anistia aos presos políticos, pela democratização dos meios de comunicação, contra a privatização do Complexo do Maracanã, protestos na casa do então governador Sérgio Cabral, a campanha Fora Cabral, Vá com Paes; a campanha e manifestações pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo, a CPI dos transportes a partir do final de junho de 2013 entre outras pautas.

Estas assembleias populares das regiões do Rio, por sua vez, pautavam: democratização dos meios de comunicação e fortalecimento das mídias alternativas, contra os gastos da Copa do Mundo, contra repressão policial. A atuação das assembleias se concretizou de diversas formas, por meio de apoio a campanhas, como pela liberdade dos 23 presos políticos, pela Liberdade de Rafael Braga⁸⁹, pela articulação com outras assembleias, fóruns, frentes e movimentos autônomos, pela organização e participação de protestos, pelo apoio a ocupações, pela promoção de atividades como intervenções, confecções de cartazes, saraus, aulas públicas. As assembleias tinham uma série de princípios, como por exemplo, o entendimento da rua enquanto espaço público e aberto a todos, o povo enquanto protagonista

⁸⁹ Em 2014 é criado um movimento específico para lutar pela liberdade de Rafael Braga, o Comitê de Liberdade de Rafael Braga. As reuniões ocorrem na Cinelândia, nas escadarias da câmara.

da luta política, o uso de lemas “Poder para o Povo” e “Todo poder emana do povo”, a rejeição ao sistema representativo e eleitoral. Estas assembleias eram organizadas através de grupos de trabalho, como forma de descentralizar e não haver hierarquia entre os participantes da assembleia.

Grande parte das assembleias populares, como já dito anteriormente, foram criadas após a convocatória online⁹⁰ feita pela página *Anonymous* Rio que para além da percepção que os bairros tinham demandas específicas, teciam uma espécie de crítica ao Fórum de Lutas com relação a sua forma de organização.

O resultado destes encontros renderam a formação de quatro grandes assembleias populares, a Assembleia popular Zona Sul 3 e a Assembleia Popular da Grande Tijuca, a Assembleia popular da Fronteira e Assembleia Popular do Grande Méier. A Assembleia Popular da Cinelândia advém de um processo distinto, durante a ocupação da Câmara Municipal do Rio que se dividiu em dois momentos, dentro e fora da Câmara. Durante a ocupação fora da câmara ocorriam assembleias na escadaria da câmara, após a desocupação as assembleias continuaram a acontecer com o nome de Assembleia Popular da Cinelândia. Além da Assembleia Popular RJ que foi criada em julho de 2013 e ocorria na Praia Vermelha. A Assembleia da Zona Sul 3 compreendia as regiões do Largo do Machado, Catete, Glória, Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo, Flamengo, Santa Teresa. Em 2014, após uma participante questionar a metodologia da Assembleia do Largo do São Francisco ao criticar as poucas ações que eram empreendidas em detrimento das longas e exaustivas discussões a respeito da conjuntura e das pautas. A partir deste questionamento esta participante fez uma convocação para outra assembleia que focasse nas ações políticas. Assim surge a Assembleia do Largo do Machado.

A Assembleia da Fronteira compreendia as regiões de Coelho Neto, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Bento Ribeiro, Rocha Miranda, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Marechal Acari, Fazenda Botafogo, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Guadalupe, Colégio, Honório, Deodoro e Adjacências. Esta assembleia durou cerca de três meses.

As assembleias populares ocorriam semanalmente, em espaços públicos, sobretudo em praças. Alguns elementos são relevantes para compreender a relação destas com outros espaços, organizações e movimentos. A disposição dos participantes em roda, contrapõe a

⁹⁰ Ver em anexo IV

centralização dos participantes que utilizam o formato de mesa.⁹¹ Outro ponto é o uso da metodologia do dedinho⁹²contrapondo o ordenamento das falas por meio da inscrição.⁹³ Finalmente, há a substituição da decisão através do voto para decisão por consenso.⁹⁴ Ao que parece as formas de organização, da tomada de decisão estão no centro da discussão quando emergem essas tensões. Estas tensões, por sua vez, remetem a orientações políticas divergentes, centradas nos debates de partidarismo e apartidarismo, autonomia e centralidade, hierarquia e horizontalidade.⁹⁵

A Assembleia das Assembleias surge também em 2014, como já dito anteriormente, que é convocada por uma articulação de participantes da Assembleia da Cinelândia, Assembleia do Largo de São Francisco, da Grande Tijuca e do Méier. Havia participantes que frequentavam diversas assembleias ao mesmo tempo, estes atores pensaram em articular um espaço que reunisse as mesmas. Houve três encontros⁹⁶ os quais foram escolhidos participantes de diversas assembleias para a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte que promoveu uma espécie de Assembleia das Assembleias Nacional, no entanto só houve participantes de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Algumas das pautas⁹⁷ discutidas na Assembleia das Assembleias foram: a liberdade aos 23 presos políticos na véspera da Copa, ações contrárias a Copa do Mundo como a decoração Anti-Copa, apoio a greves e atos dos professores, bancários e rodoviários.

Os atores que priorizam a atuação nas assembleias concebem a construção da política enquanto processo antes de qualquer ideologia, pauta ou ação. Estes atores privilegiam uma organização horizontal, e para isso o formato em roda ao invés da mesa negando a centralização, como também a possibilidade de todos falarem e todos ouvirem em espaços públicos, aberta a todos, de moradores de rua a trabalhadores.

⁹¹ A composição através da mesa se dá por alguns atores coordenarem a reunião ou assembleia, com funções que destacam estes dos demais participantes do espaço. A mesa se destaca perante os outros participantes.

⁹² Metodologia de fala que consiste em: aquele que quer ter a palavra levanta o dedo com o número condizente aqueles que levantaram antes. Como ilustração, se ninguém está com o dedo levantado, aquele que levantará indicará o número 1, os próximos que quiserem falar terão de levantar a mão indicando o valor de acordo com os anteriores.

⁹³ Aquele que quer ter a palavra deve se inscrever em uma lista determinada e esperar sua vez.

⁹⁴ As assembleias privilegiam a ideia de consenso ao invés do voto, isto significa dizer que os participantes devem chegar a algum ponto em comum para decidirem sobre determinado assunto apesar das discordâncias. No voto, independente das discordâncias alguns a maioria vence.

⁹⁵ Sobretudo as divergências entre marxistas e anarquistas.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/227470977448415/?ref=br_rs> Acesso em: 02 jun. 2017.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/233757616832712/>> Acesso em: 07 jun. 2017.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/454808671329217/>> Acesso em: 07 jun. 2017.

⁹⁷ Disponível em:

<https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=792754500743150&id=768719026480031> Acesso em: 07 jun. 2017.



Figura 5- Assembleia Popular da Cinelândia⁹⁸

Com a crescente mobilização em torno da pauta do aumento dos transportes, o Fórum passa a ser um espaço amplo de debate que reúne grupos, movimentos, partidos e atores de diversas orientações políticas. Neste cenário, surgem críticas ao espaço e à sua forma de organização perpassavam a rotatividade da mesa, do controle do tempo, do protagonismo dos militantes de partidos, do uso do espaço para discursos e propagandas eleitoreiras, das falas repetidas, da quantidade de pessoas inscritas, a metodologia de inscrição das falas, metodologia de tomada de decisão (voto ou consenso), divergências quanto a trajetos e programação dos atos.

Ciclos de protestos históricos⁹⁹, como o Fora Collor e as Diretas Já, foram organizados por partidos, centrais sindicais e entidades estudantis. A participação na organização deste processo era restrita a filiados ou com ligações próximas a estas organizações.

⁹⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/1437596839812322/photos/a.1437600089811997.1073741827.1437596839812322/1437600093145330/?type=3&theater>> Acesso em: 10 jun. 2017.

⁹⁹ Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35>> Acesso em: 10 jun. 2017.

A base organizacional do Fórum de Lutas não se dá por cargos, coordenações ou direções como nas organizações tradicionais supracitadas. As comissões são grupos que dividem os participantes em funções não hierárquicas, que não dependem de experiência política, mérito ou eleição.

Os grupos apartidários, autônomos, anarquistas, marxistas¹⁰⁰ assim como atores que se classificariam como independentes ou autônomos que teciam críticas ao Fórum de Lutas já vinham se organizando no que culminou com a saída destes do espaço e a subsequente formação da FIP.¹⁰¹ A FIP começou suas reuniões no IFCS e migrou para UERJ, essa frente foi composta por atores anarquistas, marxistas revolucionários, maoístas, autonomistas e independente reunindo assim, diferentes organizações como: *Anonymous* Rio, MEPR, OATL, RECC, Ocupa Cabral dentre outras. Vale lembrar também que a FIP se expandiu para diversos estados brasileiros como São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Goiás, Alagoas e Pará. Estes grupos e atores saem no que foi a maior plenária¹⁰² do Fórum de Lutas, dia 25 de Junho, que de acordo com os organizadores, contou com mais de 3000 mil pessoas.



Figura 6 - Capa do evento de *Facebook* da Plenária do Fórum de Lutas do dia 25/06¹⁰³

¹⁰⁰ Existem diversas correntes dentro do marxismo, neste espaço existiam atores filiados as mais diversas correntes marxistas, a saber marxistas revolucionárias leninistas e maoístas em sua maioria.

¹⁰¹ Não se pretende aprofundar a discussão da FIP, pois esta surge após os protestos de Junho, que são o foco de análise nesta pesquisa. Muito embora, é preciso falar dessa organização a título de contextualização e do entendimento de Junho enquanto processo.

¹⁰² Ver mais em Oportunistas de PSOL, PSTU e seus satélites traem o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens Do Rio. Disponível em: <<http://mepr.org.br/noticias/nacional/765-oportunistas-de-psol-pstu-e-seus-satelites-traem-o-forum-de-lutas-contra-o-aumento-das-passagens.html>> Acesso em: 11 jun. 2017.

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/196448013848954/>> Acesso em: 11 jun. 2017.

Na dita assembleia do dia 25/06, a plenária foi para a rua, pela primeira vez, devido a quantidade de pessoas. As tensões que já circundavam aquele espaço vieram à tona. As discussões giram em torno das pautas, como as metodologias incidem no plano concreto das lutas e como estas refletem no movimento como um todo.

No entanto, como já dito anteriormente, aquela plenária já se verificava a expansão da pauta que inicialmente, era direcionada a questão do transporte público. Demonstrando que não era só por 0,20 centavos, a difusão das pautas em todo o país, denotava que se inaugurava um campo de luta, nas redes, nas ruas, nos espaços de debate abertos possível para expressar uma série de demandas sociais, além do transporte público. Isso se deve à proporção que aquele espaço tomou, e a possibilidade de mobilização inscrita nesta conjuntura.

Após uma série de discussões sobre a composição da mesa, sobre o uso ou não de bandeiras no entorno, discussões entre militantes de partidos. Temos início da assembleia. Nunca houve tantos participantes a ponto de fazer a plenária no largo. As pessoas se sentaram. Iniciaram os informes, e depois as inscrições para fala. Lembro que num dado momento contava-se mais de 100 inscritos e foi feita a proposta de encerrar as inscrições.

As falas circundavam uma série de temas, como repressão da polícia, gastos contra a Copa, a militarização e violência no Complexo da Maré, a questão urbana e do transporte público, além das discussões político-partidárias. Alguns grupos começaram a se formar para repudiar aquela forma de organização e os respectivos organizadores. Diversas pessoas começaram a ir embora identificando que ali não haveria a possibilidade de um debate que levasse a ações que contemplassem as pautas que estavam sendo discutidas, para além de uma mera disputa de organizações políticas.

Após, muitas horas de discussão de pautas e propostas de ações. A plenária decidiu dar continuidade aos protestos nas ruas, enfatizando a necessidade de uma luta unificada, e uma constante mobilização popular. Por fim, foi criado um calendário unificado lutas.



Figura 7- participantes da plenária do Fórum de Lutas no Largo do São Francisco.¹⁰⁴

O Fórum de lutas contra o aumento da passagem resistiu até março de 2014, atuando, sobretudo na luta pelo transporte público para além da pauta do não aumento das passagens, pelo passe livre, pelo fim das remoções, e demais demandas do movimento popular, estudantil e operário.

A FIP, por outro lado, direcionadas lutas em 2014, no campo autônomo, com pautas de aumento contra a passagem, os gastos da Copa do Mundo, as Olimpíadas, a campanha pela liberdade aos 23 presos políticos. A FIP assim como o Fórum de lutas foi se esvaziando por divergências políticas de ordem interna. Disputas ideológicas entre as organizações que compunham a Frente, sobretudo anarquistas e maoístas, levaram ao seu fim entre agosto e setembro de 2016.

Com relação às assembleias populares, algumas duraram poucos meses, algumas resistiram até 2015, como Assembleia da Popular da Tijuca, do Grande Méier e da Cinelândia. Apenas a Assembleia do Largo do Machado sobrevive até os dias de hoje.

TABELA 4: CALENDÁRIO UNIFICADO DAS LUTAS

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/a-forca-das-ruas-transformada-em-organizacao/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

<p>Quarta, 26 de junho, às 9h Local: Secretaria de Segurança Pública, prédio da Central do Brasil</p>	<p>Ato Contra a Violência Policial e em solidariedade ao Complexo da Maré</p>
<p>Quinta, 27 de junho, às 16h Local: Ato até a Fetranspor, saindo da Candelária e passando pela Câmara de Vereadores.</p>	<p>Manifestação pelo Transporte 100% Público e de Qualidade. Tarifa Zero Já!</p>
<p>Sábado, 29 de junho, às 14h Local: - Ato no Horto.</p>	<p>Manifestação contra as remoções no Rio de Janeiro, contra os ataques da Rede Globo, contra a violência da polícia!</p>
<p>Domingo, 30 de junho, às 9h Local: Ato até o Maracanã, concentração na Praça Saens Peña</p>	<p>Manifestação pela anulação da privatização do complexo do Maracanã e o fim das remoções. Menos dinheiro pra estádio, mais pra saúde e educação!</p>

(Fonte: elaboração da autora, 2017)

3.4.2 Análise de entrevistas com participantes e organizadores do Fórum de Lutas de Assembleias Populares

Estas entrevistas são feitas com atores que participaram ou organizaram estes movimentos, de diferentes orientações políticas pelo entendimento de que no Fórum havia uma diversidade maior de filiações ideológicas. Nas assembleias predominavam atores anarquistas e autônomos, ainda que houvesse filiados aos partidos elencados anteriormente.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Partidos como PCR e PCO também compuseram o ciclo de protestos de Junho, no entanto representam uma parcela muito diminuta em comparação aos partidos listados. Dado aos limites desta pesquisa os atores filiados a estes partidos não puderam ser contemplados.

Neste sentido, faz-se a escolha de entrevistados que além de terem participado, em alguma medida, de ao menos dois destes espaços, por estarem imersos no mesmo processo.¹⁰⁶

Pra falar de Jornadas de Junho no Rio tem que falar da experiência do Fórum de Lutas. Por volta de 2012, começou um movimento de luta contra aumento da passagem. Houve um momento que começou um movimento de convocar muito ato pela *internet*, eram dezenas de atos por dia, ato em Copacabana, Ipanema, no Centro, vários atos no mesmo dia que acabava não acontecendo. Aí a gente chamou uma assembleia pra tentar organizar a luta contra o aumento da passagem, a gente chamou todos os grupos independentes, os partidos organizados, toda a militância de esquerda pra formar uma assembleia que pudesse organizar essa luta contra o aumento da passagem, daí surgiu o Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, que surgiu em 2012, e que teve uma proeminência bem forte em 2013. Em 2013 continuaram havendo atos convocados pelo *Facebook*, atos convocados por atores individuais, atos convocados pelo *Anonymous*, pelo Basta principalmente e pessoas que criavam ato da cabeça delas e terminavam sozinhas como ia ser o ato, o trajeto e o programa. Esses atos acabavam dificultando nossa organização, mas com o tempo o Fórum de Lutas que se organizava toda terça-feira aqui no IFCS passou a convocar ato toda quinta-feira e os atos foram se canalizando por Fórum de Lutas. Porque as pessoas podiam aqui nas plenárias do IFCS que organizava o trajeto defender o seu programa, as pessoas vinham falar da luta contra a polícia militar, da luta de suas categorias estudantis, da luta pelo passe-livre. Houve um grande debate de como seria esse passe-livre e esse era o único espaço que as pessoas poderiam debater o programa. Ah, tudo bem, passe-livre, mas tarifa zero, financiamento a empresa privada, propriedade estatal, como vai se dar isso. Era o único espaço que as pessoas podiam definir o programa independente da posição política que ela tivesse. Ela chegava aqui e “eu acho que o ato tem que ir em determinada direção” ou “Não, eu acho que o ato deveria ir em determinada direção”, “acho que o ato deveria partir de tal lugar”. E a partir daí a gente organizava a panfletagem, confecção de faixas, uma faixa comum e tal. E por isso as pessoas tenderam a migrar pros atos do Fórum de Lutas, foi isso que permitiu um processo de massificação. A gente passava em escola, a gente chamava os sindicatos, a gente fazia panfletagem, a gente tentou criar mecanismos de mobilização através de um Fórum aberto que conseguiu reunir toda a esquerda, um cenário que não mais se repetiu no Rio de Janeiro desde então. A esquerda agora está fragmentada. Essa era a diferença qualitativa. Fui eu que chamei a primeira plenária do Fórum de Lutas, antes de ser Fórum de Lutas pra tentar organizar. O Fórum de Lutas tinha proximidades de organização do MPL. O Fórum de Lutas não tinha uma liderança clara. Não era uma escolha de escolher, eu concordo com essa organização, vou no ato dessa organização. Não concordo com essa, não vou no ato dessa. Era uma coisa aberta. Era um princípio de autogestão e nesse princípio de autogestão não tinha ninguém que tomava proeminência, um espaço de liderança mais fortalecido. Num primeiro momento, o Fórum de Lutas foi composto mais por militantes independentes. Com o tempo as organizações passaram a disputar mais fortemente o Fórum de Lutas. No começo eram pequenas reuniões com meia dúzia de gente e a gente chegava a

¹⁰⁶ A diferenciação entre participantes e organizadores foi operada da seguinte forma, participantes são aqueles que frequentavam, mas faziam parte do chamado núcleo duro do movimento. Organizadores compunham o chamado núcleo duro do movimento.

fazer uma reunião com 3000 mil, 5000 mil pessoas aqui. Então isso começou a atrair a atenção de muitas organizações, partidos e sindicatos. Teve uma assembleia que metade da assembleia de pessoas anunciando, “o sindicato dos enfermeiros está aqui...”, “o sindicato dos professores está aqui...”, metade da assembleia era isso porque foi atraindo certa atenção. Existia certa tensão entre grupos mais independentes e grupos mais partidários, isso foi uma dificuldade que a gente teve que conseguir organizar. Esse era um dos maiores espaços de conflitos. Porque a gente tinha o PSOL, o PSTU, mas a gente tinha grupos anarquistas, pessoas individualmente que estavam ali sem organização nenhuma, pessoas de todos os tipos. Isso criava inclusive espaço pra fazer palanque eleitoral, pessoas que vinham pra conseguir voto. Usavam o espaço pra conseguir voto. Até figuras de destaque de determinados partidos vieram aqui pra conseguir voto incomodando muitas pessoas que estavam ali. Pessoas de determinados partidos inscreviam 5, 6 falas pra falar exatamente a mesma coisa pra fazer campanha pro próprio partido. E os independentes alguma forma de organização do espaço que não permitisse esse tipo de coisa. Isso criava certas tensões. E criou inclusive futuramente o racha do Fórum de Lutas com a FIP, que saiu do Fórum de Lutas agregando um grupo de pessoas mais independentes, os anarquistas, o MEPR, e outros grupos. (ENTREVISTA Q)

O Fórum de Lutas foi um espaço onde a gente tentou dar alguma direção, mas tirar algumas políticas organizacionais dos atos de Junho. Justamente por questionar as direções tradicionais do movimento, é importante lembrar que Junho de 2013, foi um dos primeiros atos da história de massas não organizado pelo PT. Não tinham centralidade pelo PT, pela CUT, pela UNE, essas entidades do PT. Eram atos espontâneos, onde alguém chamava o ato na *internet* e as pessoas se reuniam e esse ato acontecia. O Fórum de Lutas foi um espaço em que a gente conseguia reunir muitas pessoas de n posições políticas. No início nós tínhamos desde pessoas anarquistas, a pessoas partidárias, a pessoas autonomistas, a pessoas que nunca se organizaram em lugar nenhum. E ali discutia como seria o trajeto do ato, como seria o desenvolvimento do ato, quais seriam as notas públicas que a gente ia responder em caso de questionamento. Muitas vezes a gente foi completamente difamado, a juventude era muito atacada. E o Fórum de Lutas era um espaço que a gente conseguia tirar uma mínima política pra responder essas demandas. Então assim, foi um espaço muito importante, um espaço muito bacana e que a gente fez uma experiência do que é algo que eu chamo, que eu defendo enquanto concepção, a gente dentro do movimento social tem “n” organizações, ‘n” posições políticas diferentes, sempre que houver algum levante popular sempre vai ter várias leituras a respeito daquilo. E pra gente conseguir ter alguma unidade, o ideal é a que a gente consiga ter fóruns, espaço que a gente reúna opiniões diversas e consiga tirar alguma coisa em comum. Esse fórum era basicamente isso. A FIP foi o Fórum também, acabou se organizando como Fórum em algum momento. Mas foi o racha do Fórum de Lutas e aí a gente vai ter “n” posições sobre isso. O que os camaradas caracterizaram na época, a FIP era basicamente um conjunto de organizações anarquistas e maoistas e tinham uma leitura de ação direta pela ação direta, defendiam bastante a ideia de ação direta, de alguns atos mais radicalizados. Quando eu estou falando de ação direta, eu na estou falando necessariamente quebrar ou deixar de quebrar. Eles tinham uma leitura de atos que às vezes iam pra uns determinados locais e tal. E decidiram rachar com o Fórum de Lutas e criaram a FIP, algo que apesar de

na época eu achar que foi uma postura equivocada, mas é algo legítimo, uma leitura e posição política que os camaradas tiveram de construir um fórum paralelo que se desenvolveu durante algum tempo até que também se desfez, hoje se não me engano nem existe mais a FIP, mas existiu durante um bom tempo essa frente aí. (ENTREVISTA H)

O Fórum de Lutas começa pré 2013, já começa com as “tretas” pré-2013 também. As mesmas tretas dos independentes e dos partidários e se arrasta essa treta até Junho, até o “bum”! E quando aconteceu o “bum” ao invés da gente estar discutindo as pautas que a gente deveria debater, levar pra sociedade, o que a gente deveria estar fazendo, estar ocupando a Globo, ocupando os prédios do legislativo, a gente estava discutindo se podia ou levar bandeira ou não pra ato. Tretas que já existiam há um ano atrás, as pessoas não se veem sem isso. Se o Fórum de Lutas voltar em 2017 essa via ser a mesma discussão. Então o Fórum de Lutas acaba de uma forma muito triste porque os independentes já tinham força suficiente pra ter voz lá dentro assim como os partidos tinham. Fala-se que os partidos iam em bloco pra votar a mesma demanda, mas os independentes também iam. Eu ia bloco com a Assembleia Popular da Tijuca e do Méier em bloco e a gente vencia várias questões, várias votações. Tipo a gente decidia não ter carro em manifestação, isso já ocorria e acaba com a criação da FIP pelas velhas discordâncias enfim. E aí começa ao meu ver o que rui de um movimento que poderia ser muito mais forte e poderia ter debatido temas mais profundos em 2013 e a gente estava debatendo se podia levar bandeira de partido ou não. A gente criou a assembleia popular da Tijuca e adjacências, na época tinha a assembleia popular do Méier, de Jacarepaguá e essas assembleias populares elas faziam parte também da galera que já estava organizada em partidos no Centro, o Fórum de Lutas. E desses fóruns independentes foi criada a FIP que eu sendo independente sempre fui contra, porque eu acho que o embate tinha que ser ali entre independentes e partidários, essa é a porrada que tinha que ter tido e quando rachou foi um racha no movimento inteiro e na leitura que eu faço de 2013 não foi saudável. A FIP nada mais é do que a expressão do ego da esquerda hoje se eu discordo de um mínimo ponto eu não consigo convergir com a pessoa, eu não consigo pegar o que tem em comum e a gente montar uma luta conjunta. Então a esquerda é muito isso, eu discordo de fulano em tal ponto eu vou criar o meu grupo e dentro desse meu grupo alguém vai discordar de mim e criar um próprio grupo que dentro desse grupo... Então assim, a esquerda não precisou de direita pra combater ela, a esquerda se “auto prejudica” sozinha. E a FIP foi uma representatividade disso. Se a gente pegar o que a FIP é hoje, ela é uma organização que morreu sozinha, não precisou da direita pra nada. Tudo bem que foi criminalizada, esse processo criminaliza integrantes da FIP, mas ela não morre por isso, porque foram 23 pessoas que foram criminalizadas e nem todas são da FIP. (ENTREVISTA B)

A criação de assembleias em bairros, e aí algumas pessoas tentaram fazer isso, lá onde moro, no Andaraí. E aí a gente tentou criar uma da Grande Tijuca e agente criou, conheci várias pessoas lá que foram importantes pro movimento que deram prosseguimento a várias lutas. E surgiram outras teve outras, teve do Méier, surgiram em vários lugares do Rio. Elas acabaram não se vinculando ao Fórum de Lutas. Elas acabaram não se unificando essas assembleias. Teve uma galera que tentou e depois futuramente até

conseguiram, mas na época não se conseguiu criar a partir dessas assembleias, elas ficavam muito hiperatomizadas, cada uma no seu local, e acabaram não tendo uma forma mais orgânica de funcionamento, um programa. E sem programa, sem estratégia não funciona. A FIP surge da unificação tática de algumas organizações e movimento sociais, exatamente da brecha deixada pelo Fórum de lutas e também pelas assembleias locais, que não estavam suprindo a necessidade do movimento naquele momento e aí é feito uma grande assembleia na UERJ inicialmente e a FIP vai se construindo em paralelo ao Ocupa Câmara, que se deu na mesma época essa construção. Eu no caso vim pro Ocupa Câmara e por isso não participei desse início da FIP, fiquei no Ocupa câmara internamente, mas aí já é outra questão. A FIP foi muito importante naquele momento de 2013 exatamente pra colocar na disputa que estava tendo interna do movimento, as pautas mais radicalizadas e as pautas mais populares. Porque se de um lado tinha a direita mesmo tentando puxar pra pautas vazias como pauta da corrupção e outras mais, tinha os reformistas querendo puxar aquele movimento pra um caminho eleitoral, pra tentar através das eleições, ganhar voto pras eleições. Poder usar aquelas imagens ali como propaganda, falar que o partido estava na rua, enfim, cooptação que a gente já conhece, de cor e salteado. Então a FIP cumpriu um papel muito importante de estar disputando com esses setores e ganhou, ganhou na rua, ganhou desses setores não à toa o movimento que permaneceu até o final de 2013 na rua combativo, foram as manifestações puxadas pela FIP. E as manifestações puxadas pela FIP não ia só as organizações que compunham a FIP, ia a população em geral. O Fórum de Lutas como reunia todas as correntes e ele já era hegemônico no início pelas correntes eleitorais, principalmente movimento estudantil, não tinha muito movimento sindical atrelado a ele. Ele acabava acontecendo de uma forma muito burocrática, aí quando massificou teve aquela assembleia no IFCS de mais de 3000, 5000 mil pessoas, eu estava lá, aquele caos completo com as correntes eleitorais tentando puxar pra si aquilo dali de forma a cooptar o movimento e evitar que o controle do movimento caísse nas mãos dos setores autônomos em relação as eleições. Acabou acontecendo o racha do Fórum de Lutas, foi importante o racha, que é de onde surge a FIP, a Frente Independente Popular. E surge exatamente se propondo a ser tudo aquilo que o Fórum de Lutas não ia conseguir ser, o Fórum de Lutas estava ali na verdade pra matar a luta e a FIP surgiu pra manter a luta. Se teve equívocos ou não nas condutas da FIP é uma outra história, mas a FIP naquele momento foi muito importante. E a FIP teve uma importância de na disputa contexto geral de não deixar que todo o movimento fosse cooptado. (ENTREVISTA J)

A plenária do IFCS começou com 3000 mil pessoas aproximadamente e a marca dessa plenária, que não era a marca das passeatas era o sectarismo e a divisão entre os atores que tentavam construir essa passeata. Eu me recordo no dia anterior a gente tentando fazer uma reunião inédita, eu fui designado na UJS, até pela tarefa de ter presidido a UNE como interlocutor nosso, e fomos buscar uma pessoa do PSTU, uma pessoa de cada das correntes do PSOL, de cada das correntes do PT, do PCB, da FIST, das organizações anarquistas, de grupos estudantis independentes. Então nós fizemos uma reunião com umas 20 pessoas, com pelo menos 1 pessoa de cada movimento diferente pra combinar uma plenária unificada, tranquila, com uma mesa plural, que era a mesa do Fórum, que compunha as entidades do Fórum. Eu me recordo que no início da passeata uma corrente muito sectária de um

partido de esquerda levantaram uma questão de ordem quanto a retirada de uma presidente da AMES que estava na mesa. A AMES que era uma entidade que estava desde o início do Fórum, que era a Bárbara que depois foi presidente da UBES que era a mais jovem tinha 17 anos, a única mulher da mesa, e os caras fazendo uma questão de ordem com massa, com 3000 pessoas interessadas em saber o que aquela juventude organizada tinha a pautar, a propor, a discutir sobre aquilo e todo mundo estava acompanhando pela mídia. Era um das poucas oportunidades que as pessoas tinham de acompanhar alguma informação que não viesse da mídia. Então uma plenária que era um tesouro, uma preciosidade, pra gente tentar ter saldo orgânico, organizar as pessoas, dar desdobramento àquilo e o sectarismo em meia hora daquela demarcação vazia, esvaziou completamente. Pouco depois de começar a plenária tinha 1000 pessoas, o que era uma plenária enorme ainda, mas com mais da metade tendo ido embora. E a plenária não conseguiu encaminhar uma ação orgânica, sequer uma pauta unitária para além da luta contra o aumento da passagem. Era objetivo tentar compreendendo a ação orgânica da direita, uma pauta mais identificada com valores mais progressivas, com bandeiras concretas. (ENTREVISTA G)

Durante o período de 2013 até o primeiro semestre de 2014 fiz parte do Fórum de Lutas, e houve um dia que o Fórum de lutas foi pro Largo do São Francisco e eu não estive lá, mas soube das histórias. Observei que era o tipo de dinâmica um grande facilitador pra burocratas fazerem valer suas prioridades. Quando começou a acontecer a Assembleia do Largo nas mesmas datas e horários da plenária do Fórum de Lutas eu comecei a frequentar e comecei a absorver um sentimento de reação de uma tentativa burocrática, aparelhista e centralista, me senti muito à vontade pra entrar em certos méritos. Mas eu tive essa predileção e afinidade com essa dinâmica anti burocrática e comecei a me articular com as pessoas que se encontravam nos bairros, o pessoal da Assembleia da Cinelândia se reunia com uma regularidade, não era igual exatamente Assembleia do Largo, tinha um propósito a despeito do Fórum de Lutas, mas tinha o entendimento que a dinâmica precisava ser horizontal pra funcionar. Foram espaços em que minhas ideias tiveram uma certa ressonância, senti que eu estava dando conta de fazer uma troca com a galera, as pessoas lá davam uma certa correspondência. O pessoal era receptivo e muito elucidativo e acabava enriquecendo muito, abordavam as questões de maneira mais autêntica. Eu não tinha mais apetite de tratar as coisas dentro do PSOL e achei que o ideal seria a minha contribuição com pessoas que não tinham posição sectária e que buscavam um mínimo de unidade dentro dos espaços. Então dentro do Fórum de Lutas eu fui uma pessoa que fazia muita questão de buscar entendimentos aproximações com o pessoal da FIP. A Frente Independente Popular foi se aglutinando na medida em que o Fórum de Lutas foi se tornando um terreno de cooptação de partidos políticos sobretudo PSTU e PCR. Isso obviamente gerava uma desconfiança na parte das pessoas independentes, as pessoas que estavam entrando pela primeira vez que viam um monte de pessoas irem atrás delas porque elas eram independentes e, portanto, assimiláveis. Isso fez com que a construção da FIP tivesse um grande apelo pra essas pessoas. Por outro lado, a saída dessas pessoas que deixavam o Fórum de Lutas mais diversificado, mais difícil de ser hegemônico por um partido ou tendência partidária. Houve uma deliberação

que pessoas que participavam da FIP não participariam do Fórum de Lutas. E isso foi muito difícil pra aqueles do Fórum de Lutas que trabalham contra manobras, sectarismo e a tentativa de usar um espaço pra aparelhar e recrutar. O Fórum de Lutas entrou em declínio e na virada de 2013 pra 2014 eu me juntei com essas pessoas que estavam tentando reorganizar o Fórum de Lutas. O acidente que levou a morte do Santiago Andrade, e uma repercussão na mídia, um projeto de criminalização dos manifestantes que se valeu desse episódio trágico pra colocar a opinião pública contra nós que já não estávamos mais sabendo dialogar com o sentimento generalizado. (ENTREVISTA O)

O Fórum de Lutas foi um momento que ficou evidente não só pras pessoas que estavam inseridas nos movimentos sociais, mas pra todas as pessoas que se propuseram a participar depois das Jornadas de Junho ficou evidente também pra essas pessoas, as divisões que existiam dentro do movimento, e em especial do caráter burocrático das correntes eleitoreiras que existem dentro movimento, que tentaram a todo custo capitaliza o processo, a luta. Esses grupos dos partidos políticos que durante toda a construção desse processo da luta contra o aumento da passagem que começou no início do ano, os caras jogaram água fria, tentaram desmobilizar, tentaram problematizar na tentativa de desmobilizar, aí quando a coisa tomou aquela proporção toda, aí eles mudaram de postura, passaram a querer capitalizar o processo. Como eles fazem sempre. A FIP, por outro lado, foi resultado desse processo, as pessoas que perceberam que esses grupos eleitoreiros estavam mais ali pra capitalizar do que pra realmente construir a luta. Vendo isso os grupos independentes se retiraram desse Fórum e construíram uma Frente independente, galera que na minha opinião, estava realmente querendo construir a luta. (ENTREVISTA D)

Na entrevista I, corroborava a crítica de que aquele espaço fora apropriado por partidos e não havia espaço para se pensar outras formas de organização mais horizontais. A única forma de se construir algo realmente popular era o rompimento com as, por estes chamadas, organizações “eleitoreiras”.

Enquanto na entrevista B e Q admitem que o racha do Fórum de Lutas com a FIP foi desnecessário em alguma medida, pois haveria outras formas de achar pontos comuns e manter a luta unificada. Por outro lado, Q afirma que os tensionamentos entre grupos partidários e apartidários levam a este rompimento, enquanto B acredita que os militantes da FIP não estão abertos a diálogo com posições político ideológicas divergentes ainda que dentro do campo da esquerda, e afirma ser uma tendência geral da esquerda naquela conjuntura.

Na entrevista H, é trazido a questão da diversidade de grupos e atores políticos e a não-hegemonização das lutas pelos partidos e organizações que protagonizaram as lutas sociais desde a década de 1980, PT, CUT e UNE.

Na entrevista Q, é feito um histórico de como surge o Fórum de Lutas e seu funcionamento, sua forma de se organizar, as ações públicas que compõe o repertório, como confecção de faixas e panfletagens. É significativo notar o MPL como referência nos movimentos autônomos, trazido à tona com a comparação ao método de luta e forma de organização do Fórum de Lutas.

Na entrevista G, bem como a J, recordam a plenária histórica do Fórum de Lutas que contou com cerca de três mil pessoas, e embora com visões diferentes relatam as disputas entre grupos políticos. Para G há um sectarismo na esquerda que não prioriza a unidade e a possibilidade de um programa e ações progressistas do campo da esquerda. Enquanto J remete sua fala as organizações partidárias que tentam hegemonizar aquele espaço para fazer campanhas eleitorais o que causa uma série de críticas o espaço do Fórum.

Na entrevista O, há uma ênfase na organização das assembleias populares com relação a questão do espaço aberto a todos, popular e horizontal em oposição aos grupos e atores que tinham práticas centralizadoras e verticalizantes nos espaços de discussão e deliberação em comparação as outras frentes de luta estabelecidas.

Alguns mecanismos dentro do repertório de confronto do Fórum de Lutas são identificados, como por exemplo, o mecanismo difusão, ao disseminar uma forma de organização aberta a atores políticos e sociais de divergentes e diversas correntes ideológicas.¹⁰⁷ Esta forma de mediação é difundida para outros espaços, como é o caso da FIP e das assembleias populares guardadas as diferenças que as duas contêm para com a primeira e entre elas, estes foram espaços abertos que contemplam o debate de pautas relativas a conjuntura política urbana da cidade e que não exigem filiação para participação.

Por outro lado, o mecanismo de mediação das lutas também se fez pelo Fórum de Lutas através do uso das redes sociais estabelecendo diálogo com atores de distintas orientações e experiências políticas, sobretudo no que se refere a atores que nunca haviam participado de protestos de rua e plenárias se iniciaram a partir da convocação dos protestos por meio dos eventos de *Facebook* do Fórum de Lutas.

¹⁰⁷ O Fórum de Lutas não inaugura essa modalidade de espaço aberto, em um contexto mais próximo tem-se o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas. Em um contexto mais amplo e mais distante, o Fórum Social Mundial.

Em relação ao processo de inovação e tradição, há indícios que o Fórum se funda com princípios e formato próximos ao do MPL, como aceitar a participação de atores partidários, mas não aceitar vínculos do movimento com partidos, bem como a pauta central da luta acerca dos transportes públicos.

A ruptura da FIP se dá no embate político-ideológico e não tanto quanto a forma de organização, prova disso desenvolvem assim como o Fórum de Lutas dentro de uma Universidade, no caso a UERJ (embora o Fórum tenha nascido numa plenária na UERJ, realizava plenárias e reuniões majoritariamente no IFCS) privilegiam organizações e militantes a atores sem experiência, tem a composição por mesa (ainda que rotativa), tem o método de tomada de decisão por voto e não pelo consenso.

3.5 Repressão como mecanismo de contenção das lutas sociais

A relação entre institucionalidade e interação coletiva emerge nos processos de luta e mobilização dos atores, movimentos e grupos no paradigma confrontacional.

Interação coletiva política no confronto político na medida em que (1) ela envolve confronto, ou seja, faz reivindicações vinculadas a outros interesses e (2) pelo menos um grupo de interação (incluindo terceiros) é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido. (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 12)

A institucionalidade dentro de um contexto e conjuntura determinados define as oportunidades e ameaças para a ação coletiva em situação de confronto em determinado contexto social e político.

[...] afirmo que o confronto político desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. (TARROW, 2009, p. 18)

As entrevistas que seguem foram realizadas com atores circunscritos em ideologias políticas divergentes a partir da compreensão que o mecanismo da repressão se tornou um elemento chave na difusão dos protestos, do qual estes participaram.

A repressão utilizada pelo Estado como forma de contenção das lutas sociais foi um elemento que ocasionou diversos efeitos no contexto da luta contra o aumento da passagem de

2013. A reação dos movimentos e atores com relação à repressão é uma variável que interfere diretamente no resultado do processo.

Embora eu não tenha nenhuma simpatia com a tática pela questão da violência, eu sou marxista e não anarquista e na diferença de pensar a política eu aceito todos os manifestos pela libertação dos presos políticos. Ninguém pode ser preso porque pichou um muro, prédio público. Eu fui pego pichando um prédio público é crime de dano ao patrimônio histórico. Crime de menor potencial ofensivo é de livrar-se solto não pode o cara ficar preso e ser mandado para o presídio. Você não pode pegar um negro, como Rafael Braga, com uma garrafa de vinagre colocar ele na lei de segurança nacional e condenar ou deixar ele dentro do presídio. Então, isso é estado de exceção, não tem nenhuma explicação. “Vamos dá o exemplo”, isso não existe, não existe direito dando exemplo. Direito penal não é para dar exemplo, ou você tem prova cabal ou condena pelo fato típico. O fato típico pelo crime de dano. Então, eles mandam outra coisa. Ninguém colocou uma bomba e explodiu prédio, matou quinhentas pessoas para alguém ser colocado na lei de segurança nacional. Aquela lei de segurança nacional foi um absurdo inclusive feita pelo próprio governo Dilma na época das Olimpíadas pela pressão lá dos organismos internacionais que estavam organizando o evento aqui. Não é porque que eu sou petista que estou de acordo com tudo que foi feito. Aquela lei de segurança nacional, um monstro, sou completamente contrário a todas as pessoas que estão sendo processadas por crime político porque esse crime político não é crime. A gente lutou por um estado democrático de direito, a pessoa só pode ser apenada, julgada, condenada, pelo que ela fez, não pelo o que o Estado supõe que ela fez. (ENTREVISTA I)

A repressão da polícia num primeiro fortalece, ela atinge a jornalista da Folha, as pessoas vão pra rua, as pessoas vão se empoderando. Eu lembro que era muito bonito isso nas ruas, a gente via uma pessoa se ferrando a gente ia com vinagre ajudar ela. Era muito nós por nós. A violência policial assusta. As pessoas não querem ser presas, não querem ficar cegas, não querem ser presas. Então em um primeiro momento a violência policial ajuda a encher as ruas e em um segundo momento ela esvazia as ruas. (ENTREVISTA B)

A polícia em 2014 começa a atacar as manifestações utilizando mais a inteligência do que a violência. Ela começa uma estratégia de ataque a organizações mais combativas, inclusive a FIP que estava na liderança das lutas contra os absurdos da Copa do Mundo. Isso se insere numa estratégia de desorganização do movimento, de prisão de lideranças e organizações que estavam presente fortemente na luta. Isso está relacionado também com essa estratégia sindical parlamentar do PT. A gente tem que lembrar que a lei antiterrorismo foi aprovada pelo governo Dilma, ou seja, essa estratégia de controle e sufocamento das mobilizações pra garantir a conciliação de classes pra conceder reformas ela também se dá na perseguição de militantes que não se enquadram nessa conciliação de classes e o governo agiu dessa forma desestruturando as forças e pessoas mais subversivas. Mostrando o caráter repressor do Estado burguês. Fica evidente como o Estado burguês

não é democrático como diz. Ele persegue, prende os diversos manifestantes pra impedir novas mobilizações, assim como entrou na favela agindo contra lei. O Estado age contra lei sempre que necessário. Agindo com verdadeiro genocídio da população negra. Isso mostra como é falsa essa democracia, essa falsidade na intervenção da polícia das favelas e está presente na perseguição dos manifestantes. E a perseguição de pessoas que não eram nem manifestantes como Rafael Braga, ele estava andando com um detergente, um pinho sol na rua, em um dia de manifestação e foi preso e está preso sem ter cometido crime nenhum, simplesmente por ser negro e pobre. Isso mostra o caráter autoritário desse Estado. A prisão do Rafael Braga é a prisão mais grave que a gente teve. Denuncia que esse Estado não é disputável, ele está preso por fazer algo fisicamente impossível, é impossível fazer explosivo em Pinho Sol, com garrafa plástica a natureza não permite e mesmo sendo contra a física ele está preso por isso até hoje. (ENTREVISTA Q)

Desde que nós voltamos a ter prisões de caráter político nós começamos tentar a ideia de que todo preso é um preso político, e isso é pelo simples fato de que o sistema penitenciário ele serve como controle social, não é uma coincidência você ter dentro da cadeia a maior parte da população negra, menores de 28 anos, pessoas com baixa escolaridade e pobres. Existe uma característica de limpeza social. O que diferencia um preso político de um preso comum é o reconhecimento disso. Desde o primeiro dia que você pisa numa delegacia e vai ser preso vão tentar te convencer de que você merece estar ali. E a partir do momento que um preso percebe que é um preso político aí ele se torna muito mais perigoso para o sistema. As prisões que vão acontecer em 2014 elas vão ser uma vingança do Estado por 2013. E a prisão ela foi o menor dos problemas, o que foi mais doloroso, foi esse processo de tortura, até hoje a sentença não saiu, hoje vive se esperando que a sentença saia e que 23 pessoas vão ser presas ou alguma delas. Quando eu recebi o mandado de busca e apreensão em casa passa um mês até eu receber meu mandado de prisão, foi um mês pensando o que ia acontecer. Quando eu sou solta e eu teoricamente saio do processo ainda sim, meus bens vão ser recuperados mais de um ano depois, recebi junho de 2016. E a população pobre, da favela vive sem saber se seu filho vai voltar vivo. E a prisão ela é política porque ela é um instrumento de repressão. É dizer olha a força que nós temos. Quando as meninas estavam presas ficamos num anexo e uma carcereira falou que a gente estava juntas, mas separadas das outras pra não influenciá-las. Como se a gente realmente pudesse fazer isso. Como se essas mulheres não fossem cérebros pensantes e não pudessem pensar dentro do espaço em que ocupam. Então toda prisão é uma prisão política sim. Ela tem veículos e motivações diferentes. A nossa prisão teve uma motivação específica, o motivo da nossa prisão era mostrar que o Estado tinha força política suficiente pra parar qualquer ação política que viríamos a ter, assim como as outras prisões tem o motivo de contenção social. (ENTREVISTA C)

Mas aí também a repressão vem com tudo, que e a força das armas, que a gente já vive isso no campo e na favela e o medo. E aí os movimentos também começam a se desarticular e quando começou a perseguição e a criminalização não só de pessoas individualmente, mas de movimentos e de maneira bastante articulada entre os serviços de inteligência não só do Rio

de Janeiro, de outros estados e quiçá do mundo. Eu acho que a gente ainda ao respondeu a altura. A gente está vendo as consequências de Junho até hoje, mas a gente precisa resgatar esse Junho e resgatar esse Junho é apostar novamente naquilo que é a Aldeia Maracanã e que é o movimento indígena. Autonomia, autogestão, a luta sócio ambiental, a luta pela terra em si. Os territórios estão sendo tomados e nosso sangue está sendo derramado. (ENTREVISTA N)

Nestas entrevistas, notamos que a repressão do Estado se fez em duas dimensões, na repressão física com a violência da polícia e através da criminalização de organizações como a supracitada FIP e de atores que atuavam nesta e em outras organizações entendidas como combativas, ao não dialogar com o Estado. As prisões de cunho político aparecem com leituras similares em todos os relatos apontando para um viés autoritário do Estado. Esta repressão se fez em duas dimensões e teve como consequências diretas o enfraquecimento e desarticulação das lutas que estavam interligadas como tática *Black Bloc*, midiativistas do coletivo *Anonymous*, atores que fizeram parte das ocupações da Aldeia Maracanã, Ocupa Câmara e atores que atuavam na FIP, como já dito anteriormente. Rafael Braga é lembrado em diversos relatos como um símbolo da autoridade e ilegalidade do Estado em decorrência da prisão do catador de lata que foi preso por portar um frasco de Pinho Sol com o argumento de que seria um líquido inflamável, argumento este comprovadamente falso.

3.5.1 Para pensar as Rupturas e Continuidades dos ciclos de movimentos sociais brasileiros a partir dos Repertórios de Junho de 2013

Após análises dos que visam compreender a transformação dos repertórios, as ações performáticas que coadunam na sua formação, se faz fundamental a partir do conceito de repertórios pensar as inovações e permanências do ciclo de protestos de 2013 com relação a trajetória dos *Novos Movimentos Sociais* e *Novo Sindicalismo*.

[...] há uma mudança, nas formas e conteúdos de ação coletiva que o Brasil vinha experimentando nos últimos tempos. Mas, no sentido que Tilly propôs, os repertórios são construídos a partir de práticas já existentes/disponíveis

em nosso contexto. A novidade está, portanto, na reunião das diversas performances em novas combinações, criando novos sentidos, agregando novos atores e provocando um novo cenário político e social para o Brasil e para as localidades específicas onde os protestos ocorreram. (LOSEKANN, 2013, p. 3)

Neste sentido, após discorrer no segundo capítulo sobre a história dos movimentos sociais e os ciclos de movimentos sociais da esquerda brasileira, bem como trazer a questão dos repertórios utilizados em 2013, faz-se entrevistas com estes atores para se pensar esses dois momentos da história dos movimentos sociais brasileiros,¹⁰⁸ amparado-se também na literatura sobre o ciclo de protestos de Junho. As entrevistas são feitas com atores de diferentes filiações político ideológicas, atores filiados ao PSOL, ao PSTU, ao PT, um anarquista, e um marxista. Estes participaram do ciclo de protestos de Junho.

A minha geração passou por um refluxo histórico e eu credito parte desse refluxo ao PT, CUT e a UNE. Toda essa estrutura parlamentar de controle e mordaza sobre os movimentos sociais. Na década de 80 tivemos um período de grandes greves, um período de certa mobilização contra essa ditadura. Mas essa luta foi uma luta institucionalizada que passava pela mediação de partidos e de estruturas burocráticas como a própria UNE, como a própria CUT, como o próprio PT. Não era uma relação direta, essa relação indireta com a luta que cria uma direção que comanda classe trabalhadora. A portadora que tem a ambição de guiar a classe trabalhadora. Essa perspectiva ela é profundamente desorganizadora e deseducadora. Ela dificulta o processo de luta de classe. Ela cria mecanismos que entram a luta de classes. Voltando a esse exemplo, quem discordasse da CUT, da UNE ou do PT não encontrava outro espaço de mobilização, não encontrava um espaço que ele pudesse militar. Isso afastava as pessoas da militância. Olha eu não sou do PT, eu não concordo com a CUT, eu não vou militar. Porque não tem esse espaço onde eu possa militar. Isso afasta as pessoas da luta, isso afasta as pessoas de um processo de conscientização, que eu entendo o processo de conscientização não como um processo educativo. Não é ler um livro, é ir pra luta, é fazer greve, é fazer grandes manifestações. É assim que eu me percebo enquanto classe é assim que eu percebo a exploração d modo de produção capitalista. É na luta de classes e quando você cria um mediador entre os trabalhadores e a luta você impede esse processo. Você cria uma organização que centraliza e dificulta o surgimento de organizações autônomas. Não é a toa que depois da conquista dos sociais democratas alemães ao poder com sua estratégia sindical parlamentar a gente teve a ascensão do fascismo. Porque ele desarticula a luta da esquerda, ele conquista reformas parciais, reformas que só podem ser conquistadas em momentos de ascenso do capitalismo e o capitalismo passa por períodos de crise e períodos de crescimento. Essas reformas que essa estrutura conquista são nos períodos de crescimento do capitalismo e elas só podem ser

¹⁰⁸ O momento entendido pelo *ciclo de protestos* de Junho não encerram a abertura de um novo ciclo necessariamente. Esta pesquisa não busca designar este processo enquanto novo ciclo de movimento social, ainda que isso seja visto como uma possibilidade e utilizado como hipótese. No entanto há transformações, aproximações e rupturas significativas que precisam ser destacadas e analisadas em relação a ciclos anteriores.

conquistadas nesse momento. Quando vem a crise a esquerda não está preparada pra lutar contra o capitalismo e sofre os ataques da direita, é isso que vem acontecendo ultimamente. (ENTREVISTA Q)

Na verdade, a gente tem uma diferença central na década de 1980 a gente não tinha um elemento que era um partido traidor, a classe trabalhadora e a juventude ia pras ruas e tinha a esperança que a partir do momento que tivesse uma ferramenta partidária que a representasse, a esperança era essa, ter uma ferramenta partidária, construir o PT e ter um governo de trabalhadores. E não estava errada essa esperança. O que foi o PT? O PT foi o encontro nessa leitura de n setores que lutavam. O PT tinha desde o momento operário, o movimento negro, o movimento do campo, o movimento estudantil, movimento de mulheres tinha várias frentes dentro do PT que se unificavam a partir do próprio PT numa lógica de disputa de poder e tinham uma leitura de que não bastava a gente fazer lutas periféricas, não bastava o negro lutar pelo direito do negro e a mulher lutar pelo direito da mulher e o operário lutar pelo direito do operário. Era preciso ter um partido que unificasse essas lutas e pautasse a disputa do poder. Estava correto. O problema é que hoje, com a traição do PT, toda a classe trabalhadora, toda essa geração que a gente vive hoje, é uma geração confusa, é uma geração renega esse método, justamente por ver que ele caiu UNE hoje é uma entidade meramente aparelhista, uma entidade morta que não representa ninguém, não tem um estudante hoje no Brasil que não seja aqueles que militem no movimento estudantil que conhece e sabe pra que serve a UNE. A UNE hoje não serve mais nem pra dar uma carteirinha. Então hoje essa falta de representatividade faz com que a gente não saiba muito pra onde ir, mas eu acho que o papel das pessoas que militam de forma séria no movimento, é justamente disputar uma concepção que leve a gente... seja partidária, se é coletivo, se é pra onde for, cada organização, cada grupo pode fazer sua leitura de forma autônoma. E quando a gente estava falando de Fórum de Lutas, é óbvio que não é criar um Fórum de Lutas ou criar um partido ou criar seja qual for a política, a gente pode discutir qual é a política que a gente tem que pensar. Agora, o central é unir os debaixo com as diferentes demandas pra e se fortalecer pra derrotar os de cima e vem sendo muito mais difícil, uma tarefa muito mais difícil, muito mais árdua do que a tarefa que o PT teve nos anos 1980. (ENTREVISTA H)

Tem uma coisa que não se aborda que é a centralidade do trabalho. Na década de 80, você tem a eclosão do movimento do ABC paulista e você chega até em greve de um milhão e você tem aproximadamente 35% mão de obra do Brasil na indústria. Hoje, você tem 13%, então as pessoas falam da classe operária, operária, mas a gente tem um grande proletariado mormente das empresas multinacionais é uma classe operária, não é a da década de 70. Então é a esquerda ainda não elaborou uma teoria nova para essa nova classe trabalhadora. Não quer dizer que deixou de ser trabalhador, mas o trabalho precarizado e o índice de fiscalização caiu assustadoramente, você tem em média a sindicalização, em média 14% a que tem mais sindicalização e a CUT, 18% é muito pequeno. Vários sindicatos vão deixar de existir, porque não tem sindicalização não dá para a gente vê o fenômeno e não vê a causa do fenômeno. A precarização do trabalho faz com que a pessoa não veja centralidade no mundo do trabalho. Então a organização horizontal passa a ser algo, assim, que essa pessoa não se vê representada no sindicato, muito menos no partido político essa é uma discussão em aberto. Eu ainda defendo

que, apesar de tudo, o trabalho é central e não se organiza como no século XX, mas o partido político e o sindicato são agentes necessários. Mas a questão central é a mudança, o novo e o precário mundo do trabalho. O trabalho é muito precário, por exemplo, no sistema de *telemarketing* não se sente parte daquilo. Está transitório ali, trabalhando em qualquer lugar. Então isso reflete também nas organizações. (ENTREVISTA I)

Nas entrevistas Q e H, são feitas as críticas ao PT, CUT e UNE, responsabilizando-os inclusive pelo arrefecimento das lutas sociais. No entanto, estes discordam quanto ao método de disputa de poder e de institucionalização das lutas. Na entrevista Q, o método de luta que passa pela institucionalização e burocratização afastam os jovens da política. E afirma que na década de 1980 os meios de fazer parte da política eram estar filiados a estas entidades e organizações. Em 2013, os espaços autônomos de luta facilitam a entrada de novos atores na política e considera que a não vinculação com estas organizações são método mais eficiente de luta. Na entrevista H, o método de luta é considerado correto, a divergência no caso se faz pela “traição” do PT com seus ideais e princípios de origem. Este processo proporcionou uma geração de militantes que tem descrença no método de luta que privilegia o voto. Na entrevista I, o elemento do trabalho é trazido para compreender o processo de afastamento dos atores na organização sindical e nas lutas operárias que ocorre com a precarização do trabalho que não estabelece vínculos sociais e políticos com os trabalhadores. Em virtude disso, a organização horizontal faria mais sentido para estes atores em detrimento da organização representativa sindical e partidária.

Segundo Secco (2014) o PT não tem mais a mesma formação daqueles dos anos 1980. Os jovens que carregam o caráter mais contestatário e radical ideologicamente falando não estão entrando em movimentos institucionalizados junto com o PT - como o MST e outros movimentos da geração dos novos movimentos sociais - e tampouco no próprio Partido dos Trabalhadores. Estes jovens estão se inserindo em movimentos que estão sendo chamados por alguns autores de novíssimos, como MPL. Estes movimentos trazem ideologias muito próximas ao PT da década de 1980. Estes jovens autonomistas não acreditam na militância voltada para uma carreira política institucional e eleitoral. E isto é muito diferente de ser apolítico ou antipartidário como muitos militantes de partidos julgavam aqueles que militam em organizações apartidárias. O que significa é que estes jovens acreditam na autonomia como princípio norteador da militância e de ideologia política. Este princípio não se faz possível dentro da lógica dos partidos, que intrinsecamente carregam princípios de coligação, dependência e apoio de outras forças, agentes políticos e, sobretudo do Estado.

Nos Anos 80 a forma de luta que sugiram que é o PT, a CUT, sindicatos, partidos cristalizou aquela experiência naquele processo. O problema é que hoje não conseguiram cristalizar nada que superasse o PT, a CUT, sindicato, ou seja, o movimento ainda fica refém desses caras que hoje, apesar de terem lutado contra a ditadura hoje eles governam com tantos poderes que estão aí nas negociatas, nos gabinetes e tudo mais. Essa é a primeira diferença, não ficou nada concreto como no período passado o que torna o movimento refém dessa turma. E o segundo é que antes estava muito calcado na classe operária. Muito central o papel da classe operária dos trabalhadores. E hoje, junho 2013 não foi tão assim. Acho que, agora com a greve geral dia 28, agora com as movimentações que está sendo feita, a classe operária entre em cena e o terceiro elemento é a necessidade de discutir o programa. Por mais que o programado do PT e da CUT fosse limitado e só apontasse uma crítica geral ao capitalismo, mas ainda assim reformista e tal. Hoje, não há um programa definido para esses ativistas, para essa turma que foi para a rua. Então hoje temos essa lacuna. A necessidade de programa revolucionário socialistas e tudo mais e superar o PT e a CUT em organismo que organizam e divulgam a luta. (ENTREVISTA M)

Década de 1980 estava saindo de uma ditadura explícita, as pessoas que estavam ali na década de 1980, as pessoas estavam passando por uma ditadura declarada. A única diferença era essa, eles estavam com um nível de repressão explícito, estavam lutando desesperadamente pela pseudo Diretas Já que foi o que aconteceu. Acho que já tinha um nível de organização e de teoria política muito mais avançado do que essa geração de agora. Porque quando teve a reabertura política eu sinto que a minha geração inclusive era um nada, por isso que Junho marcou tanto, porque foram 30 anos de silêncio praticamente, político e de movimento que acabou meio que em 1985 até Diretas Já, depois Lula e tal, aquele movimento todo, mas teve *gap* de 30 anos, de mansidão, de tipo conseguimos uma democracia, Diretas Já, só que aí acho que também chegou num lugar que essa democracia que não era tão democracia assim, quando começou a apertar uns calos, as pessoas começaram a sentir. Teve muito a questão inconsciente, muita gente consciente, mas muita gente inconscientemente, “Cadê meus direitos?”, “Cadê meus direitos?”, “O que está acontecendo?” Aqui no Rio. Tem dinheiro pra megaevento e não tem pra mim, pro meu saneamento. Vai ter que me tirar para botar um estacionamento, pra botar um *shopping*, vai ter que botar polícia pra me matar porque tem que dizer pros gringos que não tem tráfego na Zona Sul. Então, falo muito pelo Rio que eu vivenciei todas essas situações que aqueceram o levante, mas traçando um paralelo assim, tinha uma consciência maior dos grupos que estavam se organizando já há alguns anos, e 2013 teve mais uma coisa espontânea, mas que eu espero que abra uma nova geração, que eu acho que já abriu. Acho que o grande legado de 2013 é a conscientização política. (ENTREVISTA P)

Nas entrevistas M e P, o debate gira em torno de legado para as lutas sociais. O PT, CUT se institucionalizam como método de luta. Estes tem uma formação política e teórica sólida. Em 2013, os ativistas tem mais dificuldade de trazer algo concreto para os movimentos

sociais. No entanto, nestas entrevistas concordam com as anteriores no que diz respeito ao papel do PT e da CUT, que após a luta contra a ditadura passam a governar para os poderosos e abandonaram as pautas que eram estabelecidas. Esta lacuna deixada nos movimentos sociais de base é preenchida por movimentos autônomos que modificam os métodos de luta por conta da transformação ideológica e programática do PT e da CUT. A constituição dos princípios condicionam a formação dos repertórios. Neste sentido, as rupturas se fazem como o PT e CUT da fase governamental após a eleição do presidente Lula em 2002, no entanto os princípios de autonomia, basismo, recusa de lideranças são bem próximos aos trazidos pelos mesmos na década de 1970/80.

3.6 Algumas Considerações

Os repertórios se constituem partir destes princípios, pois um espaço de discussão aberto a todos é uma forma de descentralizar e não hierarquizar, a horizontalidade destes espaços é um mecanismo impeditivo da criação de lideranças. As ocupações carregam esses métodos de luta e sociabilidade ao decidirem por meio de assembleias e se organizarem por meio de grupo de trabalhos ou comissões, estas muitas vezes são rotativas. O midiativismo por sua vez cria mecanismos de descentralização da informação e horizontalidade no que tange a sua forma e organização. Por outro lado, o coletivo Mídia Ninja possui vínculos com instituições e partido, ainda que estes não sejam tão explícitos. Esta relação se aproximaria da relação estabelecida entre PT, CUT e UNE após o ano de 2002. A tática *Black Bloc*, embora seja uma tática, não permite a formação de uma organização em torno da prática, não elege líderes, não cria mecanismos de restrição a atores que queiram praticar a tática. No entanto, todos os repertórios e princípios são perpassados por diversas influências como as transformações e conjunturas econômicas, tecnológicas e políticas nacionais e globais. Neste sentido, os repertórios guardam características múltiplas e complexas que não podem ser abarcadas completamente, no entanto a tentativa foi compreender os repertórios utilizados em Junho partir de chaves analíticas e delimitações teóricas escolhidas nesta pesquisa.

3.7 Roteiro das Entrevistas

- 1) O que foi Junho?
- 2) Fórum de Lutas e Assembleias Populares.
- 3) O que foi o grito Sem Partido nos atos?
- 4) Repressão da Polícia.
- 5) Redes Sociais.
- 6) Midiativismo e Mídia Independente.
- 7) Ocupações.
- 8) Quais diferenças e continuidades de Movimentos dos anos 80 representados por CUT, MST, PT e UNE e os protestos de Junho de 2013.
- 9) Presos Políticos.
- 10) *Black Bloc*.

CONCLUSÃO

O ciclo de protestos de Junho de 2013 simbolizou um momento histórico nas lutas sociais brasileiras. A tarefa deste trabalho consistiu na tentativa de reconstruir os fatos, as narrativas e os processos para se chegar a algumas explicações dentro da diversidade de possibilidades que são exequíveis. Em primeiro lugar foi fundamental refazer a conjuntura anterior do ciclo de protestos de Junho de 2013, contextualizando assim os movimentos e grupos que atuavam no campo político que se queria genericamente autônomo. Assim como a centralidade da pauta dos transportes para a população urbana como fato histórico.

O uso de uma teoria que consegue abranger amplas ações coletivas de confronto foi uma escolha crucial que possibilitou mapear as ações políticas dos atores e suas combinações que em conjunto proporcionaram repertórios reconfigurados. Então, dentro da dimensão do ciclo de protestos, abre-se a tentativa de responder à pergunta: o que foi Junho afinal?

As Revoltas contra o aumento da Passagem forjaram uma cultura de luta nas grandes metrópoles e por mais que a pauta tenha se expandido para outras demandas, esta se manteve central nas pautas dos movimentos e organizações. Como se expressou nos Ocupa Câmara a despeito da CPI dos transportes ocorridas em cidades diversas do país. Além disso, houve o atendimento da pauta com o recuo dos governos e consequente redução das tarifas dos transportes públicos.

A heterogeneidade de atores não deixou de salientar o questionamento quanto às organizações partidárias e seus métodos de luta. O PT pareceu estar no centro da crítica pelos grupos que protagonizaram aqueles protestos. Embora tenha havido grupos e atores filiados a partidos da esquerda tradicional e hegemônica, dois grupos protagonizaram os protestos, de um lado os movimentos autônomos e autonomistas, de outro o campo patriótico ou reacionário. No entanto, esta pesquisa se limitou a verificar a atuação dos movimentos, práticas e atores nos quais coexistiam atores e grupos partidários de esquerda. Estes combinaram uma série de práticas que corroboraram repertórios tais como: tática *Black Bloc*, midiativismo, ocupações e espaços de discussão de atos e pautas relacionados ao contexto urbano local, o Fórum de Lutas e as assembleias populares. Diante deste quadro, a emergência de movimentos autônomos, a tensão entre marxistas e anarquistas, filiados a partidos de esquerda e autônomos, assim como atores que iniciam sua militância a partir dos protestos, dos espaços, mecanismos, repertórios e performances tornaram-se questões significativas para compreender o processo através da transformação de repertórios.

A questão da pesquisa não reside em responder se há um novo ciclo, embora se trabalhe com uma revisão histórico analítica dos ciclos de movimentos sociais da esquerda como uma forma de refletir sobre possíveis mudanças nas dinâmicas e nas formas de organização, mobilização e militância dos movimentos sociais, apontando características que os distinguem e os aproximem dos movimentos das décadas anteriores. A questão consiste em compreender os repertórios e ações emergentes a partir das narrativas e da observação participante, à luz da teoria do confronto e de pesquisas empíricas sobre Junho. A partir da revisão dos mesmos permite tecer os distanciamentos entre as ações e repertórios da década de 1970/80, ainda que sem muito aprofundamentos dado aos limites da revisão histórica.

A ação direta era utilizada por movimentos urbanos e do campo, na década de 1970/80 a tática *Black Bloc* surge sem protagonismo de um movimento específico, irrompe como forma de se defender da violência empreendida pela polícia aos atores daqueles protestos. Tática esta que alçou uma difusão maior nos movimentos *altermundistas*, que tem como marco os protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em *Seattle* no ano de 1999.

[...] Não obstante, muitas dessas características se assemelham aos diversos protestos *anticapitalismo* e *alterglobalização* experimentados nos últimos 20 ou 30 anos em diversos lugares da Europa e América do Norte. Em termos de formas de ação, este processo não tem, portanto, características estritamente locais ou nacionais. Muitos dos elementos observados nos protestos de 2013 no Brasil são repertórios de confronto compartilhados internacionalmente”. (LOSEKKAN, 2014, p. 3)

Os espaços que se consolidam em Junho apresentam características e princípios que rompem com a lógica da hierarquização e da centralização dos sindicatos e partidos de maneira que não delimitam regras que restritivas a participação. As decisões e pautas são construídas por aqueles que participam do movimento, não estando alguns mais autorizados que outros por constituírem o movimento há mais tempo ou terem uma formação política mais sólida. No Fórum de Lutas e nas Assembleias Populares não havia exigência de uma formação política, para alguns, esta se deu no decorrer do processo. As regras e limites se forjam de acordo com as tensões estabelecidas e impostas pelos movimentos e pela conjuntura. No entanto, há uma tendência inicial a participação popular mais ampla.

Nos movimentos da década de 1970/1980 panfletagens e comícios funcionavam como forma de mobilização e disseminação da informação. E ainda são utilizados até hoje. Panfletagens são utilizadas por movimentos anarquistas e autonomistas, assim como foi utilizado pelo Fórum de Lutas e MPL.

O midiativismo surge em um contexto que as novas tecnologias permitem uma difusão em rede que propicia a articulação em rede de movimentos e atores, que inovam as forma e concepções de organização, formação e mobilização.

Chamo a atenção para o mecanismo de difusão de práticas ativistas que, a partir de repertórios existentes em outros contextos nacionais e internacionais, como a tática *Black Bloc* e as Ocupações, se transformam, ganham novos contornos, novas dinâmicas a partir de performances combinadas pelos atores em dadas condições e contextos.

A disseminação dos repertórios e a confluência destes conformam uma rede de significados para aquela conjuntura. A exemplo disso, a estreita relação entre midiativismo e a tática *Black Bloc*, nos protestos *altermundistas* quando surge o CMI e a tática era utilizada e difundida por estes, como por midiativistas que insurgem em Junho trazendo o histórico, princípios da tática e difundindo-a para o grande público e contrapondo as informações que colocavam como vândalos aqueles que praticavam a tática. Assim como as ocupações e assembleias populares que estão circunscritas no espaço público, o Fórum de Lutas influencia a formação de assembleias e da FIP, com a intermediação do *Anonymous* que faz uma convocatória em sua página para organizar o processo de formação e assembleias que estava em curso. O coletivo hackerativista *Anonymous* Rio faz sua primeira cobertura no Ocupa Rio em 2011, no mesmo momento em que o Mídia Ninja surgia em São Paulo e cobria sua primeira manifestação, Marcha da Liberdade em São Paulo, já dito anteriormente.

As performances se relacionam a espaços e princípios referidos aos atores, as inovações do campo autônomo são provenientes de princípios organizativos trazidos do movimento antiglobalização, de movimentos como o MPL, espaços como o Fórum Social Mundial, onde coexistiam partidos, movimentos autonomistas e anarquistas.

Deve-se destacar as redes sociais como elemento de mediação e difusão capaz de articular, propagar os protestos e repertórios que se vinculam a estes, propiciando mobilizações que se amparam nas novas tecnologias. Os partidos se inserem neste processo, mas parecem ficar defasados, pois não conseguem centralizar estas novas plataformas de mediação. O midiativismo se utiliza da plataforma das redes sociais como difusor dos protestos, como resposta ao descompasso dos fatos ocorridos nos protestos com relação aos noticiados pela mídia tradicional hegemônica.

No entanto, as ocupações, enquanto mecanismo político, também são absorvidos por atores em Junho. Estas foram utilizadas por movimentos da geração dos Novos Movimentos Sociais como o MST. Na década de 1990, no contexto do Rio de Janeiro, surge o MNLM (Movimentos Nacional de Luta pela Moradia) que se vinculou ao PT e a CUT posteriormente. Por outro lado, na década de 2000, têm-se o surgimento da FIST (Frente Internacionalista dos Sem-Teto) de orientação anarquista que promove uma série de ocupações urbanas, sobretudo no centro do Rio de Janeiro. No entanto, estas ocupações são utilizadas para reivindicar moradia em propriedades privadas (terras ou prédios) e não em prédios e espaços públicos, salvo as ocupações do Incra promovidas pelo MST há décadas em diversos estados do país. Assim como foram utilizadas por estudantes de universidades públicas federais e estaduais,

durante décadas, em variadas conjunturas políticas, perpassando governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff por exemplo.

As ocupações anteriores a Junho como Ocupa Rio e Ocupa dos Povos carregam a marca de ocupar espaços como praças públicas e prédios públicos a partir de uma organização que se baseia em princípios calcados na horizontalidade e autonomia como forma de contrapor o sistema capitalista. Abarcando uma série de atores, com diversas orientações políticas, de classe, gênero. Estes têm como motivação questões centrais relativas ao sistema econômico mundial. Estas experiências guardam semelhanças com as experiências do Ocupa Câmara e do Ocupa Cabral.

A repressão da Polícia como fator que difunde os protestos e causa a revolta da população e o aumento dos protestos, das ações diretas e de autodefesa expressas na tática *Black Blocs* como resposta à repressão policial. A prisão de ativistas às vésperas da Copa sem dúvida foi uma forma de desarticular o movimento autônomo. Grande parte dos atores criminalizados não fazem parte de partidos tradicionais, e sim de organizações anarquistas e maoístas que compunham a FIP.

A questão da perda de centralidade do partido como organizador é um elemento chave para compreender que a forma de atuar e pensar a política se modifica. O Fórum de Lutas e as assembleias populares surgem destas críticas. A exigência de espaços autogeridos, horizontais, autônomos também. E no caso do Fórum de Lutas, por conta de atores partidários, este debate se intensifica causando rachas e esvaziando o espaço por conta destas mesmas exigências. E assim surge a FIP que, por sua vez, envolve disputas internas entre anarquistas e maoístas. E também devido à criminalização que alguns membros sofrem, acaba extinta.

Estabelece-se um cenário de recusa à estrutura política hegemônica de luta, composta por partidos e mídia hegemônicos, seus métodos, sua forma de organização. No entanto, há permanências e coexistências entre estes movimentos e atores aparentemente distintos. É preciso compreender estes processos de luta para entender a conjuntura política institucional e dos movimentos e organizações emergentes. A coexistência de atores partidários e anarquistas, autônomos criou fissuras e subdivisões nos movimentos, que conseqüentemente desarticularam a militância e as organizações.

A ação e percepção da política partem assim da própria experiência obtida nos espaços de conflito, que são o espaço das ruas, das ocupações de prédios públicos, da tática *Black Bloc*, do uso da tecnologia para difundir aquilo que a mídia tradicional não exhibe, da

organização de ações políticas em espaços abertos e públicos. O entendimento da política de uma forma ampla, acessível a todo aquele que se dispõe a entender não estando somente na teoria ou na obrigatoriedade de vinculação a uma frente política ou ideológica fixa. O espaço público é o espaço da política, é o espaço da cidade. Vivenciar estes espaços e atuar de forma política é também se formar politicamente.

As constantes transformações na política e na sociedade incidem na busca incessante pelo *como* e *por que* dos sentidos, processos, significados dos acontecimentos. Assim, a busca se deu pelo *o que* não de maneira a circunscrever um quadro único, mas uma possibilidade dentre tantas. De tantos desejos que ficam para as *próximas*, talvez o mais ávido seja que este quadro construído a partir de múltiplas narrativas auxilie na busca incessante e talvez inatingível de tentar entender, afinal, *Para onde vão as Ruas?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Indígenas na Cidade do Rio de Janeiro. Seminário “O Rio de Janeiro continua índio”**. 2015.

ALVES, Giovanni. **Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

ALONSO, Ângela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

_____. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. Revista Sociologia e Antropologia. V.02.03:21;41; 2012.

_____. **Anatomia dos Protestos**. Revista Valor Econômico. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3316536/anatomia-dos-protestos>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. **A política das ruas**. 2016. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/09/1816167-a-politica-das-ruas.shtml?cmpid=compfb>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ANDRADE, Ana Paula Silveira de. **O Povo nas Ruas: Revolta do Vintém**. [Dissertação de Mestrado]. PUC-RIO. 2008.

ANJOS, Anna Beatriz. **Lincon Secco: “O problema do PT é ser um partido de governo”**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/166/lincoln-secco/>> Acesso em: 12 jan. 2017.

ARAÚJO, Erick; SCHRAMM, Fermin Roland. **Bioética e habitação: leitura ética sobre as ocupações urbanas no centro do Rio de Janeiro**. Revista bioética, 2013; pág: 96-105.

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na primeira república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução: Marco Estevão; Renato Aguiar. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

BEM, Arim Soares. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Revista Educação e Sociedade. vol.27 no.97 Campinas. Setembro/dezembro. 2006. pp. 1137-1157.

BIANCHINI, Lia. **Entrevista: Renato Cinco, vereador do Rio pelo PSOL**. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2016/07/19/entrevista-renato-cinco-vereador-do-rio-pelo-psol/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BOECHAT, Raquel Macedo. **Mídia, Política e Democratização da Informação: uma perspectiva a partir das Jornadas de Junho**. Núcleo de Iniciação Científica - Grupo de Pesquisa: Liberdade de Expressão: Comunicação, Imprensa e Regulação. Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA. Rio de Janeiro, 2015.

BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**. In: Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo \Carta Maior, 2013.

BRASIL 247. **Anonymous invade site oficial do PMDB**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/105678/Anonymous-invade-site-oficial-do-PM>> Acesso em: 17 mai. 2017.

BRINGEL, Breno. **“Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”**. Revista Insight e Inteligência, ano XVI, jul-set 2013, pg. 43-51.

_____. **A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow**. Revistas Política e Sociedade. Vol. 10. Nº 18. abril de 2011.

_____. **Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças Teóricas no estudo das coes coletivas e dos movimentos sociais**. Revista Sociologia & Antropologia. Vol.02.03: 43-67, 2012.

_____. & ECHART, Enara. **Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional.** Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social.** Novos Estudos CEBRAP. nº80. São Paulo, 2008. pp. 71-88.

CARTA CAPITAL. **Ao menos 23 cidades tiveram Câmeras Municipais ocupadas.** 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3078.html>> Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. **Os protestos do Brasil dialogam com as revoltas globais.** 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-protestos-do-brasil-dialogam-com-as-revoltas-globais-4371.html>> Acesso em: 10 fev. 2017.

CARTA MAIOR. **Ocupe Estelita: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras.** 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empresiteiras/4/31086>> Acesso em: 08 set. 2016.

_____. **Os protestos e o horizonte de um transporte público de verdade.** 2006. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opinio/Os-protestos-e-o-horizonte-de-um-transporte-publico-de-verdade/21687>> Acesso em: 12 set. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMITÊ POPULAR SP. **Quem somos.** 2014. Disponível em: <<https://comitepopularesp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/>> Acesso em: 10 out. 2016.

DIAS, Tatiana de Melo. **CMI: o coletivo que fundou o ativismo digital.** Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341647-17773,00-CMI+O+COLETIVO+QUE+FUNDOU+O+ATIVISMO+DIGITAL.html>> Acesso em: 10 fev. 2017.

DRUBSCKY, Luiza. **Afinal, o que é hashtag?** 2015. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/o-que-e-hashtag/>> Acesso em: 24 mai. 2017.

DUPUIS-DÉRI, Francis (2010). **The Black Blocs Ten Years after Seattle - Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices.** Journal for the Study of Radicalism, Vol. 4, No. 2, 2010, pp. 45–82. Michigan State University Board of Trustees.

FACEBOOK. **Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa ANCOP.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/Articula%C3%A7%C3%A3o-Nacional-dosComit%C3%AAs-Populares-da-Copa-ANCOP-219757011452914/>> Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Liberdade aos Presos Políticos-RJ.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/liberdadeaospresopoliticosrj>> Acesso em: 06 out. 2016.

FAGUNDES, Ailton Laurentino. **As lutas contra o aumento de tarifas nos transportes e as manifestações de junho: o Movimento Passe Livre e os novos movimentos sociais.** 5º Congresso Uruguayo de Ciência Política. 7-10 de out. 2014.

FAUSTO, B. **Expansão do café e política cafeeira**. In: Fausto, B. (org.), *O Brasil republicano*. (vol. 1). (Coleção: História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

FÓRUM URBANO. **Carta Aberta ao Comitê Olímpico Internacional**. 2010. Disponível em: <<https://forumsocialurbano.wordpress.com>> Acesso em: 10 out. 2016.

FORTES, A. & FRENCH, J. “A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo”. *Tempo Social*, Vol. 24, N° 1, pp. 201-228, 2012.

FRENTE INDEPENDENTE POPULAR. **Para um balanço da FIP**. 2015. Disponível em: <<https://frenteindependentepopular.files.wordpress.com/2015/12/para-um-balanc3a7o-da-fip.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2016.

GEBRIM, Ricardo. **O cavalo passa selado diante das forças de esquerda**. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/13384/>> Acesso em: 12 fev.2017.

O GLOBO. **Aumento da passagem provocou revolta popular no Rio em 1956**. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/aumento-de-passagem-dos-bondes-provocou-revolta-popular-no-rio-em-1956-19389104>>. Acesso em: 17 out. 2016.

GLOBO NOTÍCIAS. **Tarifas do Metrô e dos trens vão subir em 1º de junho, diz Alckmin**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/reajuste-do-metro-e-cptm-valera-partir-de-1-de-junho-diz-alckmin.html>> Acesso em: 22 out. 2016.

_____. **Grupo destrói carros de reportagem durante protesto em Goiânia**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/grupo-destroi-carros-de-reportagem-durante-protesto-em-goiania.html>> Acesso em: 27 mai. 2017.

_____. **Saiba quem são e o que dizem os ativistas presos pela política do RJ**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/saiba-quem-sao-e-o-que-dizem-os-ativistas-presos-pela-policia-do-rj.html>> Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. **Pelo menos 21 estados e o DF têm escolas e institutos ocupados por estudantes**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/pelo-menos-21-estados-tem-escolas-e-institutos-ocupados-por-estudantes.ghtml>> Acesso em: 08 dez. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

_____. **500 Anos de Lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, janeiro/junho. 2000. pp. 11-40.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Vol. 16, nº 47. Maio-agosto, 2011. pp. 333 – 361

_____. **SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

_____ **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOMBATA, Marsília. **A luta política de cara nova Brasil.** 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>> Acesso em: 20 dez. 2016.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade.** In: Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013.

KECK, Margareth E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. pp. 232-269. 2010.

LAVRAS 24H. **Sede da Rede Globo é atacada por manifestantes no centro do Rio de Janeiro.** 2013. Disponível em: <<http://www.lavras24horas.com.br/portal/sede-da-rede-globo-e-atacada-por-manifestantes-no-centro-do-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 10 mai. 2017.

LEAL, Letícia. **Articulada pela Apib, mobilização ocupou mais de 30 locais em todo o Brasil, entre rodovias e sedes do órgão indigenista.** Disponível em: <<http://trabalhoindigenista.org.br/noticia/indigenas-e-servidores-publicos-realizam-atos-durante-ocupa-funai/>> Acesso em 10 fev. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade. Tradução de Rubens Frias.** Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.

LIMA, Luanda. **#ProtestoBR: confira um mapa com as principais hashtags das manifestações.** 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/protestobr-confira-o-mapa-das-hashtags-das-manifestacoes>> Acesso em: 23 mai. 2017.

LINS, Artur; LEON, Rodrigo. **Primeira Escola Ocupada do Rio de Janeiro, a faísca contra o ajuste do Pezão.** 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faisca-contra-o-ajuste-do-Pezao>>. Acesso em 05 jan. 2017

LOBATO, Caio Pereira. **Não nos representa! Imanência e Transcendência na ontologia política do Ocupa Rio.** Revista Habitus. Vol. 11. N°1. 2013.

LONO, Ivan. FUHRMANN, Leonardo. **Ocupação das escolas paulistas e os ecos de junho de 2013.** 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/semanal/ocupacao-das-escolas-paulistas-e-os-ecos-de-junho-de-2013/>> Acesso em: 10 out. 2016.

LOPES, Walson. **O PT na década de 90: construindo um programa neonacional desenvolvimentista.** Lutas Sociais, São Paulo, Vol.18 n.33, p.23-34, jul/dez. 2014.

LOSEKANN, Cristiana. **“Os protestos de 2013 na cidade de Vitória\ES: #resistir, resistir até o pedágio cair!”** In: ROSA, Soraia Mendes da. (Org.). País mudo não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros. Ied. Brasília: IDP, 2014, v. 1, p. 26-38.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Campanha eleitoral deve estar voltada ao debate de propostas, diz cientista político**. 2012. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1919>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **Sinfonia Inacabada: A Política dos Comunistas no Brasil**. Boitempo Editorial. 1999.

MCADAM, Doug, et al. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, cedec, n. 76, p. 11-48, 2009.

MACIEL, Danielle Ferreira. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista**. 2012. 158 f. **Dissertação**, Mestrado em Ciências da comunicação – Interfaces sociais da comunicação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, Caio. & CORDEIRO, Leonardo. **Revolta popular: o limite da tática**. 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/05/95701>> Acesso em: 22 jun. 2016.

MATEOS, Simone Biehler. **Participação Popular – A construção da democracia participativa**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493:catid=28&Itemid=> Acesso em: 10 abr. 2017.

MELUCCI, Alberto. **Um Objetivo para os Movimentos Sociais?** Revista Lua Nova. São Paulo. N° 17. Jun. 1989.

MONTEIRO, Paulo. **Por uma vida sem catracas**. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/124/por-uma-vida-sem-catracas/>> Acesso em: 17 out. 2016.

MORAES, Alana et al. **Junho: potência das ruas e das redes**. São Paulo: Friedrich Ebert. 2014

MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. **Aumento das Passagens do Rio**. 2013. Disponível em: <<http://mepr.org.br/noticias/nacional/765-oportunistas-de-psol-pstu-e-seus-satelites-traem-o-forum-de-lutas-contr-o-aumento-das-passagens.html>> Acesso em 05 fev. 2017.

MOVIMENTO PASSE-LIVRE-SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013.

NASCIMENTO, Antônio Dias. **Movimentos sociais rurais, quarenta anos depois**. Revista Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA,2007. pp. 102 – 117.

NOGUEIRA, Evandro. **Quase 100 anos da grande greve de 1917 em São Paulo**. 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Quase-100-anos-da-grande-greve-de-1917-em-Sao-Paulo>> Acesso em: 13 fev. 2017.

OCUPA SAMPA. **Ocupa dos Povos- Ocupe a Rio+20 e a Cúpula dos Povos.** 2013. Disponível em: <<https://ocupasampa.milharal.org/2012/06/13/ocupa-dos-povos-ocupe-a-rio20-e-a-cupula-dos-povos/Achei-link-que-parece-que-nao-abria-Ocupa-dos-Povos>> Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, Helder Canal. **Os Sindicatos e os Movimentos Sociais na "Era Vargas".** Revista Horizonte Científico. vol. 05 nº2. Dezembro, 2011.

ORTELLADO, Pablo. **A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de junho de 2013.** 2016. Entrevista especial com Pablo Ortellado. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2016/05/18/a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

PAULA, Amir El Hakim. **A relação entre o Estado e os Sindicatos sob uma perspectiva territorial.** Editora Unesp. 2015.

PATERNIANI, Stella et al. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, p. 399 – 426 , 2012.

PENELAS, Rafael. **Explode a luta contra o aumento das passagens.** 2012. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-86/3869-explode-a-luta-contr-o-aumento-das-passagens>> Acesso em 18 nov. 2016.

_____. **Protestos contra aumento da passagem no Rio.** 2012. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-100/4408-protestos-contr-aumento-da-passagem-no-rio>> Acesso em: 18 nov. 2016.

PERRUSO, M. A. **Em Busca do “Novo” - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970\80.** São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **As Jornadas de(sde) Junho de 2013.** 38º Encontro Anual da ANPOCS. 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. **O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política.** Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

PRETO, Breno. **Aldeia Maracanã: a luta por direitos nos megaeventos.** Observatório das metrópoles. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=478:declara%C3%A7%C3%A3o-do-v-encontro-nacional-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental&Itemid=0&lang=en>. Acesso em: 06 nov. 2016.

PRIORI, Angelo et al. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais.** In: PRIORI, A, et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 199-213.

RAPOSO, Paulo. A **“Revolta da Barcas”**: sobre silenciamento performativo e imaterialidade do protestos na (in)visibilidade contemporânea das periferias urbanas. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia. São Paulo, Vol. 1. N°1.p. 59 - 88, jun. 2016.

RIDENTI, M. **“Trabalho, sociedade e os ciclos na história da esquerda brasileira”**. In: ARAÚJO, S. M. de, BRIDI, M. A. & FERRAZ, M. (org.). O Sindicalismo Equilibrista – entre o continuísmo e as novas práticas. Curitiba: UFPR\SCHLA, 2006.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013.

SACONI, Rose. **Em 1917, a primeira greve geral em São Paulo**. 2012. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-a-primeira-greve-geral-em-sao-paulo,6962,0.htm>> Acesso em: 08 fev. 2017.

SARAIVA, Adriana. **O MPL e as ‘manifestações de junho’ no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/o-mpl-e-as-manifestacoes-de-junho-no-brasil/>>. Acesso em: 09 jan. 2017

SECCO, Lincoln. **“As Jornadas de Junho”**. In: Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013.

_____. **O vandalismo**. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/20/o-vandalismo/>> Acesso em: 17 fev.2017.

_____. **O direito à violência**. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/05/o-direito-a-violencia/>> Acesso em: 13 fev. 2017.

SILVA, Roberto Bitencourt. **Sem dialogar, prefeito do Rio prefere expulsar os ativistas do “Ocupa Golfe”**. 2014. Disponível em:<<http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/164119/Sem-dialogar-prefeito-do-Rio-prefere-expulsar-os-ativistas-do-Ocupa-Golfe.htm>> Acesso em: 20 nov. 2016.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos CEBRAP, n. 97, pp. 23-40, ISSN 0101-3300. 2013.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TARIFA ZERO. **Arquivo da tag: revolta das barcas**. 2012. Disponível em: <<http://tarifazero.org/tag/revolta-das-barcas/>> Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. **Movimento Passe Livre**. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>> Acesso em: 10 fev. 2016.

TARROW, Sidney. **“Introdução”; “Confronto político e movimentos sociais”** In: _____ O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TERRA, Paulo Cruz. **Conflitos cotidianos e motins: os usuários de bondes no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XXI**. História Social, N°. 22, 23; 1º; 2º sem. 2012.

- TERROR. **Como lidar com Gás Lacrimogêneo**. 2013. Disponível em: <<https://terror.noblogs.org/como-lidar-com-gas-lacrimogeneo-2/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2); 63-100, out. 1998.
- TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- TILLY, C. 1978. **From mobilization to revolution. Newberry Award Records**. _____. 1993. "Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834". Social Science History, no 17.
- TOURAINÉ, Alan. **O Retorno do Actor**. Lisboa: Piaget. 1996.
- ÚLTIMO SEGUNDO. **Protesto na Câmara Municipal do Rio termina com três feridos**. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-08-01/protesto-na-camara-municipal-do-rio-termina-com-tres-feridos.html>> Acesso em: 05 fev. 2017.
- UNIÃO ANARQUISTA. **A primeira Greve Geral do Brasil: A Greve Geral de 1917**. 2015. Disponível em: <<https://uniaoanarquista.wordpress.com/2015/06/26/a-primeira-greve-geral-do-brasil-a-greve-geral-de-1917/>> Acesso em: 08 fev. 2017.
- UNINÔMADE BRASIL. **Entrevista com Pablo Ortellado (pelo DAR)**. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/entrevista-com-pablo-ortellado-pelo-dar/>> Acesso em: 10 set. 2016.
- VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007
- VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014.p. 35-41.
- VENÍCIO, Lima. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- WARREN, Ilse Scherer. **"Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política"**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, Maio/Ago. 2014. p. 417-429.
- _____. & KRISCHKE, Paulo. **Uma Revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**. Editora Brasiliense. 1987.

ANEXO I

Tabela dos Entrevistados

Entrevistada (o)	Idade	Gênero	Filiação Política Ideológica*	Repertório de Confronto/Militância	Movimento, Organização ou Coletivo *	Atividade Social*
A	21 anos	Masculino	Anarquista	Tática <i>Black Bloc</i>	Ação Revolucionária	Estudante
B	28 anos	Masculino	Autônomo	Midiativismo/Tática <i>Black Bloc</i> /Assembleia Popular Tijuca/Ocupa Câmara	Mariachi	Advogado
C	24 anos	Feminino	Anarquista	Midiativismo, Tática		

				<i>Black Bloc e Aldeia Maracanã</i>	<i>Anonymous</i>	Estudante
D	29 anos	Masculino	Maoísta	Mídia Alternativa	Jornal A Nova Democracia	Jornalista
E	28 anos	Masculino	Anarquista	Midiativismo /Ocupa Rio	<i>Anonymous</i>	Estudante
F	39 anos	Feminino	Autônoma	Midiativismo	Mídia Ninja e Carranca	Jornalista e Advogada
G	33 anos	Masculino	Socialista	Fórum de Lutas (participante)	PC do B	Professor
H	29 anos	Masculino	Socialista	Fórum de Lutas (organizador)	PSOL	Estudante
I	48 anos	Masculino	Socialista	Participante dos Protestos	PT e CUT	Professor
J	27 anos	Masculino	Anarquista	Ocupa Câmara/FIP/ Assembleia Popular Tijuca/Cinelândia	OATL(Organização Anarquista Terra e Liberdade)	Estudante
L	41 anos	Masculino	Socialista	Fórum de Lutas (participante)	PSOL	Político
M	27 anos	Masculino	Socialista	Fórum de Lutas (organizador)	PSTU	Estudante
N	39 anos	Feminino	Autônomo	Aldeia Maracanã/FIP	Movimento de Resistência Aldeia Maracanã	Professora
O	28 anos	Masculino	Socialista Libertário	Fórum de Lutas (organizador) Ocupa Cabral, Assembleia do Largo IFCS, Assembleia Largo Machado e Assembleia Popular da Cinelândia	Construção (Corrente interna do PSOL)	Estudante
P	40 anos	Feminino	Anarquista	Midiativismo/ Aldeia Maracanã	Coletivo Projetação	Fotógrafa
Q	29 anos	Masculino	Marxista	Fórum de Lutas (organizador)	Coletivo Germinal	Estudante

* As filiações políticas e ideológicas são postas de acordo com as identificações feitas pelos entrevistados.

* As organizações, movimentos e coletivos são postos de acordo com a militância dos atores no contexto dos Protestos de Junho de 2013, pois existe a possibilidade destes atores não estarem mais filiados ou atuarem nos mesmos espaços daquele momento. Assim como, essas mesmas vinculações não se daram no contexto anterior a Junho.

* A não-especificação das profissões com cargos e instituições vinculadas se dá pela segurança dos entrevistados.

ANEXO II

COMO LIDAR COM GÁS LACRIMOGÊNIO

Os proponentes desta arma química referem que, se usada corretamente, seus efeitos nocivos são transitórios e não deixam sequelas. O uso dos gases lacrimogêneos nos fatos recentes claramente demonstra que a exposição a esta arma química é difícil de controlar e é indiscriminada, isto é, não só afeta aos manifestantes que se tentam dispersar ou controlar, mas também ao resto da população que se encontre nos arredores como passantes ou observadores. Quando se detona ao ar livre uma granada de CS se gera uma nuvem de 6 a 9

metros de diâmetro, concentrando-se uma maior densidade no centro de até 5.000 mg/m³ que se vão dispersando ao redor. As concentrações são muito mais elevadas em espaços fechados e potencialmente fatais pelo montante de 50.000 mg/m³ em 50% dos casos.

A população, em geral, não tem nenhuma informação sobre gás e seus efeitos, muito apesar de constituir praticamente parte “habitual” as frequentes ações de rua que terminam em um confronto com as autoridades repressivas do estado. Outro ponto muito grave é que a informação toxicológica disponível é deficiente quanto aos potenciais danos pulmonares, carcinogênicos, reprodutivos e genéticos de largura prazo. Muitos países proibem o uso desta arma química e inclusive tentam incluí-la dentro das armas proibidas sob o Protocolo de Genebra.

Estes são disparados como embalagens ou granadas, popularmente conhecidas como “bombas lacrimogênicas”; também por meio de latas de aerossol. O CS é mais forte, mas se dispersa e dissipa com maior rapidez.

Os efeitos mais comuns do CS são:

- irritação intensa dos olhos,
- lagrimejo abundante,
- hipersensibilidade à luz,
- conjuntivites e cegueira temporária,
- irritação das membranas do nariz, traqueia e pulmões,
- secreção nasal,
- sensação de sufoco,
- tosse,
- irritação da garganta e do estômago, com indução de vômito e possível diarreia,
- irritação da pele com sensação queimante dolorosa e coceira.

Estes sintomas são aumentados pelo calor e a umidade, e duram de poucos minutos a algumas horas, dependendo do grau e tempo de exposição ao gás. Inalações intensas de CS demonstraram capacidade de produzir pneumonite química e congestão pulmonar fatal. Também se registraram casos de insuficiência cardíaca, dano hepatocelular (do fígado) e morte em adultos.

Em casos de queimaduras por contato se produziram sensibilizações com dermatite. Alguns dos agentes CS são potencialmente tóxicos em nível genético.

Como lidar com bombas de gás lacrimogêneo

As luvas grossas usadas por trabalhadores da construção civil são boas para jogar as latas de gás lacrimogêneo de volta a policia.

Aviso: As latas de gás lacrimogêneo são quentes demais para segurar com as mãos!

Dicas para a prevenção aos efeitos da bomba de gás lacrimogêneo

O método de prevenção mais eficaz seria o uso máscaras de gás, já que máscaras descartáveis ou bandanas com vinagre oferecem pouca proteção. Uma opção para a proteção dos olhos são lentes de natação.

Seguem outras dicas:

a. Prepare um neutralizador (água potável com 5% de bicarbonato de sódio ou metade antiácido em suspensão e metade água).

b. Outro método, mesmo que menos efetivo, para prevenir os sintomas é reunir vários lenços ou mascaras molhadas em vinagre de cozinha e colocá-las dentro de uma sacola de plástico. Se dispararem uma bomba lacrimogênea, coloque o lenço ou bandana sobre o nariz e respire através dela. Não se preocupe com os seus olhos, já que graças ao fluxo natural de lágrimas os resíduos químicos serão eliminados de maneira espontânea.

c. passar suco de limão próximo a região dos olhos ajuda a amenizar os efeitos do gás!

EVITE usar lentes de contato já que prolongam o tempo de ação dos CS e aumentam o risco de ulceração de córnea.

MUITO IMPORTANTE É NÃO TOCAR OS OLHOS NEM A PELE E RESPIRAR SEM BAFORADAS SEMPRE A TRAVES DO LENÇO COM VINAGRE OU ÁGUA. Se é asmático avise a seus companheiros ou pessoas ao redor em caso de risco, de maneira que eles saibam como ajudar em caso de inalação, dar sua medicação ou levá-lo ao centro medicinal médico mais próximo.

EM CASO DE EXPOSIÇÃO AOS CS. • Mantenha a calma, respire normalmente e evite tomar “baforadas” de ar. Caminhe com cuidado, olhando sempre a seu ao redor. Em caso de não ver utilize os braços como guia. Nunca corra cego, pois corre o perigo de cair ou acidentat-se.

a. Se se encontra em um espaço fechado saia de imediato ou abra as portas e janelas para ventilar a área.

- b. Dirija-se contra do vento do lugar da explosão e retire-se da área da granada ou embalagem de CS o mais rapidamente possível, sempre evitando estar frente ao agressor.
- c. Mantenha-se contra do vento o mais que possa para dispersar rapidamente o gás.
- d. Se tem abundante lagrimejo não o interrompa já que ajuda a eliminar os químicos (não se toque ou esfregue os olhos lembre que as mãos estão também impregnadas de tóxico). Assoar o nariz, evite tragar e cuspa se sente sabor e desconforto na boca ou garganta.
- e. Enxágue abundantemente a área afetada com os neutralizantes ou água SEM ESFREGAR. O esfregar pode disseminar os químicos ao redor e dentro dos poros.
- f. Assim que possível, tomar um banho em água fria durante 3 a 5 minutos e depois continue com um banho rotineiro com sabão. Evite a água quente já que abre os poros e permite o passo do gás a seu organismo e os banhos de banheira porque os redistribuem. Em caso de uma contaminação muito severa use o neutralizante como se indicou anteriormente.
- g. A roupa deve ser colocada ao ar livre exposta ao vento para dispersar os últimos remanescentes do gás. As peças devem ser lavadas separadas do resto da roupa, primeiro com água fria e depois de maneira habitual. Uma vez realizado este procedimento poderá ser vestido normalmente.

Gás lacrimogêneo não é difícil de evitar, desde que haja uma brisa ou algum vento. Se o vento é obsoleto, tente ficar longe de bicos apertados e fique em áreas abertas.

Quando uma lata é atirada em sua direção, pare, não corra. Olhe para cima, veja onde ele vai cair, e só se mova se ela for bater em você. Uma vez que ela chega ao chão e o gás começa a sair, olhe para qual direção está indo.

Neste momento a maioria das pessoas na multidão estará fugindo como loucos para evitar o gás, mas muitos deles vão ficar presos nele. Tudo o que você precisa fazer é andar na direção oposta do vento, ou se você precisar escapar, rapidamente corrida em torno do gás antes que ele se espalhe cobrindo sua saída.

Enquanto você corre, tente segurar a respiração para evitar a inalação de qualquer gás por acidente. Se você é forçado a correr através do gás, então o faça extremamente rápido e não respire. Em caso de ser preso sem nenhum lugar para ir, não se agache, mantenha a cabeça alta, já que o gás é mais pesado que o ar. Respire lenta e calmamente o quanto for possível e mova-se lentamente, para evitar aumentar a sua taxa de respiração, e não entre em pânico. Além disso, aperte sua máscara de gás, tanto quanto você puder com a sua mão.

ANEXO III

HISTÓRIA DA FIP

Para um balanço da FIP, dois anos de lutas

Companheiros e companheiras,

Temos acumulado nos últimos dois anos uma riquíssima experiência, sob algum aspecto original, sobre a construção de uma Frente popular e combativa no Rio de Janeiro, palco das principais manifestações de massas das últimas décadas no Brasil. Vivemos diferentes cenários, que vão da construção de atos políticos massivos, como durante a greve da educação em 2013, passam pelas idas e vindas, sob muitas dificuldades, do “Não vai ter Copa!”, que sustentamos sozinhos quando toda a esquerda eleitoral e a maioria dos setores ditos “independentes” foram para casa, até a perseguição política implacável e prisão de vários de nossos companheiros e companheiras, num processo que qualifica a FIP, particularmente sua Comissão de Organização, como “quadrilha armada”.

Lutamos bem no meio da onda popular, quando estaria no auge, e também lutamos quando esta retraiu e a reação passou à contraofensiva. O fato de termos persistido, apesar das imensas dificuldades, é por si mesmo a grande vitória desses últimos dois anos, e elemento indispensável para a apreciação do nosso Balanço. A Frente Independente Popular é, genuinamente, filha das jornadas de junho, e sustentou-se quando todas as outras “frentes” e “assembleias” surgidas naquele momento já fecharam as portas, apesar de nenhuma ter sido tão duramente atacada pelo oportunismo e pelo Estado como ela.

Chegamos a uma encruzilhada. O fracasso do oportunismo petista, após doze anos de sua chegada ao topo do velho Estado, representa ao mesmo tempo imensa vitória do campo autenticamente popular e revolucionário, sobretudo daquelas forças que não se renderam quando o triunfalismo dessa “esquerda” reacionária parecia imbatível. No atual contexto de crise profunda, em que está mergulhado o País, todas as correntes políticas buscam influenciar a seu modo o rumo dos acontecimentos, e já ninguém pode duvidar que gestam novas ondas de mobilizações e luta populares. A situação política, tanto internacional quanto nacional, é desafiadora, cobrando posturas firmes e posicionamentos claros, e as perspectivas são brilhantes para as lutas de libertação dos povos e classes oprimidos.

No caso específico da FIP, a altura em que o processo dos 23 já tem sentença de primeira instância definida, precisamos acertar os rumos para que esta não perca nem sua identidade nem sua legitimidade, construídas nos últimos anos. Ocorre que, mesmo sendo a FIP fundamentalmente uma frente de ação, com unidade centrada no terreno da tática, é necessário que avancemos mais na unidade política e, em certo sentido, ideológica no seu interior. O trefismo estreito, a despolitização, o economicismo, o “movimentismo” não servem à luta popular revolucionária, ao contrário, apenas reproduzem a velha lógica oportunista, já combatida por Lênin em seu célebre “Que Fazer?”, segundo a qual “o

movimento é tudo, o objetivo final não é nada”. Para que possamos avançar, portanto, é preciso que busquemos extrair da nossa rica experiência todas as lições possíveis, mesmo porque essa experiência nos tem custado esforços e mesmo sacrifícios enormes. E devemos fazê-lo não pelo debate como um fim em si, ao contrário, como lutadores que somos devemos movimentar as ideias para mover a ação.

I- Jornadas de Junho e Formação da FIP

A FIP surgiu nas primeiras linhas das históricas manifestações de junho de 2013. Antes de surgir formalmente, apareceu e atuou na prática, na luta implacável contra a polícia nas ruas e o oportunismo eleitoreiro no extinto “Fórum de Lutas”.

São marcos nesse processo de construção o ato na final da Copa das Confederações (30/06/2013) e a plenária com milhares de pessoas no Largo de São Francisco, que o antecedeu. A luta por realizar a manifestação no horário do jogo, em direção ao Maracanã, aguardada, aliás, em todo o Brasil e mesmo no mundo, desmascarou para grande parte dos independentes mais ativos o caráter traidor e sabotador representado pela frente eleitoreira que englobava PT, PC do B, PSOL, PSTU e seus satélites, que buscavam desqualificar as manifestações como coisa de “classe média”, de “direita”, só vendo fascistas onde o que existia de fato era o maior levantamento de massas da história do nosso País. Buscavam desqualificar também, esses setores, a juventude combatente, reproduzindo de forma tacanha o discurso do “vandalismo” ditado pelos monopólios de imprensa (postura assumida principalmente por aquela organização pseudorradical, sindicalista-eleitoreira, doravante conhecida entre os ativistas mais engajados como P2TU...).

Não só aprovamos, os setores independentes e combativos, a manifestação na hora do jogo, vencendo aquela plenária histórica, como a realizamos apesar da sabotagem aberta dos oportunistas, que convocaram um ato separado para a manhã, comprovando que só defendem a “unidade” quando esta serve a amarrar os outros à sua linha de conciliação de classes. A realização da nossa manifestação, muito mais massiva e vigorosa que a dos oportunistas, demonstrou de forma inequívoca o novo momento da luta de classes em que estamos caracterizados pela desilusão crescente das massas (naquele momento principalmente a juventude, agora cada vez mais a população em geral) com o oportunismo, a sua procura por direções sérias, dispostas a defender radicalmente seus interesses. Aquelas organizações eleitoreiras não apenas adotaram um posicionamento contrário ao curso que os

acontecimentos tomaram, e nesse sentido literalmente reacionário, capitulando completamente ao governismo, como o Fórum por elas aparelhado tornou-se um entrave para a luta, um obstáculo para o livre desenvolvimento da iniciativa das novas forças que surgiam, o que ficava claro no caráter antidemocrático e até “esquizofrênico” das suas plenárias, incapazes de decidir qualquer coisa prática. É dessa diferenciação, nas ruas e na luta política, e também quanto à metodologia de organização, entre os oportunistas eleitoreiros de um lado e os setores independentes e combativos de outro, que surge a Frente Independente Popular, cuja primeira plenária ocorreu a 02/08/2013. No nosso Manifesto inaugural, então amplamente divulgado, dizíamos: “O objetivo da Frente Independente Popular que estamos construindo é unificar os movimentos, coletivos, organizações e indivíduos que têm estado desde o primeiro momento na luta, defendendo o caminho da independência e combatividade”.

Independência, combatividade e classismo, esses foram os pilares, desde o começo mesmo, da formação da FIP, o ponto de unidade entre as distintas organizações e indivíduos que dela participaram. Daí a solidez da sua unidade: esta nunca esteve assentada num acordo verbal entre representantes de algumas organizações (esse é o método do conchavo típico dos oportunistas, onde o povo só serve para bater palmas), e sim em princípios aceitos e discutidos por todos, confirmados por uma prática de discussões e decisões democráticas em suas plenárias e comissões. Aqueles três princípios e mais a democracia proletária praticada em seu interior foram desde o começo a alma da FIP, o que ela teve (e tem) de mais essencial.

II- “Fora Cabral e a farsa eleitoral”, primeiras prisões políticas e 7 de setembro

Os meses de julho e agosto de 2013 foram marcados por inúmeros atos, praticamente diários, pequenos e muito violentos. A unificação dessas iniciativas, aliás, a luta contra a dispersão, foi a primeira tarefa prática que a FIP se propôs. Sérgio Cabral estava em farrapos quanto aos índices de popularidade, quadro agravado com o surgimento do caso Amarildo. Setores do oportunismo ensaiavam o “Fora Cabral”, numa tentativa de apropriar-se das mobilizações da juventude combatente, e foi demonstração de grande habilidade política erguermos o “Fora Cabral e a farsa eleitoral!”. No dia 27 de agosto a FIP realizou sua primeira manifestação própria, que contou com cerca de 300 pessoas e enfrentou a repressão ao redor do Palácio Guanabara. Aproximávamo-nos do 7 de setembro. Nesse interim o governo ensaiava sua reação, através da criação da Comissão Especial para Investigação de

Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV), ovo da serpente do qual nasceria mais tarde o famoso “inquérito mãe”, que depois soubemos, sofrendo na pele, ser o inquérito dos 23. Na semana do ato de 7 de setembro administradores das páginas *Anonymous* e *Black Bloc* foram presos nas suas casas, acusados de “quadrilha armada”, fato à época chocante e que depois viria a ser instituído como operação padrão contra os ativistas. Essas prisões, como sempre acontece, geraram um clima de atemorização e defensiva em nosso meio, mas realmente quem estava na defensiva era o governo Cabral e não nós (essa situação modificar-se-ia somente após o caso Santiago Andrade). Por apertada margem de votos aprovamos, na FIP, manter a manifestação indo em direção ao desfile militar, posição sustentada pela Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP) desde o princípio, por muitos criticada como divisionista e mesmo “suicida”. Essas posições vieram da parte da OATL, que defendeu participar do “Grito dos Excluídos”, compondo com os setores oportunistas com os quais vínhamos em dura luta, e quase impediram a realização da manifestação que veio a ser, efetivamente, uma jornada histórica, um dos nossos maiores orgulhos. O ato foi, na verdade, um dos mais organizados que realizamos e conseguiu interromper o desfile militar, causando ampla repercussão nacional e internacional. Derrotamos assim a primeira manobra mais séria da reação para nos golpear e dividir, e o medo e tendência à capitulação que invariavelmente surgem, nesse contexto, entre nós.

III- Outubro de 2013 até o I Encontro

Em outubro ocorreram novas manifestações multitudinárias em decorrência da repressão brutal desencadeada pela Polícia Militar contra a greve da educação, particularmente durante a desocupação da Câmara Municipal. Durante vários dias consecutivos o Centro do Rio ficou conflagrado, a ponto da votação do Plano de Cargos e Salários dos professores municipais ter-se dado com a Câmara cercada por grades e tropas, num cenário marcado por amplo apoio popular aos protestos. Tudo isso culminou em duas grandes manifestações: 07/10, quando mais de cem mil pessoas marcharam pelas ruas, concluindo a manifestação com os ataques (que na verdade nada mais foram que uma resposta à repressão dos dias anteriores) aos prédios da Câmara, Clube Militar e Consulado ianque, sem praticamente ocorrerem prisões de ativistas, num quadro em que a polícia postou-se na defensiva; e 15/10, também um ato imenso, mas que, precedido de grande histeria dos monopólios de imprensa em torno das “ações violentas”, e também de acordo entre a direção

do SEPE e o governo/polícia para separar os professores da juventude combatente, desembocou nas prisões em massa e na desmobilização da greve que ocorreu logo depois. Esse foi um momento crucial desse ciclo da luta popular aberto em junho, e de certo modo seu ponto culminante, porque pela primeira vez convergiu o movimento espontâneo (greve) com uma organização e consignas classistas e combativas (FIP). Se em junho milhares de massas lutaram como puderam, e claro, os revolucionários lutaram em seu meio, em outubro havia uma correspondência política e organizativa àquele levantamento, daí que a situação se tenha tornado particularmente perigosa para a reação, que respondeu desesperadamente com as prisões de 15 de outubro.

A propósito, olhando mais de perto esse episódio, veremos que ele se deu num contexto de ofensiva da mobilização popular, e defensiva do governo e da opinião pública reacionária. Foi também, de certo modo, atitude desesperada de Sérgio Cabral e sua quadrilha, visando influir numa situação sobre a qual perdiam rapidamente o controle. Por isso nós da Frente Revolucionária defendemos, então, a posição de responder àquelas prisões e ao clima de terror criado com ações políticas imediatas, levantando vigorosamente a bandeira da libertação dos/as presos/as políticos/as, como o ato que realizamos na Cinelândia no dia seguinte às prisões e a proposta de realização de vigília em frente ao presídio. Nesse momento a FIP já era consolidadamente o principal espaço aglutinador do movimento popular, e setores que antes a atacavam por fora viram-se obrigados a travar luta política no interior das próprias plenárias. Setores abertamente anti-FIP, então catalisados pela advogada que, ironicamente, veio a ser posteriormente “companheira de processo”, buscaram paralisar desde dentro a nossa ação e estimular intrigas e divisões, o que conseguiram parcialmente, aproveitando-se da incompreensão de vários companheiros/as acerca da situação enfrentada (principalmente de tomar as prisões como uma inflexão capaz de lançar o movimento de massas no refluxo, objetivo buscado, mas não atingido de fato, pelo governo). Nesse momento um setor dos anarquistas rompeu a unidade combativa mantida conosco –já haviam vacilado às vésperas do 7 de setembro –e aliou-se com o oportunismo, demonstrando novamente sua inconseqüência: na forma, discursos radicais contra o Estado em geral, no conteúdo reformismo e legalismo, buscando saídas institucionais e “bem-comportadas” toda vez que a reação mostra os dentes (no curso do processo, tema que abordaremos adiante, isso ficaria ainda mais claro). Dizemos um setor porque, dada a heterogeneidade desse campo, e seus constantes “rachas”, não é possível fazer aqui uma completa generalização.

Muitos aprendizados ficam dessa experiência, dos quais destacamos dois:

1) a importância de vincular nossa agitação e propaganda gerais (na época, a consigna “Fora Cabral e a farsa eleitoral! ”) com a luta concreta das massas, através de uma linha de intervenção combativa (no caso, na greve da educação). Se tivéssemos logrado então uma coesão interna maior, buscando aglutinar os professores independentes ao redor da FIP, certamente teríamos alçado voos maiores naquele movimento histórico;

2) o inimigo de classe, quando desata a repressão, não objetiva somente nem principalmente a detenção de ativistas (nesse momento tratamos de prisões em larga escala, algo qualitativamente distinto da prisão seletiva de lideranças reais ou supostas que passou-se a fazer depois) mas mudar a correlação de forças no interior do movimento popular, isolando as posições combativas e estimulando o capitulacionismo e o defensivismo.

Todo esse período, que vai até o nosso I Encontro, caracteriza-se por intensa luta política entre nós, que não deixou jamais de refletir, realmente, as diversas concepções ideológicas existentes. Por isso mesmo, luta riquíssima, que nunca ultrapassou os limites do respeito e solidariedade. O fato de que esse debate foi sempre travado de forma franca e democrática, não só nas reuniões de comissões, mas principalmente nas plenárias, aplicando o justo critério do centralismo democrático em oposição à política oportunista e conciliatória de “consenso”, permitiu que superássemos as polêmicas sempre fortalecidos, pois que absolutamente todas as discussões, feitas na presença de todos/as, eram atentamente avaliadas pelo critério implacável da prática. Os que buscam disputar posição às escuras, estimulando disse-me-disse e divisões nos bastidores, lançando mão de relações pessoais em detrimento da causa comum, demonstram com isso apenas sua fraqueza e a fraqueza das posições que sustentam. Nós, da Frente Revolucionária, jamais deixamos de submeter nossas posições à luz do dia, e esse documento vem para não deixar dúvidas quanto a isso.

O I Encontro da FIP, que realizamos em meio de duras brigas e imensas dificuldades, foi um grande êxito e expressou, realmente, do ponto de vista organizativo, o que de mais avançado produziram as jornadas de junho. Não foi, infelizmente, propagandeado e repercutido na medida correspondente, em grande parte devido à intervenção da Polícia. Avaliamos como um erro grave a forma precipitada como certas decisões foram tomadas naquela oportunidade, e as consequências estão aí para que todos possam refletir.

Apesar disso, cabe destacar que o principal objetivo do Encontro, que era coesionar a própria FIP em torno da desafiadora tarefa de colocar-se à frente do “Não vai ter Copa! ”, e também da grande campanha de boicote às eleições prometida para 2014, foi atingido.

IV- Fevereiro a Junho de 2014: lutando na defensiva

Podemos dizer que, no Rio de Janeiro, as jornadas de junho de 2013 prolongaram-se até fevereiro de 2014, quando, durante a retomada das mobilizações contra o aumento das passagens, morreu o cinegrafista da BAND Santiago Andrade. Por que se prolongaram? Isso deveu-se a fatores objetivos e subjetivos. Objetivamente, o Rio, como palco principal dos megaeventos e local de grande concentração de capitais, tendo como contrapartida o aumento do custo de vida, as remoções e militarização assustadora das favelas e bairros pobres sobretudo, mas realmente de toda a sociedade, tornou-se verdadeiro barril de pólvora, situação agravada pelo fato de encontrar como gerente de turno um sujeito completamente tacanho e incapaz como Sérgio Cabral; subjetivamente, além da sua história como principal centro político-cultural do País, “cidade rebelde”, o fato de que no Rio lograram as forças independentes e combativas que lutaram em junho e em outubro criar um espaço de coesão e organização, possibilitando a essas forças tirar um maior proveito da situação objetiva favorável, levando-a até quase o limite. A FIP foi fruto de uma situação particularmente favorável para a luta popular, mas uma vez existindo e atuando abertamente (e conscientemente) contra a reação e o oportunismo foi também causa do prosseguimento e politização crescente das mobilizações das quais resultou.

A morte de Santiago Andrade, e, sobretudo as circunstâncias imediatamente posteriores, com atuação nefasta daquele miserável Jonas Tadeu e campanha de verdadeiro acerto de contas da reação com a juventude combatente e as jornadas de junho, através da Globo (seu principal monopólio, portanto), essas circunstâncias efetivamente mudaram a correlação de forças em disputa, colocando o campo revolucionário na defensiva. A FIP, sobre a qual se impunha até então um manto de silêncio, bem como sobre as organizações que a compunham, foi colocada no centro do ataque da reação, acusada de organizar e mesmo financiar (creiam!) os “atos violentos”. Nessa situação bastante difícil soubemos manter uma atitude corajosa, e quando toda a falsa esquerda fazia coro com a reação, tentando interpretar os acontecimentos como se os seus reiterados choramingos contra a violência revolucionária se tivessem demonstrado por fim corretos, dizemos na Nota Pública sobre os acontecimentos: “É vergonhoso que a morte do trabalhador Santiago Andrade, que exercia sua profissão sem as mínimas condições de segurança no trabalho, seja utilizada para tentar manipular a opinião das pessoas com o objetivo de jogar povo contra povo. O acidente ocorreu durante um conflito iniciado pela polícia. Santiago e sua família são vítimas de brutal repressão aos

protestos desencadeada por Sérgio Cabral e José Mariano Beltrame. Muitas outras pessoas, inclusive jornalistas, já foram feridas e mesmo mortas em manifestações e o monopólio de imprensa sequer noticiou (...). Defendemos o direito de resistência e rebelião das classes oprimidas e exploradas. Entendemos que cabe ao povo escolher os seus métodos de luta, de acordo com a situação concreta. Apesar de toda a manipulação, as manifestações não cessaram. Conclamamos o povo a permanecer nas ruas. A emancipação dos trabalhadores só poderá ser obra dos próprios trabalhadores”.

Trata-se de posicionamento de grande inteireza, e só os que viveram aqueles dias difíceis, em que enfrentamos verdadeira cruzada de nossos inimigos, podem compreender seu significado. É um verdadeiro motivo de orgulho! Compare-se, por exemplo, com as Notas divulgadas pelos partidos eleitoreiros, e de seu ícone Marcelo Freixo, à época, e ver-se-á a contundência de nosso posicionamento, o único a chocar-se contra a maré reacionária¹. Situação tornada ainda mais difícil por não sabermos exatamente quem era quem nos episódios. Trata-se de lição importante: mesmo quando, realmente, fomos colocados na defensiva, respondemos politicamente na ofensiva e tomamos a iniciativa de convocarmos um ato unitário antifascista, do qual participaram setores do oportunismo, que “Não dá para você me associar a um homicídio de forma leviana e irresponsável. Isso é muito sério. É a minha vida”. Entrevista de Marcelo Freixo ao jornal “O Dia”, de 19/02/2014. Além de falar em “homicídio” –“acusação” que, de tão absurda, acabou desclassificada pelo próprio TJRJ, como sabemos – o candidato ainda comete outras enormidades.

(Link: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-19/nao-e-quebrando-bancos-que-se-destroi-o-capitalismo-afirma-marcelo-freixo.html>) tentaram sabotar a nossa atuação, sendo completamente derrotados em seus objetivos. Aqui vale a máxima dos comunistas, para os quais a única política acertada, em quaisquer circunstâncias, é uma política de princípios.

Os meses seguintes foram de luta contra a dispersão e o desânimo, e de profunda depuração entre nós. Participamos ainda da histórica greve dos garis, contribuindo para a vitória da luta e angariando grande respeito dos trabalhadores, mas o quadro geral era ainda de bastantes dificuldades. Sobretudo porque nos vimos sozinhos na sustentação da campanha “Não vai ter Copa! ”, abertamente sabotada pelo oportunismo. Esse foi, no entanto, como todo período de provas, também momento de grandes aprendizados e amadurecimento para os ativistas mais engajados, e por isso mais sensíveis a extrair lições dos acontecimentos.

Aqui é necessário abrir uns parênteses, pontuando, ainda que brevemente, algumas questões mais de fundo.

V- Pontuando algumas questões ideológicas

Foi bastante difundida, entre a militância das jornadas de junho, uma concepção espontaneísta da luta de classes, segundo a qual essa seria um aumento quantitativo permanente das forças populares, quase em linha reta, capaz de produzir uma situação (insurreição?) na qual poderíamos até em relativamente pouco tempo derrubar os nossos inimigos. Trata-se, naturalmente, de uma visão idealista da confrontação das classes na sociedade, visão que enxerga apenas a justeza da nossa posição e despreza a força e o preparo daqueles que tudo farão para conservar sua posição dominante, que são hoje muito mais poderosos do que nós. No fundo, essas concepções, que por vezes adotam as formas mais radicais e os discursos mais altissonantes, que crêem na possibilidade duma vitória rápida ou mesmo indolor da causa popular, são direitistas, pois acreditam na democracia burguesa e esquecem que vivemos, de fato, sob uma secular ditadura burguesa-latifundiária, serviçal do imperialismo, cujo Estado formou-se no afogamento em sangue de todas as revoltas que se levantaram em nossa Pátria. Tão importante e heroico quanto saber lutar nos “grandes dias”, e mesmo mais importante e mais heroico, é saber lutar em meio às dificuldades, reconhecendo a hora de expor e a hora de proteger as nossas forças.

O oportunismo, sobretudo na sua vertente trotskista, pequeno-burguesa e reacionária, “educou” seus militantes numa concepção inconsequente da luta de classes, como se se pudesse falar e fazer qualquer coisa impunemente, porque claro, eles nada fazem que ameace essa velha ordem caducada. A compreensão de que a luta é dura e será necessariamente prolongada, porque são poderosos nossos inimigos; o entendimento de que é preciso mantermos o otimismo e combatermos o pânico e o decadentismo que aparecem inevitavelmente quando das adversidades; a lição de que a luta exige uma cota de sacrifício para prosseguir e triunfar; a lição de que devemos atuar com seriedade e obedecer determinados critérios de organização e segurança, combatendo a prática degenerada da “revolução de bar”: eis os grandes ensinamentos desse período, as grandes lições que na verdade somente se aprofundaram quando vieram o processo e as prisões. Prosseguir ou capitular? Já era realmente, como ainda é hoje, a grande contradição colocada entre nós na FIP.

Também discordarmos radicalmente dos que consideram possível construir “poder popular” através da realização de assembleias e ocupações sob a velha ordem. Enquanto o velho Estado reacionário, sua maquinaria burocrático-militar, não for destruído, enquanto as classes que o dominam mantiverem o monopólio da violência e o controle sobre os tribunais, as prisões, a imprensa, as forças armadas etc., não se pode falar seriamente em Poder Popular. Isso nos levaria a admitir a possibilidade de “ilhas de socialismo” dentro da velha sociedade semicolonial e semifeudal, a possibilidade de “coexistência pacífica” e “harmonia” entre classes e interesses antagônicos, o que é um enorme engano, que serve a desarmar as massas no combate contra seus inimigos. Essa concepção nada tem de original, aliás, trata-se do mais velho reformismo latino-americano, expresso, por exemplo, no governo de Salvador Allende (a consigna “Criar, criar, poder popular”, vem daí). O resultado vimos qual foi: o

Massacre das massas desarmadas. Outro exemplo disso temos na “guerrilha turística” do EZLN, uma espécie de MST mexicano, tão endeusado por alguns, que mantém algumas bases devido a um acordo com o Estado reacionário, com o qual convive pacificamente, sem qualquer perspectiva real ou sequer intenção de derruba-lo. Enquanto isso o povo mexicano segue esmagado e oprimido pelas forças policiais e grupos de traficantes, com intervenção crescente do imperialismo ianque. Nós da FRDDP defendemos o Poder Popular como uma aliança de classes revolucionárias tendo como núcleo a aliança operário-camponesa, poder que só pode surgir e desenvolver-se num contexto de maior desenvolvimento da luta de classes, através da aplicação crescente da violência revolucionária pelas massas, dirigidas por autêntico Partido Comunista, e de modo algum através de votações e/ou reuniões sob a velha ordem. Nosso objetivo não é coexistir com o velho Estado, mas derruba-lo, o que só será possível através de um processo prolongado e permeado de voltas e reviravoltas.

VI- Movimento “Não vai ter Copa!” e início do processo dos 23

Tivemos de lutar resolutamente contra o pessimismo e o pânico, no período imediatamente anterior à Copa, ademais da luta política contra o oportunismo, unido para viabilizar o megaevento – a desmobilização vergonhosa da greve dos rodoviários, aqui no Rio, a um mês do Mundial, foi prova flagrante dessa verdadeira “operação capitulação”. O pessimismo dava-se, em grande medida, porque muitos ativistas, impressionados com as gigantescas manifestações de 2013, entendiam que “haver Copa” era uma derrota do movimento popular, como seria uma derrota que não se produzissem marchas nas mesmas

proporções das verificadas um ano antes. Ora, a situação era diversa, e o papel dos protestos durante a Copa, ainda que relativamente pequenos, não estava direcionado à interrupção dos jogos, especificamente –o aparato repressivo mobilizado para garantir os mesmos era inteiramente desproporcional às nossas forças –e sim deixar claro que a farra da FIFA não era a unanimidade que a contrapropaganda bilionária do governo queria fazer parecer. O papel dos protestos naquele contexto era defender as bandeiras dos protestos de 2013, mantendo-as erguidas, e particularmente defender o direito de manifestação, posto em cheque durante a Copa.

Um ano e meio após aqueles acontecimentos podemos dizer que a campanha “Não vai ter Copa! ” foi extremamente exitosa quanto aos seus objetivos principais. Realizamos dois atos massivos, na abertura e no encerramento do Mundial; nos aproximamos do Maracanã no dia 15 de junho, desmoralizando o mega-esquema de segurança então montado; obrigamos o governo brasileiro a um intenso desgaste político que foram as prisões de 12 de julho e o cerco da Praça Saens Peña no dia seguinte, com ampla repercussão internacional. Durante a campanha eleitoral de outubro a Copa foi, quando muito, tratada como um tema ingrato por todas as legendas do partido único da reação, que se desgastaram todas, e principalmente Dilma/ PT (certamente não era essa a intenção quando Luiz Inácio pagou, e caro, para trazer o evento para o Brasil...). Ao cabo e ao fim, o governo teve de fazer a Copa com tropas nas ruas, num ambiente de forte militarização e tensão interna, melando assim completamente a farra ufanista de “pátria de chuteiras” montada oficialmente.

As prisões dispararam imediatamente um amplo movimento de defesa dos ativistas, que extrapolou em muito os nossos círculos. Manifestações com milhares de pessoas ocorreram no Centro da cidade, e artistas e entidades de renome posicionaram-se contra as perseguições. Um grupo do oportunismo criou o “comitê contra o Estado de exceção”, tentando esvaziar a FIP como principal espaço de organização da solidariedade aos presos e denúncia das arbitrariedades estatais. Foi importante, entretanto, a decisão de intervir nesse comitê, que acabou minado pelas suas próprias contradições. Já nesse momento apareciam no nosso campo arestas que, mais tarde, quando das novas ordens de prisão e audiências, ficariam explícitas como divergências na linha de defesa dos manifestantes: para uns tratava-se de individualiza-los, apresenta-los como típicos representantes da “classe média”, bons moços e moças, vitimara-los; para outros, e aqui nos incluímos, tratava-se (e trata-se) de politizar a questão, apresentando-a como um ataque ao movimento popular em geral e ao movimento combativo em particular, ataque concentrado principalmente sobre os direitos

fundamentais de manifestação e organização. Isso, à época, não ficou inteiramente resolvido, e no momento em que preparávamos o início de um processo coletivo de avaliação, após a vitoriosa campanha de boicote às eleições, sobrevieram novas prisões.

VII- Novas prisões e campanha pela liberdade dos presos políticos

A 03 de dezembro de 2014 o companheiro Igor Mendes foi preso e as companheiras Elisa e Moa passaram à clandestinidade. Ao contrário do que muitos previram, de que as prisões preventivas decretadas pelo fascista Itabaiana não se sustentariam por muito tempo, foram necessários quase sete meses para que viessem a ser revogadas. Isso, de imediato, exige que elevemos nossa consciência acerca de dois pontos: em primeiro lugar, o Estado possui caráter de classe, a democracia burguesa nada mais é senão uma fraude que visa enganar os trabalhadores, e de modo algum podemos alimentar ilusões de que é possível, sob esse sistema, atuar num sentido revolucionário sem que isso tenha implicações, sem que isso cobre um preço; em segundo lugar, as prisões, e o ódio destilado pela reação, particularmente, nesse caso, pelo Judiciário que sentiu-se “afrontado” e o monopólio de imprensa, nos chama a levar em alta conta o que temos realizado –se o inimigo o faz, porque nós mesmos não devemos fazê-lo? Atuando de forma convergente com a reação está o oportunismo, desesperado com o crescimento do movimento revolucionário, que tem tido sua expressão mais raivosa no PSTU, assumindo abertamente papel de tropa de choque no ataque às nossas posições (a invenção de que MEPR e FIP teriam invadido sua sede, a agressão covarde e provocação contra nossos companheiros/as, além de sucessivas campanhas de desqualificação da juventude combatente revelam seu desespero, num cenário em que estão crescentemente desmascarados diante de um setor da sua própria militância inclusive).

Há companheiros e companheiras que subestimam essas questões, e ainda hoje, preferem enfatizar um caráter caricato desse processo, como se ele fosse uma qualquer aberração que ninguém consegue levar a sério. Na verdade, a reação investiu enormes recursos materiais e humanos para conduzi-lo e por trás dele atua, sem dúvida, a sempre vigilante polícia política. Comparemos as prisões massivas e indiscriminadas de 2013 com a opção cada vez mais clara por fazer detenções em menor número, seletivas, bem como o trabalho sistemático de mapeamento feito no interior das organizações populares, para vermos que modificou-se o modus operandi do inimigo. Escarnecer disso, alimentar o espírito de que não passa de um mal-entendido que não terá consequências, é na verdade consciente ou

inconscientemente uma postura capituladora, uma fuga dos problemas, quando o que se coloca perante lutadores honestos é uma avaliação criteriosa dos erros e acertos, a fim de que possamos seguir adiante. Nunca poderemos, enquanto o poder político permanecer nas mãos das atuais classes dominantes, nos subtrair inteiramente aos seus golpes, mas podemos e devemos nos esforçar para minimizá-los até o limite.

Entramos com isso, em cheio, no debate sobre a linha de defesa. A Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo avalia como correta, em forma e conteúdo, a linha adotada pelo escritório que defende nossos/as militantes. Em forma porque não podemos adotar, frente a um Estado crescentemente fascista, representado na figura truculenta de um Itabaiana, postura de conciliações e conluíus. Era e é preciso enfrenta-los vigorosamente, para vencê-los inclusive no terreno moral e psicológico, porque também aí eles atuam, traçando uma linha divisória clara e intransponível. “Há que endurecer”, essa é uma lição bastante oportuna para este período. Quanto ao conteúdo, entendamos que a FIP é a própria quadrilha armada do processo; que este tem por alvo as posições mais combativas que atuaram no curso das jornadas de junho, visando com os golpes contra elas desferidos desvincular o movimento de massas dessas posições; e que por fim é o próprio direito de lutar que está sendo atacado (a espúria medida cautelar impedindo os ativistas de participar de manifestações não poderia ser mais clara nesse sentido).

Diante disso, que fazer? Negar participação em atividades políticas? Negar a militância política, inclusive revolucionária, quando assim o era? Negar ou escamotear o caráter político do processo, e também a condição de prisioneiros políticos daqueles nossos que chegaram a ser encarcerados? Buscar uma inocência individual, em detrimento da defesa da própria causa? Naturalmente, essa luta deveria ser travada entendendo as particularidades jurídicas aí encerradas, mas como travar é diferente de fazê-lo ou não.

Quanto aos princípios, nós da FRDDP baseamo-nos no assinalado pelo camarada Lênin: “1) Defender sua causa e não sua pessoa; 2) Mostrar-se física e politicamente corajoso; 3) Não prestar informações ao inimigo sobre o que ele deve ignorar; 4) Atacar o regime acusador; 5) Dirigir-se, por cima da cabeça do juiz, às massas; 6) Não confiar sua defesa aos advogados”. Desses seis pontos destacamos “defender sua causa e não sua pessoa”, e “atacar o regime acusador”. Não confiar sua defesa aos advogados significa que deve ser a linha ideológico-política, e não a técnica jurídica, o centro da atenção dos militantes. Baseamo-nos também no que disse o Presidente Mao: “Não temer o inimigo, nem lhe dar informações”.

Esses os critérios, proletários, que têm norteado nossa atuação, tanto quanto à linha que têm seguido nossos companheiros/as processados e presos/as, quanto no que se refere à Campanha de modo geral. Estamos abertos a discutir toda e qualquer questão, desde que sobre uma base de princípios.

VIII- Conclusão

A densidade desse documento, o número de questões levantadas, expressam o acúmulo e a rica trajetória percorrida pela Frente Independente Popular. Jogar fora essa trajetória, ainda que sob as alegações mais “radicais”, atuar para minar e dividir o campo independente e combativo surgido nas jornadas de junho, é na verdade renunciar às bandeiras levantadas pelas mesmas. Seguir adiante, assumindo nossa responsabilidade nesse novo ciclo da luta de massas que se inaugurou no País, que tem no fracasso e desmoralização do gerenciamento oportunista seu aspecto principal? Ou atuar na prática como linha auxiliar desse oportunismo decadente, vendo apenas a repressão e as dificuldades, enxergando “onda conservadora” onde o que existe de fato é uma agudização da luta de classes, que só pode ser desejada e de modo algum temida por um sincero revolucionário?

Lançarmo-nos com ardor e de forma incansável na agitação política entre as camadas mais profundas do nosso povo, organizar passo a passo o trabalho de base paciente e “invisível”, ao mesmo tempo em que elevamos nossa politização e capacidade para fazer frente aos novos “grandes dias” quando estes chegarem? Ou afundarmo-nos num debate fratricida, dividirmo-nos em inúmeras seitas descoladas das massas e da realidade, voltarmos aos braços e à cola do oportunismo? Prosseguir ou capitular?

Mantém-se e na verdade agravam-se as contradições que geraram as jornadas de junho e a FIP, seu produto mais autêntico. Defender a FIP é defender as jornadas de junho e a juventude combatente, renega-la é renega-los. Por isso, porque suas bandeiras são justas, a FIP prosseguirá, prosseguirá e triunfará.

Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP), Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

ANEXO IV

**CONVOCATÓRIA PARA FORMAÇÃO DE ASSEMBLEIAS E FÓRUNS
POPULARES**

Núcleo de criação de pautas para a organização das demandas populares:

Seguem algumas células já criadas, caso sua região não esteja presente, crie e entre em contato com o link do evento geral:

[\(https://www.facebook.com/events/595076670514666/permalink/599326360089697/\)](https://www.facebook.com/events/595076670514666/permalink/599326360089697/)

Núcleo de Criação de Pauta - Bangu

BANGU E ARREDORES

<https://www.facebook.com/events/186911164804176/>

Núcleo de Criação de Pauta - Campo Grande

CAMPO GRANDE E ARREDORES

<https://www.facebook.com/events/579768538711249/>

NÚCLEO CRIAÇÃO DE PAUTA - BARRA/RECREIO/FREGUESIA

<https://www.facebook.com/events/473979746027596/?ref=3>

Núcleo de Criação de Pauta - Zona Sul 1

GLÓRIA, FLAMENGO, SANTA TEREZA, BOTAFOGO E URCA

<https://www.facebook.com/events/153828461471838/>

Núcleo de Criação de Pauta - Zona Sul 2

LEME, COPACABANA, IPANEMA, LEBLON, LAGOA e GÁVEA.

<https://www.facebook.com/events/169974429840503/>

Núcleo de criação de pauta - Laranjeiras/Largo do Machado/Cosme Velho (Zona Sul 3)

<https://www.facebook.com/events/416849431762866/>

Núcleo de criação de pauta - Baixada Fluminense

<https://www.facebook.com/events/169369949901293/?ref=3>

Núcleos de criação de pauta - SÃO GONÇALO / RJ

<https://www.facebook.com/events/431605056946689/>

Núcleo de Pautas Pedra de Guaratiba

<https://www.facebook.com/groups/264235917053044/>

Núcleo de criação de pauta Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Irajá, Vista Alegre, Vila da Penha, Vicente Carvalho e Adjacências.

<https://www.facebook.com/events/264608327011742/>

Núcleo de Criação de Pauta - Grande Méier

<https://www.facebook.com/events/166884030157411/?ref=3>

Núcleo de criação de pauta Zona Norte 1

<https://www.facebook.com/events/264608327011742/?ref=3>

Núcleo de Criação De Pauta - Zona Norte 2

<https://www.facebook.com/events/130297073844995/>

Núcleo de Criação de Pauta- Zona Norte 3 (Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí)

<https://www.facebook.com/events/210809742406747/>

Núcleo de criação de Pauta Região Zona Norte 4 -A Fronteira (Coelho Neto, Rocha Miranda, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Marechal Acari, Fazenda Botafogo, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Guadalupe, Colégio, Honório, Deodoro e Adjacências.)

<https://www.facebook.com/events/266905810118437>

Núcleo de criação de Pautas da Zona Norte 4 (Coelho Neto, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Bento Ribeiro, Rocha Miranda, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Marechal Acari, Fazenda Botafogo, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Guadalupe, Colégio, Honório, Deodoro e Adjacências)

<https://www.facebook.com/events/266905810118437/?ref=3>

Núcleo de Criação de Pauta - Santa Cruz

<https://www.facebook.com/events/351817774944512/?ref=3>

Núcleo de Criação de Pauta - Barra da Tijuca (BARRA, RECREIO JPA E VARGEM GDE/PEQ)

<https://www.facebook.com/events/473979746027596/>

NÚCLEO DE CRIAÇÃO DE PAUTA - CENTRO DA CIDADE

<https://www.facebook.com/events/147867062072244/>

Fórum criado pelas células:

<http://nucleo-regional-rj.forumeiros.com/>

Explicações a respeito do fórum:

<http://nucleo-regional-rj.forumeiros.com/t19-porque-um-foru...>

ANEXO V

CARTILHA DO FÓRUM DE LUTAS CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM RJ

1. O que é o Fórum de lutas?

Surgido em 2012 como Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, o atual Fórum de lutas é um espaço independente dos governos e dos empresários, que visa construir a unidade nas lutas da esquerda, com um funcionamento democrático, buscando a auto-organização dos estudantes e trabalhadores. Organizamos as plenárias que construíram os vitoriosos atos das “jornadas de junho” de 2013, forçando os governantes a reduzir a tarifa dos ônibus, aumentada a mando dos empresários do transporte. Buscando o diálogo com a classe trabalhadora e os espaços em que se organiza, promovemos várias campanhas de agitação e propaganda, deliberando passos a serem seguidos sempre de maneira coletiva em plenárias abertas e verdadeiramente democráticas.

2. Qual o objetivo do Fórum de lutas?

Em 2013, Cabral e Paes aumentaram o preço das passagens para beneficiar aqueles que financiaram suas campanhas. Do outro lado, o povo reagiu, pulou roletas, e exigiu a estatização dos transportes. Soltam seus cães de guarda, a PM, contra a população, que ainda assim sai vitoriosa e derruba o aumento. Enquanto isso, Dilma responde reiterando compromisso com os megaeventos e a FIFA exige cada vez mais dos governantes, retirando bilhões dos trabalhadores para construir um espetáculo que será usufruído apenas por ricos e estrangeiros. Não se contentando com a resposta dos governantes, o povo continuou nas ruas exigindo que o dinheiro da copa vá para a saúde e educação, coro logo engrossado pelos trabalhadores da educação em greve. A única resposta que veio dos gabinetes governamentais foi repressão. Sabendo que o ano da Copa das Confederações foi apenas um prelúdio para o espetáculo principal de 2014, o governo treina uma tropa de choque de 10 mil homens contramanifestações. Os senadores correm para aprovar uma lei que instalará o estado de exceção, criando duras penas para crimes especiais e proibindo greves durante a Copa do Mundo. O povo mais uma vez responderá lutando nas ruas e, tendo um epicentro de unidade, tal como se pretende o Fórum, poderá responder de maneira cada vez mais uníssona, que “não vai ter copa”. Não nos contentamos com os limites impostas pelas instituições que se dizem democráticas, mas reduzem a participação popular à digitação de dígitos em uma caixa preta. Queremos construir um espaço radicalmente diferente, promovendo debates e permitindo a auto-organização dos trabalhadores. Por isso chamamos, sob a bandeira da unidade, os trabalhadores e estudantes indignados a virem construir o fórum e a virem para a rua conosco.

3. Quais são as principais bandeiras do Fórum?

I) Além da revogação do aumento das tarifas, reivindicamos melhorias na qualidade de todo sistema de transportes público, incluindo metrô, trens, ônibus e barcas, através de sua reestatização e da implementação não só do passe livre estudantil, mas de plena gratuidade para os usuários. Lutamos contra a dupla função motorista-cobrador e contra a precarização das condições de trabalho no setor, defendendo a unificação dos salários pelo teto da categoria.

II) O movimento é contra qualquer projeto de caráter privatizante tanto nas áreas de esporte (destacando-se o Complexo do Maracanã) quanto da saúde (EBSERH, OS's, OSCIPS), educação, segurança, infraestrutura e obviamente do transporte público. Lutamos contra as remoções de famílias, das ocupações e da Universidade Indígena Aldeia Maracanã. O movimento apoia a melhoria dos sistemas públicos através de uma exigência maior de verbas para saúde e educação, defendendo os marcos do controle social e de um sistema completamente estatal.

III) Pela liberdade de todos os presos políticos das manifestações passadas e anulação de todos os processos contra manifestantes. Uma das maneiras do governo de tentar afugentar a população e estrangular os movimentos sociais é o terrorismo. Não aceitamos esse tipo de provocação e continuaremos na luta pelo livre direito de nos manifestarmos.

IV) Somos contra qualquer arbitrariedade, repressão ou violência de qualquer tipo, a manifestantes e à população mais pobre. Pelo fim dos Amarildo's!! Acreditamos que um dos passos essenciais é a desmilitarização da PM e o fim das UPP's, que cumprem um papel exclusivamente de repressão a serviço da especulação imobiliária.

V) Lutaremos pela democratização dos meios de comunicação: sem censura (total transparência) e controle popular das principais redes. Enquanto continuarmos com uma imprensa a serviço dos empresários, apoiando a privatização da saúde pela EBSERH e chamando os manifestantes de vândalos, haverá grandes obstáculos em fazer chegar os fatos concretos à população.

VI) Pela construção do poder da classe trabalhadora, contra Paes, Cabral e todos os governantes a serviço dos grandes empresários. É essencial fomentar espaços de organização e deliberação onde a própria classe trabalhadora tome as decisões. Os governos PT/PCdoB/PMDB já demonstraram que ocupam os aparelhos burocráticos em favor de uma minoria privilegiada. Queremos um governo exercido por e para a maioria, composta de trabalhadores.

4. Como se dá a organização?

Um dos pontos essenciais para sermos vitoriosos é a nossa organização. Para que a vitalidade demonstrada nas ruas chegue às últimas consequências, é essencial que tenhamos espaços verdadeiramente democráticos onde aqueles que sofrem as consequências das políticas implantadas pelos ricos e poderosos. As deliberações ocorrem por meio de plenárias democráticas e abertas a todos, onde todos os participantes têm voz e voto. Por questões de segurança, não são permitidas gravações audiovisuais das mesmas. Para dar seguimento às deliberações das plenárias, existe uma comissão organizadora eleita e destituível a qualquer momento. Esta comissão é responsável por indicar a composição da mesa das reuniões.

5. Como funcionam as plenárias?

a. Pauta

Será divulgada com antecedência a pauta da reunião, que especificará os assuntos que deverão ser discutidos e o propósito da reunião. Apesar da importância de discussões políticas gerais, para garantir o andamento da plenária e a tomada das devidas decisões, deve-se tentar ater-se ao máximo à ordem do dia. O único ponto onde é adequado introduzir outros assuntos é o ponto de informes, onde é importante que sejam compartilhadas informações sobre lutas no Rio de Janeiro sobre as quais outros companheiros podem não estar devidamente informados. É importante ressaltar que podem ser realizados encontros com propósito mais programático, com debates políticos mais amplos, e também plenárias pragmáticas, onde se vise resolver objetivamente questões efetivas para o movimento.

b. Inscrições

Para garantir o debate, não é considerado adequado que se interrompa a fala alheia. Em cada plenária, haverá uma ou mais pessoas na mesa responsáveis por anotar o nome de quem quiser falar, devendo se respeitar a ordem dos inscritos. Para se inscrever, basta levantar a mão e informar seu nome. Caso a plenária esteja muito cheia, pode ser mais cômoda a

inscrição através de pedaços de papel com o nome de quem quiser falar. As contribuições de todos são sempre bem-vindas, mas, em plenárias excepcionalmente cheias, pode ser necessário limitar o número de falas para garantir que a plenária chegue ao fim com a chance de todos poderem votar. Nesse caso, será garantida a fala a assembleias regionais e o restante das falas será preenchido por sorteio.

c. Tempo de Fala

Na abertura de cada ponto de pauta, a mesa proporá um tempo para cada intervenção. Havendo discordância no plenário, pode ser feita outra proposta, devendo ser realizada votação, se necessário. Em cada reunião, existirá uma pessoa responsável por contar o tempo de cada fala, avisando quando faltar 1 minuto e quando o tempo se encerrar. Para permitir que todas as pessoas falem, é essencial que se tente respeitar o tempo de fala e que a mesma seja concluída quando assim for solicitado.

d. Questões de Ordem

Uma questão de ordem é uma discordância sobre o andamento da reunião. Deve ser submetida quando a reunião vai em um sentido e acredite-se que deva ir em outro. A questão de ordem tem precedência sobre as outras falas, devendo ser submetida por escrito à mesa que a colocará para o plenário antes da fala seguinte. Não é adequada a interrupção de falas alheias para submeter questões de ordem.

e. Encaminhamentos

Encaminhamentos devem ser feitos durante as falas nos pontos de pauta para que, no final da reunião, sejam votados os encaminhamentos até então levantados. Em caso de plenárias grandes onde não seja possível garantir a falar de todos, também será possível entregar encaminhamentos por escrito à mesa.